

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
NÍVEL DOUTORADO**

ELSON FAXINA

DO MERCADO À CIDADANIA:

**O desafio das transformações dos sujeitos discursivos, das
institucionalidades e das narrativas jornalísticas na TV pública brasileira**

**SÃO LEOPOLDO
2012**

ELSON FAXINA

DO MERCADO À CIDADANIA:

**O desafio das transformações dos sujeitos discursivos, das
institucionalidades e das narrativas jornalísticas na TV pública brasileira**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciências da Comunicação, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Linha de Pesquisa Cultura, Cidadania e Tecnologias da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Orientador: Prof. Dr. Alberto Efendy
Maldonado Gómez de la Torre

**SÃO LEOPOLDO
2012**

F281d Faxina, Elson

Do mercado à cidadania: o desafio das transformações dos sujeitos discursivos, das institucionalidades e das narrativas jornalísticas na TV pública brasileira / por Elson Faxina. -- São Leopoldo, 2012.

312 f. ; 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, São Leopoldo, RS, 2012.

Orientação: Prof. Dr. Alberto Efendy Maldonado Gómez de la Torre, Ciências da Comunicação.

1. Televisão pública. 2. Telejornalismo. 3. Telejornalismo – Aspectos sociais. 4. Narrativa jornalística. 5. Reportagens – Televisão pública – Brasil. I. Maldonado, Alberto Efendy. II. Título.

CDU 654.1
070:654.19

Catálogo na publicação:
Bibliotecária Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

ELSON FAXINA

“DO MERCADO À CIDADANIA O DESAFIO DAS TRANSFORMAÇÕES DOS
SUJEITOS DISCURSIVOS, DAS INSTITUCIONALIDADES E DAS NARRATIVAS
JORNALÍSTICAS NA TV PÚBLICA BRASILEIRA”

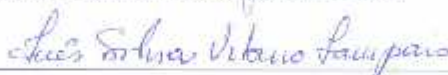
Tese apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Doutor, pelo
Programa de Pós-Graduação em
Ciências da Comunicação da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos -
UNISINOS.

Aprovada em 20 de abril de 2012

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Laurindo Lalo Leal Filho – USP



Profa. Dra. Inês Silvia Vitorino Sampaio – UFC



Profa. Dra. Jiani Adriana Bonin – UNISINOS



Prof. Dr. Pedro Gilberto Gomes – UNISINOS



Prof. Dr. Alberto Eferdy Maldonado – UNISINOS

AGRADECIMENTOS

Entre tantas pessoas que colaboraram durante o processo desta pesquisa destaco, em especial:

Alberto Efendy Maldonado Gómez de la Torre, professor, doutor, amigo e orientador fundamental em todo o processo. Por seu intermédio, agradeço toda a sua família: Maria, Maitê, Rafael e Emiliano.

Pedro Gilberto Gomes, sacerdote, professor, doutor e amigo, que integrou a minha banca de Mestrado na USP (Universidade de São Paulo) e me deu todas as condições para que eu realizasse meus estudos de doutorado na Unisinos.

Inácio Neutzling, sacerdote, professor, doutor e amigo, diretor do IHU (Instituto Humanitas/Unisinos), que igualmente foi fundamental na viabilização das condições para meus estudos de doutoramento.

À Fundação Porticus Stichting, pelo apoio fundamental em forma de bolsa de estudo.

A todos os professores do PPG de Comunicação da Unisinos que, direta ou indiretamente, foram importantes nesse processo de estudo.

A toda a minha família, mas de maneira especial aos manos Adilson e Ziley, pela proximidade e apoio de sempre.

A Giselle Camargo, profissional da comunicação e companheira de todos os momentos desde 08 de abril de 2010.

A minha mãe Maria Aparecida Zanolle Faxina, fundamental em minha vida há mais de meio século e de maneira especial nos últimos dias, com orações diárias pedindo luzes divinas e inspiração para seu filho *Ersinho*, como costuma dizer.

E a Deus, que dispensa todas as palavras, pois tudo o que faço procuro me reportar a Ele.

RESUMO

A presente tese é fruto de uma pesquisa sobre a *institucionalidade* da TV Brasil e sobre a narrativa e o *discurso e jornalístico* de seu principal telejornal, o Repórter Brasil. Por um lado, por meio de uma pesquisa teórica, se constrói o argumento sobre a necessidade de uma reformulação conceitual e estrutural da emissora para posicionar-se como um modelo de TV Público-Estatal, abrindo caminho para renovadas possibilidades de institucionalização para uma TV genuinamente pública, vinculada à sociedade civil organizada, nos termos que preconiza a Constituição Brasileira a respeito do modelo de TV no país, definido como complementar entre o *público*, o *privado* e o *estatal*.

Por outro lado, a tese foi estruturada por meio de uma densa pesquisa teórica, combinada com pesquisa de campo em profundidade, em busca da compreensão do discurso e da narrativa jornalística da emissora em questão. Para isso, a metodologia envolveu uma *análise de discurso jornalístico televisivo*, problematizando 21 reportagens referentes a três acontecimentos jornalísticos.

Como resultado, a pesquisa constata que, enquanto proposta jornalística ao Brasil, a TV Pública em formação no país, por meio do Repórter Brasil, repete o modelo de telejornalismo hegemônico próprio da TV comercial, com forte raiz *positivista* estadunidense, no qual a comunicação é chamada a desempenhar um papel de legitimadora da ordem estabelecida. Trata-se, portanto, de um jornalismo a serviço do mercado capitalista e do Estado liberal, sem levar em conta, com a mesma intensidade, as forças sociais presentes ao longo do tecido social brasileiro.

Título: DO MERCADO À CIDADANIA - O desafio das transformações dos sujeitos discursivos, das institucionalidades e das narrativas jornalísticas na TV pública brasileira.

Palavras-chave: Cidadania, Cultura, Sociedade Civil, Jornalismo, Discurso, Narrativa, TV Pública.

RESUMEN

La presente tesis es fruto de una investigación sobre la *institucionalidad* de la TV Brasil y sobre la narrativa y el *discurso periodístico* de su principal noticiero, *Repórter Brasil*. Por una parte, por intermedio de una investigación teórica se argumenta sobre la necesidad de una reformulación conceptual y estructural de la emisora para posicionarse como un modelo de TV Público-Estatal, abriendo camino para las renovadas posibilidades de institucionalización para una TV genuinamente pública, vinculada a la sociedad civil organizada, en los términos que preconiza la Constitución Brasileira al respecto del modelo de TV en el país, definiendo de forma complementar entre lo *público*, lo *privado* y lo *estatal*.

Por otro lado, la tesis fue estructurada por medio de una densa investigación teórica, combinada con investigación de campo en profundidad, en búsqueda de la comprensión del discurso y de la narrativa periodística de dicha emisora. Para eso, la metodología fue complementada por un *análisis de discurso periodístico televisivo*, problematizando 21 reportajes referentes a tres acontecimientos periodísticos.

Como resultado, la investigación constata que, en cuanto propuesta periodística para Brasil, la TV Pública en formación en el país, por medio del *Repórter Brasil*, repite el modelo de periodismo hegemónico propio de la TV comercial, con fuerte raíz *positivista* estadounidense, en que la comunicación es llamada a desarrollar un papel de legitimadora del orden establecido. Se trata, por lo tanto, de un periodismo al servicio del mercado capitalista y del Estado liberal, sin llevar en cuenta, con la misma intensidad, las fuerzas sociales presentes a lo largo del tejido social brasileiro.

Título: DEL MERCADO A LA CIUDADANIA - el desafío de las transformaciones de los sujetos discursivos, de las institucionalidades y de las narrativas periodísticas en la TV pública brasileira.

Palabras-clave: Ciudadanía, Cultura, Sociedad Civil, Periodismo, Discurso, Narrativa, TV Pública.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 As Motivações Vitais.....	11
1.2 O Abstrato para Entender o Concreto	20
2 MINARETES CONTEMPORÂNEOS	23
2.1 TV Pública no Brasil.....	29
2.2 TV Pública na América Latina	34
3 UM OLHAR COMUNICACIONAL	40
3.1 Uma Questão de Conhecimento	48
3.2 Um Novo Jornalismo?	59
3.3 O Discurso	65
3.4 A Narrativa	72
3.5 A Imagem	86
4 UM OLHAR SOCIAL	93
4.1 Cidadania	93
4.2 Sociedade Civil.....	101
4.3 Movimentos Sociais.....	107
4.4 Cidadania, Liberdade e Igualdade	117
4.5 Cidadania Comunicacional.....	123
4.6 A Cultura	128
4.7 Acontecer É Publicizar.....	138
4.8 Por uma TV Pública.....	147
4.9 Para Radicalizar a Democracia	156
5 UM OLHAR PROCESSUAL	161
5.1 Os Caminhos Retos e os Tortos	165
5.2 Quem Pauta a Pauta?.....	174
5.3 A Queda de Braço	176
5.4 Ruínas Discursivas	178
5.5 Televisões em Busca de Identidade	182
5.6 Corrigindo o Foco	188
5.7 Coberturas de Temas Polêmicos.....	190
5.8 Uma Semana de Telejornal.....	193
6 O REPÓRTER BRASIL	197
6.1 A Polêmica do Livro Didático.....	197

6.1.1 O Falso Erro do MEC.....	201
6.1.2 O Mesmo Discurso.....	205
6.1.3 O Mesmo Formato.....	210
6.2 O Código Florestal Brasileiro.....	213
6.2.1 O Problema no Campo.....	213
6.2.2 A Tendência Pró-Mercado.....	223
6.2.3 A Individuação do Conflito.....	227
6.2.4 O Falso Conflito.....	231
6.2.5 O Apagamento da Sociedade Civil.....	234
6.2.6 O Problema da Narrativa.....	239
6.3 despejo no Pinheirinho	240
6.3.1 Fragmentos Sem História.....	242
6.3.2 Desprovidos e Incapazes	248
6.4 O Mesmo Discurso, a Mesma Narrativa	256
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	260
7.1 Quem Paga o Sanfoneiro Escolhe a Música	262
7.2 Vista a Minha Pele	266
7.3 Coerência com a Incoerência.....	269
7.4 Outro Jornalismo É Possível.....	273
REFERÊNCIAS.....	277
APÊNDICE A – Uma semana de Repórter Brasil.....	284
APÊNDICE B – Entrevista com o ex-ouvidor	289
APÊNDICE C – Entrevista com funcionário anônimo.....	294
ANEXO A – O ouvidor e o telespectador	296
ANEXO B – MEC defende que aluno não precisa seguir regras da gramática.....	298
ANEXO C – Livro reacende polêmica sobre o Português	300
ANEXO D – Livro Didático adotado pelo MEC causa polêmica	301
ANEXO E – Reação do mundo acadêmico ao livro didático	302
ANEXO F – Câmara aprova projeto de novo Código Florestal	303
ANEXO G – Governo quer mudar texto do novo Código Florestal no Senado	304
ANEXO H – Aprovação do novo Código Florestal causa polêmica.....	305
ANEXO I – Moradores entram em conflito com a polícia em Pinheirinho	306
ANEXO J – Casas em Pinheirinho serão demolidas até amanhã.....	308
ANEXO K – Termina a demolição das casas em Pinheirinho.....	309
ANEXO L – Desabrigados do Pinheirinho enfrentam condições precárias.....	310

ANEXO M – Famílias insistem em permanecer em áreas de risco.....311
ANEXO N – Famílias retiradas do Pinheirinho passam dificuldades312

1 INTRODUÇÃO

Pesquisar se o modelo de TV Pública, em formação no Brasil, e se o modelo de jornalismo público, desenvolvido pela TV Brasil, por meio do Repórter Brasil, dão conta de oferecer uma proposta jornalística alternativa ao que é apresentado pelas televisões comerciais, hegemônicas no país há mais de 60 anos, constitui-se o objetivo central desta tese doutoral. Para dar conta desse duplo desafio foram realizados dois movimentos investigativos. Por um lado, processou-se uma densa pesquisa teórica e documental sobre as características e a institucionalidade de uma TV pública e sobre o cenário político-econômico e sociocultural em que ela é chamada a marcar posição enquanto veículo construtor de bens simbólicos. Por outro lado, foi feita uma análise em profundidade do enunciado jornalístico do principal telejornal da TV Brasil, o Repórter Brasil, visando à identificação dos sujeitos discursivos e das matrizes narrativas nele presentes, que revelam o seu lugar sócio-institucional de fala na sociedade.

Portanto, ao tomar o Repórter Brasil como objeto de pesquisa buscou-se conhecer qual é o modelo de jornalismo público desenvolvido pela TV Brasil. Afinal, ele ocupa quase duas horas diárias da programação ao longo da semana, envolvendo o maior número de profissionais da emissora destinados a um único programa. De segunda a sexta-feira, o telejornal tem duas edições, sendo 45 minutos a partir das 08 horas da manhã e 60 minutos a partir das 21 horas. No sábado, o jornal tem apenas a edição noturna, com meia hora de duração, a partir das 21 horas.

Para dar conta de analisar em profundidade o discurso desse telejornal, foi definido um *corpus* de pesquisa de campo em duas linhas de observação. Por um lado, foram selecionadas algumas coberturas jornalísticas, compostas de ao menos três reportagens, para uma análise em profundidade do discurso jornalístico televisivo, com suas polifonias e heterogeneidades, tomando por base o conteúdo, as fontes ouvidas e as opções narrativas. Por outro lado, realizou-se um segundo procedimento metodológico, confluyente com o primeiro, mas destinado a afinar a observação, a delimitação e a definição do problema/objeto de pesquisa. Para isso, foram gravadas as edições noturnas de uma semana do telejornal e realizada a

decupagem e uma classificação com o objetivo de averiguar o seu comportamento a fim de perceber se o que foi concluído nas análises das três coberturas jornalísticas corresponde à dinâmica própria do veículo ou haveria correções de rumo a serem feitas.

A decisão de não tomar para análise uma única reportagem, a respeito de um determinado tema, foi para evitar idiosincrasias próprias do universo relacional que poderiam haver entre o fato social e o sujeito discursivo, tanto no plano institucional quanto no individual. Já, ao longo de uma cobertura ampliada, permite-se a correção de foco, evitando que um determinado equívoco que se possa cometer numa reportagem seja tomado como a posição firme do sujeito discursivo. Numa cobertura que se estende por vários dias a própria equipe de profissionais e a direção da emissora têm tempo suficiente para rediscutir o tema e a linha de cobertura e corrigir ou potencializar determinado enfoque, definindo com maior exatidão o comportamento do sujeito discursivo em relação ao tema.

A prática de uma redação televisiva ensina ainda que, em função da dinâmica própria de produção, é comum uma reportagem ser pautada e produzida por determinados profissionais sem o conhecimento prévio das chefias. Já a decisão de se realizar uma cobertura continuada passa necessariamente pelo nível das chefias, até mesmo pelo fato de serem realizadas reuniões periódicas de avaliação e correção de rumos. Logo, um equívoco ou acerto de uma única reportagem pode ser atribuído a um determinado profissional, mas quando se trata de uma cobertura com diversas reportagens, a respeito de um único tema, estamos, sim, diante da materialização da linha editorial do veículo.

No processo de afinamento, em busca de maior rigor na observação, foram selecionados três temas que envolvem questões polêmicas, por motivos que serão detalhados na parte metodológica desta tese. As coberturas escolhidas são: a polêmica em torno de erros no livro didático do MEC - maio de 2011; as votações do projeto de lei do novo Código Florestal Brasileiro – maio a dezembro de 2011; a desocupação dos moradores da comunidade do Pinheirinho, em São José dos Campos, São Paulo – janeiro a fevereiro de 2012.

Em paralelo decidiu-se realizar uma pesquisa exploratória, tomando uma semana do Repórter Brasil, para fins de afinamento da escolha das produções

problematizadas e para checar sua possível condição de extemporaneidade ou de parte do próprio processo de produção desse telejornal. Com essa observação, foi possível entender também o contexto televisivo e, mais especificamente, o contexto do referido telejornal. Para essa finalidade foram gravadas as edições do Repórter Brasil veiculadas na semana de 30 de maio a 04 de junho de 2011.

As seis edições noturnas foram gravadas, decupadas e analisadas, com o objetivo de entender fundamentalmente as temáticas, o discurso jornalístico, as opções e a estruturas narrativas presentes nas reportagens desse telejornal e sua possível correspondência com as coberturas jornalísticas analisadas em profundidade. Esse processo também será explicitado na parte metodológica desta tese.

1.1 As Motivações Vitais

Sob o título *Do Mercado à Cidadania - O desafio de novos sujeitos discursivos e de novas narrativas na produção jornalística da TV pública brasileira*, esta tese doutoral é resultado das inquietações de alguém que tem transitado quase que cotidianamente entre os afazeres de profissional da comunicação, de professor da área, de militante de movimentos sociais e pesquisador temporário. Somam-se ainda as diferentes atividades dentro da comunicação, com mais de 30 anos de atuação tanto em meios privados quanto estatais e públicos, incluindo os vinculados à Igreja Católica.

Portanto, de início é bom que se diga: a ciência que busco fazer aqui é comprometida e, por isso, tem um olhar assumido que perpassa os processos de observação e reflexão que, como tal, correm certos riscos de impureza. Contudo, são riscos que assumo, por entender que, em meu caso particular, o pior seria fazer uma pesquisa tão isenta que nem sequer guardaria aderência à realidade comunicacional que me toca viver.

Se este trabalho tem alicerces fincados nessa realidade, ele é fruto também de quatro anos de estudos e, fundamentalmente, de questionamentos a que fui livremente submetido durante as disciplinas cursadas, os seminários e as orientações. Foi um processo importante para um debruçar-se sobre o reservatório

(BONIN, 2006) que incluiu as reflexões em sala de aula, as leituras propostas, a retomada de minha história de participação em alguns estamentos da vida comunicacional brasileira e um mergulho em campo, já no processo de experimentação levando em conta as reflexões teóricas, o conhecimento empírico e a definição do objeto. Esse aprendizado, metodológico teórico-prático, está explicitado na quarta parte deste trabalho.

Foi no mergulho, tanto no repertório próprio como no proposto pelos professores do programa de pós-graduação em ciências da comunicação da Unisinos, que busquei alternativas ao modelo de telejornalismo hegemônico vigente, para se pensar práticas profissionais que justificassem a existência de uma TV pública no país. Nesse processo vasculhei minhas anotações, reflexões e produções audiovisuais,¹ que remontam ao processo Constituinte vivido pelo país no período pós-ditadura civil-militar, exaurida em 1985.

Interessou-me, fundamentalmente, buscar as discussões que se davam em torno da comunicação, tanto nas instituições específicas da área – entidades de classe, acadêmicas e associativas, como nos diferentes espaços dos movimentos sociais. Afinal, a comunicação - assim como a educação, saúde, emprego, transporte, moradia... - passou a ser discutida também nos mais variados espaços comunitários, principalmente naqueles formados pelas diferentes igrejas cristãs históricas².

A comunicação foi classificada por muitos como alienante, especialmente por sua postura de conivência – salvo raras exceções – com a ditadura instalada no Brasil em 1964 e a tendência a uma programação desenraizada da realidade da maioria da população e de costas para a realidade latino-americana. Essa tônica –

¹ Como parte de minha militância, roteirizei e dirigi um vídeo-educativo, intitulado “Somos todos constituintes”, no começo do ano 1986, destinado à mobilização social em torno das eleições que ocorreram naquele ano, para eleger o Congresso Constituinte, que aprovaria a nova Carta Magna do país em outubro de 1988. Esse vídeo faz parte do acervo do Cefúria (Centro de Formação Urbano-Rural Irmã Araújo), com sede em Curitiba, e foi usado especialmente em comunidades das periferias das grandes cidades paranaenses. Seu objetivo era fomentar a discussão sobre a importância de se eleger um Congresso Constituinte comprometido com os interesses das minorias e com os trabalhadores brasileiros.

² Entende-se aqui por históricas as Igrejas de confissão Luterana, Metodista, Presbiteriana e Católica. Esta última tinha a maior quantidade de comunidades organizadas, especialmente a partir das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e das pastorais sociais.

um pouco maniqueísta - na compreensão da comunicação, de alguma maneira, atravessava e dava unidade à crítica aos meios de comunicação de massa.

Foi à luz desse pensamento – os meios de comunicação responsáveis por grande parte dos males da sociedade – e início de um novo processo de compreensão do papel dos meios de comunicação na sociedade, que na primeira metade da década de 1980 nos espaços de militância sindical, fundamentalmente no âmbito da Fenaj – Federação Nacional de Jornalistas – foi se dando a luta por liberdade de imprensa e compromisso ético no processo de busca, construção e veiculação da informação. Em espaços acadêmicos, como a Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação - as discussões giravam em torno do desenvolvimento das ciências brasileiras da comunicação, com profunda inserção na realidade social, político-econômica e cultural do país.

Dentro de todo esse processo tive maior atuação na UCBC (União Cristã Brasileira de Comunicação Social), ideologicamente pelo vínculo com os movimentos sociais, além do mundo acadêmico. Surgida em 1969, a entidade, ecumênica, impulsionou nos anos 1970, momento de recrudescimento da ditadura civil-militar, e 1980 estudos referentes às práticas comunicacionais. A UCBC assumia ali um papel de viabilizadora das discussões em torno da democratização dos espaços e processos comunicacionais, com grande aproximação das comunidades e agentes de comunicação popular.³

No período pré-Constituinte, que vai de 1986 a 1988, a entidade desenvolvia, havia alguns anos, o projeto LCC - Leitura Crítica da Comunicação - que possibilitava às comunidades uma metodologia de análise da produção midiática. Embora haja críticas a serem feitas àquele processo, que não cabe retomar aqui, fato é que foi um momento importante por disponibilizar processos educativos, baseados na pedagogia de Paulo Freire, ao alcance das comunidades, incentivando-as a discutir um tema muitas vezes considerado estranho e além de seus afazeres.

³ Para conhecer a história da UCBC, recomenda-se a leitura de *A comunicação cristã em tempo de repressão: a história da UCBC de 1970 a 1983*, de Pedro Gilberto Gomes, editado pela Unisinos em 1995.

A tônica das discussões que se davam no âmbito da UCBC e, de uma maneira geral, nas comunidades e movimentos populares Brasil afora era em torno da necessidade de democratizar a propriedade dos meios de comunicação, especialmente no acesso às concessões de canais públicos. O surgimento das rádios livres – chamadas pelos meios comerciais de comunicação de *piratas* – foi um marco importante ao forçar a própria contradição do discurso pela liberdade de imprensa. Afinal, a perseguição – que se mantém ainda hoje no país – a essas rádios coloca em xeque esse conceito de liberdade liberal, revelando ser de um tipo de imprensa: a comercial, amparada pelo Estado. Era um momento nacional importante, quando, além dessas rádios, houve a gestação de inúmeras iniciativas de produção alternativa e de criação de outros meios, como a TVT (Televisão dos Trabalhadores), vinculada ao então poderoso Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em São Paulo. Multiplicaram-se, por exemplo, instituições de cunho popular e/ou vinculado a uma instituição de igreja que se dedicam à produção de vídeos, manuais e realização de oficinas de comunicação.

Cabe aqui registrar que houve importantes críticas, perfeitamente procedentes, feitas posteriormente àquele trabalho, especialmente por seu caráter instrumental tanto na forma de analisar como de produzir comunicação. Contudo, é salutar compreender a ação em seu tempo histórico, para entender tanto seus limites quanto seus importantes avanços naquele momento. Afinal, foi a partir do momento em que a sociedade civil sentiu-se desafiada a produzir comunicação que começou a perceber suas próprias incoerências e, a partir da própria crítica, iniciar processos novos de comunicação, sofisticando a análise da comunicação de massa e criando meios e formas de comunicação que marcaram aquele momento da vida nacional, como veremos ao longo desta tese.

Fruto dos avanços da comunicação desenvolvida pela sociedade civil foi a capacidade das forças sociais, em grande parte mobilizadas por organizações populares e pastorais sociais das igrejas cristãs – fundamentalmente a Católica -, assim como por partidos de esquerda – especialmente o Partido dos Trabalhadores (PT) de então – de discutir a comunicação e influir nos rumos dados ao tema pelo Congresso Nacional Constituinte. Na realidade, há estudos importantes em outras áreas que atestam a importância das mobilizações sociais nos avanços

contemplados na Constituição Brasileira de 1988, como no campo da saúde e da educação, por exemplo, mas muito pouco sobre os avanços obtidos no campo da comunicação. Isso é grave do ponto de vista histórico, porque gera consequências que descaracterizam o sentido de tais conquistas, construídas à custa de muito trabalho de mobilização social.

Refiro-me, especialmente ao artigo 223, da Carta Magna, que determina que em toda concessão de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens deve ser “observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal”. Aqui cabem, a priori, duas observações: 1ª) público e estatal são coisas diferentes; 2ª) privado, público e estatal se complementam. Vale dizer: sem um deles não há democracia política, econômica, social e cultural.

No entanto, esse preceito constitucional vem sendo ignorado por um lado e criticado por outro, como um equívoco, portador de uma duplicidade sem sentido entre o público e o estatal. As críticas se baseiam fundamentalmente no fato de que as definições referentes à Comunicação integram o título da **Ordem Social** na Constituição Brasileira de 1988, o mesmo que trata da Saúde e da Educação, e que ambas foram regulamentadas em apenas dois sistemas: o público e o privado.

Se seguidos os parâmetros da positivação da saúde e da educação na Constituição de 1988 a comunicação teria também apenas dois sistemas: o público (que também é estatal principalmente pela sua forma de financiamento) e o privado (que pode ou não ser comercial), dentro de um Sistema maior que poderia ser o Sistema Nacional de Comunicação (CARVALHO, 2010, p. 7).

Embora seja cabível, esta afirmação se baseia no desconhecimento das discussões próprias dos campos da educação e da saúde ocorridas no período constituinte. Para se ter uma ideia, ao menos das discussões no âmbito educacional, vale ler o artigo “O público, o privado e o estatal no pensamento educacional brasileiro”, do professor Nicholas Davies. Ele traz as discussões de grandes pensadores da educação brasileira, como Dermeval Saviani e Moacir Gadotti, entre outros, e demonstra que tivemos “nas discussões da educação na Constituinte de 1987-88 três conceitos sobre o público, segundo a pesquisa de Pinheiro (1996): ‘o público mantido pelo Estado; o público não-estatal; e o público como serviço público’”. Aqui há, pois, uma diferença importante em relação à

proposta de Carvalho, que propõe um duplo uso do conceito de privado, enquanto na educação o conceito em questão é o público.

Ainda no campo educacional, Sofia Lerche Vieira lembra que a Comissão de Estudos Constitucionais elaborou em 1986, para a Constituinte, uma proposta que buscava superar a dicotomia entre o estatal e o privado, propondo uma terceira via, denominada de comunitária. Essa proposta teria contado com a adesão de "altas esferas da burocracia estatal" (VIEIRA, 1987, p. 8). Portanto, o conceito de público tampouco é uma questão resolvida no âmbito educacional, cabendo salientar ainda que as formas de organização nos campos da educação e da comunicação são consideravelmente diferentes.

O tiro de misericórdia nessa argumentação foi trazido a público por Venício Artur de Lima (2011), no livro *Regulação das comunicações – História, poder e direitos*. Ele recorre ao depoimento do ex-senador pelo Rio de Janeiro, Artur da Távola, deputado constituinte e relator também do capítulo de Educação e Cultura da Constituição Federal, durante reunião, em 1999, da antiga Subcomissão de Rádio e Televisão da Comissão de Educação do Senado.

Havia naquela época uma pressão muito grande das empresas privadas na questão da Educação, e tínhamos o problema político de tirar da mesma luta as (escolas) privadas qualificadas e as (escolas) privadas comerciais de educação. Em outras palavras, a Igreja, algumas escolas evangélicas importantes acabavam ficando no mesmo bolo dos tubarões do ensino, porque a questão da educação privada é que as unificava. E criamos no capítulo da Educação essa ideia da instituição pública que não é necessariamente estatal, desde que sem fins lucrativos, desde que comunitária, desde que filantrópica. Isso na época foi combatido, não foi aceito nem pela esquerda nem pela direita (...) a ideia de um público que represente não apenas o Estado, mas o que houver de possivelmente organizado na chamada sociedade. Eu tinha em mente que havíamos criado essa figura da entidade pública ao lado das entidades estatal e privada, e pareceu-me importante criá-la também dentro da comunicação (TÁVOLA, 1999 apud LIMA, 2011, p. 97).

Rejeitado, em princípio, tanto pela direita quanto pela esquerda, conforme disse o ex-senador, a distinção se faz presente, recorda Lima, no artigo 213 da seção I (Educação) do capítulo "Da Educação, da Cultura e do Desporto". Diz o texto:

Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:

I – comprovem finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;

II – assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao poder público, no caso de encerramento de suas atividades.

Portanto, não é verdade, destaca Lima, que a “distinção entre privado, público e estatal só ocorra na radiodifusão. Ela começou, originalmente, nos sistemas educacionais” (LIMA, 2011, p. 98).

No campo da saúde, também trazido por Carvalho para esta reflexão, as discussões não são muito diferentes, salvo igualmente as formas de organização para o provimento desse bem público. As próprias conferências nacionais da Saúde, que remontam ao processo constituinte, trazem a convocatória tripartite, em que a sociedade civil organizada – com representações do movimento indígena, das pastorais da saúde e da criança, apenas para ficar em alguns exemplos – ocupa o lugar dos usuários do sistema. Não são, portanto, nem privado nem público-estatal.

Aliás, quem já participou de pelo menos uma conferência nacional da saúde⁴ pode observar que os debates ali são ácidos e estabelecem clara diferenciação entre as esferas privada, público-estatal e público-comunitária (usuários).

Na realidade, a afirmação de Carvalho, que tem lá sua lógica, carece de maior discussão. O argumento dos que combatem a distinção entre o sistema estatal e o sistema público de radiodifusão se baseia no fato de que tudo o que é estatal é considerado público, como uma “empresa pública”, por exemplo.

Nesse sentido, sim, é verdade. O estatal deve ser público. Mas a questão aqui é outra. Trata-se da convivência entre três sistemas que, embora tenham em comum a prioridade de atendimento ao interesse público, são controlados pelo Estado, pela iniciativa privada e pelo público (LIMA, 2011, p. 98).

⁴ Como representante da Coordenação Nacional a Pastoral da Criança, organismo de ação social da CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, participei da 10ª e da 11ª conferências, realizadas respectivamente de 2 a 6 de setembro de 1996 e de 15 a 19 de dezembro de 2000, em Brasília.

O autor recorda ainda um documento entregue ao presidente eleito Tancredo Neves, em dezembro de 1984, pelo Centro de Estudos de Comunicação e Cultura, em que dizia:

Sem prescindir tanto do Estado quanto da iniciativa privada, este documento privilegia a criação e a consolidação de um sistema público de radiodifusão. Entendemos como sistema público aquele que, sendo financiado tanto por contribuições diretas do público como pelo Estado e/ou pela iniciativa privada, tem, todavia, sua programação sob controle de segmentos organizados da sociedade civil (CEC, 1984 apud LIMA, 2011, p. 99).

Portanto, apostar que se trata de um equívoco ao defender essa diferenciação entre TV pública e TV estatal é relativizar o argumento dos grupos organizados da sociedade naquele momento histórico. Mesmo antes do mandato constituinte, Artur da Távola mantinha reuniões em diversas partes do Brasil com instituições da sociedade civil organizada, que lutavam bravamente para que esse dispositivo fosse incluído na nova Constituição Federal. É a posição que ele defende enquanto deputado federal constituinte, lembra a própria Mariana Carvalho:

O parlamentar constituinte Artur da Távola (1987) na sua justificativa pela introdução da idéia da complementaridade na Carta Magna de 1988, disse que não havia na sociedade apenas as forças do Estado e do capital e que, portanto, um sistema organizado por instituição da sociedade que funcionasse independente do Estado e do capital seria importante para a democracia (CARVALHO, 2010, p. 6).

É preciso ressaltar que a defesa que o deputado fazia no Congresso Nacional Constituinte expressava uma heterogeneidade de vozes que iam dos agrupamentos sindicais a organizações populares e as ligadas a diferentes igrejas cristãs, que se mobilizaram em torno do sonho de uma constituição que garantisse a ampliação da cidadania no país, incluindo o que se chama hoje de direito humano à comunicação.

Para mim, essa discussão ganha ainda maior força quando, no mergulho no reservatório sugerido nas disciplinas do doutorado me aproximo das reflexões em torno de diversos textos e, de maneira especial, das propostas que Boaventura de Sousa Santos (2005) faz a partir da crítica ao modelo de regulação social da Modernidade. Para o autor, essa regulação não pode estar mais sobre os pilares do

Estado e do mercado como se pretende crer hoje, “senão em três pilares: Estado, mercado e comunidade” (2005, p. 205).

A comunidade, apontada por Boaventura Santos como o elemento novo para garantir democracia na regulação social, representa basicamente as mesmas instituições da sociedade que funcionam “independente do Estado e do capital” evocadas pelo então deputado Artur da Távola, quando tratava da necessidade de garantir democracia no sistema de comunicação brasileiro. Ambos condicionam a democracia à presença dessa terceira força, desse terceiro agrupamento de instituições que não pertencem nem ao Estado e nem ao mundo empresarial, mas que são fundamentais no processo de representatividade social.

Entendi, então, que estava localizada aqui a relevância de minha pesquisa, por me permitir checar a atualidade de discussões levadas a cabo pelos movimentos sociais e demais entidades da sociedade civil organizada em meados dos anos 1980. Enfim, poderia contrapor os arazoamentos que motivaram aquelas lutas com os argumentos e práticas implementadas hoje por uma imensa maioria que não vivenciou aquele momento, ou que, por razões de militância distinta ou lugar social então ocupado, não esteve nessa mesma trincheira de luta naquele momento em que se sonhava reinventar a democracia brasileira.

Logo, esta pode ser uma das contribuições desta pesquisa para o campo da comunicação, especialmente para a TV pública brasileira, objeto inicial de minhas preocupações. Foi aí que me aproximei de outra teoria de Jesús Martín-Barbero que propõe pensar a comunicação a partir de dois ângulos distintos: o da institucionalidade e da sociabilidade.

Se olhada desde a sociabilidade, a comunicação se revela questão de fins – da constituição do sentido e do fazer-se e se desfazer da sociedade -; olhada desde a institucionalidade, a comunicação se converte em questão de meios, isto é, de produção de discursos públicos cuja hegemonia se acha hoje paradoxalmente do lado dos interesses privados (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 234).

Logo, se do ponto de vista da institucionalidade meu projeto de pesquisa tinha contextura, faltava repensar o âmbito da sociabilidade. Isto é, em que uma TV pública deve ser diferente de uma TV comercial quanto à construção de sentidos no

processo de constituição da sociedade. Para mim, essa busca deveria se dar no campo da produção jornalística, como produtora de bens simbólicos. É o que busquei produzir, para efeito deste estudo.

1.2 O Abstrato para Entender o Concreto

Para vislumbrar o que almejava me propus a construir uma base sedimentada em alguns tentáculos, como se fora uma plataforma desde onde se pode observar a comunicação realizada para inferir que função desempenha na articulação da vida nacional nos seus aspectos político, econômico, social e cultural, especialmente enquanto produção simbólica.

Trata-se de ter um construto a partir de onde se possa entender o objeto observado que, se tomado no seu todo, pode revelar-se caótico, incapaz de aferição. Seria incorrer no mesmo erro, citado por Marx (1977), de iniciar pela população um estudo sobre economia política. Embora sujeito e base do ato social de produção, lembra ele, a população é uma abstração se desprezarmos, por exemplo, as classes de que se compõe. Por seu lado, continua Marx, essas classes são uma palavra oca se ignorarmos os elementos em que repousam, por exemplo, o trabalho assalariado, o capital, etc. “Assim, se começássemos pela população teríamos uma visão caótica do todo, e através de uma determinação mais precisa, através de uma análise, chegaríamos a conceitos cada vez mais simples” (MARX, 1977, p. 228).

Este erro de análise, referido por Marx, guarda enorme semelhança ao que está acontecendo hoje quando se pensa televisão. A TV Pública, por exemplo, é tomada sem levar em conta, por um lado, os preceitos constitucionais e os seus patrocinadores/mantenedores, e, por outro, os seus produtores de discurso, suas rotinas de produção, as matrizes narrativas, mas fundamentalmente sem ter presente o lugar social de fala e, como tal, a ancoragem das lógicas narrativas de seus enunciados jornalísticos no processo de produção simbólica.

Tal qual a população em Marx, a mídia pública torna-se, então, um todo caótico, indivisível. Olhamo-la apenas a partir da lógica de mercado e, quando muito, da lógica governamental. O conceito de pública, nela embutido, deveria implicar

novas categorias constituintes a se espriarem pelo lugar desde onde se narra, pelas temáticas e abordagens outras que não as já instituídas. Na forma como vem sendo feita essa discussão, o sentido de público está restrito ao embate entre o privado e o estatal, mas ele é de outra ordem e pede novos olhares.

Logo, para fugir do caótico, foram realizados, para a produção da tese, dois movimentos. No primeiro, a comunicação é tomada a partir dos diversos fenômenos que a constituem. Ou seja, a comunicação não existe em si nem para si, existe enquanto sociedade e para a sociedade. Tomada isoladamente ela é descontextualizada e, por isso, transformada num elemento caótico em si mesmo, algo disforme, vazio. Isso equivale a dizer que esta análise pretendeu tomar a comunicação produzida, e exclusivamente ela, mas enquanto discurso constituído, opção narrativa e enunciado que comporta conteúdos simbólicos, afinal “a palavra revela-se, no momento de sua expressão, como o produto da interação viva das forças sociais” (BAKHTIN, 2004, p. 66). Portanto, é a comunicação enquanto ‘fundadora’ de sentidos e contextos sociais.

O segundo movimento implicou em tomar a TV Pública enquanto instituição a serviço de certos interesses políticos, econômicos, sociais e culturais; portanto, enquanto política de comunicação destinada a uma determinada sociedade, aquela almejada.

Logo, para realizar esta pesquisa, os tentáculos propostos como plataforma desde onde se olha este objeto comunicacional são: o **discurso jornalístico**, tomado por uma instituição construtora e difusora de bens simbólicos; a **narrativa**, para entender os sentidos criados a partir do ato da enunciação; a **cultura**, para entender a comunicação como fenômeno ampliado e não reduzido a meios e, quando muito, processos; a **cidadania**, para entender o interesse, a ideologia do olhar; e a **sociedade civil organizada**, para entender a sociedade do devir ou, talvez, da utopia.

A partir deste construto, a proposta de estruturação desta tese envolveu o estudo e aprofundamento de alguns temas em busca de dar-se conta da problematização teórica requerida e dos passos a serem levados a campo no processo de pesquisa.

Portanto, este trabalho está dividido em cinco grandes partes, além das considerações finais. A primeira parte é destinada a uma aproximação do tema, para entender a questão da TV Pública no Brasil e na América Latina. Na segunda parte se encontra uma imersão na comunicação, tratando dos desafios do jornalismo na construção do conhecimento, a função social do jornalismo e as diferenciações entre narrativa autoritária e narrativa dialógica. A terceira parte está reservada ao estudo dos desafios contemporâneos da Cidadania; da Sociedade Civil organizada e sua relação com o Estado e o mercado; da Cultura e os novos desafios da sociabilidade; e de uma TV pública, enquanto promotora de um jornalismo público. A quarta parte destina espaço à explicitação de toda a processualidade metodológica para se chegar à configuração do projeto de pesquisa de campo e ao trabalho de observação e análise propriamente dito, incluindo os instrumentos de análise levados a campo no processo de pesquisa. A quinta parte é o trabalho de campo propriamente dito. E, por fim, estão as análises conclusivas de todo o processo.

2 MINARETES CONTEMPORÂNEOS

Há uma constatação de parte dos profissionais da comunicação e de lideranças ligadas a entidades da sociedade civil organizada, que discutem a função das instituições de comunicação do campo público⁵, de que a produção jornalística televisiva, fundamentalmente nesses meios, acaba por basear-se num olhar alicerçado no mercado e também no governo de turno, relegando o Estado e a sociedade civil organizada a um segundo plano. Os temas abordados e fontes ouvidas, bem como as lógicas narrativas que dão consistência a tais reportagens e demais produtos jornalísticos, isto é, o fio-condutor e a tessitura de tais narrativas, são as oferecidas pela economia de mercado - fundamentalmente um modelo de desenvolvimento baseado em sua face neoliberal - e pelo mundo da política partidária - fundamentalmente o governo de turno -, com raríssima presença da sociedade civil organizada. É rara a presença, também, de temas, fontes e lógicas narrativas baseadas na cotidianidade das populações, nas suas formas próprias de narrar, de contemplar os fatos, de olhar a vida, o outro, as coisas. E muito menos se faz presente ali uma lógica narrativa destinada à consolidação da solidariedade entre as pessoas e especialmente à construção da cidadania. Quando esses valores (solidariedade e cidadania) aparecem, estão circundados pelo viés restrito da caridade, sem a sua dimensão de justiça, na forma como adverte o proscrito bispo francês Jacques Gaillot:

Como disse o escritor Victor Hugo: “Fazemos caridade quando não conseguimos impor a justiça”. Porque não é de caridade que precisamos. A justiça vai às causas; a caridade, aos efeitos. Eu não estou dizendo que não se deve ajudar com um prato de sopa ou um abrigo a quem está nas ruas. Existem urgências. Eu faço isso, mas minha consciência não fica tranquila, porque penso que devemos lutar

⁵ A designação de “campo público de televisão” surgiu em 2006, quando dirigentes das televisões educativas e culturais (ABEPEC), universitárias (ABTU), comunitárias (ABCCOM) e legislativas (ASTRAL) se reuniram para formar um grupo de discussão e interlocução com o Governo Federal, que se propunha fazer uma remodelação da TV Pública no país, que culminou no ano seguinte com a criação da EBC (Empresa Brasil de Comunicação), reunindo basicamente três emissoras do Governo Federal já existentes: Radiobrás, TVE Rio e TVE Maranhão. A formação desse grupo resultou na realização do 1º Fórum Nacional de TVs Públicas, realizado pela Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura, em maio de 2007, em Brasília.

contra as causas estruturais que prendem essas pessoas na injustiça.⁶

De fato, a caridade está no plano individual e é movida pela dimensão emocional do indivíduo, sem a necessidade de se questionar, em si, as estruturas políticas e econômicas da sociedade em que ela acontece. Aliás, não há conflito nem divergência significativa em torno da caridade; há admiração, encantamento, veneração, lisonjas... Eis substantivos caros a uma audiência sempre carente de modelos de concórdia social. Por isso, a caridade é muito bem-vinda aos espaços televisivos contemporâneos, sempre afeitos a questões emocionais, a particularidades que nos recompõem em nossa condição de seres desejosos de experiências positivas de relações humanas. A história de uma senhora que goza de uma boa condição de vida e abre mão disso para dedicar-se a causas dos empobrecidos, assim como de um gari que encontrou no lixo grande quantidade de dinheiro e foi em busca de seu “dono”, como já vimos em diversas ocasiões em telejornais nacionais, merecem grandes espaços na TV, e até com certa razão. No entanto, as lutas por cidadania, por justiça social, pela igualdade de condições sociais dos empobrecidos (aqueles mesmos ajudados pela senhora abastada) e dos garis de qualquer parte do país encontram enormes dificuldades porque são sempre lutas que provocam confrontos, que engendram e expõem uma velada luta de classes, porque questionam o modelo de desenvolvimento econômico e social trazido pelo capitalismo e referendado no fundamentalismo de mercado.

Como veremos mais adiante, tomando por base uma reflexão de Boaventura de Sousa Santos (2005) sobre os conceitos de exclusão e desigualdade, é possível que o telejornalismo praticado nestas bandas do mundo, incluindo o jornalismo produzido em meios públicos, esteja disposto (o que em si é louvável) a assumir lutas contra as exclusões sociais, mas não tem o mesmo empenho quando são travadas lutas contra as desigualdades sociais.

Ao que tudo indica, esse é um viés que vai definindo tanto a questão da narrativa quanto a seleção de pautas, que elege o que é e o que não é um acontecimento jornalístico, moldando um tipo de jornalismo aqui praticado. Pierre

⁶ Ver "Não é a velha Europa que dá o exemplo, é a América Latina". Entrevista com Jacques Gaillot, IHU OnLine (www.ihu.unisinos.br), 21/1/2011.

Bourdieu lembra que “os jornalistas têm ‘óculos especiais’ a partir dos quais vêem certas coisas e não outras, e veem de certa maneira as coisas que vêem” (BOURDIEU, 1997, p. 25). E é esse olhar que vai povoar o imaginário social midiático, porque é a partir dele que se define, na prática, o que terá acontecido e o que não aconteceu, pois não foi noticiado. E isso é ainda mais significativo para a formação social de um povo quando se trata do veículo televisão, presente hoje na quase totalidade dos lares brasileiros.

Bourdieu insiste que a televisão tem uma espécie de monopólio de fato sobre a formação das cabeças de uma parcela muito importante da população, e lamenta que temas tão caros à sociedade sejam ignorados, para darem espaço a outros, mais afeitos a fugacidades. O autor afirma que quando a TV insiste, por exemplo, “nas variedades, preenchendo esse tempo raro com o vazio, com nada ou quase nada, afastam-se as informações pertinentes que deveria possuir o cidadão para exercer seus direitos democráticos” (BOURDIEU, 1997, p. 23-24). Ele alerta, inclusive, para duas situações no processo informativo televisivo que incidem diretamente sobre a formação da realidade no imaginário social, que são os mecanismos de ocultação e os de tergiversação dos fatos:

Desejaria dirigir-me para coisas ligeiramente menos visíveis mostrando como a televisão pode, paradoxalmente, ocultar mostrando, mostrando uma coisa diferente do que seria preciso mostrar caso se fizesse o que supostamente se faz, isto é, informar; ou ainda mostrando o que é preciso mostrar, mas de tal maneira que não é mostrado ou se torna insignificante, ou construindo-o de tal maneira que adquire um sentido que não corresponde absolutamente à realidade (BOURDIEU, 1997, p. 24).

No entanto, mais do que um fenômeno restrito a mecanismos de manipulação da realidade, como desavisadamente pode parecer, estamos diante de um fenômeno próprio de mediação do acontecimento entre o real-histórico e a telerrealidade (SODRÉ, 1994), que nos leva a dimensão perceptiva de dois acontecimentos distintos, embora referenciados: o acontecimento, enquanto fato social, e o acontecimento jornalístico, enquanto difusão desse mesmo fato, mas já a partir da mediação própria dos recursos da linguagem específica do meio. Trata-se,

segundo García Canclini (1998), de uma cultura urbana, reestruturada ao ceder o protagonismo do espaço público às tecnologias eletrônicas.

Como tudo na cidade “acontece” porque a mídia o diz e como parece que ocorre como a mídia quer, acentua-se a mediatização social, o peso das encenações, as ações políticas se constituem enquanto imagens da política. Daí que Eliseo Verón afirme, de forma radical, que participar é hoje relacionar-se com uma ‘democracia audiovisual’, na qual o real é produzido pelas imagens geradas na mídia (GARCÍA CANCLINI, 1998, p. 290).

Os meios, e de forma especial a televisão, vão se tornando espécies de minaretes por onde ecoam as novas vozes, as novas ordens, os novos modos de pertença, modos de ser individual e social, num processo de mediatização da sociedade. Muniz Sodré propõe o conceito de telerrealidade dizendo que significa a produção de um espaço/tempo social absolutamente novo.

O espaço implica o conceito de um modo de constituição das coisas enquanto podem ser vistas, tocadas, apreendidas. O remanejamento das coordenadas históricas de tempo e espaço só pode evocar a magia, a bruxaria tecnológica do Ocidente. (...) a técnica televisiva é realmente mágica por multiplicar infinitamente o poder de ubiquidade do espectador, agora confrontado a uma (tele) realidade simultânea, instantânea e global (SODRÉ, 1994, p. 31).

Estamos, portanto, diante de uma nova realidade, em que não há, segundo Bourdieu, discurso nem ação

que, para ter acesso ao debate público, não deva submeter-se a essa prova de seleção jornalística, isto é, a essa formidável *censura* que os jornalistas exercem, sem querer saber disso, ao reter apenas o que é capaz de lhes interessar, de ‘prender sua atenção’” (BOURDIEU, 1997, p. 67).

Dá mesmo a impressão de que muitos jornalistas que trabalham em TV pública não estão interessados em refletir sobre essa situação apontada por Bourdieu. Não raro, em reuniões e processos avaliativos de que participei, especialmente no âmbito da então TV Educativa do Paraná, mas também nas primeiras reuniões referentes à programação da TV Brasil, em 2008 e 2009, as discussões pareciam resvalar o tempo todo nessas questões sem entrar num

aprofundamento sobre como ampliar o leque informativo tanto na seleção de pautas quanto na pluralização de fontes e narrativas. Quando propostos, esses temas eram rapidamente desqualificados, considerados extemporâneos e as discussões sempre oscilavam em duas direções: ora se propunha a fazer uma TV pública livre do governo de turno, mas muito parecida ao modelo privado, tomado de antemão como exemplo de ‘liberdade de imprensa’, numa visão própria das sociedades liberais; ora o debate se referia a uma disputa de quem estaria com a razão: ‘eles’ (das TVs comerciais) ou ‘nós’ (das TVs públicas). As verdades aqui em disputa eram sempre parciais e restritas às ações de governo e de mercado e confinadas a uma compreensão de modelo comunicativo definido no terreno do estruturo/funcionalismo norte-americano.

Não resta dúvida de que só a possibilidade de haver uma segunda versão a respeito de um mesmo fato já é uma contribuição importante à democracia e, portanto, à sociedade. No entanto, ainda é pouco para as potencialidades que os meios de comunicação granjearam na sociedade contemporânea, como dinamizadores da própria vida social.

Por outro lado, não se trata de negar a importância das relações econômicas e de consumo na vida social. Afinal, “consumir é tornar mais inteligível um mundo onde o sólido se evapora” (GARCÍA CANCLINI, 1995, p. 59) e consumir também poderia ser um ato de cidadania, afirma o autor. Logo, em vez de se buscar perfis comunicacionais mais afeitos a comportamentos religiosos de disputa entre o *bem* (TV estatal) e o *mal* (TV privada) ou vice-versa, a questão aqui é estabelecer um nexo de complementaridade entre ambas, como legítimas representantes de uma sociedade plural, multicultural, ao mesmo tempo em que se ressenete a falta de uma TV realmente pública, isto é, não estatal.

A crítica, portanto, a ser estabelecida dirige-se às emissoras de TV que, seja qual for a sua institucionalidade, deveriam espelhar em suas programações, em seus agendamentos, fontes e narrativas a diversidade cultural do país e a pluralidade de concepções políticas e modelos de desenvolvimento propostos pelos diferentes agrupamentos sociais, sem pesos diferenciados para um ou outro lado. Há um direito, que é de todos, de conhecimento da pluralidade e da diversidade

cultural do país, antes do direito de um grupo – de classe, étnico ou político – de mostrar apenas o que por ele seja cancelado.

A falta reclamada aqui, portanto, é de pluralização tanto de pautas e fontes quanto de matrizes narrativas, em que o *fio condutor* de um programa, uma reportagem, uma nota⁷, uma entrevista, um comentário jornalístico, não esteja circunscrito aos ganhos financeiros de uma pessoa, aos lucros de uma empresa, aos dividendos de uma ação ou iniciativa empreendedora, ao sucesso de um governante ou ainda restrito a quem tem o comando de tal ação, um herói, um vencedor de uma competição, de um título no esporte ou de uma vaga no mercado de trabalho. O tom da cobertura jornalística hoje parece indicar que somos todos participantes de uma grande gincana pela sobrevivência, pela demonstração de poder e de capacidade de vencer os outros que comigo dividem este espaço/tempo social. Ser o vencedor é chegar primeiro, é acumular mais, é ter mais, mas é fundamentalmente aparecer mais.

Dá a ideia de que estamos vivendo o regurgitar de uma nova “lei da selva”, cuja alma que nos impulsiona à vida é a luta pela sobrevivência baseada no equilíbrio das espécies pelas espécies. Talvez uma redução da “alma intelectual” em “alma sensitiva”, para usar a classificação de Aristóteles (2001)⁸. Por essa dinâmica, ‘sobreviveria’ o mais forte, estabelecendo-se, no âmbito social, uma sequência em forma de gradação humana, entre o mais forte e o mais fraco, o rico e o pobre, o poderoso e o pária, o bonito e o feio, o elegante e o ‘jeca’, e assim sucessivamente. É, de alguma maneira, a legitimação das classes sociais – sem, no entanto, aceitar a luta de classes - assumidas especialmente na medição de audiência como

⁷ No jargão do jornalismo televisivo, um telejornal é composto fundamentalmente de reportagens, entrevistas, comentários e nota pelada (notícia lida pelo âncora) e nota coberta (notícia lida pelo âncora e coberta com imagens referentes ao tema da informação), podendo ainda ser acrescido de Nota pé (informação complementar dada pelo âncora após uma reportagem), *link*, *stand up* e outros formatos, como veremos mais adiante.

⁸ Não se trata aqui de desconhecer a importância das emoções na formação humana, como se a racionalidade fosse, por si só, o apogeu do desenvolvimento humanístico. A ideia aqui é apenas a de destacar a existência de um ser que parece incapaz de pensar no outro, na sociedade, senão unicamente pelo instinto de sobrevivência. É neste sentido, apesar de restritivo, vale o tratado que Aristóteles faz sobre a alma, classificando-a em três tipos, que *grosso modo* pode ser assim resumido: a Alma Nutritiva, própria dos vegetais; a Alma Sensitiva, alcançada pelos animais, que também têm a primeira; e a Alma Intelectiva, que só o ser humano a possui, por ser dotado de intelecto, de desejo de conhecer. Os humanos são, então, segundo o filósofo, o único ser portador dos três tipos de alma. Da Alma (De Anima). Tradução de Carlos Humberto Gomes. Lisboa: Edições 70, 2001.

pontuação de mercado, como o faz o Ibope (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística), catalogada entre A, B, C, D e E, de acordo com a renda social.

O que se vê, portanto, na imensa maioria dos espaços jornalísticos televisivos são narrativas que subjetivamente edificam dois ditos populares: “quem pode mais chora menos” e “cada um por si e Deus para todos”, analisados no campo social como as expressões pujantes do individualismo presente na sociedade. Calharia muito bem a esses profissionais uma profunda reflexão em torno da Ética Utilitarista, de John Stuart Mill (2000).

Ao lado desses temas elevados à condição de acontecimentos jornalísticos e dessas fontes ditas qualificadas, e também em paralelo a essas matrizes narrativas, faz-se necessária a inclusão de outros temas, fontes e modelos explicativos da vida social baseados na solidariedade e na cidadania, não como ação extemporânea, manifestada em tempos de calamidade social ou de explicitação da miséria humana, mas como prática cotidiana, como forma de ser, de viver, de portar-se em família, em comunidade, no trabalho, na escola, nos espaços religiosos, nos lugares de diversão, nas viagens, no caminhar cotidiano de uma vida qualquer.

2.1 TV Pública no Brasil

Longe de se criar aqui um espaço destinado a lamentações, é preferível apostar na constatação de um momento muito singular no país, com a criação e potencialização de uma TV pública de caráter nacional - a TV Brasil - e vislumbrar o que essa nova configuração midiática pode trazer como ar de rejuvenescimento à vida política, econômica e social brasileira, fundamentalmente no aprofundamento do processo democrático, que possa se expandir de sua vertente política para dilatar-se nas dimensões econômicas, sociais e culturais.

A expectativa de que a criação da TV Brasil pudesse mexer com o *status quo* vigente está no próprio fato de que a sua existência foi - e ainda é - recheada de discussões que acirram posições ideológicas tanto no âmbito do Congresso Nacional quanto nos espaços da grande mídia privada e da sociedade civil organizada. A decisão do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva de criar a EBC (Empresa Brasil de Comunicação) e consolidar o sistema público brasileiro de rádio

e TV fez fremir setores importantes da sociedade e arrepiou outra parte considerável. Desde o seu lançamento em 2007 ouvem-se gritos de Norte a Sul do país, trazendo à baila uma discussão importante e que revela concepções amoitadas de um tipo de comunicação que vieram crescendo à luz de uma prática comunicacional sedimentada numa tendência a crer que mídia pública é necessariamente estatal, que mídia estatal é necessariamente governamental, e ainda que mídia estatal/governamental é intrinsecamente antidemocrática, enquanto mídia privada é sinônimo de democracia, travestida, por isso mesmo, de uma aura de detentora *per si* da liberdade de expressão.

A mídia privada, aliás, não cansa de acosar a EBC, chegando a pedir sua extinção, como o fez o jornal Folha de S. Paulo, em editorial do dia 31 de julho de 2009, sob o argumento de que se está gastando muitos recursos públicos, para uma baixa audiência. O problema é que, apesar desses alaridos, as discussões em torno da existência e da prática da mídia pública no Brasil carecem ainda de rumo. Se, de fato, o papel a ser desempenhado pela TV Brasil for o de apresentar o mesmo olhar já plasmado pelas televisões comerciais⁹ a respeito dos mesmos fatos, acontecimentos, ainda que consiga grande audiência, a existência dessa televisão não fará muito sentido. E há indícios de que, ao menos em parte, isso esteja ocorrendo com a TV Brasil nesse curto espaço de existência.

Por coincidência, no mesmo dia 31 de julho de 2009 o então Ouvidor da TV Brasil, o jornalista e professor Laurindo Leal Lalo Filho, recebeu uma interpelação encaminhada pelo jornalista Mário Augusto Jakobskind¹⁰, cobrando uma posição diferenciada da TV Brasil em relação aos veículos comerciais sobre a cobertura do golpe de estado em curso em Honduras. Jakobskind afirmou que a diretora de jornalismo da emissora na época, Helena Chagas, hoje ministra da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, “valeu-se de informação de uma fonte, a *France Press*, para assinalar que na reforma constitucional que seria submetida a

⁹ Não se está aqui afirmando que todas as TVs comerciais são iguais. Afinal, enquanto meios de comunicação, são espaços/tempos sistêmicos, mas também contraditórios, dinâmicos, distintos, que inclusive competem entre si. O que se quer enfatizar é a necessidade de que uma nova emissora seja de fato nova no sentido de apresentar outros temas, outras fontes, outras opiniões, outros acontecimentos, outras narrativas... diferentes daquilo que já é apresentado.

¹⁰ O próprio autor difundiu sua carta (ver anexo A) por meio de uma lista de e-mails integrada por comunicadores que atuam em televisões do campo público em todo o país.

plebiscito, o presidente deposto, Manuel Zelaya, incluiria o direito a sua reeleição, o que foi um importante ingrediente a acirrar o clima de tensão que precedeu o golpe”.

Ele reclamava que a diretora não levou em consideração outras fontes que desmentem essa afirmação e pergunta: “por que não se divulgou o contraditório com informações de outras agências de notícias como a Telam, a Telesur, a Prensa Latina?”.

Quem acompanhou a referida cobertura pelos diversos canais de televisão pode perceber que, de fato, a TV Brasil, a exemplo das TVs comerciais, difundiu como verdade uma informação inverídica. Afinal, não havia forma de o então presidente propor sua reeleição, uma vez que essa consulta popular buscava saber se a população concordava ou não em votar, durante as próximas eleições presidenciais, alterações constitucionais que permitiriam reeleições futuras. Ora, uma brevíssima apuração jornalística constataria essa mentira, destinada a “certos interesses golpistas” segundo Jakobskind, que insiste: “Por que a TV Brasil não informou ao público que na Consulta Popular não vinculante que Zelaya pretendia fazer no dia 28 de junho ao povo hondurenho este tópico reeleição não constava do elenco de questões?”.

É interessante destacar ainda que enquanto o próprio governo brasileiro – tanto o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva quanto seu ministro de Relações Exteriores, Celso Amorim - classificava o novo governo de Honduras como “governo golpista”, a TV Brasil preferiu assumir a classificação urdida pela grande mídia comercial, chamando-o de “governo de fato”, enquanto o governo de Zelaya era chamado de “governo deposto”. ‘Questão de semântica’, poder-se-ia dizer! No entanto, numa única vez que me surgiu a oportunidade, desejei tirar a dúvida: naqueles dias, enquanto um motorista – um caçara boa alma, desses que sonham se aposentar e voltar à vida de ribeirinho para viver de caça e pesca - da TV Paraná Educativa me levava ao aeroporto, ouvíamos no rádio a notícia em que o presidente Lula dizia não reconhecer o “novo presidente”, nominado pela CBN como “governo de fato”, e defendia o “governo deposto”, também segundo a emissora. Perguntei, então, ao bom amigo: “O que você acha dessa do Lula?” Após um rápido vacilo, ele foi conclusivo: “Ah, não sei. Mas se foi tirado é porque não presta, né? Não sei por

que o Lula defende ele”. Insisti: “E o presidente de fato?”. Ele emendou: “Bem, fato é fato, né? Por que ir contra?”

Portanto, se por um lado deve-se reconhecer que a TV Brasil nesse acontecimento jornalístico teve salutar independência do próprio governo federal para divulgar outra versão do respectivo fato, ela assumiu, na realidade, a versão da mídia comercial, que mais tarde se revelaria mentirosa.

Este não foi um fato isolado no jornalismo da emissora. Reclamações semelhantes voltaram a ocorrer no início de 2011, quando das grandes manifestações no mundo árabe contra os governos locais, iniciadas na Tunísia e que se espalharam pelo Egito, Bahrein, Iêmen e depois pela Líbia e Síria. O “esquecimento” da grande mídia comercial nacional e internacional da situação no Egito, especialmente, para enfatizar quase que exclusivamente a situação na Líbia acometeu igualmente a TV Brasil, que fazia uso das mesmas fontes informativas, pretensamente isentas. O curioso, e que motivou reclamações de um grupo de jornalistas que atuam no âmbito das TVs do campo público, foi o marcado espaço franqueado a difundir o que pensam os EUA sobre o que ocorria na Líbia, em detrimento da própria posição do governo brasileiro a respeito do tema. Revela-se aí uma postura, uma cumplicidade, uma declaração tácita de aceitação do imperialismo estadunidense no mundo ocidental como o arauto da democracia.

Talvez fosse até inevitável que se desse espaço aos EUA ao tratar desse tema, mas muito mais como cúmplice daquela situação do que como uma espécie de autoridade moral, capaz de garantir a democracia naquela região. Que a TV comercial não tenha exacerbado na análise daqueles fatos é compreensível, mas a TV Brasil tinha a obrigação de possibilitar à sociedade outras análises e de dar muito mais espaço ao governo brasileiro do que ao governo estadunidense. E poderia ter feito isso apenas usando outras fontes de informação que não apenas a CNN e demais fornecedoras de informações para a grande mídia comercial do mundo inteiro. Diversas mídias públicas trouxeram informações diferentes do que ocorria naquela região, sem que a TV Brasil desse vazão a essas outras informações. A Telesur¹¹, por exemplo, manteve por quase três meses uma equipe de reportagem na Líbia, com várias produções semanais. Mas ficamos aqui com as mesmas

¹¹ Televisão multiestatal, com sede na Venezuela.

imagens, informações e interpretações das emissoras privadas, e usando os mesmos operadores semânticos que elas usavam: “presidente” para o líder de governo amigo dos EUA, e “ditador” para o inimigo líder de um país altamente produtor de petróleo, embora ambos estivessem no poder havia décadas, e por meio de instrumentos semelhantes.

Afinal, se for para fazer o que as demais televisões já fazem por que gastar com uma nova emissora? O que se espera da TV Brasil são novas informações, novas fontes, novas narrativas, novas possibilidades interpretativas do mundo, dos países, da sociedade, das coisas.

Contudo, não se pode generalizar, dizendo que essa é a prática em 100% da cobertura jornalística da TV Brasil. Houve momentos em que o jornalismo dessa emissora e o das TVs comerciais atuaram de forma muito diferente. Entre os meses de dezembro de 2009 e março de 2010, por exemplo, ocorreram três eventos especiais que condensam, de certa maneira, as contradições entre o interesse público e o interesse privado nas coberturas jornalísticas: a) 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), ocorrida entre 14 e 17 de dezembro de 2009; b) Cobertura do 1º Plano Nacional de Direitos Humanos, proposto pelo Governo Federal em dezembro de 2009; c) 2ª Conferência Nacional de Cultura, realizada de 11 a 14 de março de 2010.

São eventos que merecem um estudo à parte pela aparente orquestração feita pelos meios comerciais de comunicação, tergiversando informações para criar um cenário de possível volta da censura. Para se ter uma ideia dessas coberturas, vale ler o artigo de João Brant, membro do Coletivo Nacional de Comunicação – Interozes, veiculado na página do Observatório do Direito à Comunicação, no dia 19/01/2010, sob o título ***A grande mídia unida contra a democracia***¹². Nessas coberturas a TV Brasil cumpriu um papel importante, dando voz aparentemente equilibrada aos representantes governamentais, empresariais e da sociedade civil não-empresarial.

¹² Disponível em:

http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=6052.

Acessado em: 27/02/11

É bom destacar que nesses eventos, em particular, as discussões estavam claramente divididas em três partes. Na Confecom, por exemplo, havia representação oficial do setor governamental, do setor empresarial (chamado de sociedade civil empresarial) e da sociedade civil organizada (chamada de sociedade civil não-empresarial). Nas demais, os interesses em jogo eram os mesmos. Portanto, se as críticas vinham de um setor contra outros dois não terá sido muito difícil encontrar um ponto de equilíbrio entre eles. De fato, era sempre o setor empresarial atacando o governo de conivência com a sociedade civil organizada, que estaria engendrando um suposto retorno aos tempos da censura aos veículos de comunicação. É quase uma ironia, afinal o setor que mais se beneficiou dos tempos da ditadura civil-militar acusar a sociedade civil, que mais sofreu aquelas agruras, e chamar de conivente grande parte das pessoas que protagonizaram as diferentes lutas contra aquele regime de exceção.

Por outro lado, uma observação aos telejornais produzidos hoje pela emissora, como veremos mais adiante, revela a inclusão de novas temáticas e fontes informativas não trazidas pelas TVs comerciais, como é o espaço destinado pelo Repórter Brasil para veiculação de produções jornalísticas, muitas vezes independentes, sob o título “Outro olhar”. Em forma de reportagem, mas com narração por vezes livre dos ditames do discurso jornalístico, são mostradas experiências sociais, quase sempre vinculadas a instituições e movimentos sociais, em que a sociedade civil aparece com distinção. É interessante observar, no entanto, que o próprio título desse espaço - Outro olhar – ao destacar a nobreza da iniciativa, trai o telejornal indicando que esse não é o seu modo de ver. No entanto, vale o registro de que há experiências que demonstram um caminho diferente que vem sendo traçado pela emissora, e essa questão será retomada e aprofundada mais adiante, na pesquisa de campo.

2.2 TV Pública na América Latina

Além de Brasil e Chile - que tem sua emissora pública, a TVN, há 22 anos - a questão da comunicação público/estatal, especialmente a TV pública, vem ganhando destaque nos últimos anos em outros importantes países latino-

americanos, a partir de uma iniciativa - que até parece orquestrada - de governantes interessados em investir na criação ou dinamização desses meios. Argentina está discutindo e investindo recursos no fortalecimento de sua emissora público/estatal; Bolívia, Equador e Venezuela também criaram e/ou dinamizaram suas televisões público/estatais nos últimos anos¹³.

Dênis de Moraes, em *A batalha da mídia – Governos progressistas e políticas de comunicação na América Latina e outros ensaios* (2009), traça um quadro amplo das decisões governamentais, das práticas televisivas e das críticas advindas da mídia comercial. Na obra, o autor destaca três emissoras: a multiestatal Telesur e as estatais Vive TV, da Venezuela, e o Canal *Encuentro*, da Argentina. Ele tece longos comentários sobre a programação de cada emissora, destacando a importância de se ter, no mínimo, uma segunda visão dos fatos e, ainda melhor, de conhecer fatos que não “existiriam” não fossem essas emissoras, pois são ignorados pela mídia comercial.

As iniciativas comportam variações, mas já se podem distinguir horizontes de renovação produtiva e, principalmente, de diretrizes editoriais. Partem de premissas próximas: fazer prevalecer as demandas públicas sobre as ambições privadas; respeitar a diversidade informativa e cultural, reservando parte ponderável das programações à abordagem de acontecimentos e temáticas geralmente subestimados pela mídia comercial; estimular pluralidade no telejornalismo; e divulgar manifestações artísticas que não seguem parâmetros mercadológicos (MORAES, 2009, p. 126).

Moraes destaca o envolvimento nesses canais de artistas e intelectuais de esquerda, ausentes da mídia comercial, e com os movimentos sociais para reforçar a importância dessas emissoras na ampliação do conhecimento da sociedade pela própria sociedade.

Ocorre que há algo mais em comum a esses países, além da iniciativa de apostarem na comunicação pública: a marca que os une como governos de posições políticas – uns mais outros menos – de esquerda e que enfrentam, cada qual à sua dor, forte resistência da grande mídia privada local e internacional.

¹³ Venezuela cria a Telesur em 2005, Equador cria a ECTV em 2007.

Contudo, são governos que, embora com grandes diferenças, mantêm certa linha centralizadora na forma de pensar o próprio papel do Estado. Talvez por isso as discussões em torno da comunicação, nesses países, estão mais destinadas a como gestarem emissoras que atendam às propostas e políticas públicas de Estado que cada qual pretende implementar¹⁴. São discussões destinadas a esclarecer o estatal/governamental e o estatal/público, que invariavelmente mantêm o foco na mudança de pauta sem, contudo, repensar a própria comunicação. Ao referir-se à Telesur – em 2006, um ano após a sua criação – Omar Rincón reivindicava a necessidade de se fazer “outra televisão em estética, narrativa, ritmo e estilo. Não basta somente trocar o conteúdo da informação” (RINCÓN, 2006, p. 18).

No âmbito específico da informação, essas decisões evidenciam uma dupla forma de enxergar o jornalismo praticado nesses países. De um lado surgem manifestações, mesmo entre profissionais da comunicação, de que tais governos atentam contra a liberdade de imprensa por - segundo eles – manietarem a informação. De outro lado, igualmente entre pesquisadores e profissionais da comunicação, surgem as afirmações de que a mídia privada exerce uma comunicação a serviço de seus interesses, sem respeitar a democracia¹⁵, e que os governos devem ter seus meios para dar à população outra versão dos fatos.

Fato é que as acusações de falta de liberdade de informação são mútuas e já causaram baixas em ambos os lados¹⁶. Trata-se, na realidade, de uma discussão sobre ideologia, usada enormemente como argumento contra o ‘outro’ e a seu favor.

¹⁴ É importante destacar que Bolívia e Venezuela criaram seus próprios veículos impressos diários; Equador estatizou o mais tradicional jornal do país, que estava com dívidas consideradas impagáveis, o El Telégrafo.

¹⁵ Ver *Encuentro Latinoamericano vs Terrorismo Mediático*. Lançado em 2008, o livro traz as exposições dos participantes do encontro de jornalistas e pesquisadores da América Latina, em Caracas, Venezuela, dias 27 a 30 de março de 2008, data em que se realizava, também ali, uma reunião da Sociedade Interamericana de Imprensa–SIP, agremiação organizada pelos proprietários dos principais veículos de comunicação comercial do continente.

¹⁶ Dois casos emblemáticos: o atual presidente da televisão multiestatal Telesur, Andrés Izara, abandonou a direção de jornalismo de uma TV privada venezuelana, acusando-a de ser parcial e atentar contra a liberdade de imprensa ao participar da organização do golpe de estado contra o presidente Hugo Chávez, em 2002. Andrés é um dos entrevistados do documentário “La revolución no será televisada” (Direção de Kim Bartley e Donnacha O’Briain. Irlanda: 2002. Duração: 74 minutos), que registra passo a passo as mobilizações, a derrubada de Hugo Chávez e seu retorno ao poder. No Brasil, o jornalista Luiz Lobo deixou a chefia de edição da TV Brasil em 2008 denunciando a interferência do governo federal na linha editorial do principal jornal da emissora, em meio a discussões sobre um suposto dossiê com gastos de cartões corporativos no governo Fernando Henrique Cardoso, que teria sido produzido pela Casa Civil.

É um lado acusando o outro de misturar ideologia com informação, como se fora possível separá-las! Aliás, nada mais ideológico do que afirmar a existência de uma comunicação não-ideológica!

Além da criação de meios próprios de comunicação, vários desses governos vêm discutindo a redefinição de marcos regulatórios que pugnam por leis democráticas de telecomunicações, como condição para democratizar o próprio país. De uma maneira geral, são ações que, segundo Moraes, vão no sentido de “dotar os países de mecanismos legais para frear a concentração monopólica e a mercantilização, bem como atualizar normas para a concessão e a fiscalização das outorgas de rádio e televisão” (MORAES, 2009, p. 141). São criações ou revisões de legislação que visam ainda dar garantias a um crescente ordenamento jurídico com foco na educação e na cultura, estabelecendo cotas que garantam produção nacional, regional e comunitária.

O Equador é um dos países que mais avançaram em termos de legislação antimonopólica, segundo Moraes (2009, p. 141-142).

O capítulo sobre comunicação na nova Constituição equatoriana, aprovada em agosto de 2008 com o apoio da bancada governista, estabelece que os cidadãos têm direito à “comunicação livre, equitativa, diversificada e includente (...), além do acesso universal às novas tecnologias da informação”. O Estado tem a atribuição de promover e garantir “a criação de meios, formas e espaços públicos, privados, alternativos e comunitários (...) que respeitem e fomentem a liberdade de expressão”.

O Congresso Nacional do Equador anunciou, em fevereiro de 2012, o conteúdo da nova Lei de Comunicação para o país, com o objetivo de “desenvolver, proteger e regular, no âmbito administrativo, o exercício dos direitos à comunicação estabelecidos constitucionalmente”. Entre as propostas, a lei estabelece que “o espectro radioelétrico é um bem de domínio público do Estado, inalienável, imprescindível e impenhorável”. Portanto “as frequências do espectro radioelétrico destinadas ao funcionamento de estações de rádio e televisão serão distribuídas equitativamente em três partes, reservando 33% destas frequências para a operação de meios públicos, 33% para a operação de meios privados e 34% para a operação de meios comunitários.

Legislação muito parecida também foi aprovada na Argentina em 2009. Com a nova lei de telecomunicações o país busca maior democracia, pluralizando as concessões e pondo fim aos monopólios e oligopólios no setor. Para isso, os canais passam a ser distribuídos em três partes iguais: uma fica para uso da iniciativa privada com fins lucrativos, outra para os operadores privados sem fins lucrativos (igrejas, associações comunitárias, sindicatos, universidades, fundações) e a terceira para o Estado.

A Bolívia aprovou lei muito parecida em 2011, em que reserva 33% das frequências de canais de rádio e TV ao Estado, 33% ao setor privado, 17% ao setor comunitário e 17% aos povos originários e afrobolivianos. Essas leis, em especial, levaram as grandes redes nacionais e internacionais privadas de comunicação a apregoarem que se tratava do “fim da liberdade de imprensa”. Erraram apenas na rima: “É o fim da liberdade de empresa”.

São todas leis que inspiraram e inspiram as mais ásperas críticas dos grandes meios de comunicação comercial, de maneira especial a SIP (Sociedade Interamericana de Imprensa), que reúne os donos dos maiores conglomerados de comunicação do continente. Mas é preciso ter em mente o que afirma Martín-Barbero:

Assim como na esfera do mercado a regulamentação estatal se justifica pelo inegável interesse coletivo, presente em toda atividade de comunicação de massa, a existência de meios públicos justifica-se pela necessidade de possibilitar alternativas de comunicação, que dêem entrada a todas aquelas exigências culturais que não cabem nos parâmetros do mercado, sejam elas provenientes das maiorias ou das minorias (MARTÍN-BARBERO, 2002b, p. 75).

No entanto, o autor destaca que se o Estado hoje se vê obrigado a desregular os meios comerciais, tem o dever de ser coerente e permitir a existência de múltiplos tipos de emissoras e canais, capazes de tornar realidade a democracia e o pluralismo que os canais comerciais pouco propiciam e chama a atenção para a necessidade de “desestatizar o *caráter público*, re-situando-o no novo tecido comunicativo de *caráter social*, mediante políticas capazes de convocar e mobilizar o conjunto dos atores sociais: instituições e associações estatais,

privadas e independentes, políticas, acadêmicas e comunitárias” (MARTÍN-BARBERO, 2002b, p. 75).

De fato, são situações que mais cedo ou mais tarde os países que buscam avançar na representatividade democrática de toda a sociedade precisam enfrentar. Como não poderia ser diferente, sempre que se mexe em situações confortáveis, justas ou não, para um determinado setor, a polêmica se instaura. Entretanto, as discussões acaloradas, incluindo acusações de lado a lado, fazem parte da natureza própria da disputa pela hegemonia. O pior, nessa situação, é não discutir o problema, revelando, pelo silêncio e comodismo, a cumplicidade com o setor que sempre navegou nessa área, dominando a propriedade e o acesso à comunicação como um bem público, contanto que fosse privado.

3 UM OLHAR COMUNICACIONAL

Como se observa, a regulação dos meios de comunicação tem certa centralidade nessas discussões e acaba levando a análises que invariavelmente estacionam no âmbito das posições políticas da mídia, tomada em sua dimensão meramente institucional ligada a grupos econômicos e políticos em lida na sociedade. São, portanto, discussões que revelam armadilhas, posições febris a favor e contra o governo, que normalmente estão centradas numa mesma visão de sociedade; apenas são olhares laterais diferentes, que não dão conta de ver e entender a complexidade do fenômeno em questão. Encarnam posições que mais se assemelham a comportamentos 'religiosos', verdadeiras 'profissões de fé' numa ou noutra dada estrutura - agora o deus mercado e a deusa liberdade de (parte da) imprensa - mais do que apontar para um horizonte novo, no sentido mesmo de uma ampla democracia, que se estenda do político para os âmbitos econômico, social e cultural.

É neste sentido que se quer aqui tomar a comunicação como o elemento que dá a urdidura aos processos e relações sociais, que equivale a uma tessitura que conforma o amálgama da vida em sociedade. Por isso mesmo, não basta o cuidado para não confundir e transpor para a comunicação elementos próprios dos fenômenos políticos, econômicos e socioculturais, mas entender como se dá neles os processos comunicacionais, influenciando-os e sofrendo, ao mesmo tempo, suas influências, mas sempre como comunicação. Retirar a comunicação e sua condição de consorte com esses fenômenos seria como extrair dela a própria essência, deixando-a desidratada, inservível para seus próprios fins de criadora e possibilitadora de relações, de nexos entre as instituições, as pessoas e os diferentes agrupamentos socioculturais.

Por isso, toma-se aqui a comunicação como fenômeno que transpassa todos os demais fenômenos enquanto processo articulador das diferentes manifestações socioculturais, não como agente principal, mas como parte de uma transversalidade das ciências, do pensamento, dos processos organizacionais e dos modos de ser e estar na sociedade. Trata-se, pois, de pensar a comunicação como nervura de um organismo que se move também a partir de estímulos midiáticos articuladores entre

as diferentes instituições formadoras do corpo social, ainda mais num período da história dominado pelas grandes concentrações urbanas, em que as pessoas vivem mais próximas fisicamente, mas não se conhecem, não estabelecem relações duradouras, nem fixam projetos comuns.

Vivemos atualmente uma nova sociabilidade em função das enormes mudanças ocorridas nos modos de vida em sociedade operadas numa velocidade jamais vista ao longo da história da humanidade.

Das sociedades dispersas em milhares de comunidades rurais com culturas tradicionais, locais e homogêneas, em algumas regiões com fortes raízes indígenas, com pouca comunicação com o resto de cada nação, a uma trama majoritariamente urbana, em que se dispõe de uma oferta simbólica heterogênea, renovada por uma constante interação do local com redes nacionais e transnacionais de comunicação (GARCÍA CANCLINI, 1998, p. 285).

Neste contexto, revela García Canclini (1998), a mídia se transformou, até certo ponto, na grande mediadora e mediatizadora e, portanto, em substituta de outras interações coletivas. Tornou-se “constituente dominante do sentido ‘público’ da cidade, a que simula integrar um imaginário urbano desagregado” (1998, p. 289).

Este é um fenômeno relativamente novo, que precisa ser levado em conta para entender que a mídia deve ser tratada hoje em maior amplitude do que o foi no passado, não só porque os estudos avançaram demonstrando essa necessidade, mas porque a própria sociedade foi se transformando e se consolidando de forma como jamais o fora antes.

Partindo de uma proposta de Pierre Teillard de Chardin, que cria o conceito de *noosfera* para indicar esse novo momento da vida em sociedade, Pedro Gilberto Gomes afirma que “estamos vivendo hoje uma mudança epocal, com a criação de um bios midiático que incide profundamente no tecido social (...). É um bios virtual. Entendemos que mais do que uma tecno-interação, está surgindo um novo modo de ser no mundo, representado pela midiatização da sociedade” (GOMES, 2009, p. 3).

Trata-se do surgimento de um novo ambiente interacional, que incide profundamente no tecido social, uma vez que a “midiatização gera, partindo da comunicação e seus dispositivos, o fenômeno de relações, inter-relações e interconexões na geração de uma nova ambiência” (GOMES, 2009: 15). A

mediatização se nos oferece, segundo Gomes, como portadora de uma “vocação para a totalidade e constitui um princípio de inteligibilidade social”. Analisar a mídia, ainda que um veículo em particular, a partir desse conceito, pode nos possibilitar um estudo mais abrangente, menos atomizado, em que se analisa um fenômeno comunicacional em particular sem entender sua inserção no todo.

E se essa recente configuração social traz novas interações e passa a ser mediada por novas ofertas simbólicas, registra também novidades na circulação do conhecimento, fazendo surgir instituições difusoras e agenciadoras do saber que vão moldando a sociedade contemporânea. Fernando Resende entende que o desafio dessa nova configuração sociocultural não é de fácil solução

O mesmo avanço tecnológico que polariza e pulveriza as falas torna-as, muitas vezes, submetidas a um processo de apagamento. O avanço tecnológico que experimentamos com extrema força e velocidade no século XX nos colocou antes a serviço das máquinas. Envolto em um imaginário secular que tem como princípio o progresso e o ordenamento do mundo, vivemos em busca de fórmulas facilitadoras que nos ajudem a apreender o mundo de maneira simples; queremos tê-lo explicado, muito mais que problematizado (RESENDE, 2007, p. 85).

De fato, essa pulverização de meios acaba criando uma forma de competição por audiência que vai se dando no sentido de proporcionar uma oferta simbólica facilitadora dos modos de compreender e apreender o mundo, a vida, as coisas, gerando um novo conhecimento, ou pelo menos dando um novo sentido ao conhecimento. Jesús Martín-Barbero (2002) recorda que na atualidade o *saber*, que sempre foi uma “fonte-chave de poder”, extrapola o âmbito dos espaços sagrados que até então eram responsáveis pela sua disseminação e legitimação. E são os meios de comunicação os responsáveis pela reorganização e ‘mutação’ dos modos de circulação desses saberes. A mídia, diz ele, não só descentra as formas de transmissão e circulação do saber senão que constitui um decisivo âmbito de socialização/projeção de pautas de comportamento, estilos de vida e padrões de gostos, possibilitados pelas novas tecnologias.

Las tecnologías no son neutras, pues hoy más que nunca ellas constituyen enclaves de condensación e interacción de intereses

económicos y políticos con mediaciones sociales y conflictos simbólicos. Pero por eso mismo ellas son constitutivas de los nuevos modos de construir opinión pública y de las nuevas formas de ciudadanía, esto es, de las nuevas condiciones en que se dice y hace la política (MARTÍN-BARBERO, 2002^a, p. 76).

De fato, esses novos recursos tecnológicos não são neutros, nem tampouco onipotentes, destaca Garcia Canclini. “Sua simples inovação formal implica mudanças culturais, mas o significado final depende dos usos que lhes atribuem diversos agentes” (1998, p. 307).

Esse processo de midiatização da sociedade desloca, portanto, as fontes do saber, pluralizando-o, mas não necessariamente democratizando-o. Na realidade, acaba operando uma espécie de busca permanente pelo novo, a partir do envelhecimento precoce do que existe, incluindo os valores, o sentido próprio da vida. O processo de midiatização acaba gerando um lugar de validação do conhecimento, e pela efemeridade própria dessa busca incessante o critério de conhecimento válido passa a ser a *duração*: se é novo é bom. Isso ocorre da maneira mais sutil possível, até mesmo pela imposição de uma prática jornalística – para ficar em uma das áreas profissionais do campo da comunicação – cujos valores-notícia têm na novidade um dos principais critérios.

A título de exemplo, recordo-me de um programa de televisão¹⁷, veiculado em 2009 em Curitiba, que buscava tratar de exemplos de organizações sociais cujos trabalhos estavam voltados à cidadania. Um dos profissionais encarregados de produzir o programa me procurou e sugeri a ele quase uma dezena de organizações – umas mais outras menos estruturadas – cuja atuação tem esse propósito. Ao assistir ao programa, chamou-me a atenção, além da abordagem, as preferências por três das experiências sugeridas e a omissão de duas, que as considero muito mais significativas e abrangentes. O programa destinou especial destaque à experiência de um casal, ligado a uma religião cristã, que nas noites da última sexta-feira do mês reúne um grupo de seis amigos e juntos fazem e distribuem sopa a moradores de rua da capital paranaense. Era uma noite fria e havia bons

¹⁷ A omissão do veículo tem em vista evitar dissabores profissionais, ao mesmo tempo em que pouco, ou nada, contribuiria para esta reflexão. Trata-se aqui de evidenciar uma prática e não expor profissionais, até mesmo porque esse fato foi tema de conversa que tive com um dos profissionais envolvidos, que fora meu aluno, poucos anos antes.

personagens de rua que, assim como a história de vida do casal, “sustentavam uma boa reportagem”, para usar terminologias próprias do telejornalismo. As outras duas histórias eram mais particulares ainda, embora importantes. Uma referia-se a uma senhora aposentada que vivia só e destinava boa parte de sua gorda aposentadoria a um projeto voltado a crianças pobres, que ela própria criara numa enorme garagem, agora desocupada, de sua casa. A terceira história era de um grupo de jovens de classe média que visitou e levou presentes e alegria a um asilo da cidade. Do ponto de vista estético da forma, foi um programa muito bem feito, com belas histórias, imagens e edição. Muito embora as histórias funcionaram mais para justificar o próprio discurso jornalístico, do que para evidenciar os modos de ser daquela gente. E o discurso, como não poderia deixar de ser, sob a ótica do telejornalismo contemporâneo, mostrava como havia pessoas boas, que dedicavam seu precioso tempo a essa gente de tão má sorte na sociedade. Sobre esse tipo de narrativa trataremos mais adiante neste trabalho.

O que mais chamou a atenção e interesse nesse momento foram as exclusões e seus motivos. Perguntei ao amigo produtor e ex-aluno por que duas das experiências sugeridas não foram levadas em conta. A resposta foi objetiva, sem deixar dúvidas: “Conversamos na equipe e preferimos essas porque eram novidades. Essas duas já são mais antigas e foram divulgadas”. Para constar: uma das experiências sugeridas referia-se à iniciativa do movimento social alcunhado de Economia Solidária¹⁸, que desenvolve, só em Curitiba e região metropolitana, mais de 60 projetos de iniciativa popular, realizados sob o signo da cidadania e da solidariedade. Para quem conhece esse movimento não é novidade que sua proposta – utópica, dirão muitos - é inaugurar outra economia, distante do mercado capitalista hegemônico no mundo ocidental. Uma proposta inaudita para muitos ouvidos acostumados a pensar a vida a partir de um modelo dado e vivenciado como o único que faz sentido hoje, uma racionalidade individualista, segundo Dominique Wolton (1999).

A segunda experiência é a da Fundação Educacional Meninos e Meninas de Rua Profeta Elias, mais conhecida como Chácara Os Meninos de 4 Pinheiros¹⁹.

¹⁸ Ver mais detalhes no portal: <http://www.cefuria.org.br>

¹⁹ Ver mais detalhes no portal: <http://www.4pinheiros.org.br/>

Trata-se de uma experiência, reconhecida internacionalmente por seu trabalho de incentivo ao protagonismo juvenil. Ali vivem em quatro casas, em espaço aberto, sem muros ou cercas, 80 crianças e adolescentes que antes estavam nas ruas e em situações de vulnerabilidade social. Localizada em Mandirituba, região metropolitana de Curitiba, a chácara conta com duas dezenas de educadores, muitos deles egressos da própria instituição, que promovem educação integral, mediando a reconstrução dos vínculos familiares e de reintegração à comunidade, além de uma série de outras atividades educativas. Os próprios moradores se dividem cuidando das casas e participando de atividades como horta agroecológica, reciclagem, floricultura, serigrafia... Estudos já realizados sobre essa instituição comprovam que, embora quase a totalidade dos que ali chegam cometeram algum tipo de roubo ou homicídio, a reincidência é praticamente zero, ao ponto de ser reconhecida pela ONU (Organização das Nações Unidas) como uma das 50 instituições paradigmáticas nessa área.

Contudo, ela não mereceu espaço no tal programa porque, assim como a outra, já fora noticiada antes. O interessante é que a equipe nem se preocupou em buscar, por exemplo, novidades dentro dessas duas instituições, digamos, antigas, que jamais foram a público seja no sentido de conquistas pessoais e coletivas ou nas histórias de vida de fazer inveja a muitos roteiristas de filmes e novelas.

O referido programa de TV, portanto, nem sequer pluralizou as formas de trabalho solidário e de cidadania. O critério definidor das escolhas foi o da novidade. Logo, a ação solidária e cidadã legitimada foi a do “quem pode faz para quem não pode”. A questão da autonomia, da cidadania em si, passou longe. Outras ações que mexem com as estruturas políticas vigentes foram preteridas, unicamente porque “não são novidades”. Essa é uma mostra do conhecimento validado por um modo de fazer comunicação.

O problema é que nas democracias liberais, as práticas sociais da comunicação tenderam a se confundir com as práticas profissionais, denuncia Armand Mattelart (2004). Com isso, os critérios definidos por teorias do jornalismo ou no âmbito do exercício profissional passaram a ser portadores dos sentidos em si do ato comunicativo no campo jornalístico. Asserções ao ofício do jornalismo como a estrutura da notícia, fórmulas narrativas e fatores de importância, interesse e

critérios do que vale ser noticiável foram sendo compendiados e passaram a compor os manuais de redação ou mesmo foram se tornando práticas incontestáveis do fazer jornalismo. Mauro Wolf (1995) fala em critérios substantivos do valor-notícia definidos pelas mais variadas teorias da área e práticas profissionais, como visibilidade, proximidade, impacto, relevância, histórias de interesse humano, excepcionalidade, ato heroico, o poder da fonte e sua capacidade de fornecer informações verdadeiras, credibilidade, etc. (WOLF, 1995, p. 224-225), que continuam a viger hoje. Se, por um lado, vários desses critérios são considerados importantes no marco de um jornalismo mais comprometido com questões de cidadania, por outro, o uso dessas e outras asserções da profissão incorporadas sem reserva ao cotidiano da produção jornalística, se tornam parte integrante dessa fórmula de produção em série, no estilo *fordista*, que tem gerado uma cultura própria do fazer jornalismo. E é a partir dela que se olha o próprio direito à comunicação.

Dessa definição profissional da prática de comunicação, construída a poder de leis, de doutrinas filosóficas e de argumentos científicos, resultou uma série de postulados que fixaram a norma por excelência do que é a liberdade de opinião e de expressão a partir dos meios de comunicação de massa. (...) Mas, cada vez mais, a liberdade de expressão definida segundo essa norma unicamente profissional mostra seus limites, quando se trata do questionamento sobre o desabrochar da democracia (MATTELART, 2004, p. 121).

A superação dessa prática profissional não se dará por um ato simples. Afinal, há todo um arcabouço teórico e prático sobre o qual se legitima a práxis de centenas de milhares de profissionais mundo afora e, ao mesmo tempo, desenvolveu-se uma cultura na sociedade sobre o fazer jornalismo, de maneira que não há outra referência da profissão no próprio imaginário social. Além da quase totalidade dos profissionais da área, os setores empresariais, os governos e a imensa maioria da sociedade esperam exatamente esse tipo de prática. A discussão, quando há, está em torno de certos comportamentos, mas não em torno do modo de fazer comunicação, de fazer jornalismo.

Mesmo os setores populares não conseguem, salvo honrosas exceções, sair dessa redoma profissional, tanto que, segundo Mattelart, há hoje dois obstáculos para os grupos que buscam novas opções.

De um lado, há a sacralização de uma certa idéia de profissionalização veiculada por uma ideologia corporativa, segundo a qual a profissão disporia de um conjunto de *savoir-faire* intangíveis de escritas codificadas de uma vez por todas e, portanto, pouco suscetíveis de ser questionadas. Essa sacralização é aliás muito coerente com o reforço das posições de poder dos profissionais da comunicação. De outro lado, há a pesada herança de uma cultura da comunicação militante que se preocupou sobretudo em conceder a palavra às pessoas comuns, fazendo da falta de profissionalidade a própria garantia de uma palavra liberada. Diante da extensão da crise daquilo que se tornou a prática da comunicação militante, o discurso fechado para público cativo, muitos são tentados a se remeter, sem a menor distância crítica, ao corpo existente das técnicas midiáticas, quando não às lógicas do marketing (MATTELART, 2004, p. 121).

A crítica de Mattelart dá a dimensão do desafio que se avizinha para imaginar um novo jornalismo, a partir de uma nova proposta de comunicação. Se os setores de onde poderia vir alguma novidade não conseguem gerar uma nova prática, que condiz de fato com uma proposta inovadora de se pensar a comunicação, o que esperar daqueles que, de alguma maneira, sobrevivem desse modo de fazer profissional? No entanto, lembra Mattelart, a multiplicação das mediações técnicas na comunicação de hoje em dia “torna necessária tanto a dessacralização de uma ideia corporativa da profissionalidade quanto o abandono dessa “moral da ineficácia” presente na prática da comunicação militante e na prática da esquerda na mídia em geral. A profissionalidade deve ser considerada um campo de inovação para as práticas de intervenção social” (MATTELART, 2004, p. 122).

Foi a partir do século XVI que as técnicas que constituem o saber jornalístico foram se estruturando, propiciando a concentração informativa e impulsionando “as linguagens que objetivam transmitir dados e sentidos de legibilidade universal”, afirma Cremilda Medina (2003). Para ela, constitui-se uma “gramática de divulgação” em vez de uma gramática da comunicação, e é uma gramática que tende cada vez mais para fórmulas discursivas. “Se, por um lado, cresce o corpus de conhecimento do jornalismo enquanto disciplina, por outro lado, constituem-se técnicas rígidas, sob a alegação de equacionar a notícia com a garantia da imparcialidade ou da objetividade” (MEDINA, 2003, p. 96).

Por sua vez, primeiro o jornalismo se institucionaliza como fenômeno na complexidade da sociedade urbana e industrial, caminhando a passos largos para a própria cientificidade como disciplina especializada; segundo, ao se consagrar como disciplina científica (na bibliografia do fim do século XIX e primeira metade do XX) vai perdendo a linguagem de aproximação e divulgação universal para se fragmentar em áreas temáticas especializadas – jornalismo científico, econômico, esportivo, político, cultural, feminino etc (MEDINA, 2003, p. 96).

3.1 Uma Questão de Conhecimento

No entanto, o desafio que se apresenta hoje ao jornalismo é como ele constrói conhecimento, ou seja, é sobre sua função social. Trata-se de pensar a comunicação como parte do processo social de busca por uma sociedade mais justa, e “a luta pela cidadania (...) a favor das maiorias deserdadas tem relação direta com o acesso à informação. Não simplesmente a informação repassada pelos técnicos e pelos meios tecnológicos, mas aquela processada nas mediações sociais” (MEDINA, 2003, p. 95-96).

Uma das preocupações que movem este trabalho é a reflexão sobre desde onde se valida o conhecimento que se espalha na sociedade por meio da mídia. Se há uma função inequívoca ao jornalismo, que lhe confere estatuto próprio para além da função instrumental de difusor de informações, é a de proporcionar um conhecimento, específico do âmbito comunicacional, a partir da disseminação de informações – sígnicas, simbólicas e indiciais – que precisam ser contextualizadas, refletidas de maneira plural, com o objetivo de contribuir na elevação da condição de vida social e cultural da sociedade à qual se processa.

Afinal, estamos falando de um estágio da sociedade em que o poder simbólico tem uma força extraordinária que se impõe sobre os demais poderes, de maneira que “tanto o poder econômico quanto o poder político dependem do poder simbólico, ou seja, a capacidade cultural de criar novos sentidos e de interferir no mundo material, no mundo natural e no mundo humano” (MEDINA, 2003, p. 95). Logo, o poder simbólico tem igualmente a supremacia sobre as noções de cidadania e solidariedade, fenômenos privilegiados neste estudo, por meio da difusão e validação do conhecimento presente na sociedade.

Reconhecer esse conhecimento comunicacional, numa sociedade marcada pela midiaticização, impõe preocupações de diferentes ordens, como a moral e a ética, e compromete o jornalismo na disseminação de uma ideia de sociedade, esperada, desejada, que se concretizará no futuro. Essa condição exige do jornalismo uma sutileza presente na linguagem, nas formas de narrar. Isto é, se a narrativa jornalística for autoritária, impositiva, conclusiva, fechada, o desenho de sociedade que essa prática propõe será a de pessoas que alcançam a “inteligência” de aceitar, assimilar, acatar, seguir o que lhe é proposto. Ora, espera-se, nesse caso, uma sociedade passiva, embora possa estar “bem informada” para os conceitos dessa prática discursiva. Se, por outro lado, a narrativa jornalística processada for propositiva, expositiva, observativa, envolvente, plural, aberta às diversas posições presentes na dinâmica social, a sociedade desenhada será a de pessoas ativas, convidadas a opinar, participar, decidir. E assim poderíamos imaginar que sociedade se propõe por meio de outras narrativas jornalísticas - específicas ou mescladas a essas ora delineadas - como a poética, por exemplo! Portanto, o que se quer destacar aqui é que a forma de narrar um acontecimento não é isenta da proposta jornalística em questão, isto é, a narrativa, seja qual for ela, é sempre um ato ideológico.

O jornalismo parte do cotidiano, trabalhando com fatos sociais, transformados em acontecimentos, gerando uma dinâmica de difusão de ideias por meio de práticas individuais e sociais. Fernando Resende (2006) lembra que

O campo dos media (*sic*), assim como os demais, tanto se faz autônomo como dependente. “Em outras palavras, ele instaura, ao mesmo tempo em que conforma e redefine, discursos sobre e para a sociedade; ou seja, ele cria e recria práticas sociais discursivas que tanto desejam falar da sociedade como se constituir enquanto saber acerca desta mesma sociedade. Junte-se a estes aspectos, ainda, o fato de que o campo dos media narra experiências e modos de vida calcados em subjetividades que estão, insistentemente, cravadas na objetividade demandada pela necessária lida com o cotidiano. Ou seja, eles interferem no *status quo* e recriam modos de vida, porque lêem e provocam releituras de experiências subjetivas e objetivas e, vale dizer, de forma às vezes tão imperativa que se tornam o lugar de onde as pessoas retiram o que sabem e o que se dispõem a compreender acerca do cotidiano e da vida (RESENDE, 2006, p. 1)²⁰.

²⁰ A paginação da presente obra é referente ao texto do autor e não ao livro em que o mesmo foi publicado, citado nas Referências deste trabalho, a saber: RESENDE, Fernando. O Jornalismo e a

O jornalismo, portanto, no ato de divulgar o acontecimento, narra o presente e o passado para redesenhar o futuro, difundindo práticas, propostas, ideias, e “a ideia não pertence à ordem da reminiscência, é antes da ordem da presciência. A ideia não é um resumo, é antes um programa. A idade de ouro das ideias não está no passado do homem, está no futuro” (BACHELARD, 1971, p. 33). Claro que Bachelard trata aqui da ideia enquanto ciência, mas o que se propõe a fazer o jornalismo senão vulgarizar (no bom sentido do termo) o conhecimento, a ciência, as ideias? Ainda que se enverede pelo campo do entretenimento, o jornalismo estará difundindo formas de divertir-se, de felicidade individual e coletiva. Portanto, a matéria-prima do jornalismo são os fatos, mas seu *métier* é o conhecimento. Vale aqui uma analogia: a matéria-prima de uma fábrica de automóveis são os metais, estofarias..., mas o seu *métier* é produzir veículo. Isto é, quando difunde um ato de corrupção, por exemplo, a matéria-prima é o fato em si, mas o que importa é o “conhecimento” que fica desse fato transformado em acontecimento.

Nominando-os como “máquinas narrativas”, Adriano Rodrigues (1984) afirma que os meios asseguram ao mesmo tempo

A continuidade e a rotura, actualização da Grande Narrativa fundadora e corte numa *multiplicidade de pequenas narrativas menores*, prolongamentos mediáticos do imaginário ancestral e produção de uma racionalidade quotidiana, de um efeito de realidade. Dupla pertença: ao imaginário ancestral e à quotidianidade, fonte de uma nova estratégia legitimadora da divisão e da rarefacção do espaço. (RODRIGUES, 1984 apud RESENDE, 2006, p. 2)

As discussões sobre a comunicação, portanto, não podem ficar na superfície da ação do fazer jornalismo, concebido quase sempre como a destreza de se compendiar informações do cotidiano, segundo diferentes fontes e, de acordo com o suporte escolhido, distribuí-las à sociedade. Enfim, um profissional tarefeiro, repetidor, a exemplo de *Tempos Modernos*²¹, de uma ação que beira à prática de um *office-boy*, aquele menino ainda no final da adolescência que trabalha num dado escritório com a

enunciação: perspectivas para um narrador-jornalista. In: LEMOS, André; BERGER, Christa; BARBOSA, Marialva (Orgs.) Narrativas midiáticas contemporâneas. Porto Alegre: Sulina, 2006.

²¹ Filme de Charles Chaplin, realizado nos EUA em 1936, em que já denunciava o comportamento humano resultante das práticas do *fordismo* nos modos de produção industrial.

função precípua de levar e trazer um envelope de outra repartição. O que vai nesse invólucro ele, de preferência, não deve saber. É uma imagem que povoa redações e habita as reflexões em torno do fazer do jornalista, quase sempre amoitadas em falácias como da isenção e da imparcialidade, que forçam a compreensão de uma pragmática em que o jornalista ideal é um mero “office-boy da informação”, e não um mediador social.

Fato é que se os limites da objetividade jornalística estão praticamente consolidados no âmbito da academia, onde predomina uma visão crítica sobre essa questão, nos *trainee* levados a cabo pelos diferentes veículos de comunicação do país e, portanto, nas redações jornalísticas, eles permanecem como questão de honra da prática profissional.

Um bom profissional, que faz do seu cotidiano jornalístico uma investigação permanente, pode comprovar isso numa redação, tentando espichar um pouco o papo sobre determinado acontecimento tratado por um pauteiro, um repórter, um editor. A chance de uma indesejada surpresa é grande, pois na maioria das vezes perceberá, tristemente, que o tal jornalista sabe muito pouco além daquilo que foi estampado na reportagem. Desconhece, quase sempre, informações básicas que o permitiria entender os interesses subjacentes a um projeto de lei, um evento, uma manifestação, um fato qualquer. O que dizer, então, de informações fundamentais sobre as relações desse acontecimento com a sociedade, com determinados agrupamentos sociais, suas implicações sociológicas, psicológicas, filosóficas? Justificativas para essa desinformação são muitas e pelo menos duas delas têm lá sua coerência: a jornada e a rotinas de trabalho, que reservam tempo exíguo para se trabalhar numa reportagem. Se estas explicações salvam, de alguma maneira, a pele do jornalista, não salda o déficit que a profissão de jornalismo tem com a sociedade.

É, portanto, dessa reflexão que precisa emergir um modo (novo?) de fazer jornalismo e, se for o caso, de reconstrução de uma profissão que é, sim, dotada de técnicas, mas muito mais de compreensão do mundo, da vida, das coisas, das pessoas, das sociedades e suas formas de organização cultural, política e econômica. É preciso, pois, pensar o fazer jornalismo como um fazer ciência, um construir conhecimento próprio, específico, vale dizer: pensar na função social desse exercício profissional; pensar a comunicação para além de uma instituição ou conjunto de

instituições, para entendê-la como a designação de um determina saber, o saber comunicacional (MARTINO, 2003, p. 90).

Logo, trata-se de entender que o jornalismo propõe, legitima e deslegitima, difunde e acoberta conhecimentos. E quando tratamos de conhecimento, estamos lidando, segundo Karl Popper (1975, p. 112), com o conhecimento da ordem do “eu sei”. Não estamos tratando do conhecimento mais amplo que, segundo ele, existe para além de se ter ciência de sua existência, mas daquele que conheço porque fui informado de alguma maneira, seja por experiência própria ou nos processos relacionais. Neste sentido, podemos falar de duas fontes do conhecimento humano: a do mundo empírico, que corresponde ao que Popper classifica como “primeiro mundo”, e a da racionalidade humana, classificado por ele como o “segundo mundo”²². No empirismo há o predomínio dos sentidos, onde se impõem as várias formas de percepção humana, passando pelo processo mesmo da empatia; já para o racionalismo os sentidos são vistos como formas perceptíveis precárias, falhas, uma vez que, segundo René Descartes (1999), só os elementos da racionalidade dão garantia de conhecimento, pois tudo está no campo das ideias. Bachelard, no entanto, defende as duas formas de conhecimento como extremamente válidas e, ao tratar das obrigações do filósofo com o conhecimento, alerta para o perigo de uma “racionalidade vazia” e um “empirismo desconexo” (BACHELARD, 1981, p. 121).

Embora destinada particularmente à produção científica, esta afirmação de Bachelard adapta-se com facilidade à produção jornalística, destinada a fazer ciência a partir do (e no) cotidiano, ou ainda a qualificar o senso comum, a partir da reflexão dos fatos e das contextualizações, revelando nexos existentes, interdependências, com o objetivo de se entender a sociedade no seu conjunto e não de forma fragmentada, como um corpo esquartejado que, desconhecido, não possibilita ao cidadão entendê-lo, remontá-lo. Estamos, pois, tratando de conhecimento no sentido de ter ciência do que realmente ocorre, para além dos fatos, o que exige o exercício da criticidade. Isto é, o jornalista não é um narrador ingênuo dos fatos, nem tampouco um dono da verdade, capaz de entender todo e qualquer fato, extrair dali a mais pura verdade e, mastigada,

²² Karl R. Popper desenvolve também o conceito de um “terceiro mundo”, que compreende os “conteúdos objetivos de pensamento, especialmente de pensamentos científicos e poéticos e de obras de arte” (1975, p. 108)

trazer a público para que seja engolida, tal qual faz uma mãe passarinha ao pequeno filhote. Ser crítico significa ser portador da dúvida e, por isso mesmo, da curiosidade.

Esta foi a base das discussões entabuladas quando, em 2009, o STF (Supremo Tribunal Federal) derrubou a exigência do diploma específico para o exercício da profissão de jornalismo no Brasil. Milhares de opiniões e argumentações via e-mails, blogs e outras tantas formas de veiculação instantânea de mensagens via redes sociais, além de artigos, reportagens e comentários na mídia Brasil afora marcaram especialmente as semanas seguintes ao fato, embora renda peleias ainda hoje. Um dos artigos veiculados entre professores e pesquisadores de todo o país, reunidos em torno do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (www.fnfpf.org.br), foi o do professor Alfredo Vizeu, da UFPE (Universidade Federal de Pernambuco). Em defesa de tal obrigatoriedade, ele faz uma análise sobre o conhecimento jornalístico, base fundamental para se entender que esse profissional não é um mero repassador de informações, um narrador amistoso de acontecimentos, despojado de verdades. Baseando-se em Paulo Freire (2003), Vizeu traz a discussão sobre a criticidade e a ingenuidade com que o jornalista se depara cotidianamente diante de acontecimentos. Para superar a ingenuidade, Freire (2003, p. 77) afirma que é preciso "pensar certo", que significa "procurar descobrir e entender o que se acha mais escondido nas coisas e nos fatos que nós observamos e analisamos". O ingênuo, lembra Vizeu (2009), "acredita na primeira verdade que encontrar e se torna o seu ventríloquo. Mas se ele for destemidamente um curioso, tornar-se-á um verdadeiro jornalista".

Para ele, no jornalismo é a curiosidade profissional que rompe com a ingenuidade rumo à criticidade. Vale dizer que a curiosidade – por que não a busca incansável por uma nova verdade, após uma constatação? - é da essência da profissão de jornalismo, mas precisa de orientação, de método para de fato alcançar êxitos e ampliar os horizontes do conhecimento. Como escreve ainda Vizeu (2009): "a curiosidade metodicamente rigorosa do método cognoscível se torna curiosidade epistemológica, mudando de qualidade, mas não na essência".

Neste caso, o jornalista passa a ter uma postura compartilhada com o cientista, no ato de construção do conhecimento, por operar com a noção de estranhamento, de problematização do óbvio, com o objetivo de superar pré-conceitos, isto é, de superar o conhecimento já dado, em busca de um novo conhecimento.

É dentro desse quadro que opera o conhecimento no jornalismo. Portanto, pode um jornalista entrar num fato a ser divulgado, aproximar-se de seu objeto de trabalho, com certo grau de ingenuidade, mas ele precisa de método de investigação para apoderar-se da condição de crítico a fim de possibilitar ao público uma visão mais ampla do que é noticiado.

Não é permitido ao jornalista que seja ingênuo na cobertura dos fatos. A tomada de consciência é o ponto de partida da sua atividade. Como é possível dar conta da cobertura dos acontecimentos, da mediação entre eles e a sociedade, se antes de construir a informação não conheço o objeto? É tomando consciência dele que me dou conta do objeto, que é conhecido por mim (VIZEU, 2009).

O conhecimento se eleva essencialmente a partir da crítica, afirma Popper. A própria ciência é “mais conjectural e menos certa de si mesma do que a vida comum, porque elevamos conscientemente ao nível de um problema algo que normalmente pode ter feito parte de nosso conhecimento de base” (POPPER, 1975, p. 83). Ora, se o jornalismo tem a função de elevar o conhecimento da sociedade, seja em torno de qual for o acontecimento tratado, ele precisa se submeter ao exercício crítico, a partir de um racionalismo, em que o fato passa por uma análise, uma contemplação, é submetido ao crivo dos muitos olhares que o permitam ser entendido enquanto parte de um fenômeno maior: a sociedade. Bachelard destaca que “o racionalismo é uma filosofia que não tem começo; o racionalismo pertence à ordem do recomeço” (1981, p. 34), e é nesse sentido que o jornalista precisa apoderar-se do racionalismo como forma de busca incessante da explicação das coisas. Não se trata, em absoluto, da busca pela verdade, mas recomeçar sempre a fim de revelar quantas verdades forem possíveis de revelação ao redor de um mesmo acontecimento. O racionalismo, insiste Bachelard, “realiza-se na libertação de interesses imediatos; coloca-se no reino dos valores reflectidos, que podemos também considerar como o reino da reflexão sobre os valores do conhecimento” (1981, p. 36). Isto porque “o verdadeiro conhecimento é um co-nascimento” (1981, p. 21).

Popper, no entanto, rejeita o conceito de racionalismo e afirma que “todo conhecimento adquirido, todo aprendizado, consiste da modificação (possivelmente da rejeição) de alguma forma de conhecimento, ou disposição, que existia previamente, e

em última instância de disposições inatas” (POPPER, 1975, p. 76). Para efeito desse trabalho não cabe aqui discutir as diferenças – sem dúvida, importantes – entre as duas concepções, mas constatar que, tanto em um quanto em outro caso, o exercício do jornalismo pode sentir-se contemplado, no mínimo com a sua função básica, elementar, de publicização de um conhecimento inicialmente empírico, mas submetido à reflexão.

O problema do conhecimento presente no processo de produção midiática é que ele envereda rapidamente para a questão da verdade, na busca de certezas que descambam em opinião. Não raro, a proposta de Bachelard tem sido usada – equivocadamente – para esse propósito, contribuindo para enrijecer o jornalismo. Karl Popper aponta a ‘procura da certeza’ como erro central da teoria de senso comum do conhecimento. Toda certeza gera uma crença, diz ele, porque usamos o conhecimento objetivo para a formação de nossas crenças subjetivas pessoais. “A certeza de uma crença não é tanto questão de sua identidade, mas da situação: de nossa expectativa das consequências possíveis” (POPPER, 1975, p. 84). E se é a dúvida que nos leva à busca do conhecimento, é ela também a que nos conduz à crença. Charles Peirce alerta que a crença nasce da busca pelas respostas a dúvidas, inclusive existenciais, que nos atormentam no cotidiano de nossas vidas.

A irritação da dúvida causa uma luta para atingir um estado de crença. Chamarei a esta luta inquirição, embora deva admitir-se que esta não é, às vezes, a designação mais adequada. A irritação da dúvida é o único motivo imediato para a luta por atingir a crença. É certamente melhor para nós que as nossas crenças sejam tais que possam verdadeiramente guiar as nossas acções de forma a satisfazer os nossos desejos; e esta reflexão far-nos-á rejeitar qualquer crença que não pareça ter sido formada para assegurar este resultado. Mas só o fará criando uma dúvida no lugar dessa crença. Logo, com a dúvida a luta inicia, e com o cessar da dúvida termina. Donde, o único objecto da inquirição é o estabelecimento da opinião. (PEIRCE, 1997, p. 8)

Equivale a dizer que as pessoas não buscam conhecimento, mas certezas, crenças disfarçadas de conhecimento. Eis porque o jornalismo “precisa”, por uma questão de audiência, legitimar-se por meio da aspensão permanente de certezas e opiniões. É o caminho mais curto para ampliar os índices de audiência. Este tem sido o motor do fazer mídia hoje. Bourdieu afirma “há, hoje, uma ‘mentalidade-índice-de-audiência’ nas salas de redação, nas editoras etc. Por toda parte, pensa-se em termos

de sucesso comercial” (1997, p. 37). E isso tem, segundo o autor, empobrecido o conhecimento, porque os jornalistas e demais comunicadores “pensam por ‘idéias-feitas’. As ‘idéias feitas’ de que fala Flaubert são idéias aceitas por todo o mundo, banais, convencionais, comuns; mas são também idéias que, quando as aceitamos, já estão aceitas, de sorte que o problema da recepção não se coloca (BOURDIEU, 1997, p. 40).

Aqui está uma contradição a ser superada especialmente pela mídia televisiva, objeto desta pesquisa: o conhecimento necessita da dúvida para existir e a dúvida irrita, obrigando à busca rápida pela certeza, pela opinião, sem a qual não há a garantia antecipada da audiência. Como dito antes por Resende, vivemos em busca de fórmulas facilitadoras que nos ajudem a apreender o mundo de maneira simples; queremos tê-lo explicado, muito mais que problematizado (RESENDE, 2007, p. 85). Trata-se do perigo do instinto formativo, que acaba por ceder perante o espírito conservativo, e o crescimento espiritual cessa (BACHELARD, 1981, p. 167).

E é aqui que surge um grande problema para o conhecimento: a opinião. No entanto, alerta Bachelard, a ciência, na sua necessidade de aperfeiçoamento como no seu princípio, opõe-se radicalmente à opinião. “A opinião pensa mal; ela não pensa: traduz necessidades em conhecimentos. Ao designar os objetos pela sua utilidade, coíbe-se de os conhecer. Nada se pode fundar a partir da opinião; é necessário, antes de mais, destruí-la” (BACHELARD, 1981, p. 166).

Contudo, a opinião não é um problema em princípio, no jornalismo. O problema está quando ela surge no lugar da exposição de fatos e ideias, demonstrando a falta de argumentação, abreviada pela opinião que “caminha mais depressa que o real e deve concluir coisas demais. É como uma excrescência além dos *realia*, um grão de loucura que pode germinar e se desenvolver selvaticamente” (BOSI, 2003, p. 121). Não por outra razão, sempre que o jornalismo popular amplia seus espaços de opinião perde leitor, e os ganha na medida em que ampliar as histórias de vida.

Portanto, o problema está quando a opinião priva a ampliação do conhecimento, que é cara ao jornalismo, porque pela proximidade com o público, o discurso jornalístico se constitui no limiar do senso comum que, ao lado do conhecimento científico, também é uma forma de conhecimento, mas que precisa ser qualificado. Boaventura de Sousa Santos defende os dois tipos de conhecimento (senso comum e

científico) e alerta que, “deixado a si mesmo, o senso comum é conservador e pode legitimar prepotências, mas interpenetrado pelo conhecimento científico pode estar na origem de uma nova racionalidade. Uma racionalidade feita de racionalidades” (SANTOS, 1988, p. 8). Para que esta configuração de conhecimentos ocorra, segundo ele, é necessário inverter a ruptura epistemológica.

Na ciência moderna a ruptura epistemológica simboliza o salto qualitativo do conhecimento do senso comum para o conhecimento científico; na ciência pós-moderna o salto mais importante é o que é dado do conhecimento científico para o conhecimento do senso comum. O conhecimento científico pós-se penetrar por elas. A mais importante de todas é o conhecimento do senso comum, o conhecimento vulgar e prático com que no quotidiano orientamos as nossas acções e damos sentido à nossa vida. A ciência moderna construiu-se contra o senso comum que considerou superficial, ilusório e falso. A ciência pós-moderna procura reabilitar o senso comum por reconhecer nesta forma de conhecimento algumas virtualidades para enriquecer a nossa relação com o mundo (SANTOS, 1988, p. 8).

Boaventura alerta, no entanto, que o conhecimento do senso comum tende a ser um conhecimento mistificado e mistificador “mas, apesar disso e apesar de ser conservador, tem uma dimensão utópica e libertadora que pode ser ampliada através do diálogo com o conhecimento científico” (1988, p. 8). Para ele, o senso comum é prático e pragmático; “reproduz-se colado às trajetórias e às experiências de vida de um dado grupo social e nessa correspondência se afirma fiável e securizante” (1988, p. 8). O senso comum, de acordo com Boaventura, é superficial porque desdenha das estruturas que estão para além da consciência.

É exímio em captar a profundidade horizontal das relações conscientes entre pessoas e entre pessoas e coisas. O senso comum é indisciplinar e imetódico; não resulta de uma prática especificamente orientada para o produzir; reproduz-se espontaneamente no suceder quotidiano da vida. O senso comum aceita o que existe tal como existe; privilegia a acção que não produza rupturas significativas no real. Por último, o senso comum é retórico e metafísico; não ensina, persuade (SANTOS, 1988, p. 8).

Valorizar o senso comum, sem deixar-se embriagar por ele, mas tornando-o mais qualificado com sua aproximação ao conhecimento científico é, portanto, um

desafio para um jornalismo que queira manter um compromisso com o desenvolvimento humano, sem ficar aprisionado aos índices de audiência.

Por outro ângulo, mas nesta mesma linha de pensamento e igualmente importante para os fins desta pesquisa, Edgar Morin fala da existência de dois tipos de pensamento: o empírico/técnico/racional e o simbólico/mitológico/mágico. “Há distinção de facto muito nítida entre estes dois modos; (...) estão imbricados complementarmente numa trama complexa, sem que um atenua ou degrade o outro” (1986, p. 144). Para o autor, esses dois modos de pensar, baseados na razão e no mito, são tão arcaicos quanto o homem, e os “primitivos” se moviam nos dois pensamentos de forma complementar, sem confusão. Mas a ciência foi se encarregando de separá-los e é “nos desenvolvimentos finais da história ocidental que se constitui uma oposição entre a razão e o mito” (1986, p. 145). No entanto um necessita do outro para dar conta da complexidade humana e das sociedades humanas.

O pensamento mitológico é carenciado se não for capaz de aceder à objetividade. O pensamento racional é carenciado se for cego para o concreto e a subjetividade. O primeiro é desprovido de imunidade empírico-lógica contra o erro. O segundo é desprovido do sentido que percebe o singular, o individual, o comunitário. O mito alimenta mas confunde o pensamento; a lógica controla mas atrofia o pensamento (MORIN, 1986, p. 164).

Não se trata aqui de afirmar que o jornalismo deva ser, apenas, uma correia de transmissão das reflexões “científicas” puras a respeito dos fenômenos enfocados, mas que, e principalmente, deva ser o lugar próprio desse fazer científico, tanto por meio da narração do acontecimento como pelo processo de relacionar a ele conhecimentos gestados em outras disciplinas, em outras ciências, mas aqui traduzidos, adaptados para a experiência de vida presente no fenômeno narrado. Vale recordar aqui uma qualidade de ciência ainda incipiente, porque tais reflexões, inferências, conotações devem alcançar uma população heterogênea e pouco afeita a discutir, com certa profundidade, os fatos. Portanto, um jornalismo que se coloque entre esse conhecimento mais aprofundado e o senso comum, que dá sentido à própria vida em sociedade.

Pensado assim, o jornalista deixa de ser um *fazedor de reportagem*, um *promovedor de debates* e *entrevistas*, para ser um *construtor do conhecimento*. Trata-

se de uma separação entre fins e meios. Os fins são a construção de um dado conhecimento; os meios, fazer reportagem, entrevistas, debates, etc. Não creio que isso seja uma grande novidade, pois é o que a mídia procura fazer hoje. E não é por outra razão que nas últimas décadas vêm crescendo as reflexões que confirmam estarmos vivendo numa sociedade midiaticizada. Mas, a novidade está no fato de que expressar, calcar, definir essa função própria da mídia é eclodir seus substantivos mais venerados, como os de isenção, imparcialidade e não-ideológica. E, para isso, é preciso abandonar a ideia de um jornalismo asséptico, insosso, inodoro.

No referido texto que circulou no Fórum Nacional de Professores de Jornalismo, Vizeu lembra que

A eficácia da atividade jornalística e o Conhecimento do Jornalismo estão intimamente ligados ao que (Paulo) Freire colocava como a capacidade de abrir a “alma” da cultura, de aprender a racionalidade da experiência por meio de caminhos múltiplos, deixando-se “molhar, ensopar” das águas culturais e históricas dos indivíduos envolvidos na experiência. É a dimensão crítica do conhecimento jornalístico, num imbricamento entre teoria e prática (VIZEU, 2009).

Mas, como colocar todo esse conhecimento e as práticas jornalísticas a serviço de uma sociedade nova, da qual podemos nos orgulhar, em que imperam processos e relações éticas, de respeito, de justiça e igualdade de oportunidades em todos os espaços da vida social? Eis um desafio que se apresenta a um jornalismo que se configura como um dos principais instrumentos da mediação social. A pergunta, portanto, que precisa ser feita, no entender de Fernando Resende, é se “ao proliferarem as mídias, estaríamos simplesmente diante de um quadro de multiplicação de lugares nos quais a vontade de verdade se manifesta ou estaríamos sendo confrontados com múltiplas versões do que possa ser ou não verdade? (RESENDE, 2007, p. 83).

3.2 Um Novo Jornalismo?

O jornalismo se alicerça hoje, no mundo ocidental, em princípios norteadores que se colocam mais como peças de marketing, com o objetivo de “vender” uma prática jornalística como se fora uma verdade absoluta, do que preocupado em

firmar posição clara do seu lugar na sociedade contemporânea. Propor um jornalismo isento, imparcial e não-ideológico é querer transformar em *távola rasa* todas as contradições que povoam tanto as instituições quanto as relações e modos de vida em sociedade, e que perpassam a própria linguagem. Ora, a constituição em si de um veículo de comunicação e a sua manutenção implicam a composição de uma instituição agregada a outras instituições, normalmente da esfera da economia, pouco da esfera do Estado e, em se tratando das grandes instituições de comunicação, jamais da esfera da sociedade civil organizada. Por si só está decretada a impossibilidade de existência de um veículo de comunicação que possa estar acima de tais diferenças. Como instituições presentes na sociedade, que seguem certas regras e buscam na mesma sociedade formas de manutenção e desenvolvimento, a mídia perde qualquer possibilidade de isenção. Ela é oblíqua por natureza, é a expressão de uma verdade, jamais da verdade.

A busca pela verdade, incansavelmente repetida por certos estudiosos do jornalismo como sendo a síntese da prática profissional, deve ser criticada a fim de expandir os cuidados para se evitar um jornalismo que mais se assemelha a uma prática religiosa do que a uma instituição constituidora de nexos factuais e estruturais que possibilitam a compreensão do mundo. O jornalismo é, sim, um ponto de vista sobre um fato, um acontecimento. E como já se tornou lugar-comum dizer: “um ponto de vista é sempre a vista a partir de um determinado ponto”.

O problema é que o *sentimento de verdade* dá ao jornalista a certeza de que ele é o dono da verdade e, portanto, ao outro não pertence a verdade; logo, facilmente esse outro é coloca do lado da mentira. É importante, no entanto, destacar que está em questionamento aqui o conceito de verdade, não se tratando de uma discussão sobre o dualismo verdade/mentira. Uma mentira não será jamais uma verdade. Já uma verdade não será nunca uma mentira, apenas poderá não ser uma verdade para o outro.

O sentimento de verdade, segundo Edgar Morin, suscita uma dupla possessão existencial:

Uma tomada de posse da verdade ('a verdade pertence-me') e uma tomada de posse pela verdade ('pertencço à verdade'); as duas ligam-se num anel que as alimenta uma à outra: 'pertencço à verdade que me pertence'; assim, ao mesmo tempo em que se torna uma entidade

transcendente que adoramos, a verdade torna-se o nosso bem pessoal, incorporado na nossa identidade (MORIN, 1986, p. 124).

É impossível, portanto, haver um jornalismo que seja ao mesmo tempo isento e 'dono' da verdade. Afinal, reforça Morin, "toda a evidência, toda a certeza, toda a posse da verdade é religiosa no sentido primordial do termo: ela liga o ser humano à essência do real, e estabelece mais que uma comunicação uma comunhão" (1986, p. 125).

Para existir um jornalismo, de fato, isento, imparcial, seria necessário um exercício profissional que diferencia, conforme ainda Morin, o *sentimento de verdade da ideia de verdade*. Enquanto o *sentimento de verdade* é inseparável do *sentimento de certeza* e faz parte de nosso bem pessoal, "a ideia de verdade corresponde a uma resolução da alternativa verdadeiro/falso, sem que ela nos implique ou nos afecte necessariamente" (MORIN, 1986, p. 124). Seria, portanto, exigir uma prática jornalística que fosse isenta de opinião, sem comentários, sem olhares, sem palavras, sem interpretações de qualquer naipe. E se, porventura, isso fosse possível teríamos, mais do que isento, um jornalismo amorfo, insosso, insípido.

Contudo, não significa propor aqui que o jornalismo abra mão da verdade, mas que se saiba que a existência de uma única verdade a respeito de determinado acontecimento é mais questão de fé e de ideologia do que possibilidade plausível. Vale trazer aqui a frase lapidar atribuída a André Gide, prêmio Nobel de Literatura de 1947: "Crê nos que buscam a verdade. Duvide dos que a encontraram". Aliás, uma boa frase a ser perseguida incessantemente pela prática jornalística. É como afirmar que o jornalismo não está em busca da verdade, mas em busca de expressar as muitas verdades a respeito de um mesmo fato, um mesmo acontecimento.

Contudo, não podemos esquecer que o jornalismo busca dar respostas ao seu público e que as pessoas necessitam das verdades até para encontrarem a paz interior, para explicar sua frágil passagem pela existência. Eis um caminho a ser aprofundado nas teorias do jornalismo, para que possamos ter uma nova leitura dos acontecimentos.

A produção teórica no campo da comunicação tem sido vasta muito mais no sentido de criticar a falta de imparcialidade dos veículos, revelando-os como tendenciosos ou como fundamentais no processo de estruturação da sociedade, só para ficar em duas grandes correntes. No entanto, faz-se necessário postular outro

paradigma para o jornalismo, dado ao exaurir do modelo em que a mídia tem o compromisso de isenção e sobre o qual se construiu essa profissão. Afinal, “um paradigma pode até mesmo afastar uma comunidade daqueles problemas sociais relevantes que não são redutíveis à forma de quebra-cabeça, pois não podem ser enunciados nos termos compatíveis com os instrumentos e conceitos proporcionados pelo paradigma” (KUHN, 1987, p. 60). É esse paradigma de jornalismo que precisa ser ultrapassado, sob pena de termos sempre um jornalismo atrelado ao próprio sistema, embora se diga isento.

É isso o que Jakobskind cobra do jornalismo praticado pela TV Brasil no caso da cobertura do golpe de estado em Honduras, conforme vimos antes. Ali, a direção de jornalismo da emissora contentou-se com uma verdade²³ e ingenuamente deu-se por satisfeita, privando seu público de conhecer outras verdades, que nesse caso provariam ser a primeira verdade uma grosseira mentira. Isso alteraria, por completo, a compreensão da realidade por parte do público a respeito de tal acontecimento. Faltou ao jornalismo da emissora a saudável curiosidade jornalística, que levaria a uma curiosidade epistemológica, capaz de revelar outras verdades.

Mas o problema, creio mesmo, é de outra ordem. Se a emissora difundisse a outra ‘verdade’, diriam os defensores da ‘verdade’ divulgada que ela estava sendo tendenciosa. E de fato o seria, como o foi agora; apenas mudaria de lado. Óbvio que, nesse caso particular, bastaria à emissora difundir os dois lados do fato, como defendem as teorias do jornalismo. Embora a intenção seja boa, na prática não funciona. Pois, ao aprofundar a informação, a emissora entraria na discussão sobre conceitos diferentes de democracia e fatalmente tomaria partido. Veja o subtítulo de matéria da Folha de S. Paulo do dia 12 de julho de 2009. Ao referir-se ao fato de que se houvesse a tal consulta, Manuel Zelaya venceria, o jornal não teve dúvidas em arrumar outro qualificativo para a democracia, até então defendida à exaustão: “Recurso a democracia direta em prol das mudanças constitucionais na região pode ensejar ditadura plebiscitária”. Eis o carimbo de pejo a essa democracia, em caso de prevalecer a vontade que, embora fosse da maioria, não representasse o *status quo* vigente. Nenhuma novidade. É isso mesmo: cada instituição enuncia a partir de sua

²³ Ainda que seja provada ser uma mentira – como neste caso o é, pelo simples analisar dos fatos – trata-se de uma verdade jornalística, a partir do momento em que é defendida por um lado em rinha.

própria fala e das falas de suas coirmãs. O incompreensível é querer que um jornal, revista, rádio, televisão, assim como qualquer outra instituição de comunicação não tenha lugar próprio de fala. Seria um veículo “eunuco”; um delírio sociológico!

No entanto, garantindo um estatuto novo e próprio para a mídia, em que os veículos que, nesse caso, difundiram tal verdade (ainda que uma mentira) não se declarassem, para o conjunto da sociedade, como isentos, imparciais, não-ideológicos, estaríamos contribuindo muito mais para a ampliação do conhecimento. Se a mídia tivesse a grandeza de assumir publicamente tais posturas, o público teria condições de ponderar tais ‘verdades’, sentindo-se na obrigação de buscar ‘outras verdades’, a fim de formar seu próprio juízo de valor. Aliás, se a mídia definir de que lado está, ela ganha em grandeza democrática na medida em que difunde também os outros pontos de vista, as demais verdades, embora isso dificilmente seria aceito pelas elites dominantes, que não reconhecem valor que seja o seu próprio.

Trata-se, portanto, de propor a inaplicabilidade de substantivos como *isenção*, *imparcialidade* e *não-ideologia* para qualquer prática jornalística, sem demérito algum para o exercício profissional, mas para ser exatamente coerente com a verdade, tão aludida pela prática do jornalismo contemporâneo. Ao contrário do que possa parecer, isso exigiria, a médio e longo prazos, uma reflexão do próprio público-alvo das diferentes mídias. Em vez de acreditarem plenamente no que dizem os meios, o público deveria iniciar-se no exercício de pensar o que lê, ouve, vê, sente. O público, sim, é livre para exercer a crítica e definir a sua verdade, a mídia não. Enquanto instituição, ela tem verniz próprio das máculas de qualquer instituição, portadora de verdades próprias.

Essa discussão se faz mais forte num momento em que as mídias surgem como o elemento novo, fonte, no mínimo, de eclosão da atual *episteme* que rege a sociedade. Vivemos a emergência de um tempo novo, de uma sociedade cada vez mais marcada pela lógica das mídias, classificada por muitos estudiosos como sociedade midiaticizada. De fato, o campo que mais tem sofrido e, ao mesmo tempo, contribuído para tais mudanças é o da comunicação em sua expressão tecnológica do fenômeno comunicacional, a mídia. Trata-se de uma transformação que se dá de forma concomitante com as alterações nas formas de sociabilidade e organização da sociedade e são, sem dúvida, mudanças que exigem um campo investigativo capaz de

ler os novos fenômenos, que têm colocado em xeque a própria epistemologia do campo.

Essas transformações impõem também a necessidade de atualização da própria comunicação enquanto disciplina e prática, para além dos suportes midiáticos. A nova lógica operativa do campo pede uma atitude revisionista sobre as bases teóricas, conceituais, metodológicas e práticas que sustentam a Comunicação. Há uma necessidade não apenas de um inquirir arqueológico de suas etimologias, conceitos e conteúdos, mas de uma arqueologia, na forma como propõe Michel Foucault (1989), que entrevê a possibilidade de ensejar uma análise do poder sobre os sistemas de pensamento que, numa determinada época, impõe à sociedade o que pensar e como pensar. “En una cultura y en un momento dados nunca habrá más que una sola episteme, que define las condiciones de posibilidad de todo saber. A cada época corresponde una episteme única que rige el conjunto de los saberes” (FOUCAULT, 1989, p. 25).

Trata-se, portanto, de vislumbrar essa mudança que impõe um novo estágio da sociedade em que opera uma mudança de época, fundamentada no desenvolvimento tecnológico e potencializada pela hegemonia da racionalidade técnica, em que, de alguma maneira, há uma substituição dos fins pelos meios, num processo perigoso para a sociedade, em que a técnica passa a ser vista como um fim em si mesma. Implica aqui, portanto, identificar como essa nova época configura certos comportamentos, certezas, práticas, conhecimentos. Enfim, qual é a *episteme* dessa nova ambiência, qual é o espírito dessa nova época, como provoca Foucault. E a partir daqui possibilitar novas construções teóricas capazes de dar à comunicação, e ao jornalismo em particular, parâmetros de referenciais conceituais, teóricos, metodológicos e práticos. Afinal, como lembra Medina, a ampliação dos meios de comunicação tem servido muito pouco para proporcionar melhor qualidade de informação para a sociedade.

Com os avanços tecnológicos do século XX, acentuam-se as contradições do difusionismo e da geopolítica da divulgação. (...) A complexidade da pluralidade (...) e as promessas irrestritas da aproximação espacial anunciam a interatividade dos novos infoviários. No entanto, a cidadania contemporânea exhibe um grande déficit de informação (MEDINA, 2003, p. 97).

3.3 O Discurso

Inquirir sobre os fundamentos do discurso jornalístico operante hoje e sobre a narrativa que lhe dá consistência institucional e o difere dos narrares, presentes na sociedade, são elementos importantes para entender o lugar próprio do jornalismo na sociedade contemporânea e, de maneira especial, o jornalismo televisivo, cujo suporte principal é a imagem.

Para entender o discurso jornalístico tomo aqui alguns preceitos da análise de discurso, especialmente da vertente francesa, em sua preocupação com o contexto sócio-histórico e transdisciplinar, bem como as contribuições de Maria Aparecida Baccega, a partir de estudos baseados em Verón e Bakhtin, na busca por conseguir “enxergar os entrecruzamentos que estão na base da relação entre a língua, o sujeito, a sociedade e a História” (GREGOLIN, 2005, p. 106).

Primeiramente se faz necessário compreender a existência dos múltiplos sujeitos do discurso e o papel que cada um deles joga no processo de mediação social ou de midiatização da sociedade. Partimos da ideia de um duplo sujeito-institucional para se chegar depois aos demais sujeitos de fala, isto é, pessoas que “emprestam” sua voz na construção de um enunciado: o repórter, o apresentador, o entrevistado, o personagem...

O primeiro sujeito-institucional é o próprio veículo de comunicação em questão. Isto é, há um sujeito definido enquanto meio de comunicação, que corporifica um lugar de fala, que estabelece um modo específico de olhar a sociedade que, nesse caso em particular, é tomado, aqui, como a mídia pública. Equivale a dizer que o discurso que se constrói nas hostes de um veículo privado de comunicação não é e nem deva ser o mesmo gerado no âmbito de um veículo público, de outro estatal, ou que pertença a um partido, uma religião, etc..

A negação desse sujeito gera invariavelmente um estado de desnecessariedade de se discutir em profundidade os conteúdos éticos, de isenção e imparcialidade desejados em todo processo comunicacional. Tanto a ética quanto a isenção e a imparcialidade já estão dados e assimilados, quando deveriam ser não ponto de partida, mas de chegada, de busca, do ato comunicacional. Geram-se,

portanto, os códigos de ética próprios de cada lugar social, podendo perder-se sua vinculação aos ditames de uma ética universal.

Dois fatos ocorridos em 2006, em Curitiba, podem ilustrar bem essa situação. Um profissional que atuava na TV Paraná Educativa foi informado, por um parente, de que uma senhora muito simples, sua amiga, havia tido um problema com a companhia de energia elétrica do Estado. Por falta de pagamento, sua conta de energia havia sido cortada e, no momento de religação, após ser paga a fatura, houve um erro operacional e um curto circuito havia queimado três de seus aparelhos domésticos. A senhora teria reclamado e nada foi feito pela empresa estatal. O caso seria levado ao jornalismo da emissora, mas a orientação superior foi de que nada seria veiculado, uma vez que a própria empresa pública seria acionada para reparar o problema. Claro que quanto a esse fato, em si, tudo estaria resolvido. Contudo, era importante que esse fato chegasse ao público para que ocorrências semelhantes tivessem o mesmo desfecho.

O fato foi, então, repassado a outro profissional de uma emissora privada. Reportagem feita, o problema foi imediatamente resolvido; a senhora ganhou eletrodomésticos novos e um representante da própria empresa orientou como a população deveria proceder em casos semelhantes, informando que o equívoco foi de pessoas e não fazia parte do modo de ser da empresa. Pouco mais de um mês depois, o profissional dessa outra emissora devolveu o favor, presenteando a emissora pública com uma bela pauta: uma empresa que havia sofrido intervenção de Vigilância Sanitária patrocinava programas da emissora privada, o que a impedia de divulgar o fato. Na troca de gentileza, quem ganhou foi a informação.

Os defensores do jornalismo aprioristicamente isento, imparcial e neutro dirão que ambas televisões erraram ao não difundirem o fato. No entanto, é fundamental entender que ocorrências como esses, com menor ou maior importância, acontecem sorrateiramente no dia a dia das redações e são desconsideradas pelo simples fato de “não fazerem parte de nossa linha editorial”. Portanto, assumir esse sujeito-institucional significa compreendê-lo em suas potencialidades e fragilidades, deixando de tratá-lo, a priori, como portador apenas de virtudes.

O segundo sujeito-institucional aqui evocado é o próprio discurso jornalístico, que é uma instituição em si. A materialidade desse discurso se dá numa construção

que se pretende heterogênea, interdiscursiva e polifônica. São fenômenos externados como forma de legitimação enquanto sujeito, portador de uma ideologia a que ele serve e que lhe serve, que lhe dá sustentação. A própria noção de reportagem se alicerça na proposta de ser uma soma de discursos heterogêneos, capazes de mostrar os diversos ângulos e visões de um mesmo acontecimento, e o faz por meio da polifonia, isto é, das múltiplas vozes que consegue reunir.

A heterogeneidade discursiva se divide em duas: a *constituída*, aquela assumida conscientemente ou não pelo narrador da reportagem, mas que se apresenta na sua voz; e a *mostrada*, aquela que se faz presente na voz de um entrevistado ou mesmo na referencialidade dada pelo narrador.

Já o conceito de *polifonia* no telejornalismo é usado em duas acepções. Na primeira, estão os múltiplos discursos ditos por vozes distintas: a fala do repórter, do personagem, do especialista, etc. Ao introduzir as diferentes vozes, na busca pela exposição da heterogeneidade que o tema engendra, surge o sujeito polifônico, “uma vez que é portador de várias vozes enunciativas. Ele é dividido, pois carrega consigo vários tipos de saberes, dos quais uns são conscientes, outros são não-conscientes, outros ainda inconscientes” (CHARAUDEAU, 2004, p. 458). Na segunda acepção do termo polifonia estão os múltiplos sons: além das vozes distintas, há ainda a trilha sonora, o abre-áudio, o silêncio. Alguns estudiosos incluem também a imagem como parte da polifonia televisiva, como veremos mais adiante.

Ancorado na polifonia e na heterogeneidade discursiva, “o discurso jornalístico sustenta-se em sua função referencial para constituir-se informativo e documental, para fazer-se porta-voz da realidade” (AZEVEDO; BACCEGA, 2007, p. 99). Esclarecendo que esse discurso se sustenta por meio de reportagens repletas de citações, entrevistas, imagens, dados estatísticos, as autoras afirmam que “esses procedimentos são recursos aos sinais de marcação da remetência ao real, pois são eles que sustentam a verdade contida no enunciado jornalístico” (AZEVEDO; BACCEGA, 2007, p. 99).

Embora insista em constituir-se como o espelho da realidade, o discurso jornalístico, muitas vezes, beira ao simulacro, guardando os contornos do acontecimento, suas discussões, posições, emoções, lógicas discursivas e

resultados, sempre com referencialidade ao fato e com o uso de dispositivos que ‘garantam’ – pelo menos é o que pretende - isenção, imparcialidade e neutralidade. São dispositivos e recursos de linguagem usados para se estabelecer um caráter de verdade ao discurso jornalístico, na busca por se instaurar, em decorrência, a credibilidade, pois “no jornalismo o jogo da credibilidade se joga sobre o sucesso da referencialidade suposta” (GOMES, 2000, p. 30).

O discurso jornalístico negocia um “toma lá, da cá” com as vozes que ele incorpora como sendo a do outro. Ao ganharem o direito de expressar seu poder-saber, essas vozes dão ao discurso jornalístico seu valor de referencialidade. Mas, para Baccega, o discurso jornalístico, uma das manifestações do discurso da comunicação, muitas vezes mascara e dissimula a realidade.

No entanto, difunde-se na sociedade que ele mostra mil faces do mesmo acontecimento. Essa é uma postura dita liberal que afirma: se queremos ter objetividade – já que todo discurso está eivado de subjetividade –, basta dar lugar, numa sociedade, a essa pluralidade de vozes que o constitui. Esse “sofisma” aquieta as consciências. Sofisma porque, evidentemente, se uma sociedade tem uma pluralidade de vozes, uma delas exercerá a hegemonia e procurará mantê-la, ou seja, não permitirá que todas as vozes falem com o mesmo caráter de verdade. Isso quando conseguem falar (BACCEGA, 1998, p. 58).

Por isso mesmo, manter-se rigoroso ao discurso jornalístico não garante necessariamente fidelidade do acontecimento enunciado.

Se examinarmos a natureza desses índices de referencialidade, veremos que se trata apenas de um efeito de real: as entrevistas, citações, fotos e até o próprio acontecimento narrado são escolhas, seleções que supõem algo excluído, um não-dito (AZEVEDO e BACCEGA, 2007, p. 99).

Afinal, a essa seleção de vozes corresponde uma exclusão de outras que não ocupam esse lugar, provocando por isso mesmo um processo ideológico de construção da realidade. Dessa maneira, o discurso jornalístico opera por procedimentos que constroem verdades próprias a partir dos acontecimentos narrados.

Isso se dá a partir da materialidade dos enunciados, da memória de sentido, por meio das heterogeneidades constituída e mostrada, validadas pelo sujeito discursivo e, por ele, narradas de forma a selecionar das falas registradas aquela que interessa ao seu próprio discurso. Afinal, a ideologia se manifesta na diversidade de sentido dos enunciados e das significações que o signo assume. Para Bakhtin (2004), a palavra é um signo ideológico e é o contexto e o lugar ocupado pelo falante que determinam a produção de sentidos. A fala só existe na forma concreta dos enunciados de um indivíduo e o discurso molda-se sempre à forma do enunciado que pertence a um sujeito falante (BAKHTIN, 2004).

Contudo, ao analisar uma produção jornalística não convém tomar os membros da equipe responsável por uma reportagem enquanto indivíduos, mas como membros de um campo sócio-comunicacional - o jornalismo - que se consolida, nesse momento em particular, como chave numa sociedade em processo de midiatização²⁴.

Tomaremos, assim, a equipe²⁵ de profissionais responsáveis pela reportagem como o “sujeito falante”, levando em conta que a fala só existe na forma concreta dos enunciados de um indivíduo e o discurso molda-se sempre à forma do enunciado que pertence a um sujeito falante (BAKHTIN, 2004). No entanto, se terá em conta que, embora a enunciação seja o produto do ato de fala, ela não pode ser explicada pelas condições psicofisiológicas do sujeito falante (BAKHTIN, 2004, p. 109).

Por outro lado, é importante perguntar pelo lugar de enunciação e, por conseguinte, pelo sujeito da enunciação do objeto analisado. Partimos, aqui, da constatação, a priori, de que estamos diante de um duplo sujeito enunciante, o individual e o institucional, isto é, o jornalista e o veículo; embora ambos estejam completamente imbricados e funcionam na forma de apagamento de um no outro,

²⁴ Ao referir-se à midiatização da sociedade, Pedro Gilberto Gomes afirma que embora esse processo seja formado pelo conjunto midiático, e fundamentalmente a partir dos novos dispositivos tecnológicos instaurados nas últimas décadas, a televisão ainda ocupa lugar de destaque entre os principais espaços de interlocução social, e o jornalismo, como parte do conjunto da programação de uma TV, também joga papel importante nesse contexto (GOMES, 2009, p. 3).

²⁵ A equipe aqui será tomada no seu conjunto formada pela pauta, repórter, repórter cinematográfico e editor. Claro que são parte interdependentes, porém autônomas no processo de produção de uma reportagem. Porém, este estudo não se destina a entender a formação do discurso interno da TV, mas o discurso que é difundido pela TV.

pela própria condição espaço-temporal de construção da enunciação. Algo como: o jornalista produz um discurso que é dele enquanto é da TV; ou a TV produz e veicula um discurso que é dela enquanto é do jornalista.

Fernandes lembra, no entanto, que o sujeito falante é o empírico, o individualizado, que tem a capacidade para aquisição da língua e a utiliza em conformidade com o contexto sociocultural no qual tem existência (FERNANDES, 2005, p. 35). Porém, não podemos tomar esses profissionais enquanto indivíduos e colocá-los na condição de sujeito de todo o enunciado, pois seria um equívoco, já que em análise de discurso não se trata de indivíduos compreendidos como seres que têm uma existência particular no mundo; isto é, sujeito, na perspectiva em discussão, não é um ser humano individualizado (FERNANDES, 2005, p. 33). Por outro lado, o mesmo autor lembra que um sujeito discursivo deve ser considerado sempre como um ser social, apreendido em um espaço coletivo. E para “compreender o sujeito discursivo requer compreender quais são as vozes sociais que se fazem presente em sua voz” (FERNANDES, 2005, p. 35). Eis a importância dessa separação entre sujeito falante (o individual) e sujeito enunciante (o institucional), enquanto será qualificado como sujeito discursivo o processo complexo que une esses dois sujeitos.

Para o trabalho aqui proposto é salutar essa separação para entender os atravessamentos e entrecruzamentos entre dois discursos que, no entanto, se apresentam como único. O discurso da emissora só existe neste telejornal enquanto discurso dos jornalistas que a ela servem, mas ele é resultado da interpenetração de dois discursos. É nessa interpenetração que entram todas as condições dadas para a produção jornalística, desde o ideário da emissora até as condições materiais, técnicas e de tempo e a rotinas de produção definidas para que cada equipe realize o seu trabalho. E são essas condições que vão definir o discurso e seu lugar social de fala e conseqüente ideologia.

As condições de produção do discurso irão determinar não o sentido em si, mas as posições ideológicas do jogo discursivo. Podemos considerar as condições de produção em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se as considerarmos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico (ORLANDI, 2000, p. 46).

Não se pode dizer o que quer quando se ocupa um determinado lugar social, pois este exige o emprego de certas representações e a exclusão de outras. “Se temos hoje um sentido para cada coisa é porque houve um processo que o cimentou e organizou a exclusão do sem-sentido” (GREGOLIN, 2001, p. 10).

Para entender melhor esse contexto sócio-histórico e ideológico convém trazer o conceito de *interdiscurso*, que está ligado diretamente ao conceito de pré-construído, àquilo que nem sequer é questionado. Esse pré-construído é como o chão firme onde pisamos, pertence a um plano quase religioso, que nos re-liga ao espaço-temporal de pertença, cumprindo um papel de princípio organizador a partir do qual evocamos o que formulamos e expomos. Maingueneau afirma que toda formulação está, de alguma maneira, colocada na intersecção de dois eixos:

O vertical, do pré-construído, do domínio da memória e o horizontal, da linearidade do discurso, que oculta o primeiro eixo, já que o sujeito enunciador é produzido como se interiorizasse de forma ilusória o pré-construído que sua formação discursiva impõe. O domínio de memória representa o interdiscurso como instância de construção de um discurso transversal que regula, tanto o modo de doação dos objetos de que fala o discurso para um sujeito enunciador, quanto o modo de articulação destes objetos. A intervenção deste interdiscurso se revela particularmente nas nominalizações, graças às quais uma formulação já assertada vem encaixar-se como pré-construído (MAINGUENEAU, 1997, p. 115).

No caso específico de nosso “sujeito composto”, essa interdiscursividade se dá a partir de diversos atravessamentos e entrecruzamentos, tanto dos eixos horizontal e vertical próprios do sujeito falante quanto do repertório específico do sujeito enunciante, que busca se consolidar como interlocutor válido no mundo midiático e na sociedade como um todo.

O que se deverá ter sempre em vista é que o que define de fato o sujeito e seu discurso é o lugar de onde fala. “Não importa quem fala, mas o que ele diz não é dito de qualquer lugar” (FOUCAULT, 2005, p. 139). Esse lugar, segundo Foucault, é um espaço de representação social – o jornalismo, por exemplo -, que é uma unidade apenas abstratamente, pois, na prática, é atravessada pela dispersão. Por isso, a categoria de sujeito, aqui, reveste-se de grande importância, pois o objetivo desta pesquisa é identificar o lugar social de fala desse telejornal; não aquele

assumido enquanto proposta pragmática da emissora, que faz constar em seu plano organizacional, mas o que se materializa por meio de seus enunciados.

3.4 A Narrativa

Se a questão do discurso é importante aqui, a questão da *narrativa* vem complementar essa discussão, porque é por meio dela que o discurso de consolida nas práticas sociais, definindo a situação relacional desenvolvida. É verdade que discurso e narrativa são fenômenos imbricados, no entanto, é possível entender que se, por um lado, o discurso define o lugar social do sujeito, por outro, a narrativa demarca o lugar cultural desse mesmo sujeito.

Embora um novo pensamento comunicacional, surgido nas hostes dos Estudos Culturais, tenha se pluralizado tanto, a ponto de comportar uma gama imensa de explicações e, até, um certo grau de imprecisões, próprios de uma teoria em processo de construção/definição, é sob o seu guarda-chuva que têm surgido luzes que possam ajudar a oxigenar o campo da comunicação e, portanto, o jornalismo. A compreensão, fundamentalmente a partir dos anos 1980, da relevância das práticas culturais nos modos de entender o mundo leva-nos a pensar a comunicação como uma questão de mediações e de representações. Conduz, ainda, a um deslocamento importante do entendimento da comunicação a partir do universo da recepção, descentralizando os estudos e o pensar comunicacional a partir do emissor, seus poderes, habilidades e técnicas.

Esse descolamento cobra alto preço do jornalismo até então praticado – ainda hoje hegemônico – porque os problemas de incomunicação, atribuídos antes à incapacidade do receptor de alcançar e decodificar a mensagem, passam a ser creditados também à “incapacidade” do emissor de produzir comunicação, por desconhecer o universo, as sensibilidades, os desejos, as necessidades do público. Aliás, muito mais do que isso: por manter-se num distanciamento do público e, quando busca compreendê-lo, é mais para usar a comunicação como estratégia de *marketing* do que instaurar, em si, um processo comunicativo.

É a partir dessa mudança de ordem epistemológica do campo comunicacional que o jornalismo começa a sofrer questionamentos, que não são mais da ordem da

eficiência informativa e, sim, da capacidade de se criar ou não processos comunicacionais. Resende afirma que vivemos um momento importante e único para repensarmos o campo da comunicação e, muito especificamente, o ato jornalístico.

Se não nos atentarmos para algumas atrofias que têm marcado os estudos nos campos da comunicação social e do jornalismo, perderemos de vista as possibilidades que ora temos de reconfigurar os olhares em relação a estes campos (RESENDE, 2006, p. 2).

Repensar o campo significa, segundo Medina (2003), estar atendo para entender que os sentidos das coisas não emanam mais das elites do conhecimento que seriam dirigidos às massas ignorantes. Mais do que a “divulgação autorizada” das fontes científicas, diz ela, os comunicadores passam a ter o dever de captar as necessidades humanas nos mais diferentes segmentos da vida social. “Assim, produtores-criadores da ciência, da filosofia, da arte, do cotidiano, das sabedorias intuitivas e transcendentais entrelaçam, com protagonismo, os significados da contemporaneidade” (MEDINA, 2003, p. 96). Então ela pergunta: qual é o fenômeno que deve dar conta da tessitura desses nexos? E ela mesma responde: “A comunicação”.

Fundamentalmente com os Estudos Culturais, a visão da comunicação de uma via só entra em colapso e dá lugar a uma visão alicerçada no cenário da recepção, levando-se em conta todas as possibilidades de mediação que se fazem presentes nos processos do percurso comunicacional, eclodindo os modelos até então estabelecidos. O comunicador é convidado a se analisar, a se ver, a se criticar, para entender a comunicação como processo de relações sociais e, quando se olha para dentro, para o interior do mundo da produção jornalística, percebe-se que vão surgindo diferentes concepções de práticas comunicacionais e, portanto, jornalísticas, que se encontram em jogo na sociedade. Os próprios espaços de formação profissional, a academia, engendram diversas concepções, que fundamentalmente baseiam-se em duas linhas: os que defendem a atividade profissional como a de difusão de informações e os que a defendem como um dos motores da própria vida social. São concepções presentes no mundo da comunicação, que Medina os classifica em dois projetos: um de divulgação ou

difusão de informações produzidas na contemporaneidade e outro, de fato, de comunicação social.

No primeiro caso, o vetor informativo sai de acervos, fontes geradoras, centros de decisão que determinam os dados e significados que devem chegar aos receptores. No segundo caso, tanto ocorre uma oferta de informações quanto se expressam demandas coletivas, anônimas ou grupais, descentralizadas dos grandes pólos de geração. Entre as estruturas difusionistas, que pretendem 'difundir o conhecimento', e os processos comunicativos, interativos, socialmente relevantes, surgem agentes culturais que se consagraram, nas sociedades democráticas, como comunicadores ou mediadores sociais. Estes não são meros intermediários, mas sim autores com marcas de personalidade, cultura e sociedade (MEDINA, 2003, p. 95).

Lembrando que essa concepção que distingue difusão de comunicação social começou a tomar corpo no século XX e ganha especial destaque no contexto presente, Medina afirma que "o fenômeno mais consagrado que hoje compõe a comunicação social é o jornalismo" (2003, p. 96).

Esses dois projetos de que fala Medina convivem numa espécie de campo de força, em que um busca irromper a partir do questionamento do outro, o hegemônico, que tem suas raízes no processo de produção em série que as rotinas produtivas impuseram sobre o fazer jornalismo, mas também não deixa de corporificar vestígios fortes da própria formação profissional. Em não poucos cursos de comunicação permanecem, ainda, a antiga divisão teoria/prática, onde as disciplinas que visam a levar os futuros profissionais a pensar o mundo, a sociedade, são ministradas às expensas de uma dinâmica própria das estruturas universitárias. Há muitos casos em que se faz uma espécie de sorteio em que um profissional dos cursos de filosofia, de economia, de sociologia, etc. é destinado ao campo da comunicação, sem, no entanto, envolver-se num projeto de pensar tal disciplina de forma transversal a esse campo. Na imensa maioria das vezes, ao profissional da área – do jornalismo, por exemplo - compete os curtos espaços entrecortados das aulas para dar conta de ensinar regras de produção. Somam-se a isso as demandas diárias por produção a que um profissional é subordinado pelo mercado, que o obriga a se transformar numa espécie de fazedor de notícia e não de construtor de sociedade, resultando na execução de tarefas de difusão

informativa. No entanto, essa prática está entrando em crise, porque as fórmulas mecanicistas não respondem à demanda criativa exigida pela comunicação social, afirma Medina (2003, p. 98).

A noção de comunicação social requer, portanto, contribuições muito mais profundas no âmbito da visão de mundo do que dos paradigmas cientificistas e fragmentários ou das ideologias tecnicistas e tecnológicas. Um projeto dessa natureza vai buscar interrogantes além dos equipamentos informáticos, aprende com a crise contemporânea os impasses do conhecimento especializado e objetivista e vai ao encontro de uma concepção comunicativa processual, conflitiva, dos sujeitos humanos (MEDINA, 2003, p. 97).

Essa discussão, que se encontra no eixo que divide esses dois tipos de práticas profissionais, incide diretamente sobre a narrativa jornalística. Na realidade, o que os difere é o tipo de narrativa utilizado. Do ponto de vista teórico e prático, constata Resende, o jornalismo traz pressupostos que o torna um campo cujas produções não incorporam as práticas cotidianas e culturais da contemporaneidade. “E assim, o ato de narrar, quando burocratizado pelas fundamentações epistemológicas do discurso jornalístico, torna-se limitado e limitador” (RESENDE, 2006, p. 3).

Do ponto de vista epistemológico, o conhecimento que se tem produzido acerca do jornalismo enquadra suas narrativas em um lugar tão formatado que se torna tarefa difícil estendê-las a procedimentos dialógicos e polifônicos. Trata-se de narrativas, em princípio autoritárias, exatamente porque propõem o apagamento daquele que fala. O jornalista, diante de pressupostos conceituais que formatam o seu texto – a necessária busca da verdade, valor encravado na pressuposta imparcialidade de quem relata o fato – se esvai do narrado e raramente se apresenta enquanto autor. Não há, na perspectiva da narrativa jornalística tradicional, alguém que conta a história (RESENDE, 2006, p. 4).

Para Resende, a forma autoritária de narrar as histórias mantém-se e, de certa forma, com muito mais agravantes por apresentar-se velada.

Envolto no real e na verdade como referentes, além de trazer a imparcialidade e a objetividade como operadores, o discurso jornalístico tradicional — aquele que é epistemologicamente reconhecido — dispõe de escassos recursos com os quais narrar os fatos do cotidiano. Há, sim, manuais de redação que ditam as

normas sobre as quais se deve fundar a narrativa jornalística. E, desse modo, além de legitimar as regras que visam à produção do efeito de verdade, a existência de tais manuais propicia aos jornalistas uma aparente neutralidade (RESENDE, 2006, p. 7).

Trata-se de um tipo de narrativa que traz embutida uma confusão entre o sujeito do enunciado – isto é, o narrador – e o sujeito da enunciação - o autor, o jornalista. Para esse discurso jornalístico, criado para ser o portador da verdade dos fatos, o que interessa é o fato em si, e o sujeito da enunciação funciona como um operador instrumental, em que pouco aparece – por não haver espaço – suas diferenças narrativas, sua condição de sujeito autônomo, independente, capaz de criar formas narrativas criativas. Sua competência está restrita a ser um ótimo operador de técnicas de narrar já definidas, como um receituário a ser seguido.

O como narrar esse fato, a enunciação propriamente dita, resume-se à utilização de uma técnica. O jornalista, a rigor, não escolhe como narrar. A ele são “oferecidos” condicionantes que regulam e delimitam o seu campo de atuação — sejam as técnicas que impõem o uso do *lead* ou, além de outros determinantes, as questões mais subjetivas que o obrigam a narrar os fatos na perspectiva da verdade mais absoluta. Nesse sentido, sua prática enunciativa é limitada. O jornalista, restrito às formas/fórmulas que regem o discurso jornalístico, raramente produz narrativas que primem por uma idéia de interlocução (RESENDE, 2006, p. 7).

Citando Michel de Certeau, que trata do fim das grandes narrativas, Resende destaca que o jornalismo parece desejar ocupar o lugar de narrador principal da sociedade, usurpando um espaço antes ocupado por explicações transcendentais. Ele reitera que as atuais mudanças no tecido social, surgidas a partir da revolução industrial, criam setores considerados mais legítimos que outros e que se tornam, por isso mesmo, mais locutores que outros.

Cresce agora um novo rei: o sujeito individual, senhor inapreensível. Ao homem da cultura esclarecida se acha transferido o privilégio de ser, ele mesmo, o deus outrora “separado” de sua obra e definido por uma *gênese*. Sem dúvida, entre os atributos do Deus judeu-cristão, os seus herdeiros burgueses fazem uma triagem: o novo deus escreve, mas não fala; é autor mas não se palpa nenhum corpo em uma interlocução (CERTEAU, 2000, p. 251, apud RESENDE, 2006, p. 8).

O discurso jornalístico, nesse sentido, se fez e foi sendo definido em resposta a uma necessidade da própria dinâmica da sociedade industrial moderna. Essa sociedade, para legitimar-se, precisa de um narrador crível, inquestionável, que estivesse acima de qualquer suspeita, de qualquer poder para, assim, ser o próprio poder legitimador da propriedade privada e dos demais projetos de sujeito e de sociedade entabulados pela Modernidade. Parecem ser, de alguma maneira, as respostas às perguntas de Nietzsche (2001), ao anunciar a morte de Deus: *que ritos expiatórios, que jogos sagrados teremos que inventar para suprir tal ausência? Não deveríamos nós mesmos nos tornar deuses, para ao menos parecer dignos dele?* Se as provocações do filósofo, em pleno século XIX, anunciavam a inauguração de uma nova cultura, creio mesmo que parte da resposta está aí: eis os novos deuses que se sentem portadores da grande narrativa, da explicação totalizante. E, nesse caso, o jornalismo se comporta como João Batista, aquela que anuncia a chegada de Filho de Deus, segundo os cristãos. Por isso, o discurso jornalístico é rotineiramente incensado exatamente por aqueles poderes que precisam dele para se legitimarem, ganhando assim ancoragem em razões científicas formais e instrumentais.

O anúncio de outras verdades, dessa vez categorizadas em lógicas sociais, econômicas e/ou políticas, é legitimado em suas falas. A busca da verdade, sob essa ótica, dá-se por uma razão de sobrevivência: é preciso que alguém a conheça e, conhecendo-a, que conte ao outro. Em outras palavras, a morte do Primeiro Locutor elimina a fala divina, mas não impede — ao contrário, provoca — a criação de outras divindades e outras práticas enunciativas detentoras de outras verdades. Dessa maneira, resolve-se uma das interrogantes impostas ao ato de enunciar: a problemática do *quem* deve proferir tal ato (RESENDE, 2006, p. 9).

Trata-se, portanto, de uma narrativa verticalista, que responde a um projeto de difusão e não de comunicação social, para retomar a proposta de Medina. Um projeto de comunicação social requer pensar nas “mediações sociais inter-sujeitos que demandam o signo dialógico, criação bem mais complexa do que o signo de tradução das informações de um sujeito emissor ‘sábio’ para um objeto receptor massificado” (MEDINA, 2003, p. 97). Portanto, uma nova concepção de

comunicação só pode se tornar realidade se houver uma nova narrativa, que apenas recentemente tem sido considerada objeto de estudos no campo do jornalismo.

É a partir dessas constatações que Medina e Resende propõem enfrentar a problemática das narrativas jornalísticas. Entendem não ser possível pensar uma nova comunicação, um novo jornalismo, que se situe no desafio de contribuir na construção de novos nexos relacionais, à altura desse estágio de uma sociedade midiaticizada, usando ferramentas e modos envelhecidos de ser e praticar comunicação. Não se pode criar relações novas, que possibilitam a autonomia cidadã, com narrativas que se encerram hoje em formulações discursivas em que o jornalista, sob o pretexto da imparcialidade, se arroga dono da verdade.

Essa nova narrativa só pode se dar a partir de um outro lugar e de uma outra proposta, não mais com o olhar centrado naquele que narra, mas

como uma forma de representação coletiva, como um elemento que cria e recria sociabilidades, como práticas comunicativas sociais que definitivamente contribuem, na sociedade mediaticizada, para o alargamento dos horizontes de experiência. E nesse aspecto, é fundamental que as pesquisas no campo do jornalismo estejam também atentas às formas de narrar o mundo. Não exclusivamente ao conteúdo das mensagens que se passa, mas, principalmente, às dimensões éticas e estéticas que, da perspectiva das mediações reposicionam os campos e os atores sociais, oferecendo a eles possibilidades de existência (RESENDE, 2006, p. 3).

Trata-se, então, da imposição de uma ruptura extraordinária nos modos de fazer comunicação, e muito particularmente no modo de fazer jornalismo, especialmente porque, segundo Medina (2003), os conflitos entre informar, persuadir, educar e divertir têm pontilhado as regulações jurídicas e disciplinares das carreiras de comunicação social até agora.

No entanto, as sociedades contemporâneas exigem cada vez mais um agente cultural sensível e capacitado para mediar grupos, comunidades e indivíduos numa rede comunicacional. Nesta rede ou malha de equipamentos e recursos humanos, passam conteúdos complexos em que o atendimento à cidadania pressupõe pesquisa e inovação (MEDINA, 2003, p. 98).

Pela proposta de uma nova narrativa, segundo propõem Medina e Resende, o jornalista passaria a ser um personagem do próprio texto, que, então, deveria ser

polifônico, incorporando a dialogia proposta por Bakhtin (2004). Neste caso, há no texto várias maneiras de provocar a interação: as possibilidades de reconhecimento da pluralidade de identidades, a relativização de dogmas que operam a construção do discurso, o próprio suscitar das dúvidas e a utilização de estruturas sintáticas provocadoras de sentidos são modos dialógicos de interagir com o mundo (RESENDE, 2009, p. 40).

Ao analisar um texto sobre cobertura de guerra, em que o jornalista se põe a descrever as sensações e os fatos que vão se sucedendo no interstício de uma batalha esperada, em que o lugarejo, “quase deserto”, retoma seu curso normal, Resende conclui que os jornalistas se tornam personagens do texto, observadores da cena, e que a narração se dá na proximidade entre “homem e mundo”, que fazem parte de um todo, sem o isolamento costumeiro da narração jornalística hegemônica.

O processo dialógico que se estabelece em uma narrativa como essa é decisivo para fazer deste um texto vivo, porque aberto a significações outras que não somente as que derivariam do olhar de um jornalista-deus. Um texto ruidoso que clama para si a observação, no instante mesmo em que se observa a cena (RESENDE, 2009, p. 39).

Para ambos autores, trata-se pois de repensar o ato jornalístico, o que implica conceber uma narrativa em que diversos atores coexistam.

Tanto os que o provocam como os que são por ele provocados; um processo, por excelência, relacional. (...) a *lógica do texto* parte desse pressuposto dialógico: há uma relação, no texto, de um eu com um outro. (...) À luz do texto, o ato jornalístico suscita, ele próprio, a dialogia, e é este o lugar do encontro possível (RESENDE, 2009, p. 40).

Na busca por essa nova narrativa, em que o jornalista abandonaria essa couraça de onipotente que as técnicas de narração lhe presenteiam, Medina lembra o que o poeta Octávio Paz dizia: “só a poesia é capaz do ato de comunhão entre os sujeitos”. Se o comunicador social não invocar a poética, diz ela, estará persistindo nos equívocos do signo da divulgação, unidirecional, autoritário.

Trata-se, portanto, de um novo jornalismo, onde o profissional é chamado primeiro a sentir, a conviver, a narrar o que sente, mais do que descobrir a verdade e transmiti-la. É necessário, pois, no entender de Medina, apostar numa inteligência triádica: sentir-pensar-agir.

O equilíbrio do sentir-pensar-agir se revela numa narrativa ao mesmo tempo consistente, poética e transformadora. A irracionalidade joga contra tudo isso (...) Nisso os artistas mostram outra competência: a singularidade encantadora da fantasia. A metáfora abre os portões de ferro da racionalidade esquemática (MEDINA, 2003, p. 142).

Pena que os jornalistas esqueçam a força da poesia. Os artistas, por sua rebeldia e por sua sutileza, oxigenam constantemente a arrogância dos que á sabem ou dos que acham que, com técnicas e metodologia rigorosa, tudo podem explicar (MEDINA, 2003, p. 99)

Para a autora, abrir-se à poética é apostar mais do que numa simples opção por tipos de discurso. É mudar a ordem em si do discurso jornalístico, preocupado em descrever fatos, encontrar a verdade e fornecer a síntese. Pela poética muda-se o modo de sentir os fatos e contá-los e muda a intenção de quem narra. Mudam fundamentalmente os modos cognitivos acionados pela narrativa, que envolveriam também as formas do sentir, do identificar-se, do colocar-se ao lado, do estar juntos.

Na convivência da narrativa de referência ao real e da poética do surreal, rompe-se a couraça da dogmática positivista. A ação social se faz presente: a narrativa se cumpre tanto na espiral dos afetos quanto na esfericidade dos argumentos. Razão e emoção se completam na plenitude inteligente da transformação do real – o caos funda um cosmos (MEDINA, 2003, p. 135).

Para isso, se interpõe o desafio da criação de narradores, que não se confundem com o autor. Nessa nova narrativa haveria a valorização do talento, da competência para narrar, mas muito mais da proximidade do narrador com o tema, com o público, com o fato em si, num processo específico que deve responde ao impulso dialógico e não ao autoritarismo monológico, como define Medina.

As cenas que compõem a dramaturgia narrativa nascem da percepção viva de quem foi ao mundo e não se fechou na couraça dos que não viram, não cheiraram, não tocaram, não ouviram nem degustaram – aqueles relatos preconceituosos que sabem de antemão o que vão descrever. (...) O autor da narrativa quer devolver

em símbolos legítimos e verossímeis o esforço racional da fidelidade. A ética mobiliza a técnica. Lá do outro lado estará um leitor também autor (MEDINA, 2003, p. 143).

Por outro lado, Medina alerta para a importância do conteúdo em si do ato de comunicação, dizendo que a “narrativa da contemporaneidade sem a ação social não passa de discurso abstrato, conceitual ou judicativo” (MEDINA, 2003, p. 140). Sem o conteúdo, a narrativa é mera forma. O narrador jornalístico tem o compromisso de relatar algo que seja do interesse do outro, da comunidade, da sociedade, do contrário não é jornalismo. Trata-se, pois, de humanizar os mesmos temas que aí estão em voga na sociedade; porém, por um outro viés e, por que não dizer, por um outro conteúdo. Quando Resende toma o texto do correspondente de guerra, ele não busca um relato em que o tema seja outro, mas sim a própria guerra. No entanto, em vez dos argumentos racionais ou irracionais de um ou outro lado, em vez de dados e números frios, o jornalista narra a vida, o marasmo, ou mesmo a não vida naquele cenário de guerra. E Medina insiste: só o transeunte, aquele que passa insensível ou alheio à cena exterior, não se entusiasma com a aventura cotidiana.

As forças motor-operacionais que emanam dos parceiros de história despertam a percepção do observador e desencadeiam a narrativa de ação. Se a memória ancestral de reação ao mundo lembra o fato de o ser humano se movimentar do nascimento à morte, o que dá empatia ao relato é a capacidade de um autor representar simbolicamente essa constante viagem, tanto nos traços trágicos, como nos traços líricos, épicos, dramáticos ou picarescos (MEDINA, 2003, p. 140-141).

A narrativa do telejornalismo contemporâneo tem, de alguma maneira, entrado de raspão nessa lógica. Nas redações Brasil afora pratica-se a ideia de que “se não há personagem não há reportagem”. É uma técnica de aproximação com o público por meio da “humanização do tema”, explicam manuais de redação de TV. No entanto, trata-se mais de uma estratégia que legitima o discurso hegemônico do jornalismo contemporâneo do que a busca por uma nova narrativa. Os personagens estão, aqui, fadados a oferecer ‘vida’ naquilo que a própria narrativa autoritária quer, deseja, necessita para legitimar-se. Essa mesma técnica que propõe a busca de personagens que humanizem um tema também impõe que uma sonora nunca deve

ultrapassar 20 segundos de duração, exceto em casos especialíssimos e, sempre, para corroborar o que disse o repórter-autor.

Uma observação em três edições do Jornal Nacional, da segunda semana de agosto de 2011, feita como parte das aulas com alunos de jornalismo da UFPR, apontou que a média da duração das sonoras de personagens foi de apenas cinco segundos. As sonoras de especialistas tiveram, em média, nove segundos de duração. Somando as sonoras dos personagens e os textos em *OFF*, narrados pelo repórter referindo-se a eles, registrou-se uma média de 13% da duração das reportagens. O restante do discurso era dedicado aos “especialistas”, e quase 70% a argumentos, dados, estatísticas referentes ao tema na voz do repórter, coberta com imagens referenciais ou infográficos.

Apesar da busca pela ‘humanização’, são relatos frios, deterministas, portadores da verdade, que não levam em conta o alerta de Medina de que, além dos “atos visíveis dos sujeitos sociais, há outros sinais que levam ao intimismo do acontecimento. Nesse real não aparente se alojam valores, sentidos e motivações não contemplados pela representação dos dados materiais, objetivos” (MEDINA, 2003, p. 141). O problema é que sem essa narrativa envolvente, alicerçada na vida, nas pessoas, nas comunidades, nos sentidos do estar juntos

Os impulsos da ação se atrofiam, ou pela exclusão histórica dos viventes, ou pela não-competência dos que narram o presente. A contemporaneidade fica imobilizada na conceituação abstrata ou emparedada nas esquematizações ideológicas. Falta vida e sutileza à narrativa. Relatos tecnicamente bem montados, com o apoio de informações numéricas, estatísticas traduzidas em gráficos atraentes, análises generalizantes, passam ao largo da imprevisibilidade da ação humana no dia-a-dia do caos da história (MEDINA, 2003, p. 141).

No entanto, esclarece Medina, todas aquelas informações, de cunho mais racional, poderiam se fazer presente na reportagem, mas de outra maneira, a partir de outras lógicas, sem a preocupação de oferecer ao público a informação em sua única possibilidade de ser interpretada.

A coerência e consistência dos dados de análise, a armação de nexos e de intercausalidades em determinado contexto social se

cruzam com a experiência viva do cotidiano e as tramas de seus heróis. A construção informativa se soma à dramatização, que vai tecendo algumas especulações analíticas. A polifonia das significações do real contemporâneo pavimenta estradas de tempos múltiplos (histórico, sociocultural, mítico) que tanto recorrem às leituras do passado quanto às interrogantes do futuro (MEDINA, 2003, p. 142).

Nesse contexto, a possível capacidade lógico-analítica se enriquece, segundo ainda Medina, quando o leitor cultural do presente circula no mundo vivo e interage no protagonismo social. “Os testemunhos da oratura cotidiana abalam as certezas ideológicas e buscam uma outra textura no jogo das verdades e das mentiras” (MEDINA, 2003, p. 142).

Apostar nessa nova narrativa é ir contra rotinas e técnicas do jornalismo contemporâneo que, apesar de todo o empenho e arcabouço teórico de sustentação, poucas vezes logram uma narrativa viva na cobertura dos fatos sociais; é acreditar num domínio simbólico que poderia romper com essas rotinas técnicas e dar passagem ao contato sensível e intuitivo com o outro, como propõe Medina.

A tecelagem se cria na penumbra do subconsciente, na magia do inconsciente. Aí brota uma emoção solidária densa e tensa. Basta percorrer as mitologias que, em seus núcleos sintéticos, encontramos os desejos profundos e recorrentes das utopias humanas. Uma narrativa se humaniza na contaminação intuitivo-sintética com a subjetivação. Estar afeto aos protagonistas e à cena que eles tramam demanda um exercício constante de despoluição da consciência racionalista que tudo instrumentaliza (MEDINA, 2003, p. 141).

Mudar a narrativa exige, obrigatoriamente, uma alteração no modo de ser jornalista. Não se trata, pois, de tirar de campo o jornalista como narrador do cotidiano, mas de reposicioná-lo enquanto sujeito da enunciação, humanizá-lo, tirar dele a couraça pretensamente deificadora.

O jornalista, como um dos protagonistas do ato, quando se reposiciona no lugar do humano, cria possibilidades de encontro. Articulando-se no tecido da vida, ele deixa, através do texto, de ocupar o lugar de dono da lei, para tornar-se um observador, tanto quanto o é aquele para quem escreve. Ainda que seja dado ao primeiro o privilégio da escrita, ele não faz sua a voz do outro e nem se propõe, tão-somente, a parafrasear suas fontes, como acontece

com o texto jornalístico que nada mais faz do que obedecer as regras do discurso dado como legítimo (RESENDE, 2009, p. 38).

Na realidade, esse reposicionamento do jornalista e da narrativa jornalística, em vez de enfraquecer o campo, potencializa-o. No fundo, diz Medina, nessa prática jornalística hegemônica todos se sentem inseguros e insatisfeitos.

Nos estudos que avaliam a qualidade de vida dos jornalistas, por exemplo, os profissionais testemunham o ceticismo quanto à eficiência da comunicação social. Muitos jovens egressos da universidade, idealistas à partida, cedo denotam sintomas de infelicidade com a profissão. Quase sempre quem sente a maior frustração é o repórter, elo da cadeia produtiva que menos poder detém, mas está em contato com o mundo vivo e vivido. Ele percebe demandas na rua, no cotidiano, nos depoimentos do sujeito anônimo que, se não fossem sufocadas ou desqualificadas, dariam outro ritmo aos novos projetos de comunicação social (MEDINA, 2003, p. 99).

Da mesma maneira, Resende defende que compreender a narrativa como lugar de produção de conhecimento é, em si, apostar num novo jornalismo, dando “ênfase à idéia de jornalismo como atividade própria de um espaço dinâmico em que se articulam estratégias de poder e como parte de um processo no qual representações e mediações são indissociáveis” (RESENDE, 2009, p. 36).

Mas o aprendizado dessa nova forma de narrar, ao invés de ser baseado em manuais, na definição de técnicas e receitas ao estilo produção em larga escala, exige outra dinâmica, porque se trata de um projeto de comunicação que se pretende inovador, digno das expectativas da transformação social, o que só pode se dar, segundo Medina, na condição de uma oficina experimental.

O eixo de tal prática consiste na linguagem dialógica e na criação de narrativas democráticas a serviço da cidadania. Já o eixo tradicional de difusão se caracteriza pelos discursos dirigidos, um vetor que sai das estruturas de poder para consciências supostamente manipuláveis, concebendo o processo como um mecanismo de causa e efeito, sujeito-objeto. Bem de acordo com o paradigma científico moderno, ainda vigente, mas em crise irreversível (MEDINA, 2003, p. 98-99).

Logo, trata-se de investir recursos humanos, tecnológicos e de tempo e estar disposto a ousadias no sentido de reinventar o jornalismo hegemônico há séculos.

Necessita-se de um esforço no sentido de entender e apostar em signos que possibilitam a relação no lugar daqueles que conduzem à mera divulgação. Preferir um projeto de comunicação social, ao de difusão informativa, significa optar em ser, durante a cobertura dos fatos sociais, “a mosca na sopa” do próprio acontecimento, ao invés de ser “a mosca na parede” do cenário do acontecimento.

Essas duas imagens têm dominado os debates por décadas em torno de dois modos de construir a narrativa no cine-documentário: o Cinema Direto e o Cinema Verdade. De Dziga Vertov, nos anos 1920, a Jean Rouch, já na metade do século passado, os produtores e estudiosos do documentário cinematográfico discutiam essa “passagem” do Cinema Direto para o Cinema Verdade, especialmente sobre suas semelhanças e diferenças. As semelhanças eram muitas: desde a questão tecnológica, às narrações em *OFF* e entrevistas, incluindo gente simples, que vivia o problema em questão e era chamada a dar a sua palavra. Mas as diferenças eram mais sutis e estavam exatamente na separação ou não entre o sujeito da enunciação e o do enunciado. Não à toa, há muitos estudiosos que consideram os dois termos como sinônimos.

Eric Barnouw (1974) distingue bem as diferenças profundas, no âmbito da narrativa, entre esses dois modos de fazer cinema: “O artista do cinema direto aspirava à invisibilidade; o artista do cinema-verdade de Rouch era frequentemente um participante assumido. O artista do cinema direto desempenhava o papel de um observador neutro; o artista do cinema-verdade assumia o de provocador” (BARNOUW, 1974, p. 254, apud DA-RIN, 1995, p. 115-116). A forma de facilitar a diferenciação foi criar as analogias. E, então, o Cinema Direto passou a ser designado imagetivamente como a “mosca na parede”, enquanto o Cinema Verdade²⁶, como a “mosca na sopa”.

Essas duas imagens dão a dimensão das diferenciações entre as duas formas de relação do sujeito com o enunciado. É justo o documentário cinematográfico que sempre pugnou por um olhar e não pela busca de uma verdade-síntese como o jornalismo. Ao assumir sua opção de narrador enquanto documentarista cinematográfico, Silvio Da-Rin provoca: “Aquelas agências de poder

²⁶ É importante dizer que o substantivo verdade que adjetiva aqui o conceito de cinema é recusado por alguns estudiosos, exatamente pela pretensão que carrega.

que querem que acreditamos nisso – como o telejornalismo, com o seu “real” fabricado e mascarado de documento autêntico, com sentido unívoco e fechado – devem ser incessantemente denunciadas com as próprias armas da linguagem” (DA-RIN, 1995, p. 203).

Numa analogia que me permito digressão, o que se está discutindo neste capítulo é se devemos fazer *jornalismo direto* ou *jornalismo verdade*.

3.5 A Imagem

Como este trabalho se propõe analisar um produto televisivo específico (Repórter Brasil), não poderíamos resumir esta tarefa a uma observação ancorada apenas no discurso textual e na narrativa jornalística igualmente observada - como se percebe nos exemplos dados pelos autores - mais no campo da comunicação impressa. É claro, no entanto, que está em questão tanto o discurso quanto a narrativa do jornalismo, cujas matrizes atravessam todas suas formas de expressão, fundamentalmente as três tradicionais: a impressa, a radiofônica e a televisiva.

Em televisão, trabalhada mais amiúde neste estudo, a comunicação se processa primeiramente através do mostrar-se e depois por meio da fala. Sodré diz que “eu não vejo algo na televisão, eu vejo televisão” (1994, p. 32). Portanto, a comunicação televisiva se dá por meio de um processo expositivo que pertence mais ao campo das proximidades empáticas, do estar junto, do que à transmissão de informações como estamos acostumados a pensar. Ela pertence também ao campo das artes visuais, tanto quanto o das artes narrativas textuais. Por isso, a linguagem audiovisual é entendida como uma exposição concebida a partir de cinco enunciados paralelos, adaptados da exposição artística.

Ángela García Blanco afirma que o processo de exposição no campo artístico se dá por meio da coexistência de diversas formas de comunicação, que se materializam em cinco linguagens distintas: o visual, o visual icônico, o visual linguístico, o visual paralinguístico e o sonoro (GARCÍA BLANCO, 1999, p. 70). Numa adaptação mais ou menos livre para a televisão, essas cinco linguagens podem ser assim descritas: **Sonoro-linguístico** - voz do apresentador, do repórter, do entrevistado, do personagem...; **Sonoro** - trilha, abre-áudio, música, ruído,

silêncio; **visual icônico** - a imagem; **visual linguístico** – créditos, títulos, artes, textos destacados...; **Visual paralinguístico** - efeitos visuais, vinhetas, clip, etc.

Portanto, analisar um produto televisivo baseando-se apenas no discurso textual é analisar parte desse discurso. Quanto à narrativa, o jornalismo televisivo ganha destaque pela proximidade com o discurso e as narrativas pessoais próprios da linguagem cotidiana, aquela praticada pelo maior contingente de seu público específico. Por outro lado, toda a dimensão visual precisa ser levada em conta, apesar das dificuldades próprias de se analisar um signo complexo e *multifacético* ancorado na imagem. Na realidade, o que muda é o próprio dispositivo de cognição em nosso interior, uma vez que “o pensamento visual se aproxima mais dos processos inconscientes do que o pensamento verbal, e é mais antigo do que este tanto do ponto de vista filogenético como ontogenético” (SODRÉ, 1994, p. 17).

Mas é necessário ter em conta o alerta feito por Tania Clemente de Souza, ao afirmar que, no processo de significação da imagem, as discussões estão geralmente restritas a duas vertentes principais:

Ou se toma a imagem da mesma forma como se toma o signo linguístico, discutindo-lhe as questões relativas à arbitrariedade, à imitação, à referencialidade²⁷, ou se toma a imagem nos traços específicos que a caracterizam, tais como extensão e distância, profundidade, verticalidade, estabilidade, ilimitabilidade, cor, sombra, textura, etc, buscando-se a definição de que modo se dá a apreensão (ou leitura?) da imagem naquilo que lhe seria específico (cf.: KLEE, 1973 e DAVIDSON, 1984) (SOUZA, 1998).

A autora explica que, no primeiro caso, ao se entender o não-verbal através do verbal, o que ocorre é um reducionismo na própria conceituação de linguagem, por ser pensada a partir do signo linguístico. Já no caso seguinte,

A relação com o linguístico cede lugar à relação com os traços da imagem entendidos a partir de um "olhar técnico" (cf.: AUMONT, 1993, dentre outros). Portanto, embora estudando o não-verbal – a imagem – buscam-se inferências a partir da descrição formal da imagem, não entrando em pauta a materialidade significativa da imagem na sua dimensão discursiva (SOUZA, 1998).

²⁷ VILCHES, 1991 localiza de forma pertinente os trabalhos que pautam a análise da imagem pelos estudos linguísticos.

A questão está na forma como tomamos a comunicação, sempre pensada do ponto de vista da representação. Trata-se, pois, de circunscrever a comunicação a um campo repleto de textos e imagens baseados em informações indicativas, com a preocupação central de ordenar e explicar os fatos. “Com a força dos aparelhos que se sobrepõem aos nossos olhos, o mundo representado pela mídia sempre quis parecer mais simples do que de fato é o mundo que experimentamos” (RESENDE, 2007, p. 86).

Para explicar esse modelo representacional, cujo paradigma sustenta uma concepção de comunicação, Resende recorre às reflexões de Vilém Flusser (2002) e destaca que esse fenômeno tem origem na relação histórica do homem com a imagem. As “imagens tradicionais” — os desenhos rupestres — serviam para imaginar o mundo e quando elas entram em crise, os textos escritos, fundadores da história cronológica moderna, chegam para cumprir a função de explicar as imagens que imaginam o mundo (RESENDE, 2007, p. 86).

Nesse sentido, a tecnologia — particularmente com os seus aparelhos produtores de imagens — cumpre um papel central. Vilém Flusser chama a atenção para o fato de que as imagens técnicas interpõem-se entre o homem e o mundo, funcionando, na verdade, como biombos. Para ele, “o homem, ao invés de se servir das imagens em função do mundo, passa a viver em função das imagens. Não mais decifra as cenas da imagem como significados do mundo, mas o próprio mundo vai sendo vivenciado como conjunto de cenas” (FLUSSER, 2002, p. 9) (RESENDE, 2007, p. 85).

Padecemos de um certo analfabetismo imagético (FLUSSER, 2002) que, de alguma maneira, respalda uma narrativa específica que responde ao discurso próprio do jornalismo contemporâneo.

Essas imagens cumprem uma função de explicar o mundo, servindo como objetos facilitadores; quando vemos o que é “dito” pelas imagens, acreditamos ter ali o mundo fielmente representado. Segundo o autor, a imagem técnica tem uma natureza explicativa e é constitutiva de uma suposta verdade, o que faz com que “o observador [confie] nas imagens técnicas tanto quanto confia em seus próprios olhos” (FLUSSER, 2002, p. 14) (RESENDE, 2007, p. 86).

O que normalmente ocorre, ao pensar a imagem através do verbal, é fazer com que a palavra fale da imagem, descrevendo-a e traduzindo-a, sem conseguir revelar a sua matéria visual, as apreensões próprias do ver, do sentir, do intuir a

partir do repertório próprio de cada interlocutor ao ser acionado pela imagem. Por isso mesmo,

uma 'imagem não vale mil palavras, ou outro número qualquer'. A palavra não pode ser a moeda de troca das imagens (Davidson, 1984). É a visualidade que permite a existência, a forma material da imagem e não a sua co-relação com o verbal (SOUZA, 1998).

Faz-se necessário, portanto, que este trabalho de pesquisa adentre com cuidado o terreno da imagem, e para isso tomo a questão da audiovisualidade, flertando em algum momento com estudos semióticos. Mas não é, jamais, uma análise semiótica que busco aqui, por não ser esse o objetivo deste trabalho, mas a busca por elementos que possam ajudar a observar a imagem para além desses dois olhares que, embora aparentemente distintos, partem da lógica própria do discurso textual.

Assim, alguns conceitos de imagens analisadas no âmbito dos estudos da audiovisualidade, com forte presença no mundo do cinema, são trazidos aqui para estudo das imagens presentes na produção jornalística a ser analisada. Mais especificamente apropriado dos conceitos de imagem-movimento, imagem-percepção, imagem-ação e imagem-afecção. Com todo o cuidado que a transposição de um conceito usado numa determinada linguagem (cinema) para outro suporte narrativo (televisão) exige, cremos que essas imagens, na forma como apontadas por Deleuze (1990), também se fazem ou deveriam estar presentes na televisão. Essa é, na realidade, uma condição de ser do próprio veículo televisão: se será buscada uma narrativa também com lastro na imagem ou se a tomará apenas como suporte de uma narrativa baseada no discurso textual, onde a imagem aparece apenas como dispositivo de ilustração, de referencialização do que se diz.

Quanto aos usos da imagem no telejornalismo contemporâneo, não é difícil observar como, na maioria das vezes, há um processo de apagamento das imagens pela verbalização, explicação, tradução, imposição de juízo de valor que levam à reprodução de um determinado enfoque do que realmente pode estar sendo sugerido por ela. No entanto, ainda que sejam linguagens distintas, o próprio uso da imagem cria aproximações necessárias entre o cinema e a televisão,

fundamentalmente num momento em que as tecnologias possibilitam cada vez mais facilidades e qualidades no processo de construção e difusão das imagens.

Torna-se fundamental, portanto, entender como se processa a lógica da narrativa cinematográfica, expressa em sua imagem-movimento, baseada na sequência imagem-percepção, imagem-ação e imagem-afecção (Deleuze), na discursividade da reportagem televisiva. Aqui, outro conceito de Deleuze, o de *rostidade*, é fundamental para entender a lógica de uma enunciação cada vez mais baseada em personagens, focados sempre em primeiro plano (imagem-afecção), para, a partir daí, se buscar as demais imagens – percepção e ação. Há uma inversão na lógica narrativa operada a partir da imagem e pela imagem, que exige uma compreensão das cognições próprias e espessas de cada uma delas na construção da imagem-movimento.

A imagem-percepção, a imagem-ação e a imagem-afecção, que correspondem, grosso modo, ao plano geral, ao plano de conjunto e ao primeiro plano, respectivamente; a cada uma dessas imagens corresponde algum tipo de signo. Contudo, estas imagens e signos, por um lado, estão presos ao sensório-motor e à reconhecimento (VASCONCELLOS, 2006, p. 121).

Se enquanto suportes cinema e televisão têm profundo distanciamento, também há que notar que ambos têm em comum uma narrativa alicerçada na imagem, que impõe, por si só, uma estrutura narrativa, um modo de contar. Grosso modo, também na televisão as discussões se materializam em torno de duas estruturas de ação comunicacional, que definem a imagem-movimento, que são basicamente os dois modos de enunciados cinematográficos. Ao tratar do cinema, Vasconcellos diz que o conceito de imagem-movimento pressupõe a identificação de dois aspectos que a constituem enquanto estrutura da ação num enunciado fílmico: a grande e a pequena forma. Vasconcellos (2006, p. 102) explica que na grande forma a ação se dá partindo-se da **Situação** para a **Ação**, retornando a uma ‘nova’ **Situação** - expressa como **SAS**; já na pequena forma da imagem-ação a ação fílmica se dá de maneira inversa: há uma **Ação** que provoca uma **Situação**, que leva a uma ‘nova’ **Ação** - expressa como **ASA**.

Essas duas formas de estruturação da imagem-movimento se fazem presentes, de maneira muito semelhante, na estrutura da reportagem no telejornalismo. Basta

observar, por exemplo, as reportagens iniciadas e construídas a partir de um ou mais personagens, numa forma de narração em elipse: um personagem que sofre (Situação), o que levou à constatação e superação do problema (Ação) e um personagem (o mesmo ou outro) que está feliz com a solução encontrada (Situação). Por isso, analisar a estrutura de uma reportagem televisiva a partir desta concepção, trazida do cinema, pode nos conduzir para a compreensão da imagem como enunciativa de conhecimentos específicos a partir de formas cognitivas não acionadas pelo discurso textual.

Isto porque se a imagem deflagradora da narrativa é a imagem-afecção, no exemplo acima citado, que grosso modo é o primeiro plano, isto é, o rosto do personagem, teremos outros campos perceptivos acionados, que são os campos da afeição, da identificação, da mimese... São, portanto, campos perceptivos distintos daqueles acionados por uma estrutura em que a imagem instauradora do enunciado seja a imagem-percepção, o que ocorre, por exemplo, com uma reportagem iniciada com dados, explicações, argumentação lógica, etc. Para Vasconcellos, enquanto a imagem-percepção, que dobra em reflexão, é a imagem síntese das imagens-movimentos, o realismo da imagem-ação se opõe ao idealismo da imagem-afecção (2006, p. 90 e 106).

Na forma como se constrói a sequência de narrativas telejornalísticas é possível notar uma imagem-movimento, formada pelas diferentes imagens, que vai se construindo ao longo da reportagem, tanto na forma de expressão do todo, como na forma de dispor os objetos entre os quais ela flui. Há, portanto, intervalos onde se constroem as imagens percepção, ação e afecção. Parece, portanto, que a forma narrativa, estruturada numa linguagem formal, quase 'mata' a própria expressividade da imagem, por antecipar, por traduzir, por narrar exatamente o que se vê. Pecado de um jornalismo forjado nas lides gramaticais da escrita, que se acostumou a ver na imagem um elemento de ilustração; na melhor das hipóteses, um elemento de confirmação visual do que se ouve.

Portanto, se é verdade que o discurso jornalístico tem uma linearidade própria, baseada na linguagem formal, ele vai sendo paulatinamente subvertido pela imagem. Vai perdendo a couraça da linguagem verbal para incorporar visualidades discursivas novas, que passam, sim, pela narração verbal, mas já ancorada em

imagens referências, em histórias de vida e mesmo em recursos linguísticos para além do sonoro-linguístico, com a incorporação de outras sonoridades, e para além do visual icônico tradicional, incorporando novos enquadramentos, movimentos, planos, efeitos visuais e de edição que os novos recursos maquínicos possibilitam. São, sem dúvida, novas possibilidades de transformação desse discurso que põem em xeque a linearidade e forçam a porta rígida do discurso *kantiano* para abrir-se a novas formas de percepção, ou talvez de afecção.

São, portanto, elementos imagéticos fundamentais para se pensar numa nova narrativa televisiva a partir das provocações de Medina e Resende, conforme vimos antes. Isso porque as heterogeneidades próprias do discurso alicerçado na materialidade textual ganham novas dimensões, percepções e afeições na materialidade visual. Se, por um lado, a análise de discurso possibilitará uma compreensão do sujeito, do discurso e da ideologia, e sua imposição de uma estrutura narrativa específica, a partir da observação ancorada no chão firme das lógicas da fala, por outro, buscaremos uma observação alicerçada no terreno movediço da imagem, que remontará lembranças, sonhos, afeições próprias em cada micro campo de interlocução proposto, ou não, pela imagem.

4 UM OLHAR SOCIAL

Além da necessidade de refletir sobre a comunicação e, especialmente, o jornalismo, para repensar o papel do telejornalismo de uma TV pública, faz-se necessário reflexionar sobre a sociedade em que essa emissora é chamada a operar, como instituição a serviço de certos interesses políticos, econômicos, sociais e culturais. Afinal, toda ação visa a algum fim, diz Mill ao destacar que “as regras de ação, como parece natural supor, devem tomar todo o seu caráter e aspecto do fim a que são subservientes” (MILL, 2000, p. 178). Trata-se, portanto, de pensar em que bases deveria estar assentada uma política de comunicação, explicitada ou não, que determinaria uma ação dessa mídia numa determinada sociedade, aquela almejada.

Logo, proponho aqui alguns sustentáculos, no intuito de que sirvam de base para definir esse lugar social de uma TV pública, como plataforma desde onde se olha e elabora um objeto comunicacional. Para isso, este capítulo dedica especial atenção aos fenômenos da cidadania, da sociedade civil e da cultura, para concluir nos desafios de uma TV pública. Creio que, a partir dessas reflexões, será mais fácil entender os conceitos de público, privado e estatal, em que se assenta esta pesquisa.

4.1 Cidadania

A cidadania tornou-se, nas últimas décadas, uma espécie de palavra-ícone que resume, de alguma maneira, a grande missão que se impõem os descontentes com o atual estágio da Humanidade, que relega grandes proporções da população a um estado de indignação. Dados divulgados pelo Banco Mundial²⁸, em 15 de fevereiro de 2011, revelam que quase um bilhão de pessoas passam fome em todo o mundo, e que 44 milhões delas foram lançadas à condição de extrema pobreza no segundo semestre de 2010, devido ao encarecimento no preço dos alimentos.

Movimentos sociais, organizações não-governamentais (ONGs), entidades religiosas, organizações e movimentos populares e toda sorte de instituições que se

²⁸ Ver boletim *News & Broadcast*, do próprio Banco Mundial. Disponível em: web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/NEWS/0,,contentMDK:22833439~pagePK:34370~piPK:34424~theSitePK:4607,00.html. Acessado em: 02/08/2011.

organizam no âmbito da sociedade civil buscam formas de combater esse mal de diferentes maneiras. Uns pugnam pelo espírito de caridade humana para com os que sofrem; outros lutam por profundas transformações políticas, econômicas e sociais. Todos clamam por cidadania, mas usam instrumentos diferentes e anseiam por mudanças distintas. Na realidade, sonham sonhos semelhantes, porém apenas semelhantes, porque estão vinculados a práticas e conceitos distintos de *cidadania*.

Tida como o conjunto de direitos e deveres ao qual uma pessoa está sujeita na sua relação com a sociedade em que vive, mas também na sua condição de indivíduo, a cidadania é resultado de um processo em permanente construção. Sua natureza não é estática, acabada, é processo. Não é, portanto, um conceito que exprime algo já dado, configurado, mas está em constante transformação, ganhando nuances próprias em cada sociedade, por ser construída, como toda prática humana, de acordo com a cultura local. Por ser produzida culturalmente, ela só é passível de construção no processo de alteridade.

Trata-se, portanto, de um fenômeno cuja dinâmica, própria do corpo social, vai gerando novos direitos, novas necessidades, especialmente no campo do respeito aos direitos fundamentais do ser humano. Parte daí essa profusão de terminologias sobre cidadania vistas hoje - política, civil, econômica, social, cultural, étnica, comunicacional etc. - além de conceitos diferenciados como cidadania passiva e ativa, nova cidadania, cidadania plena, planetária, cosmopolita, entre outras. Busquemos, antes, lançar um breve olhar sobre como surgiu e foi sendo definida a cidadania.

Para Adela Cortina, “o conceito de cidadania é um dos que geram uma bibliografia mais abundante em nosso momento e, na maior parte dos casos, procura-se fortalecer com ele o hábito imprescindível da civilidade” (2005, p. 21), especialmente porque a coesão social se apresenta como imprescindível nas sociedades pós-liberais. Com origem na República Antiga, onde surge a cidadania política, esse conceito nasce a partir das discussões em torno dos direitos políticos dos indivíduos, com o objetivo de definir os vínculos entre um cidadão e uma comunidade política, e parte de uma dupla raiz: a grega, que é mais política, e a romana, mais jurídica. Segundo Cortina (1997, p. 42), essa raiz dá origem a duas tradições: a republicana, segundo a qual a vida política é o âmbito em que os

homens buscam conjuntamente seu bem, e a liberal, que considera a política como um meio para poder realizar na vida privada os próprios ideais de felicidade. Ambas as tradições se refletem em dois modelos de democracia que permanecem até os nossos dias, com matizes diversos, e que se alinham sob os rótulos de ‘democracia participativa’ e ‘democracia representativa’.²⁹

Na Antiguidade, o homem era um ser sem direitos, por oposição ao cidadão, enquanto na Era Moderna o homem é sujeito de direitos não apenas como cidadão, mas também como homem, diz Liszt Vieira (1997). São esses dois elementos, a igualdade dos cidadãos e o acesso ao poder, que fundam a cidadania antiga e a diferenciam da cidadania moderna.

Entre os vários conceitos de cidadania que aparecem em profusão hoje, há duas concepções distintas e fundamentais que sempre monopolizam debates: cidadania passiva e cidadania ativa. Embora também haja diferentes posições sobre estes dois conceitos, opta-se, aqui, pela mais consensual, a de que a cidadania passiva, outorgada pelo Estado, se diferencia da cidadania ativa, na qual o cidadão, portador de direitos e deveres, é essencialmente criador de direitos para abrir novos espaços de participação política (CHAUÍ, 1984, p. 40).

Citando Guattari (1990), Liszt Vieira (1997) afirma que a cidadania ativa poderá cumprir um papel libertador e contribuir para a emancipação humana, abrindo ‘novos espaços de liberdade’, por onde ecoarão as vozes de todos aqueles que, em nome da liberdade e da igualdade, sempre foram silenciados. E o cenário de atuação desses atores sociais não é necessariamente o campo do poder, mas o do fazer social, do construir sociedade, como veremos mais adiante, ao tratar do tema da cultura. Esta constatação faz emergir com força o que se convencionou chamar de nova cidadania que, segundo Dagnino,

Requer (e até é pensada como sendo esse processo) a constituição de sujeitos sociais ativos, definindo o que eles consideram ser os seus direitos e lutando pelo seu reconhecimento. Nesse sentido, ela

²⁹ Esses dois modelos de democracia foram centrais nas discussões do Congresso Nacional Constituinte que, em 1988, aprovou a atual Constituição Federal, definindo que o Brasil passaria a ser uma democracia representativa e participativa. São definidos, a partir daí, uma série de instrumentos que garantem a participação popular, com destaque para os mais diversos conselhos municipais, estaduais e nacionais, com participação assegurada da sociedade civil.

é uma estratégia dos não-cidadãos, dos excluídos, uma cidadania de 'baixo para cima' (DAGNINO, 1994, p. 108).

Este é o espaço onde os atores sociais buscam fazer valer os seus direitos e acabam gestando uma cidadania baseada na participação ativa a partir, inclusive, de questões locais e pontuais. Quando centramos nossa luta meramente no confronto com o poder estamos reivindicando dele a outorga da cidadania; podemos estar, embora de forma ativa, reivindicando a *cidadania passiva*. Porém, quando centramos nossa luta também no campo da organização social, na criação e legitimação desses espaços de construção pessoal e coletiva dos direitos, estamos deflagrando um processo ativo de construção de *cidadania ativa*. É uma luta que não prescinde, necessariamente, do confronto com o Estado, apenas não se resume a ele. A diferença é que neste caso não se reivindica a concessão desses direitos pelo Estado, e sim o reconhecimento, por ele, dos direitos já construídos ou em processo de construção.

Aqui se apresenta um eixo importante das discussões em torno de uma nova teoria da cidadania: o reconhecimento do cidadão como sujeito desse processo de conquista da cidadania, sentindo-se parte dele, pertencente a ele; e o cidadão só se sente parte daquilo que faz parte dele, que é quase a sua extensão. Um conceito de cidadania forjado na luta – portanto, ativa - e a partir da comunidade traz em seu ventre o germe do pertencimento. O mesmo não acontece quando ela é uma dádiva, um presente, vindo de outrem, seja do Estado, do mercado, das igrejas, do próprio movimento social ou ainda dos meios de comunicação, prescindindo de sua participação; aliás, uma contradição em si mesmo.

Por isso, elaborar uma teoria da cidadania ligada às teorias de democracia e justiça, mas com uma autonomia relativa diante delas, seria um dos desafios de nosso tempo. Porque uma teoria como essa poderia oferecer melhores argumentos para sustentar e fortalecer uma democracia pós-liberal também no nível das motivações: uma democracia em que se encontrem as exigências liberais de justiça e as comunitárias de identidade e pertença (CORTINA, 2005, p. 27-28).

É neste contexto que Cortina retoma o movimento *comunitarista*, falando dos máximos de vida boa, saudável, feliz e humanizada. A autora faz uma crítica sistemática do liberalismo, assegurando que é só a partir das formas de vida em

comunidade que se pode esboçar uma concepção de justiça. O modo de vida liberal, diz ela, professa um individualismo arraigado, incapaz de oferecer aos indivíduos os ideais de vida pessoal e comunitária.

Só a partir das formas de vida das comunidades concretas, só a partir dos *ethoi* das comunidades pode esboçar uma concepção de justiça ou outra, não a partir da pretensa neutralidade diante das diferentes concepções de vida. Só a pessoa que se sente membro de uma comunidade concreta, que propõe uma forma de vida determinada; só quem se sabe reconhecido por uma comunidade desse tipo como um dos seus e adquire sua própria identidade como um membro dela pode sentir-se motivado a se integrar ativamente nela (CORTINA, 2005, p. 25-26).

A história da modernidade ocidental mostrou como as forças espontâneas da economia de mercado capitalista, tanto quanto o poder administrativo do Estado moderno liberal, ameaçaram a solidariedade social, a justiça social e a autonomia dos cidadãos. O liberalismo não resolveu o problema social, econômico e político da desigualdade; deu a ele novos contornos. A modernidade ordenou o mundo, mas deixou-o sem sentido, destaca Vieira (1997), insistindo que é preciso pensar um novo conceito de cidadania, a partir do conceito de civilidade, como a atitude individual de preocupação com o bem público, que transmita uma nova ideia de espírito público, que se perdeu na sociedade de mercado.

Esta é uma proposta e também uma preocupação de Cortina, que interroga: como motivar os cidadãos para que colaborem na coisa pública a partir da nua e crua racionalidade procedimental que se expressa por meio das teorias liberais de justiça? Para a autora, “as adesões raramente são suscitadas com teorias racionais, e precisam antes apelar para laços ancestrais de *pertença*, para essas raízes históricas e tradicionais que constituem a outra face da alma” (CORTINA, 2005, p. 25). Não resta dúvida que se trata aqui de repensar o próprio conceito de Estado liberal e sua práxis como gestor da coisa pública e de uma nação, mas, também, pode ser tomado como um bom desafio para uma televisão que, chamada a ser um veículo mediador dos interesses públicos, tem por finalidade transformar em práticas cotidianas os modos de vida, padrões de conduta, modelos a serem seguidos que transformem os ideais de cidadania em desejos, em sonhos de cada um e de todos.

O problema do conceito de cidadania empregado ainda hoje é que ele foi refém, por séculos, do conceito de justiça, e só se expressa, no máximo, por meio de direitos civis palpáveis, racionais, matematicamente distribuídos. Mas, alerta Cortina, não basta a justiça procedimental para viver; são necessários, também, o sentido e a felicidade que se encontram nas comunidades.

Se queremos superar as crises e contradições nas sociedades pós-capitalistas e pós-liberais, se pretendemos assegurar uma 'democracia sustentável', além de criar modelos racionais de justiça, precisamos fortalecer nos indivíduos seu sentido de pertença a uma comunidade. Princípios e atitudes são igualmente indispensáveis (CORTINA, 2005, p. 26).

A cidadania torna-se, assim, um conceito mediador, explica a autora, porque integra exigências de justiça e, ao mesmo tempo, faz referência aos que são membros da comunidade, e une a racionalidade da justiça com o calor do sentimento de pertença.

O convite feito por Cortina de que precisamos pensar a comunidade como espaço de pertencimento é extremamente oportuno, mas também exige cuidados, como alerta Stuart Hall. Para ele, o termo comunidade reflete precisamente o forte senso de identidade grupal que existe entre esses grupos. Entretanto, isso pode ser algo perigosamente enganoso. Esse modelo é uma idealização dos relacionamentos pessoais dos povoados compostos por uma mesma classe, significando grupos homogêneos que possuem fortes laços internos de união e fronteiras bem estabelecidas que os separam do mundo exterior (HALL, 2003, p. 65).

A escolha individual, embora recoberta pelo fino verniz de um comunitarismo, reciprocidade e conexão que dão significado a nossas vidas enquanto seres sociais. Este é o limite cultural e comunitário das formas liberais (incluindo o 'mercado liberal') de multiculturalismo. Por outro lado, não podemos avalizar as pretensões de culturas e normas comunitárias em detrimento dos indivíduos sem ao mesmo tempo ampliar – não apenas em teoria, mas na prática – os direitos dos indivíduos ao dissenso, ao abandono ou, se necessário, a oposição a suas comunidades de origem (HALL, 2003, p. 88).

A preocupação de Hall é que o retorno à etnicidade, como elemento constitutivo de uma comunidade, e o pluralismo cultural possam produzir tipos

específicos de violência, porque em vez de unir separa, distancia, tornando essencial a diferença cultural. Com isso,

Se fixa os binarismos raciais, congelando-os no tempo e na história, confere poder à autoridade estabelecida sobre os outros, privilegia os 'pais e a Lei' e leva ao policiamento da diferença. Esta parece ser a fronteira crítica onde o pluralismo cultural ou o comunitarismo étnico encontra seu limite liberal (HALL, 2003, p. 89).

Se é preciso estar atento aos problemas da etnicidade e do pluralismo cultural, é também importante abrir caminhos para o universalismo dialógico, defende Cortina, dizendo que é no diálogo que nos apercebemos de que o outro, com sua bagagem cultural, é um *alter ego*, e de que para compreender seus interesses é preciso tentar compreender também sua cultura (CORTINA, 2005, p. 145).

É preciso, pois, ao mesmo tempo em que se mantém o alerta feito por Hall, partir das formas de vida das comunidades para entabular novas lutas por mais cidadania, uma vez que a possibilidade de um modo novo de civilidade está nelas e não no indivíduo isolado, atomizado. A cidadania, nesta perspectiva, é uma síntese de justiça (aspecto jurídico) e de pertença (dimensão do sentir-se parte de uma sociedade), atesta Cortina. Aqui o conceito de cidadania tem um caráter mediador e suas possibilidades de desenvolvimento se dão a partir dos processos comunicacionais. E uma cidadania construída a partir do diálogo, da negociação, possibilitada na mediação dos modos de vida e entre direitos e deveres de cada um e de todos, terá muito mais chance de não se restringir às dimensões políticas e nem ficar confinada às dimensões comunitárias, mas de alcançar a dimensão sociocultural: gênero, raça, étnica, ecologia, grupal, lazer, educação, moradia, terra etc. Neste sentido, se poderia construir uma cidadania cosmopolita, afinal, "a noção de cidadania, habitualmente restrita ao âmbito político, parece ignorar a dimensão pública da economia, como se as atividades econômicas não precisassem de uma legitimação social, procedente de cidadãos econômicos" (CORTINA, 2005, p. 29).

A sociedade civil será, portanto, sob essa perspectiva, a autêntica escola de cidadania, afirma Cortina, lembrando que, a sociedade civil, em princípio, parecia alheia à ideia de cidadania por se referir, precisamente, a laços sociais não-políticos.

E aqui Cortina alerta que as sociedades pluralistas e multiculturais devem ter muito cuidado em articular máximos e mínimos de direitos de cidadania, de modo que não se atropela a justiça nem se percam as ofertas de felicidade, pois o cidadão é civil, econômico e político. E assim ela propõe a retomada do Estado de Justiça para garantir direitos básicos dos cidadãos, uma vez que “a noção de cidadania que se converteu em padrão em nossos dias é a de cidadania social, de T. H. Marshall, que só o Estado de Bem-estar conseguiu satisfazer, por mais deficiências que tenha apresentado” (CORTINA, 2005, p. 29). Para aquela autora, a retomada e a ampliação desse conceito de cidadania torna-se um desafio importante para enfrentar os perigos que um Estado liberal renovado impõe aos direitos dos cidadãos.

Opinião semelhante tem Norberto Bobbio ao afirmar que é preciso introduzir algum critério de justiça distributiva para que uma sociedade qualquer permaneça reunida. Afinal, a sociedade política é um projeto a ser construído e reconstruído continuamente, um projeto jamais definitivo, a ser submetido à contínua revisão (BOBBIO, 1997, p. 127). Nesta mesma linha de proposições, Boaventura de Sousa Santos pugna por um novo Estado de Bem-estar social, que para ele deve ser um Estado experimental, que se constrói no processo de reconstrução permanente. É num processo de experimentação contínua, com uma ativa participação dos cidadãos, que estará a sustentabilidade desse novo Estado.

El Estado experimental debe por tanto asegurar no solo la igualdad de oportunidades entre los distintos proyectos de institucionalidad democrática, sino – y éste es el segundo principio de la experimentación política – unas pautas mínimas de inclusión que hagan posible una ciudadanía activa capaz de controlar, acompañar y evaluar la valía de los distintos proyectos. Estas pautas son necesarias para hacer de la inestabilidad institucional un ámbito de deliberación democrática (SANTOS, 2005, p. 370).

É com base nesta proposta que Boaventura Santos faz a crítica ao modelo de regulação social da modernidade, construído sobre os alicerces do Estado e do mercado, para sugerir uma nova regulação social, sustentada nos três pilares: Estado, mercado e comunidade. A comunidade surge aqui como o agrupamento das instituições independentes do Estado e do capital. Trata-se, portanto, de instituições

movidas por outras lógicas, fora do lucro do mercado e do poder do Estado, que vêm sendo compreendidas dentro do marco da sociedade civil organizada.

4.2 Sociedade Civil

Para ampliação das reflexões, em atenção ao que requer este estudo, tomemos agora o conceito de sociedade civil, como o arcabouço mais amplo onde se localizam essas instituições mencionadas anteriormente, que se organizam fora do mercado e do Estado e, ao mesmo tempo, esse cenário onde são gestados novos direitos de cidadania. Trata-se de um conceito que está longe de ser consenso entre os que o estudam, pela profusão de significados que adquiriu desde o seu surgimento. Para tentar entendê-la serão tomadas algumas definições e feitas algumas opções a partir do próprio uso que se tem dado ao termo no âmbito dos espaços por onde tenho orbitado.

Um dos estudiosos do tema é Norberto Bobbio, que parte da compreensão de sociedade civil como o lugar onde surgem e se desenvolvem os conflitos econômicos, sociais, ideológicos, religiosos, que as instituições estatais têm o dever de resolver “através da mediação ou através da repressão”.

Sujeitos desses conflitos e portanto da sociedade civil exatamente enquanto contraposta ao Estado são as classes sociais ou, mais amplamente, os grupos, os movimentos, as associações que as representam ou se declaram seus representantes; ao lado das organizações de classe, os grupos de interesse, as associações de vários gêneros com fins sociais e indiretamente políticos, os movimentos de emancipação de grupos étnicos, de defesa dos direitos civis, de libertação da mulher, os movimentos de jovens (BOBBIO, 1987, p. 35-36).

Tomada aqui por Bobbio, a partir do conceito gramsciano (1999), a sociedade civil é entendida como esse lugar ampliado em que cabem todas as instituições presentes na sociedade, organizadas, grosso modo, fora do Estado. As reflexões de Gramsci partem da existência de duas esferas distintas: a sociedade política e a sociedade civil. Não por acaso, tudo o que não é Estado tem sido colocado no amplo cenário da sociedade civil, incluindo as instituições do mundo da economia.

Na realidade, Gramsci (1999) já havia percebido que, sobretudo a partir do final do século 19, havia surgido uma nova esfera: a do mundo das auto-organizações, do que ele chamou de “aparelhos privados de hegemonia”. São os partidos de massa, os sindicatos, as diferentes associações, os movimentos sociais etc., tudo aquilo que resulta de uma crescente “socialização da política”, ou seja, do ingresso na esfera pública de um número cada vez maior de novos sujeitos políticos individuais e coletivos. Um pouco mais tarde, Gramsci inclui em suas reflexões sobre o Estado a sociedade econômica, isto é, o mundo produtivo ou, como chamado neste trabalho, o mercado.

Em um estudo intitulado *O público não-estatal na reforma do Estado*, Bresser-Pereira e Nuria Grau lembram que a sociedade civil

Era vista pelos filósofos iluministas como sinônimo de sociedade política, em oposição à sociedade ou ao estado de natureza. A partir de Hegel, a sociedade civil se opõe ao Estado, englobando o mercado. Nos últimos anos a sociedade civil vem sendo entendida como uma terceira esfera entre o Estado e o mercado - este constituído pelas empresas e os consumidores (BRESSER-PEREIRA; GRAU, 1999, p. 19).

É nessa linha que Alan Touraine (1998) resgata o conceito gramsciano de sociedade civil e o atualiza a partir das recentes lutas políticas, dizendo que

É preciso ter consciência de que com esta expressão designou-se durante três décadas um conjunto de atores sociais e políticos que combatiam ao mesmo tempo a dominação capitalista e o estado autoritário. (...) a idéia de sociedade civil é indispensável. Ela designa o lugar das ações coletivas realizadas para libertação dos atores sociais e contra o funcionamento da economia dominada pelo lucro e pela vontade política de dominação. Contra esses dois sistemas de poder, todas as imagens do sujeito buscam criar um espaço autônomo e intermediário (TOURAINÉ, 1998, p. 121).

Contudo, o conceito de sociedade civil continua sendo reivindicado por todas as formas de organização estabelecidas fora do Estado, como entendeu o próprio governo brasileiro ao convocar a 1ª Confecom (Conferência Nacional de Comunicação), realizada de 14 a 17 de dezembro de 2009. Ao propor a representatividade da sociedade brasileira, legitimada a definir linhas gerais para uma política nacional de comunicação, o Ministério das Comunicações reconheceu

três instâncias: governamental (executivo, legislativo e judiciário), sociedade civil empresarial (proprietários dos meios de comunicação) e sociedade civil não-empresarial (entidades de trabalhadores em comunicação, ONGs e movimentos sociais envolvidos com a temática).

Se houve aprovação a essa forma de representatividade, o uso duplo do termo sociedade civil gerou polêmica. Nas quatro pré-conferências (três municipais e uma estadual) de que participei e na própria Conferência Nacional de Comunicação, representantes da “sociedade civil não-empresarial” protestaram contra essas definições, alegando que as nomenclaturas corretas seriam governo, mercado ou empresariado e sociedade civil organizada. A discussão tomou a maior parte das duas horas dedicadas ao regulamento da conferência estadual de comunicação no Paraná e só continuou a partir de um acordo, em função de que o coordenador nacional da Confecom, presente ao evento, disse que a discussão era extemporânea a nada mais poderia ser feito.

Claro que essas discussões, propostas sempre por representantes dos movimentos sociais, tinham, ali, a função de estabelecer diferenciações, de delimitar terreno, a fim de fixar desde onde se olhava a comunicação. O pedido constante de que fossem classificados como ‘empresariado’ ou ‘mercado’, embora extemporâneo, era a maneira de externar quais interesses estavam subjacentes na argumentação daquele agrupamento (chamado, oficialmente, de sociedade civil empresarial) quando formulasse alguma proposta.

Apesar da aparente confusão conceitual, em função das nomenclaturas, cabe destacar aqui o reconhecimento dessas três instâncias sociais como representantes do país aptas a definir os rumos da comunicação social no Brasil: o Estado, tomado aqui nas três esferas: executivo, legislativo e judiciário; o mercado, circunscrito aos donos dos meios de produção; e a sociedade civil organizada, entendida como o conjunto de entidades que se organizam fora do Estado e do mercado, convocados pelas mesmas temáticas, mas a partir de outras lógicas.

Trata-se, portanto, do reconhecimento dessas três esferas equiparadas como fundamentais no processo de construção da democracia, ao menos no campo da comunicação. Um processo que deve conduzir à busca por uma convivência humana onde a esfera da política contemple, além do poder, relações de igualdade

no âmbito social, econômico e cultural. Nesse cenário, as forças populares ganham condições de igualdade na luta pela hegemonia, da qual têm sido historicamente alijadas.

No entanto, essa compreensão da sociedade civil como uma das três esferas sociais não é uma noção pacífica a todos os intelectuais. É que em seus estudos sobre a questão da hegemonia popular, Gramsci (1999) trata de uma visão ampliada de Estado, tomando-o como uma somatória das sociedades civil e política. Essas duas sociedades fazem parte daquilo que em Marx aparece como a superestrutura, que compreende a estrutura jurídica (grosso modo, o Estado e o arcabouço jurídico que lhe dá consistência) e a ideologia (moral, política e religiosa, fundamentalmente); ao tratar do termo sociedade econômica ele está falando do que Marx chamava de estruturas, como a esfera do econômico, do mundo produtivo, ou mundo da produção.

Ao fazer uso desses dois conceitos de Marx, Norberto Bobbio (1999) afirma que se, para Gramsci, a sociedade civil faz parte da superestrutura e não da estrutura, ela não pode estar localizada numa única esfera social. Contudo, ele próprio afirma que o pensamento gramsciano não é nada linear, pois ele trabalhava com conceitos profundamente “elásticos” (BOBBIO, 1999, p. 76).

Isso pode nos levar a entender que sociedade civil se refere mais às *ações institucionais* presentes na sociedade do que ao espaço físico ocupado por uma ou mais instituições. Isto é, o que define a sociedade civil é o caráter dos conflitos políticos, econômicos, sociais, culturais, ideológicos, religiosos, étnicos... de disputa por hegemonia, a exigir do Estado sua resolução. Afinal, o conceito que envolve a expressão sociedade civil surge da definição de que “é o espaço onde se organizam os interesses em confronto, é o lugar onde se tornam conscientes os conflitos e as contradições” (SIMIONATTO, 1995, p. 66). Portanto, sociedade civil refere-se mais a um lugar simbólico-espacial do que a um lugar físico-temporal.

Ao tratarem desse conceito, de forma a inferir a presença das instituições públicas não-estatais entre o Estado e o mercado, Bresser-Pereira e Grau buscam esclarecer o conceito.

De acordo com uma formulação já clássica (Cohen/Arato, 1992: 429) a sociedade civil remete, em primeira instância, àquele espaço onde a coordenação da ação se produz através de normas reconhecidas intersubjetivamente; inclui, portanto, todas as instituições e formas associativas que requerem a interação comunicativa para sua reprodução e que primariamente contam com processos de integração social para a coordenação da ação dentro de seus limites. A partir desta perspectiva as "associações voluntárias" ou os "movimentos sociais" que apelam à essa lógica, constituem o coração institucional da sociedade civil e os direitos são vistos como o princípio organizador de uma sociedade civil moderna (BRESSER-PEREIRA; GRAU, 1999, p. 20).

Ocorre que as disputas simbólicas por hegemonia – para seguir com o conceito de Gramsci – são possíveis de visualização física e se expressam a partir da materialidade das ações. Por isso, no âmbito dos grandes temas nacionais, como as discussões demarcadas pelos três grandes eventos já citados - 1ª Confecom, 3ª Conferência Nacional de Cultura e 1º Plano Nacional de Direitos Humanos – percebe-se, claramente, que os conflitos, hoje, estão pontuados entre o mercado capitalista e as instituições sociais comunitárias (entendidas, aqui, no sentido amplo de comunidade) que disputam contiguidade com o Estado na sua prevalência na organização política nacional. São, portanto, disputas por modelos de desenvolvimento econômico e social distintos, em que cada qual defende um ideário específico que deveria ser legitimamente assumido pelo Estado. Logo, a diferenciação por uma duplicidade de sociedade civil requer o entendimento de uma duplicidade de modelos de sociedade propostos ao Estado; isto é, a de modelos em busca de hegemonia. E hoje esses modelos se diferem em torno de temas como a solidariedade, a sustentabilidade, mas fundamentalmente a cidadania e a regulação social de Estado.

Trata-se de passar de uma regulação feita a partir do mercado, do mundo da produção, ou ainda da estrutura, para incorporar, também como parte generosa dessa regulação, as instituições organizadas fora do mercado, a partir de outros nexos como a cidadania e a solidariedade, ou ainda da superestrutura. Com base nas reflexões de Micheal Burawoy, Ruy Braga (2011) afirma que sociedade civil é

Um campo de lutas onde as forças sociais do trabalho – partidos políticos operários ou radicais, sindicatos de trabalhadores, instituições educacionais, organizações ecologistas e feministas,

comunidades religiosas, imprensa popular e uma ampla variedade de organizações de voluntários – enfrentam e resistem às investidas das forças sociais do capital (BRAGA, 2011, p. 24).

Para Celso Fernandes Campilongo, é neste novo contexto que urge o entendimento do conceito de "Sociedade civil organizada".

Representa um momento de solidariedade humana e de preocupação com a condução política mundial, em que a sociedade passa a se organizar em grupos para defender seus interesses e buscar soluções para os grandes males do desenvolvimento despreocupado e ganancioso, que esfriou os corações humanos cegando-lhes os olhos frente aos seus semelhantes. Representa, também, toda espécie de organização social que lute por seus direitos, independentemente de fins altruísticos (CAMPILONGO, 1988, p. 52).

Logo, o que está em jogo são modelos de sociedade, que exigem um repensar os modelos de democracia em vigência hoje, pois há uma democracia verbalizada, difundida, defendida e, outra, praticada. E na forma como ela é disseminada, hoje, pela mídia, como modelo político, só pode ser entendida como um projeto de sociedade que deve contemplar as forças constitutivas da realidade social, e essas forças, “para Gramsci, são as esferas da sociedade civil, da sociedade política e da sociedade econômica” (SIMIONATTO, 1995, p. 70).

Portanto, se não há um consenso em torno do conceito de sociedade civil, essa breve incursão no tema permite-nos algumas afirmações, pertinentes a este trabalho: 1ª) explicitar que, de fato, há três núcleos de instituições reconhecidamente em debate, em disputa na sociedade. Talvez o mais correto seria afirmar que há dois projetos em disputa pela hegemonia, portanto, em busca de espaço no Estado. 2ª) delimitar que quando o termo *sociedade civil organizada* for usado ao longo deste trabalho é a esse terceiro conjunto de agrupamentos institucionais, organizados fora do Estado e do mercado, que se está referindo; 3ª) se esse tripé é válido para discutir e definir as bases para uma política nacional de comunicação, num processo de regulação social, essas instituições não poderão ter representação desigual nos processos de interlocução social possibilitada pelos meios de comunicação numa sociedade em processo de midiatização. Afinal, a legitimidade social de cada uma dessas três instituições depende da circulação de seus respectivos discursos junto à sociedade, o que deverá se dar também pelo

reconhecimento do saber-poder de seus representantes nos enunciados jornalísticos. Contudo, é importante ter sempre presente este alerta de Braga:

Evidentemente, revalorizar as forças sociais presentes na sociedade civil não implica fetichizar os interesses subalternos. Na realidade, também o campo da sociedade civil encontra-se fraturado por segregações, dominações e explorações de várias ordens. Contudo, concordamos com Burawoy quando afirma que, “na conjuntura atual, [a sociedade civil] ainda é o melhor terreno possível para a defesa da humanidade”. Não o “único”, mas o “melhor” (BRAGA, 2011, p. 25).

Nesse sentido, para ampliar as conquistas democráticas e assegurar que não haja involuções de qualquer espécie é “absolutamente necessário reforçar a sociedade civil, quer conquistando novos patamares na defesa da publicização quer elaborando novos instrumentos de controle do Estado, o que vai exigir uma efetiva cidadania para todos” (WANDERLEY, 1998, p. 19).

4.3 Movimentos Sociais

No processo de aprofundamento do conceito de sociedade civil, para esta tese, faz-se necessário dedicar especial atenção ao papel dos movimentos sociais, como instituições paradigmáticas dentro desse terceiro agrupamento de instituições, o da sociedade civil organizada, por sua trajetória histórica de lutas por ampliação da noção de cidadania e respectivas conquistas.

Grande parte das transformações que ocorreram na história da Humanidade não veio das esferas do Estado e do mercado, a não ser as guerras, as grandes incursões “humanitárias”, que mais se assemelham a invasões como as ocorridas recentemente no Iraque, Afeganistão e Líbia, cujas explicações encontram-se em reflexões a respeito da geopolítica do imperialismo estadunidense, aspergido nos e pelos *aliados*, que não são atinentes a esta tese. As decisivas conquistas de cidadania surgiram no amplo espectro dos movimentos sociais, ainda que não fossem assim conceituados. Basta lembrar que a revolução francesa tem sua origem nas manifestações oriundas nos movimentos sociais; a revolução soviética ganha força por meio dos movimentos populares e sindicais; no Brasil, a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), os votos feminino e do analfabeto - apenas

para citar alguns – tiveram a mesma origem. São sempre iniciativas surgidas no âmbito dos movimentos sociais, encampadas posteriormente pelo Estado a fim de dar a elas a legitimidade exigida. José Guilherme Magnani aponta conquistas dos movimentos sociais, afirmando que melhores e mais humanas condições de vida e trabalho foram, desde o início do sistema capitalista, conquistas da classe trabalhadora.

O que não deixa de constituir um paradoxo: o tempo livre, necessário e funcional do ponto de vista da lógica do capital – como fator indispensável para a manutenção e reprodução da força de trabalho - , é resultado da luta do movimento operário pela diminuição da jornada de trabalho, descanso semanal remunerado, férias e outros benefícios (MAGNANI, 2000, p. 30-31).

Mas foi na segunda metade do século XX que esses movimentos conquistaram importantes espaços políticos, mais especificamente nas décadas de 1970 e 1980, quando surgiram os mais variados movimentos, aglutinando pessoas que lutavam em prol de uma sociedade mais justa e igualitária. Eram indivíduos extremamente politizados que lideravam os movimentos sociais em lutas contra um governo autoritário. A esse respeito, Emir Sader afirma que

O impacto dos movimentos sociais em 1978 levou a uma revalorização de práticas sociais presentes no cotidiano popular, ofuscadas pelas modalidades dominantes de sua representação. Foram assim descobertos movimentos sociais desde sua gestação no curso da década de 70. Eles foram vistos, então, pelas suas linguagens, pelos lugares de onde se manifestavam, pelos valores que professavam, como indicadores da emergência de novas identidades coletivas (SADER, 1988, p. 26-27).

Portanto, seja para a construção de uma hegemonia sedimentada na sociedade civil³⁰ ou para o equilíbrio hegemônico entre essas forças sociais, ou ainda para a construção de uma nova noção de Estado ampliado, conforme propõe Gramsci (MACCIOCCHI, 1976, p. 150), faz-se necessário reconhecer os movimentos sociais como uma das principais peças constituintes da sociedade civil

³⁰ Marco Aurélio Nogueira propõe um Estado a partir da sociedade civil. Em *Um Estado para a sociedade civil - Temas éticos e políticos da gestão democrática* (Editora Cortez, 2004), ele parte dos conceitos de hegemonia e emancipação e vê sociedade e Estado como partícipes de um projeto emancipador e não da mera gerência eficaz de bens públicos.

organizada. Os movimentos sociais são expressões de poder da sociedade civil e sua existência, independente do tipo de suas demandas, sempre se desenvolve num contexto de correlação de força social. Eles são fundamentalmente processos político-sociais (GOHN, 1997, p. 251).

Não por outra razão, a questão dos movimentos sociais vem suscitando amplo debate nos anos recentes, seja pelas possibilidades que eles abrem no estabelecimento de ações que busquem a coesão social, em crise neste tempo de sociedades pós-liberais – ou autenticamente liberais -, ou pela disputa de hegemonia na superação de carências e desigualdades não resolvidas pelo Estado e pelo mercado ou até mesmo criadas ou potencializadas por um e por outro. A ação desses movimentos está, portanto, no centro das discussões em torno do papel da sociedade civil nas lutas pela cidadania, cujo conceito deixou de ser um fenômeno restrito ao campo da justiça para ganhar o dos direitos civis, coletivos e individuais graças em grande parte às ações desses movimentos.

Assim como a sociedade civil, no entanto, a conceituação sobre o que são os movimentos sociais é uma tarefa árdua. Há uma profusão de formas de mobilização e de organização social que têm sido designadas como movimentos sociais ao longo da história e, muito particularmente, nas últimas décadas. A dificuldade de configuração desse segmento da ação coletiva aumenta ainda mais quando, além das mobilizações, das instituições e das organizações sociais, entram em cena, na última década do século passado, novos movimentos sociais e novas formas de organização por lutas no campo da cidadania.

Por um lado, surgem os movimentos de corte mais político-cultural, como os de gênero e os identitários, e os de corte político-econômico-social, como o Movimento dos Sem-Terra (MST), os dos Pequenos Agricultores (MPA), além dos movimentos sindicais; por outro, incrementam-se as novas formas de organização da sociedade fora dos estamentos políticos e empresariais, como as Organizações Não-Governamentais (ONGs) e as que se perfilam em torno do chamado *terceiro setor*.

Grandes defensores dessa expressão, Bresser-Pereira e Grau (1999) propõem o *terceiro setor* como o palco em que desfilam, de alguma maneira, todas as instituições fora do mercado e do Estado. Eles fazem esta proposição ao

defenderem a existência de quatro esferas ou formas de “propriedade” relevantes no capitalismo contemporâneo: a pública estatal, a pública não-estatal, a corporativa, e a privada.

A pública estatal detém o poder de Estado e/ou é subordinada ao aparato do Estado; a pública não-estatal está voltada para o interesse público, não tem fins lucrativos, ainda que sendo regida pelo Direito privado; a corporativa também não tem fins lucrativos, mas está orientada para defender os interesses de um grupo ou corporação; a privada, finalmente, está voltada para o lucro ou o consumo privado (BRESSER-PEREIRA; GRAU, 1999, p. 17).

No entanto, o conceito de *terceiro setor* tem sido recusado como princípio aglutinador pela imensa maioria dos setores organizados da sociedade, especialmente os movimentos sociais de corte político-econômico. É uma rejeição que parte, inclusive, da impossibilidade, segundo acreditam, de conciliar numa só esfera as formas de propriedade “pública não-estatal” e a “corporativa”, que os autores propõem. Para os setores populares e os movimentos sociais aglutinados em torno de fóruns, como o **Consulta Popular**³¹, por exemplo, as organizações não-estatais produtoras de serviços sociais, como escolas, universidades, centros de pesquisa, hospitais, museus, etc., que os dois autores propõem como o *setor corporativo*, funcionam por outras lógicas, como as de adaptação e acomodação sob o ‘guarda-chuva’ do capitalismo contemporâneo, enquanto as lógicas que movem suas organizações são outras, como a cidadania e a solidariedade, cuja defesa inclui o confronto com o mercado e o Estado liberal. Portanto, são organizações distintas.

A ideia de *terceiro setor* surge, na realidade, de uma retomada do setor corporativo, agora incrementado por institutos, fundações e ONGs que ganham força na década de 1990, em nível internacional, a partir da proposta de que se deveria acabar com a intervenção do Estado sobre a sociedade e o mercado. Surge, aí, uma inversão de papéis, em que prevalece uma concepção neoliberal, com a hegemonia

³¹ O Consulta Popular é movimento surgido em 1997, que aglutina milhares de militantes sindicais, estudantis, de movimentos populares, espalhados por todo o país, além de destacados intelectuais, como Emir Sader e Plínio de Arruda Sampaio, até expressivas lideranças das lutas populares, como João Pedro Stédile, do MST. Trata-se de um fórum de discussão para traçar estratégias de lutas comuns no enfrentamento das adversidades políticas, econômicas, culturais e sociais comuns a todos.

do mercado sobre a sociedade e o Estado. Para Marco Aurélio Nogueira esse recrudescimento do liberalismo gerou consequências nefastas de dois vieses.

Essa 'ausência' de Estado reforçou dois tipos de desajustes. Por um lado, fez com que os atores políticos ficassem com dificuldades ainda maiores para alcançar uma idéia revigorada de pacto político ou projeto nacional [...] Aumentou a natureza errática e 'fisiológica' dos partidos e da classe política como um todo, incentivando assim a proliferação de projetos de poder desvinculados de projetos de sociedade. Por outro lado, fez com que os movimentos sociais se soltassem ainda mais do político e procurassem forjar uma 'legalidade' e uma 'institucionalidade' próprias, desinteressando-se da formulação de projetos de hegemonia, abertos a toda a sociedade e capazes de fornecer respostas e perspectivas para os diferentes grupos sociais (NOGUEIRA, 2005, p. 31).

No entender de Nogueira, nada surgiu por acaso, mas fazia parte de uma estratégia do próprio mercado de absorção das forças livres da sociedade civil a seu favor e, ao mesmo tempo, de distanciamento de um Estado forte, capaz de exercer seu papel de mediador social. Era a política do *Estado Mínimo*, que tornou discurso único como a solução para os males que eram do próprio mercado e do Estado liberal.

No caso das ONGs, esse deslocamento não é só sustentado pelas próprias organizações mas reforçado pelos governos e pelas agências internacionais, que buscam parceiros confiáveis e temem a politização da interlocução com os movimentos sociais e com as organizações de trabalhadores, e alimentado pela mídia, com freqüência por motivos semelhantes. O resultado tem sido uma crescente identificação entre 'sociedade civil' e ONGs, onde o significado da expressão 'sociedade civil' se restringe cada vez mais a designar apenas essas organizações, quando não em mero sinônimo de 'Terceiro Setor' (DAGNINO, 2002, p. 291).

Separadas das instituições corporativas sem fins lucrativos e, portanto, recusando a alcunha de *terceiro setor*, tampouco há facilidade em definir as demais instituições que compõem a sociedade civil organizada, separando facilmente o que são movimentos sociais. Organizações sociais, ONGs, sindicatos e movimentos populares são apenas alguns dos diferentes modos de instituições que compreendem essa esfera social, muitas delas sendo chamadas também de movimentos sociais. Ao falar, por exemplo, das organizações sociais e/ou ONGs

pode-se estar tratando da estrutura organizacional de um dado movimento social e não dele próprio. Por outro lado, quando se fala em movimentos sociais, pode-se estar tratando da ação demandada por uma instituição ou mesmo da ação que lhe tenha dado origem; porém, neste caso, não se estará falando da instituição em si, mas da sua ação, do movimento que opera na sociedade.

Buscando oferecer alguns parâmetros para se entender o que é um movimento social, Maria da Glória Gohn afirma que eles podem ser compreendidos a partir de duas acepções básicas:

Uma ampla (...) sempre se refere às lutas sociais dos homens, para a defesa de interesses coletivos amplos ou de grupos minoritários; conservação de privilégios; obtenção ou extensão de benefícios e bens coletivos etc. A outra acepção se refere a movimentos sociais específicos, concretos, datados no tempo, e localizados num espaço determinado (GOHN, 1997, p. 247).

Na primeira definição, explica Gohn, a categoria básica é a luta social e tem caráter cíclico. Na segunda, a categoria fundamental é a da força social, traduzida numa demanda ou reivindicação concreta, ou numa ideia-chave que, formulada por um ou alguns, e apropriada por um grupo, se torna um eixo norteador e estruturador da luta social de um grupo que se põe em movimento, podendo até se institucionalizar oficialmente.

Dizendo que as expressões movimentos sociais, movimentos coletivos, movimentos populares, movimentos sociais urbanos, movimentos sociais populares, entre outras, são usadas indistintamente, refletindo sua grande diversidade e heterogeneidade em nossa sociedade, Peruzzo (1998, p. 44-45) classifica os movimentos sociais em sete grupos distintos: os ligados aos bens de consumo coletivo; os envolvidos na questão da terra; os relacionados com as condições gerais de vida; os motivados por desigualdades culturais; os dedicados à questão trabalhista; os voltados à defesa dos direitos humanos e, por fim, os vinculados a problemas específicos. Trata-se, portanto, de um enorme leque de iniciativas sociais no campo da ação coletiva que reúne as mais distintas formas de organização fora do Estado – sociedade política - e do mercado - sociedade econômica.

Por isso, os movimentos sociais não são simples ideias ou entes fantasmas, esclarece Gohn (1997, p. 253), afirmando que eles têm uma concretude e, para viabilizar e operacionalizar suas pautas e agendas de ação, apoiam-se em instituições e em organizações da sociedade civil, mas também da sociedade política. Muitas vezes, diz Gohn, a proximidade desta interação é tamanha, ou o conflito que permeia suas ações se regulamentou de tal forma, que o movimento social deixa de existir como movimento e se transforma em organização.

Como se vê ao longo dos diferentes estudos, os movimentos sociais têm sido vistos mais a partir do olhar da escola de pensamento utilizada para análise do que a partir das constatações emanadas da sua ação. Em busca de entender tais ações, esses movimentos foram definidos, segundo Gohn (1997), entre reformistas e revolucionários; transformativos, reformativos e redentores; de classe, de status e expressivos; defensivos e contestatórios; sindicais, comunitários e cidadãos; reivindicatórios, democráticos e de situação dual de poder.

Uma definição mais clara dessas classificações e que pode ainda hoje servir para diferenciar o posicionamento social e político dos movimentos sociais é a de Eric Hobsbawm (1995), que retoma a classificação entre movimentos revolucionários e reformistas, como apontado por Gohn. Segundo ele, os reformistas aceitam a estrutura geral de uma instituição ou de um sistema social, ou a consideram capaz de aperfeiçoamento ou de reformas onde os abusos se manifestam; já os revolucionários insistem que ela deve ser transformada fundamentalmente ou, então, substituída.

Nesse sentido, os Novos Movimentos Sociais, a partir do paradigma europeu, surgem mais na linha reformista, e são vistos por Melucci (1994, p. 185) como fenômenos simultaneamente discursivos e políticos, localizados na fronteira entre as referências da vida pessoal e a política. Chamados por ele de “profetas”, esses movimentos operam naquela parte da realidade social na qual as relações sociais ainda não estão cristalizadas em estruturas sociais, em que a ação é a portadora imediata da tessitura relacional da sociedade e do seu sentido.

Os movimentos são um sinal; eles não são meramente o resultado de uma crise. Assinalam uma profunda transformação na lógica e no processo que guiam as sociedades complexas. Como os profetas,

eles falam antes: anunciam o que está tomando forma mesmo antes de sua direção e conteúdo tornarem-se claros. Os movimentos contemporâneos são os profetas do presente (MELUCCI, 1996, p. 1).

Por isso, a complexa teia social onde atuam os movimentos sociais incorpora, também, as demais esferas da vida social, fazendo uma espécie de sutura das relações entre a sociedade civil e a sociedade política. Ainda dentro do pensamento europeu, mas a partir do paradigma marxista de análise dos movimentos sociais, Castells destaca o papel reformista dos movimentos sociais, dizendo que

São fundamentais para uma gestão democrática da cidade, porque são os verdadeiros diagnosticadores das necessidades coletivas. As reformas não ocorrem sem pressões. Sem movimentos, não há condições para uma reforma urbana democrática, porque não há como detectar as reais necessidades (CASTELLS, 1985).³²

No Brasil, entre as diversas funções sociais atribuídas a esses movimentos, é importante destacar a afirmação de Peruzzo, apontando a contribuição dos movimentos sociais na passagem da democracia do campo político para a esfera social.

Se hoje se pode falar de um desenvolvimento da democracia, ele consiste não tanto na substituição da representativa pela direta, mas na passagem da democracia no campo político, onde o homem é considerado como cidadão, para a democracia na esfera social, onde o homem é visto na multiplicidade do seu ser, como pai, filho, empresário, trabalhador, professor, soldado, gestor de serviços públicos, usuário etc. (...) Uma coisa é a democratização da direção política, outra é a democratização da sociedade. (...) A democratização da sociedade, além da democracia política, implica a democracia econômica, social e cultural. E esses ângulos da cidadania fazem parte da dinâmica dos movimentos sociais populares (PERUZZO, 1998, p. 64).

Embora a atuação partidária seja um dos canais viáveis para se contribuir com a transformação da sociedade, Peruzzo alerta que ver nela a única saída para as mudanças na sociedade é superestimar o papel dos partidos políticos. Para Peruzzo, é

³² Trecho de uma palestra intitulada 'Gestão urbana, planejamento e democracia política', proferida por Manuel Castells em 1985, na Secretaria Municipal de Planejamento de São Paulo.

preciso que se tenha discernimento para não direcionar a ação pelo objetivo único de democratizar a política, via parlamento, descuidando-se do processo de democratizar a sociedade. E aqui entra o papel fundamental dos movimentos sociais. Este também é o pensamento de Melucci (1994), que ao tratar da questão da democracia e do sistema representativo no mundo contemporâneo, afirma que é ilusório pensar que a democracia consiste meramente na competição pelo acesso aos recursos governamentais.

Por isso, mais do que eximir-se da política ou imiscuir-se com ela, a partir de seu campo próprio de ação, os movimentos sociais podem colaborar na busca de soluções a problemas crônicos que a democracia representativa demonstrou incapacidade de resolver (BOBBIO, 1997, p. 35-36)³³. Em sociedades complexas, como as que vivemos, a democracia requer condições suficientes para que grupos sociais se auto-afirmem e sejam reconhecidos pelo que são ou desejam ser, destaca Gohn.

Estas condições incluem espaços públicos independentes das instituições e estruturas governamentais e do sistema partidário. Espaços públicos autônomos que representem novas formas de poder. E os movimentos sociais inserem-se nestes espaços (GOHN, 1997, p. 162).

Não se trata, aqui, de atribuir aos movimentos sociais um poder quase onipotente na solução dos problemas que os poderes constituídos não conseguiram resolver. O que se reivindica para eles é um espaço próprio na grande arena social e, para isso, é preciso

entender seus fluxos e refluxos, sua capacidade de invenção e articulação com outras forças sociais, face a acontecimentos que se desenrolam no caminhar da luta, cujos resultados não estão, de antemão, estipulados por categorias analíticas que estruturam os diversos agentes numa trama histórica previamente estabelecida (KOWARICK, 1988. P. 39).

Eis, provavelmente, um dos principais papéis do movimento social no atual estágio da vida em sociedade. Enquanto os poderes estabelecidos querem e pensam ter o controle atual e futuro das ações políticas, econômicas e sociais, os

³³ Sobre este tema é importante ler “O futuro da democracia – uma defesa das regras do jogo”, de Norberto Bobbio. Ele aborda o inchaço do Estado com a passagem do estado liberal para o estado democrático e as dificuldades de atendimento às demandas: “a democracia tem a demanda fácil e a resposta difícil”, diz.

movimentos – tal qual profetas - irrompem do seio da sociedade para denunciar, de forma organizada ou não, os desajustes de um desenvolvimento feito às expensas das maiorias deserdadas das benesses econômicas e das minorias esquecidas em seus direitos socioculturais. A primavera árabe, os levantes na França, Inglaterra, Grécia e Espanha, o movimento *Occupy Wall Street* - só para ficar nas mais recentes manifestações que assustaram o mundo em 2011 - dão a certeza de que nem sempre as ações da sociedade civil podem ser previamente imaginadas. E que até mesmo quando são manifestações sem um ‘adversário’ objetivamente claro, elas têm um endereçamento no sentido de ser contra esse modelo de Estado autoritário e de mercado concentrador de emprego e renda, por representarem poderes instituídos sejam pelas corporações do capital ou por dinastias que se agarram ao poder com fervor religioso.

Seja nos estudos realizados nos diferentes continentes ou mesmo no Brasil, os movimentos sociais são vistos, portanto, como a resposta da sociedade civil organizada ao fracasso do Estado, incapaz de estabelecer equilíbrio entre as forças que compõem o conjunto da sociedade, a fim de garantir equidade social ou, ao menos, igualdade de oportunidades nas diferentes esferas sociais. É neste sentido que segue a conceituação de movimentos sociais elaborada por Gohn que mais interessa a este trabalho:

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade (GOHN, 1997, p. 251)³⁴

Assim, de acordo com esses estudos, o papel dos movimentos sociais na sociedade contemporânea está longe de se exaurir como espaços menores de negociações e resoluções de problemas vinculados ao cotidiano de seus membros ou, então, como braço popular de alguma facção política de oposição ao poder vigente. São frutos das mais diversas demandas sociais que buscam a inclusão de

³⁴ Esta conceituação completa dos movimentos sociais está em Gohn, 1997, páginas 251 e 252.

determinados grupos à ordem vigente ou o restabelecimento de uma nova ordem que os permita desfrutar, de igual maneira, das benesses da vida em sociedade.

Aqui surgem duas características importantes dos movimentos sociais: *efêmero* e *marginal*. Sua condição de *efêmero* está no fato de sua existência estar condicionada à superação de uma dada situação de exclusão; e sua condição de *marginal* aos poderes constituídos está no fato de que a sua possível institucionalização, como espaço reconhecido de disputa de hegemonia política e econômica, lhe imporia o enquadramento à norma estabelecida, descaracterizando-os como representantes dos deserdados da ordem vigente.

No entanto, os movimentos sociais são fenômenos históricos decorrentes de lutas sociais e, como elas, eles também vão se transformando, tornando-se mutantes. Gohn diz que os movimentos sociais colocam atores específicos sob as luzes da ribalta em períodos determinados e vão se transformando com as mudanças estruturais e conjunturais das sociedades civil e política. A mesma autora compara esse fenômeno como as estrelas numa galáxia espacial que se acendem enquanto outras estão se apagando, depois de brilhar por muito tempo. “Enquanto a humanidade não resolver seus problemas básicos de desigualdades sociais, opressão e exclusão, haverá lutas, haverá movimentos” (GOHN, 1997, p. 20).

Os movimentos sociais representam, portanto, a maior e mais importante parcela da sociedade civil organizada, chegando a se tornar, em diferentes discursos e publicações, uma espécie de sinônimo um do outro. E tem sido nos movimentos sociais que governos com perfil mais à esquerda, em diversos países do continente, têm se ancorado para fazer avançar algumas plataformas de luta por conquistas da cidadania. Embora haja algumas contradições, inclusive entre parte do movimento indígena, a Bolívia tem sido um bom exemplo dessa experiência, que também se estende à Argentina, Paraguai e Venezuela, além de outras experiências menores, como no Brasil.

4.4 Cidadania, Liberdade e Igualdade

Ao atribuir aos movimentos sociais a ampliação das conquistas por mais cidadania, Boaventura de Sousa Santos afirma que pela primeira vez na história a

igualdade, a liberdade e a cidadania são reconhecidas como princípios emancipatórios da vida social (2005, p. 195). É a partir dessa constatação que ele apresenta a proposta de regulação social tripartite, como uma forma de combater a desigualdade e a exclusão social, que acabam sendo justificadas como exceções ou incidentes de um processo social que em princípio não reconhece nelas nenhuma legitimidade. Mas elas estão aí a desafiar o próprio sistema, tido aqui como um pai ingrato, que as trata como bastardas. O modelo de desenvolvimento atual não as reconhece, mas são suas filhas diletas e fazem parte da dinâmica própria da vida social moderna.

No sistema de desigualdade, explica Boaventura Santos, o pertencimento se dá pela integração subordinada, enquanto que no sistema de exclusão o pertencimento se dá pela exclusão. A desigualdade implica um sistema hierárquico de integração social.

Quien se encuentra abajo está dentro, y su presencia es indispensable. Por el contrario, la exclusión presupone un sistema igualmente jerárquico pero dominado por el principio de la exclusión: se pertenece por la forma como se es excluido. Quien está abajo, está fuera (SANTOS, 2005, p. 195).

Para o mesmo autor, se Marx é o grande teórico da desigualdade, Foucault é o grande teórico da exclusão. Se a desigualdade é um fenômeno socioeconômico, a exclusão é, sobretudo, um fenômeno cultural, um fenômeno de civilização (2005, p. 196). Sentencia ele: o grau extremo da exclusão é o extermínio. O grau extremo da desigualdade é a escravidão (2005. p. 197).

Enfrentar e resolver estes problemas não pode ser uma tarefa do Estado moderno, que é, em última instância, parte do problema. É o *pai ingrato* que, no mínimo, aceitou como normal o surgimento de tais 'exceções'. Por isso, a única forma de superar os sistemas de desigualdade e de exclusão, segundo Boaventura Santos, é uma reinvenção da democracia, o que implica na criação de um novo Estado, fundado em outras bases sociais.

El Estado como novísimo movimiento social es un Estado articulador que, aunque haya perdido el monopolio de la gobernación, conserva el monopolio de la metagobernación, es decir de la articulación en el

interior de la nueva organización política. La experimentación externa del Estado, en las nuevas funciones de articulación societal, debe completarse, como vimos, con una experimentación interna, en su esquema institucional, que asegure la eficacia democrática de la articulación (SANTOS, 2005, p. 370).

Ora, a consolidação desse Estado proposto por Boaventura Santos exige, por um lado, a implementação de estratégias de desestruturação do Estado liberal e, por outro, de construção desse Estado novo, desejado. Isso só será possível com amplo trabalho de articulação política e social, tornando-se imprescindível, no atual estágio de desenvolvimento das tecnologias socioculturais, a presença de uma TV estatal e de uma TV público/comunitária, capazes de possibilitar à sociedade formas de compreensão e participação nessa nova maneira de ser Estado. Não quer dizer, com isso, que a TV privada é prescindível nesse processo. Não se trata de excluí-la, mas de entender que a mídia privada, com acesso em todo o Brasil – enquanto as TVs do campo público continuam com acesso restrito - não terá espaço para difundir esse novo Estado, porque essa proposta vai contra o modelo de Estado aprisionado pelo poder econômico nesse processo de desenvolvimento liberal. Efendy Maldonado lembra que há uma

Relação intrínseca entre desenvolvimento capitalista, filosofias positivistas e estabelecimento de meios de comunicação de massas. A cultura das *sociedades desarrolladas* (que tem sido funcional à produção do lucro) teve, desde o início de sua estruturação histórica, a simultânea organização e sistematização de meios de comunicação com crescente penetrabilidade social (MALDONADO, 2006, p. 280).

Portanto, o lugar social dessa mídia é o dos beneficiários do processo gerador de desigualdade. Logo, tocar nesse tema é mexer na própria ferida. O fim da desigualdade, portanto, afeta o campo dos interesses de mercado, do *status quo* vigente, e aqui essa mídia, corolário desse sistema, já tem posição definida.

No entanto, é bom lembrar que essa mesma mídia privada é afeita às inovações culturais e ao fim da exclusão, pelo menos em parte, porque essa hierarquização se faz presente no universo do indivíduo e de grupos sociais sectários. As lutas contra o machismo, o sexismo, o racismo entre outras,

fundamentais para a sociedade, são quase sempre assumidas pela mídia privada como prova cabal de sua postura contra toda forma de exclusão.

Por certo, quando se propõe uma cidadania afeita ao universo cultural, a mídia privada poderá ser a grande parceira; todavia, quando a cidadania ameaça a estrutura político-econômica vigente, exige-se outra mídia. E esperar que construamos uma cidadania ampla, universal, cosmopolita, sem alterar a estrutura e os modelos de comunicação no país é apostar no fracasso.

A lógica que move as relações sociais e domina a própria sociedade é, em si, uma lógica provocadora da desigualdade. O que se vende, no entanto, através da mídia comercial, é que as conquistas de cidadania são uma questão de tempo, e que os avanços tecnológicos garantirão, naturalmente, o progresso da sociedade e, por acréscimo natural, a inclusão e a garantia dos direitos a todos os cidadãos. Esquecem esses ‘profetas do mercado’ de que o fim de toda desigualdade é antagônico à própria dinâmica do mercado. O lucro da indústria, no sistema capitalista, depende, por exemplo, do exército de mão de obra de reserva, ou seja, de trabalhadores desempregados ou na informalidade. É a relação entre a oferta e demanda: se sobram trabalhadores não é necessário aumento salarial, por exemplo. Por outro lado, as novas tecnologias surgem, em primeiro lugar, para ampliar a renda, para visar ao lucro, para acumular. E isso tanto ocorre nas relações internas nos países de economia capitalista quando nas relações entre os países centrais e os da periferia do capitalismo.

Os países centrais usam as inovações tecnológicas para acentuar a assimetria e a desigualdade em relação aos dependentes. As classes hegemônicas aproveitam a transformação industrial para reduzir o trabalho dos operários, restringir o poder dos sindicatos, mercantilizar bens – entre eles, os educativos e culturais – que, depois de lutas históricas, se tinha chegado ao consenso de que eram serviços públicos (GARCÍA CANCLINI, 1998, p, 346).

Reflexões como estas de García Canclini têm sido vítimas de vociferações contrárias, argumentando que isso cheira a uma ideologia requeitada, assentada na velha teoria da Indústria Cultural *frankfurtiana*, por um lado, e na ‘teoria da conspiração’, por outro. No entanto, elas podem ganhar contornos de maior aceitação se tomarmos afirmações feitas por um dos maiores investidores

financeiros do mundo. Para George Soros, “a característica mais fundamental do centro é o fato de ele controlar suas próprias políticas econômicas e manter em suas mãos os destinos econômicos dos países periféricos” (SOROS, 2001, p. 174).

Soros não trata, aqui, de tecnologias, mas da globalização econômica, fundamentada no movimento de capitais que migram de um momento ao outro pelo mundo inteiro, em busca de maior rentabilidade. Mas é fundamental recordar que a dinâmica é a mesma: a da acumulação, tratada por Celso Furtado (1983). Com efeito, diz Soros, “a principal lacuna do capitalismo global consiste em sua excessiva parcialidade: dá demasiada ênfase à busca de lucro e êxito econômico, negligenciando as considerações políticas e sociais” (SOROS, 2001, p. 179).

Esta lógica que move a economia e o Estado liberal é incapaz de permitir a construção de uma sociedade em pleno gozo da cidadania pelos cidadãos. Para isso, faz-se necessário incluir novas lógicas na dinâmica da sociedade, em que o centro, o motor que as mova, seja o ser humano. Esperar isso da mídia de mercado não parece razoável. O Estado, capturado pela economia liberal, não terá essas pretensões porque seria ir contra sua própria função neste estágio de desenvolvimento econômico, do qual ele é dependente. A lógica que move o Estado atual, pelas razões que afirma Soros, o impede de prover o bem-estar de seus cidadãos.

Embora ainda detenham o poder de interferir na economia, os governos tornaram-se cada vez mais suscetíveis às forças da competição global. Se um governo impuser condições desfavoráveis ao capital, este abandonará o país. Em compensação, se mantiver os salários baixos e oferecer incentivos às empresas, poderá fomentar a acumulação de capital (SOROS, 2001, p. 178).

Estas afirmações contundentes de Soros demonstram que as lutas que se travam no interior dos países por ampliação da cidadania precisam levar em conta questões globais que definem, em última instância, a qualidade dos serviços públicos de saúde, educação e outros, pela própria capacidade do Estado de ser autônomo para atender aos seus cidadãos. Isto porque os países centrais desfrutam de um número excessivo de vantagens sobre os da periferia do sistema capitalista.

São não apenas mais abastados como mais estáveis, porque controlam seus próprios destinos. As participações societárias de estrangeiros destituem os países periféricos de autonomia e, com freqüência, impedem o funcionamento de instituições democráticas (SOROS, 2001, p. 170).

É bem verdade que a crise financeira mundial de 2008, que teve novo repique em 2011 e prossegue em 2012, indica que os países centrais enfrentam grave crise financeira, com enormes custos sociais. No entanto, essa crise deve-se à dinâmica própria do capitalismo e à incompetência/incapacidade desses Estados liberais em lidar com o mercado. E para os defensores da atual democracia liberal, Soros não dá boas notícias:

No sistema capitalista global, as forças que poderiam induzir os países a tomar o rumo da democracia são relativamente frágeis. Os bancos internacionais e as corporações multinacionais com freqüência ficam mais à vontade com um regime autocrático forte que com um democrático e fraco. O capital estrangeiro não raro constitui uma fonte de corrupção e um esteio para as ditaduras, sobretudo onde estão envolvidos recursos naturais como petróleo ou diamantes (SOROS, 2001, p. 180).

E se a argumentação dos críticos for a de que a liberdade de imprensa, na forma como a conhecemos, é a melhor maneira de construir essa democracia, Soros atenua: “Talvez a força mais poderosa em favor da democracia seja o livre fluxo de informações. Contudo, não convém superestimar a liberdade de informação” (2001, p. 180). Não é por outra razão que a esperança por transformações sociais profundas não devem ser aguardadas do mercado, como vimos antes, e nem do Estado como acabamos de ver.

Como já vimos, a ampliação dos direitos por mais cidadania exige que se incorpore na arena social a sociedade civil organizada, com parte integrante da disputa por hegemonia em torno de projetos de sociedade. Não significa negar o Estado ou o mercado para substituí-los pela sociedade civil, mas gestar uma democracia que contemple essas três forças sociais, como sugere Boaventura Santos. E para se lograr isso, se faz necessário que a sociedade civil seja incorporada no cotidiano dos meios de comunicação com a mesma legitimidade que

gozam o mercado e o Estado. Afinal, a mídia hoje é um dos lugares privilegiados de construção da esfera pública, ainda mais nessa sociedade midiaticizada.

4.5 Cidadania Comunicacional

Se a sociedade civil organizada tem alcançado grandes conquistas no campo da cidadania, há que se reconhecer que sua presença é ainda incipiente no campo da produção em comunicação. Por um lado, a comunicação é, na maioria das vezes, vista pelas instituições que conformam a sociedade civil, muito especialmente os movimentos sociais, como instrumento de luta, uma ferramenta para difusão de suas pretensões; por outro, elas sempre estiveram alijadas dos sistemas de concessão pública de radiodifusão, o que impediu de acumularem experiência, de desenvolverem uma cultura de produção em comunicação. Faz pouco mais de uma década que a sociedade civil ganhou o direito a ocupar, no sistema de TV a cabo, um canal para veicular gratuitamente a TV comunitária. No espectro radioelétrico, podem solicitar autorização para funcionamento de uma rádio comunitária, com alcance não superior a um quilômetro de raio.

Lideranças e estudiosos da área, especialmente aqueles vinculados às mídias do chamado campo público, reivindicam que as Rádios e TVs Comunitárias devem ser reconhecidas como o espaço destinado à sociedade civil e, portanto, os canais realmente públicos conforme prevê a Constituição Federal. No entanto, vale recordar as imensas limitações impostas a esses veículos comunitários, especialmente por pressão das grandes corporações midiáticas, como por exemplo: o confinamento do acesso às TVs comunitárias a quem assina TV a cabo; a limitação das rádios a um raio de um quilômetro de irradiação; a proibição de obter recursos do Estado e de publicidade; a proibição de formarem redes, entre outros tantos impedimentos. Todos – por ironia - em nome da liberdade de imprensa, do direito à informação e liberdade de expressão.

Trata-se, portanto, de um acesso extremamente precário, cujos problemas se avolumam quanto à institucionalidade e à subsistência. Enquanto rádio, está o confinamento da noção de ‘comunidade’ ao clássico e restrito modelo territorial, quando tomado de forma exclusiva. Enquanto televisão, é igualmente incongruente

por não chegar à imensa maioria da população, especialmente às camadas mais empobrecidas da sociedade. Com relação à subsistência, ambas estiveram sempre condenadas ao fracasso: só podiam sobreviver com os recursos próprios e parcos das instituições da sociedade civil organizada. No entanto, produzir rádio, e muito mais quando se trata de televisão, é um ofício que demanda muitos recursos. Vale a ressalva de que, em dezembro de 2009, a Justiça Federal concedeu, de forma precária, o direito às TVs e rádios comunitárias de veicularem anúncios publicitários como forma de subsistência.

Esse direito adquirido por esses veículos comunitários se torna parte da solução financeira e, ao mesmo tempo, um perigo para a sua própria proposta comunicativa. O financiamento implica, ainda que de forma dissimulada, um tipo de programação resultante da ingerência de quem banca a conta. Logo, se até as rádios e TVs comunitárias ingressarem nesse processo, que instituição comunicativa restará preservada do pensamento consumista e suas implicações do ponto de vista da publicização de valores alheios às noções de cidadania e solidariedade? Portanto, as rádios e TVs comunitárias precisam estabelecer condições para o tipo de anúncio que se pode veicular. E essa discussão deverá partir da noção da existência de instituições de mercado que se organizam fora das lógicas capitalistas, de maneira especial presentes nos pequenos municípios e nas periferias das grandes cidades. Contudo, esse é um caminho longo a percorrer e, o mais fácil, sem dúvida, será o de cair na lógica própria da competição pelo maior lucro gestada pelo mercado capitalista.

Mas a questão pode ficar ainda pior: em agosto de 2011, o Congresso Nacional aprovou uma lei que pode comprometer ainda mais o desenvolvimento dos meios comunitários de comunicação. Por um lado, a nova lei vetará essa conquista que as TVs e rádios comunitárias ganharam, há pouco mais de dois anos, de veicularem anúncios publicitários; por outro, a lei desobriga as operadoras de TV a cabo de veicularem gratuitamente as TVs comunitárias, além das demais TVs classificadas como sendo do campo público: educativas, universitárias, do legislativo, do judiciário e do executivo. A Associação Brasileira de Canais

Comunitários – Abccom – enviou carta³⁵, no dia 24 de agosto passado, à Presidência da República, pedindo vetos ao PLC 116. Querem que Dilma Rousseff mantenha a obrigatoriedade do carregamento dos Canais Públicos nas TVs a cabo e que retire do texto a proibição de publicidade.

Soma-se a isto o fato de os próprios movimentos sociais, assim como a imensa maioria das demais entidades da sociedade civil organizada, não terem conseguido, também salvo honrosas exceções, avançar num projeto cultural de rádio e televisão comunitária. Quando conseguem se manter, não raro reproduzem o mesmo padrão e programação das emissoras comerciais, com qualidade sempre inferior. Ou seja, esses movimentos não têm construído significativos avanços no campo da comunicação social que os legitimem a ser lembrados quando se trata de pensar a institucionalidade dos canais públicos.

No entanto, a preocupação com a comunicação sempre esteve presente nessas organizações sociais no Brasil. A partir dos anos 1970 e 1980 predominam as produções impressas, as rádios *livres* e os vídeos destinados à mobilização social, ainda que muitas vezes de maneira artesanal. Contudo, eram produções que traziam intrinsecamente uma visão de meios que detinham o compromisso de esclarecer as massas alienadas pelas grandes instituições de comunicação. Não se pode perder de vista que era um momento da história em que as reflexões da Escola de Frankfurt se disseminavam entre os agrupamentos sociais mais críticos e detinham uma certa aura de pensamento mais progressista, com os quais as entidades sociais deveriam “obrigatoriamente” manter proximidade.

Essa característica foi gerando uma visão de que a sociedade era assolada pela grande mídia privada, cujo objetivo era alienar as massas e, portanto, restava às entidades da sociedade civil alertar, esclarecer, conscientizar as pessoas, que então deixariam de ser massa. Era o momento de se criar as mídias alternativas para contrapor às mídias capitalistas – como eram classificados os grandes veículos de comunicação. A ideia que pairou durante muito tempo sobre as concepções alternativas da mídia foi, segundo Mattelart (2004, p. 118), a de que “à imagem de um consumidor passivo em face de uma mídia ativa correspondeu a idéia da

³⁵ A carta, protocolada no dia 24 de agosto de 2011, pode ser acessada no site da ABCCOM – Associação Brasileira de Canais Comunitários: <http://abccomorg1.webnode.com/>

oposição fetichista entre uma mídia ‘passiva’ e uma mídia ‘ativa’, opondo o triste passado a um futuro promissor.

Tal oposição esteve latente em muitas discussões sobre os primeiros passos das novas tecnologias (vídeo e cinema militantes, televisões comunitárias, rádios livres) como se elas devessem constituir o remédio para as mídias centrais. Seguiu-se uma concepção da comunicação alternativa pensada fora de qualquer análise das relações de força do conjunto do campo da comunicação (MATTELART, 2004, p. 119).

Alguns grupos conseguiram avançar no sentido de abandonar essa ideia de que competia à sociedade civil fazer uma comunicação messiânica, esclarecedora, opositora, a partir discussões sobre a função social da mídia alternativa. Mattelart afirma que a questão dos “usos sociais” trazia um poderoso corretivo àquela maneira de ver a comunicação. Ela indicava “um novo local onde poderia haver uma reflexão progressista sobre a mídia. Importava menos opor uma mídia ‘ativa’ a uma mídia ‘passiva’ do que se interrogar sobre os usos sociais que podiam ser feitos de uma ou de outra” (MATTELART, 2004, p. 119). Foi a partir desse momento que algumas experiências prosperaram e deram sua contribuição ao processo comunicacional. Diversos veículos surgiram naquele momento, desde os impressos, a rádios comunitárias (ainda que na ilegalidade), teatro popular e centros de produção de vídeo.

Entre as diversas produções, cabe destacar aqui o vídeo “Acorda, Raimundo”, produzido pelo núcleo de comunicação do IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), que visava a discussão sobre o machismo do brasileiro a partir de uma inversão de papéis sociais entre homem e mulher³⁶. O vídeo serviu para fomentar o debate sobre questões de gênero em escolas e comunidades Brasil afora. Pelo menos uma dezena de experiências que buscavam focar nos usos sociais da mídia poderia ser apresentada aqui, entre produções audiovisuais e impressas. Contudo, há que se reconhecer que a imensa maioria dos veículos

³⁶ Produzido pelo Ibase e estrelado por atores que há muito tempo estão na linha de frente das novelas da Rede Globo, o vídeo foi dirigido por Alfredo Alves, a partir de um roteiro de José Ignácio Lopes Vigil, e apresentava uma situação em que o homem cuidava da casa enquanto a mulher trabalhava fora, e se colocava como provedora do lar, reproduzindo as mesmas situações da imensa maioria das famílias brasileiras, em que quem trabalha fora é o cabeça da família e tem o “direito” de subjugar o outro.

vinculados à sociedade civil não conseguiu afastar-se de um modelo de produção mais concentrado em fazer a crítica à comunicação estabelecida do que se dedicar à construção de um verdadeiro projeto de comunicação social. Contudo, isso não anula o papel das instituições da sociedade civil como parte essencial na construção do espaço público, com direito a ocupar espaço que lhe é de direito no espectro de radiodifusão nacional.

De um lado, convém trabalhar no sentido de vislumbrar os desafios que precisam ser enfrentados para a legitimação da sociedade civil e, de maneira especial, os movimentos sociais como atores fundamentais a serem incorporados na institucionalização dos meios de comunicação, no arcabouço jurídico nacional, como condição para a democratização da comunicação no país. De outro, conjeturar a incorporação da cidadania como horizonte de uma comunicação que se democratiza a partir das narrativas, por legitimar a cultura própria de cada agrupamento social, em respeito a suas formas de vida, do juntar-se, do manifestar-se, do viver em sociedade. Isto significa pensar um jornalismo - objeto deste estudo - que se constrói de baixo para cima, e não que se impõe como narrativa própria e exclusiva, recaindo sobre os atores e instituições sociais o desafio de encaixarem seus fatos de interesse nos gêneros e formatos já dados pelo discurso jornalístico hegemônico.

Nesse sentido, experiências mais recentes, como o jornal “Brasil de Fato”, que pertence aos movimentos sociais brasileiros e desde esse lugar busca oferecer outro olhar sobre os temas nacionais, podem servir de ilustração de que o espectro de radiodifusão brasileiro carece de um veículo que possa externar, no mínimo, essa visão da sociedade.

No entanto, convém não perder de vista a proposta de Martín-Barbero (2004, p. 234) de que pensar a comunicação hoje exige que ela seja tomada a partir de dois ângulos distintos: o da institucionalidade e da sociabilidade.

A seguir, portanto, veremos como se dá a questão da *sociabilidade*, que entra aqui como forma de compreender a sociedade contemporânea, a partir de sua cultura, pois pensar comunicação, hoje, inclui necessariamente pensar em que sociedade ela se processa. Para Eliseo Verón (1997), o mundo não se representa mais, ele se torna presença sensível, imediata:

No ya signo sino imagen. Es el efecto de realidad propio de la imagen televisiva, más fuerte que en el cine. (...) Cuanto menos leemos, más nos vinculamos (...) La decadencia de la lectura realza los valores del yo-tu, la desacralización de la escritura resacraliza los valores de contacto y de presencia, los datos afectivos se transforman en categorías políticas. Hoy, uno se compromete menos pero participa más. No se argumenta, se sintoniza (VERÓN, 1997, p. 11).

4.6 A Cultura

Ao propor a sociedade civil organizada como essa terceira força a disputar hegemonia num novo processo de desenvolvimento social, é preciso ter em conta que não se pode mais conceber as formas de organização social como ocorria há até bem pouco tempo. As forças motivadoras do reunir-se, do estar juntos, do pertencimento, da participação social vêm sofrendo profundas alterações nesse novo estágio da sociedade ocidental, especialmente em função das novas tecnologias e decorrentes dinâmicas de produção comunicacional e redes sociais.

Vivemos um momento em que a vida em comunidade - fenômeno de profundo apreço aos movimentos sociais e que configura a grande novidade em relação ao Estado e ao mercado – ganha incontáveis modos de aglutinar-se, ao ponto de colocar em xeque as antigas formas de comunidade, fundamentalmente aquelas marcadas pela territorialidade. Assim, já não basta compreender os movimentos sociais e suas lutas, mas também entender como se dão as novas formas de vida comunitária no atual contexto social, e conhecer como se movem os indivíduos que compõem a sociedade contemporânea, onde estão imersos, onde vivem; que lugares frequentam, que sonhos e desejos comuns cultivam, que rituais seguem...

A questão é que os tempos são outros e as pessoas não se mobilizam mais por chamadas estacionadas na esfera racional. Gilles Lipovetsky (1994) afirma que a ética destes tempos democráticos é mais 'indolor', alérgica aos deveres, às obrigações e aos sacrifícios; uma ética que só se coloca em marcha pela espontânea vontade dos sujeitos. Adela Cortina (1997) vai na mesma direção, alertando que "lo que en última instancia cuenta para la gente (...) no es la ideología

política ni los intereses económicos. Los problemas se identifican con la fe y la familia, la sangre y las creencias, y por eso lucharán y morirán” (CORTINA, 1997, p. 262).

A questão é que a humanidade foi passando por profundas transformações, experimentadas especialmente pelo desenvolvimento tecnológico, e o conceito de comunidade, como o definido por Tönnies de que a “comunidade é marcada por laços de sangue, relações primárias, consenso, rígido controle social” (TÖNNIES apud MAGNANI, 2000, p. 22) passou a não dar conta de entender uma sociedade cada vez mais complexa. Tornou-se necessário compreender, antes, quais são as características da sociedade contemporânea; como vivem, agem, sonham as pessoas, hoje; que tempo é este que estamos vivendo. Sem dúvida é outro, distinto daquele de há poucas décadas. Se a Modernidade foi marcada, por exemplo, pelo surgimento das metrópoles e pelo fim das grandes e perenes certezas, agora somos chamados a viver a grande “metrópole-mundo” e a acreditar em certezas efêmeras, num emaranhado de conexões que nem o mais perspicaz dos profetas poderia imaginar um século antes.

O fato é que, de alguma maneira, os conceitos de comunidade e de sociedade estiveram sempre marcados pelas categorias político-econômicas e socioculturais de análise, que hoje parecem não dar conta de explicar a complexidade deste tempo vivido. A não ser que se amplie o conceito de comunidade, para além da forma como foi entendida até então.

Longe de exaurir a questão, as reflexões de Michel Maffesoli (2000) buscam acrescentar luzes importantes nessa direção, fundamentalmente ao desenvolver o conceito de tribos urbanas. Embora criticado por Magnani – e com certa justiça, até pelo pejo que neste caso o termo “tribo” carrega -, este conceito possibilita, ao menos, alguns elementos interessantes para se compreender esse momento singular vivido pela Humanidade.

O autor francês propõe o conceito de “Mundo Imaginal” ao tratar do renascimento de um *homo religiosus*, que seria uma variante do *homo aestheticus*, que pouco tem a ver com o *homo sapiens*, tão cultuado na Modernidade.

Um indivíduo social e de uma sociedade que não repousa sobre uma distinção com o outro, nem tampouco em um contrato racional que me liga ao outro, mas em uma empatia que me torna, com o outro, participante de um conjunto mais amplo, totalmente contaminado por idéias coletivas, emoções comuns e imagens de todos os tipos (MAFFESOLI, 1995, p. 107).

Claro que essas definições não significam catalogações exclusivistas, como se todos os seres humanos dessa sociedade, indistintamente de idade, sexo, etnia, religião, classe social... formassem um todo unívoco e uníssono. Significam, sim, uma preponderância, uma aura própria deste tempo, mas que convive com modos tradicionais do ser individual e social.

No caso brasileiro, há duas características fundamentais a serem observadas. Uma, é a condição de ser uma sociedade marcada culturalmente pela globalização; a segunda, uma sociedade assumidamente multicultural, embora os sérios problemas de exclusões históricas sofridas por camadas empobrecidas, de maneira especial os negros e indígenas, mas também os moradores de bolsões de pobreza, como favelados e bóias-frias.

Com relação à forte característica cultural da sociedade contemporânea, é importante destacar que vivemos um contexto muito diferente daquele de poucas décadas atrás. Temos uma sociedade permeada pela *hibridização* cultural (GARCÍA CANCLINI, 1998) e midiática, com o forte uso da internet (MARTÍN-BARBERO, 2002) e suas derivações em redes sociais, mas não resolvemos questões mais antigas, como a dos espaços democráticos de interlocução na sociedade. Vivemos num momento de contundentes fundações e refundações de sentidos, erigidas pelos processos de *desterritorialização* e *reterritorialização*, próprios desse momento histórico, mas mantemos alguns nós que continuam a brandir por serem desatados.

Nos intercâmbios da simbologia tradicional com os circuitos internacionais de comunicação, com as indústrias culturais e as migrações, não desaparecem as perguntas pela identidade e pelo nacional, pela defesa da soberania, pela desigual apropriação do saber e da arte. Não se apagam os conflitos, como pretende o pós-modernismo neoconservador (GARCÍA CANCLINI, 1998, p. 326).

Não viramos a página da história; ora estamos escrevendo nova história, ora reescrevendo a antiga, mas sempre sobre a mesma página de antes, agora

ampliada, alargada, espichada pelas novas maneiras de ser e de intercambiamentos simbólicos e, fundamentalmente, pelas novas tecnologias de comunicação. E isso vai criando novos modos de ser e viver em sociedade, uma nova cultura.

El *lugar* de la cultura en la sociedad cambia cuando la mediación tecnológica (J. Echeverría) de la comunicación deja de ser meramente instrumental para espesarse, densificarse y convertirse en estructural: la tecnología remite, hoy, no a unos aparatos, mas, sí, a nuevos modos de percepción y de lenguaje, a nuevas sensibilidades y escrituras. (...) la tecnología deslocaliza los saberes modificando tanto el estatuto cognitivo como institucional de las condiciones del saber y las figuras de la razón (Gh. Vhartron, A. Reneaud) lo que está conduciendo a un fuerte emborronamiento de las fronteras entre razón e imaginación, saber e información, naturaleza y artificio, arte y ciencia, saber experto y experiencia profana (MARTÍN-BARBERO, 2002, p. 69).

E se entendemos por cultura – em sua expressão clássica – um conjunto de modelos de pensamento e de conduta que conformam um povo e organizam suas atividades e produções materiais e mentais, na busca por adaptar o meio em que vive a suas necessidades, temos aqui algumas matrizes definidoras de um novo modo de ser, de uma nova cultura. Estamos diante de uma nova configuração cultural, com a criação de novos “repertórios de conduta, regulados por repertórios de normas e sustentados por um conjunto de valores que os legitimam e os tornam compreensíveis, mas também por um conjunto de práticas legitimadas e institucionalizadas” (CORTINA, 2005, p. 148).

Mas essa nova cultura nem tem tanto de “novo”; surge a partir de excertos das diversas culturas que se cruzam e entrecruzam no espaço urbano, conformando um novo a partir dos retalhos, não enquanto sobra, mas enquanto possibilidades de apreensão, de assimilação. Vai se formando uma hibridização cultural (ORTIZ, 1994) possível aqui e acolá, a partir das legitimações próprias de cada cultura possibilitada pelos meios massivos, pelo mercado e pelas tecnologias. Uma cultura hibridizada, em que pensá-la é um desafio permanente, especialmente para grande parte da sociedade que ainda se compreende por parâmetros da modernidade, onde as categorias com que se manejavam no cotidiano eram sólidas, duradouras e sua velocidade de transformação durava gerações. Hoje, no entanto, somos impelidos a viver e compreender essas novas configurações que se dão num novo espaço-

tempo galopante, que mal dá tempo de entender o novo e ele já estará envelhecido, superado. García Canclini afirma que estamos vivendo em sociedades complexas, e compreender esse momento é “desafiante para el pensamiento moderno de tipo analítico, acostumbrado a separar binariamente lo civilizado de lo salvaje, lo nacional de lo extranjero, lo anglo de lo latino” (2003).

Deparamo-nos diante de uma nova esfera pública, agora midiática, lembra Martín-Barbero, que tenta abarcar o exercício da política, em detrimento dos antigos espaços coletivos de participação, deslocando o eixo de decisões, num forte impacto sobre a sociedade, a exemplo do que também ocorre em relação à cultura, economia e aos saberes tradicionais, todos eles afetados nas suas essências, representando “una erosión creciente e imprevista que se origina en los nuevos modos de producción y circulación de saberes y nuevas escritas que emergen a través de las nuevas tecnicidades, y especialmente del computador e internet” (MARTÍN-BARBERO, 2002, p. 69). O mesmo autor cita que a escola está deixando de ser o único lugar de legitimação do saber, já que há uma variedade de saberes que circulam por outros canais, difusos e descentralizados. Isto nos impõe a necessidade de pensarmos hoje, segundo ainda Martín-Barbero, a hegemonia comunicacional do mercado na sociedade, “o mejor, la conversión de la comunicación en el más eficaz motor del desencanche e inserción de las culturas – étnicas, nacionales o locales – en espacio/tiempo del mercado y las tecnologías (2002, p. 68).

Nesta mesma linha de raciocínio, mas analisando o mercado e não a comunicação, Celso Furtado lembrava, há décadas, que o mercado havia imposto uma lógica própria - a da acumulação - que conduzia à subordinação de todos os espaços da vida social, todas nossas relações, aos meios. Até a criatividade artística, que é a expressão da liberdade em uma de suas formas mais nobres, transformou-se em instrumento de ativação desse processo de acumulação, diz ele, lembrando que os

Objetos de arte ao serem inseridos no mercado adquirem um valor de troca que tende a prevalecer sobre sua mensagem intrínseca. A celebridade deixa de ser um meio de assegurar ao artista a comunicação com o mundo exterior para transformar-se em fonte de valor e troca para sua obra (FURTADO, 1983, p. 205).

Fruto da subordinação do conjunto das atividades sociais à lógica da acumulação é a disseminação de uma racionalidade instrumental no tecido social (FURTADO, 1983, p. 199-200). Por isso, nós pensamos e atuamos a partir dos suportes dados pelas tecnologias do mercado, que trazem implícita a lógica da acumulação. É uma lógica que nos move, alerta Furtado, que vai tomando todos os nossos espaços, nossas relações e transformando tudo em vetor de acumulação, incluindo a religião, os partidos políticos (2003, p. 209). Até as lutas sociais muitas vezes desembocam numa legitimação dessa lógica, quando se restringe ao aumento de salário (2003, p. 216).

E são os grandes grupos concentradores de poder os que subordinam a arte e a cultura ao mercado, os que disciplinam o trabalho e a vida cotidiana (GARCÍA CANCLINI, 1998, p. 346), e dentro dessa lógica, o cidadão se torna cliente, 'público consumidor' (1998, p. 290).

Por isso mesmo, quase que contraditoriamente, tanto Martín-Barbero quanto Garcia Canclini propõem que o consumo seja visto como forma de inserção social, portanto como questão de cidadania. O primeiro destaca que o consumo deve ser visto como forma de apropriação do produto social, de reprodução dos sentidos, de diferenciação e distinção social, como potencializador do ritual e como cenário de objetivação de desejos. Para Martín-Barbero, estudar o consumo é estudar não só os indivíduos isolados em sua casa frente ao seu televisor, senão a ação da sociedade receptora: a maneira como os grupos sociais veem televisão, ouvem rádio etc. e para isso, recorda ele, é necessário ter em vista dimensões como a heterogeneidade de temporalidades, dos rituais da vida cotidiana, da diversidade cultural, lingüística, estéticas e políticas. "Aí aparece o resgate de toda a produção inserta no consumo, oculta pelo consumo, e sem a qual é impossível compreender a dinâmica do social" (MARTÍN-BARBERO, 1995, p. 154).

Por seu lado, Garcia Canclini propõe a compreensão da maneira de ser hoje a partir da análise centrada no consumo, entendido mais como um signo definido culturalmente como forma de inserção social do que um simples ato individual.

Intercambiamos objetos para satisfazer necessidades que fixamos culturalmente, para integrarmo-nos com outros e para nos

distinguirmos de longe, para realizar desejos e para pensar nossa situação no mundo, para controlar o fluxo errático dos desejos e dar-lhe constância ou segurança em instituições e rituais (CANCLINI, 1995, p. 67).

Essa nova ambiência, demarcada pela tecnologia e pelo consumo, cria uma lógica que necessita permanentemente do novo, ou melhor, do renovado. Tudo tem que parecer novo para o consumo, de um produto a ser colocado nas prateleiras ao candidato a um cargo público. Tudo novo, ágil e simples para ser assimilado facilmente e deixar o lugar para o novo que vem a seguir.

Vivemos, portanto, num momento de criação de uma nova cultura, agora urbana, fomentada pelas novas tecnologias de comunicação, que criam uma nova *convivialidade* a partir da imagem.

A bandeira, “farrapo multicolor”, vai suscitar, naquele momento, um intenso sentimento coletivo. Aquela palavra, bastante comum, vai cumprir uma função signo, tornando-se meio de reconhecimento ou servindo de grito de reunião. Em cada um desses casos, uma imagem reforça o vínculo social, que assim readquire seu vigor original (MAFFESOLI, 1995, p. 108).

É essa profusão de imagens, as quais, por sua vez, estão em permanente mutação, com um envelhecimento precoce jamais visto antes, que fazem emergir, segundo o próprio Maffesoli, mais do que as vontades do indivíduo, o conjunto tribal, cujo ente aglutinador é o conjunto de imagens que em comum são consumidas. São tribos, portanto, organizadas e estruturadas não mais por ideais que têm em comum, mas pelas imagens que partilham. O que lhes conferem identidade, então, mais do que o ideal é a forma.

É impressionante, com efeito, ver que todos os domínios da vida social, mesmo os reputados sérios, são “contaminados” pelo jogo das formas. Isso foi demonstrado na produção das idéias, na vida religiosa, até mesmo na política. Em cada um desses casos, o ‘produto’ em questão só é aceito quando é posto em forma, quando sabe aparecer, quando nos empenhamos em embelezá-lo, em pô-lo em imagem, em suma, quando nos dedicamos a epifanizar sua aparência (MAFFESOLI, 1995, p. 146-147).

É, portanto, uma cultura alicerçada na aparência, ou ainda em processos emocionais de identidade, de pertencimento. Nessas imagens projeto o outro, no qual me vejo, me moldo, me vinculo, num processo de alteridade na forma como provoca Lacan: “Qual é esse outro a quem sou mais ligado que a mim, visto que, no seio mais consentido de minha identidade, a mim mesmo é ele quem me agita?” (1988, p. 255). O que buscamos é uma interação no campo simbólico. Formamos, pois, comunidades por laços efêmeros, de consistência tênue, mas nem por isso de vínculos frágeis. A fragilidade e a efemeridade não possuem aqui nenhum grau de contiguidade.

Os sonhos que se projetam sobre a estrela cinematográfica da moda, sobre o esportista famoso ou sobre a equipe ganhadora, o mecanismo de participação mágica que me faz fremir ao sorriso cotidiano da apresentadora de televisão, as diversas adesões aos gurus religiosos ou intelectuais, em suma, atribuindo-se a esse termo seu sentido pleno, a atração que a moda exerce, tudo isso leva a criar um ambiente emocional, cujas vibrações são lidas na superfície das coisas, um ambiente que encontra sua expressão em uma crescente estetização da existência (MAFFESOLI, 1995, p. 145-146).

E assim, o que vemos não é mais o ser em si, mas a sua epiderme, o seu visual, a sua aparência, em última análise, a sua imagem. E eis a novidade: todo produto, posto em imagem para consumo, é portador do signo de liberdade, de felicidade, que não se realiza plenamente, a não ser em conta-gotas; mas nos dá a sensação de satisfação ao estar em sua busca permanente, como se pulássemos de esperança em esperança, tal qual o contumaz apostador de loterias.

Há uma tendência a que nossas rotinas estejam programadas em função do meio, que busca ser um fim em si mesmo. E a nós não tocaria mais criar, propor novos modelos, mas “criar para dentro”, para dinamizar o próprio sistema. Um projeto de pensamento criativo a partir de um roteiro já dado. Trata-se da propositura de uma racionalidade técnica, em que tudo está pronto, e que deveríamos nos disciplinar para ser o que o sistema necessita que sejamos: sempre novo, criativo, mas dentro de formatos já estabelecidos. Dessa maneira, seríamos eternos criadores do já pré-existente. Um projeto de nos introduzir no mercado ainda criança quando, em vez de imaginar, de criar, participaríamos de brincadeiras roteirizadas, uma vez que os brinquedos estão aí prontos, apenas para serem tecnologicamente

acionados. Contudo, se esse cenário se mostra diante dessa sociedade dita pós-moderna, é preciso apostar na força própria da imaginação humana que, para além dos desejos do mercado, vai criando e dinamizando novas formas de relações, adaptadas sim a esse novo cenário, mas não alienadamente submissa a ele.

Há, no entanto, uma busca crescente de fidelização nossa ao mercado, como os corpos submissos e dóceis propiciados antes pelo poder disseminado na sociedade, como lembra Foucault (1991). Hoje, no entanto, somos dóceis pela disciplina não mais obediente, mas 'criadora', do buscar o novo que pré-existe; mas também dóceis porque domesticados pela imagem, que se expressa em nossos próprios corpos. Foucault dizia que a disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência).

Em uma palavra: ela (disciplina) dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma 'aptidão', uma 'capacidade' que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada (FOUCAULT, 1991, p. 127).

É possível crer que, com poucas correções, essa mesma dinâmica pode ser adaptada aos corpos de hoje, mas disciplinados de outra maneira. A disciplina - de Foucault - é a mesma que se mantém hoje, mas não mais pela coerção e sim pela sedução. Não mais aceitamos a disciplina, elegemos-na (ou pelo menos pensamos que a elegemos) porque necessitamos ser parte dessa sociedade. E hoje nos disciplinamos para aparecer, para nos expor, para ser imagem, para ser corpo. Da atriz à apresentadora do jornal, da modelo que desfila àquela que faz um anúncio comercial, queremos ser espelho. Foucault (1991, p. 128) dizia que a disciplina é uma anatomia política do detalhe, que engendra a microfísica do poder. Poderíamos dizer hoje: a microfísica do mercado.

Castro-Gómez, no entanto, vê essa mesma mudança no poder disciplinário – em vez da coerção, a sedução - mas a atribui ao processo de mediação da

sociedade. Ele classifica os meios de comunicação como aparelhos ideológicos dominantes hoje.

La cultura medial es el aparato ideológico dominante hoy en día, reemplazando a la cultura letrada en su capacidad para servir de árbitro del gusto, los valores y el pensamiento. La ventaja de la cultura medial sobre los otros aparatos ideológicos radica, precisamente, en que sus dispositivos de sujeción son mucho menos coercitivos. Diríamos que por ellos no circula un poder que “vigila y castiga”, sino un poder que seduce. No estamos, por tanto, frente al poder disciplinario de la modernidad, criticado por Foucault, sino frente al poder libidinal de la globalización (CASTRO-GÓMEZ, 2000, p. 748).

Para ele, a leitura que fazemos hoje das produções mediáticas depende do modo pelo qual a informação é encenada. Portanto, se entender a cultura hoje é importante para compreender os modos de organização da sociedade, o é também crucial para avançar nos modos de construir a informação, obrigando a repensar os modos de narrar, no caso particular deste estudo, no telejornalismo.

Sob essa perspectiva, adverte Resende, o discurso jornalístico sofre a ordem de um poder e de um desejo que, ao que tudo indica, revela-se na sua própria tessitura.

Com a problemática assim ampliada, parece-nos importante ressaltar que é preciso reconhecer que o lugar político das falas jornalísticas não se desvincula do estético que nelas se instala e ao qual elas se submetem. O agravante de que nos dias atuais o poder coercitivo esteja vinculado a um poder libidinal - para continuar excluindo, é preciso também seduzir -, além de ser um forte indicador de que, na dimensão do conflito, a ampliação do espaço de fala não significa, necessariamente, democratização dos meios, mantém-nos reféns daqueles que sabem melhor produzir as imagens e os textos (RESENDE, 2007, p. 90).

Essa compreensão, segundo ainda Resende, leva-nos a pavimentar caminhos no sentido de uma necessária diferenciação dos narrares. Afinal, pergunta ele: há narrares que, no intuito de explicar os fatos, buscam verdades totalizantes? Há outros que visam a uma dimensão mais complexa?

Esta imersão na questão cultural torna-se fundamental nesta tese, que pretende ampliar o horizonte para além das questões da institucionalidade, evitando

leituras simplificadoras que partem da 'propriedade' desses meios para extrair dali ilações sobre a que interesses essa produção jornalística estaria vinculada, e sim entender como esses lugares de fala operam no interior dos processos produtivos do fazer jornalístico e interferem em suas práticas culturais. Trata-se, portanto, mais do que catalogar meios e seus proprietários e discutir a regulação da comunicação no país, rever os paradigmas formativos dos futuros profissionais. Ou seja, é preciso problematizar a questão da formação teórica e prática dos profissionais do jornalismo para os desafios da *sociabilidade* e do multiculturalismo.

Portanto, reitera-se, aqui, essa preocupação: de um lado, a proposta de Resende e Medina, já explicitadas, com relação à narrativa jornalística; e de outro, os desafios por uma comunicação mais livre e democrática. E ambos só podem ser enfrentados por um sistema de comunicação plural tanto na propriedade quanto na produção comunicacional. Afinal, não parece sensato esperar que o mercado, impulsionador de uma cultura de subserviência ao consumo e devota da acumulação, dominante hoje do sistema de rádio e televisão brasileiro, desenvolva uma comunicação capaz de contribuir para que alcancemos os máximos de felicidade e liberdade que pudermos, que sejamos cidadãos de direito e de fato.

4.7 Acontecer É Publicizar

Se essa nova forma de ser com a imagem, de sintonizar-se, de participar não pode ser modelada apenas por interesses de mercado, como incorporar na vida social outras formas de sociabilidade, que contemplem noções de cidadania, de solidariedade, de compromisso com o outro? São desafios que fogem ao interesse de uma mídia cuja programação esteja alicerçada na demanda sempre maior por audiência, mas que precisam ser encarados por uma mídia que se submeta apenas ao interesse público. Para isso, é preciso criar condições para que esses valores sociais possam ser difundidos e sejam incorporados como elementos constituintes da vida social.

Isso pode ser construído por meio do registro dos próprios acontecimentos sociais, não como algo forâneo, mas como a elevação à condição de acontecimento

importante da vida social e que, portanto, mereça publicização pelos diversos meios de comunicação, no caso aqui proposto, a TV pública.

Para isso, é preciso revalorizar a própria vida comunitária, nas formas como ela se manifesta. Adela Cortina (2005) destaca que o reconhecimento público da cultura com que uma pessoa se identifica é indispensável para que sua identidade se fortaleça e sua auto-estima aumente. E ao contrário, “se em uma comunidade política existe uma cultura dominante e as outras são depreciadas em comparação com ela, as pessoas que adquirem parte de sua identidade por meio dessas culturas desprezadas têm sua identidade enfraquecida ou sua auto-estima diminuída” (CORTINA, 2005, p. 154).

Por isso, a proposta de uma nova narrativa, dita antes a partir das contribuições de Medina e Resende, surge aqui como um desafio para além da condição em que o sujeito da enunciação se coloca diante do enunciado. O mesmo empenho deve ser destinado a repensar a estética e o lugar desde onde se narra, as pautas, as vinculações temáticas com os diferentes agrupamentos humanos, os conflitos e fatos sociais que merecem publicização e que, por isso, precisam se tornar acontecimentos jornalísticos. Afinal, o acontecimento deve ter lugar de destaque na estruturação da experiência individual e coletiva, afirma Louis Quéré (2005). É na explicitação de um dado acontecimento que se pode entendê-lo e, partir dele, surgir o conhecimento. “O passado e o futuro servem para interpretar e para controlar o presente, no quadro de uma actividade que implica, necessariamente, múltiplas modificações e, portanto, a emergência do novo” (QUÉRÉ, 2005, p. 6). A nossa experiência individual e coletiva é, em grande parte, segundo ele, um encastramento de intrigas, que se imbricam ou se sobrepõem, à espera de desenlace.

Diversos campos problemáticos constituem, assim, a trama da vida de um indivíduo num dado momento (problemas de saúde, de trabalho, de casal, de filhos, de dinheiro, etc. Problemas ligados aos diversos empenhamentos e às iniciativas lançadas). O mesmo para a vida de uma colectividade, qualquer que seja a sua extensão (uma família, um laboratório de investigação, uma universidade, uma colectividade territorial ou nacional, uma comunidade religiosa, etc.). Tal como se integram nas intrigas, contribuindo para o seu desenvolvimento, os acontecimentos ganham um lugar em campos problemáticos e servem, pelo seu poder de esclarecimento e de

discriminação, de *pivots* dos inqueritos que procuram e elaboram soluções (QUÉRÉ, 2005, p. 21).

Para Quéré, se a maior parte dos acontecimentos se inscreve em campos problemáticos já constituídos, também novos campos problemáticos se constituem com a emergência de acontecimentos, nomeadamente a partir do trabalho realizado em torno deles, explicitando o que está em causa, no âmbito da regulação política das condições de viver-conjuntamente numa colectividade (publicização).

Daniel Dayen e Elihu Katz citam diversas razões para haver o acontecimento midiático, afirmando que os meios de comunicação são capazes não só de inserir mensagens nas redes sociais, senão de criar as próprias redes, “de atomizar, integrar o diseñar de algún otro modo la estructura social, al menos momentáneamente. Hemos visto que los acontecimientos mediáticos pueden crear sus propios ámbitos de consenso” (DAYEN; KATZ, 1995, p. 21-22). Para eles, os acontecimentos midiáticos operam uma conquista não só do espaço, mas também do tempo, podendo declarar uma festa e desempenhar um papel equivalente a de uma religião civil.

Lo mismo que las fiestas religiosas, los grandes acontecimientos mediáticos suponen una interrupción de la rutina, un alejamiento del trabajo, unas normas de participación en la cerimonia y el ritual, la concentración de algún valor central, la experimentación del sentimiento comunitario y de la igualdad en el entorno inmediato de cada cual, así como la integración en el centro cultural (DAYEN; KATZ, 1995, p. 22).

Logo, é por meio desses acontecimentos que reorganizamos o nosso cotidiano, a nossa compreensão de mundo, que entendemos a vida e pautamos, em grande parte, nosso modo de agir em sociedade. O problema é quando esses acontecimentos passam a ser selecionados, ou mesmo construídos, a partir de outras demandas que não o da construção de uma convivialidade respeitosa, baseada na solidariedade e na cidadania. Ora, um acontecimento pode ser publicizado ou ocultado. Ou melhor, a todo momento acontecimentos são ocultados pela mídia e outros, explicitados por ela. E a melhor forma para que haja uma pluralidade de acontecimentos que passam a envolver o grande público é a pluralização dos interesses que estejam por trás dos publicizadores. Neste caso

específico, trata-se de incluir os interesses públicos - e também os estatais, por que não? - nessa arena de publicização dos acontecimentos.

Por outro lado, Quéré lembra que muitos autores denunciam a degradação do acontecimento efetuado no e pelo dispositivo midiático da informação. Segundo ele, somos diariamente submetidos a uma torrente de notícias que proliferam anarquicamente e que relatam acontecimentos ocorridos a outros, sem que possamos integrá-los a nossa própria experiência. Ele admite que não há dúvida de que o acontecimento jornalístico apresenta, em parte, essas características, no entanto, diz, um dos pressupostos constantes deste gênero de denúncia é individualista. Para Quéré, não há uma experiência degradada, senão uma experiência autêntica, que é sempre individual e de confrontação com um acontecimento. Essa crítica, segundo ele, repousa numa concepção inapropriada do público das mídias, considerado uma massa amorfa e indistinta.

Tal concepção não resiste às múltiplas investigações feitas, nas últimas décadas, sobre a recepção, mostrando que esta tem sempre um colectivo no horizonte: projecta um contexto social de apropriação e de discussão, e traduz-se pelo sentimento de pertença a um público; é retida num feixe de interacções que comandam as modalidades da atenção acordada às publicações e às emissões e passa por ajustamentos recíprocos segundo formas de sociabilidade directa; tem, como ambiente, uma circulação das interpretações nos quadros de interacção da vida quotidiana no decurso da qual experiências singulares transformam-se em empenhamentos colectivos. Trata-se, claro, de contextos sociais: suscitam certas formas de empenhamento e recusam outras (QUÉRÉ, 2005, p. 23).

Essa compreensão não desdiz, e nem se propõe a isso, que na comunicação se joga de maneira decisiva a sorte do público, a sobrevivência da sociedade civil e da democracia, conforme afirma Jesus Martín-Barbero. No entanto, é preciso ter clara a advertência que ele também faz de que não podemos cair na tentação de acreditar que os meios são capazes de tudo na sociedade. Para isso, Martín-Barbero (2004, p. 214) defende uma ruptura com o que chama de comunicacionismo, “que é uma tendência ainda bem forte de ontologizar a comunicação como lugar aonde a humanidade revelaria sua mais secreta essência”.

Ou em termos sociológicos, a idéia de que a comunicação constitui o motor e o conteúdo último da interação social. Atenção, porque, em uma linguagem ou na outra, a idéia da centralidade da comunicação na sociedade – e o conseqüente esvaziamento da questão do poder e da desigualdade das relações sociais – está recebendo agora sua legitimação teórica e política do discurso da racionalidade tecnológica que inspira a chamada “sociedade da informação”. Esgotado o motor da luta de classes, a história acharia a renovação nos avatares da comunicação. Com isso, mudar a sociedade equivaleria de agora em diante a mudar os modos de produção e circulação da informação (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 222).

Uma coisa, diz ele, é reconhecer o peso decisivo dos processos e das tecnologias de comunicação na transformação da sociedade; outra, bem diferente, é afirmar aquela enganosa centralidade e suas pretensões de totalização do social. Não estamos, reforça Martín-Barbero, vivendo hoje a dissolução da política, mas a reconfiguração das mediações nas quais se constituem seus novos modos de interpelação dos sujeitos e de representação dos vínculos que unem a sociedade. E são esses vínculos que precisam ser reconfigurados com base em valores construídos a partir da publicização de diferentes propostas, e não a partir da uniformização de valores. É o alerta que faz Dominique Wolton (1999), ao dizer que uma sociedade não pode repousar a legitimidade e autoridade num único sistema de valores, ainda que seja o sistema de valores democráticos.

Todavia, valores são passados muito mais por meio da comunicação do que apenas pelo processo informativo. Por isso, é preciso pensar uma política de comunicação que vá além do informacional, avançando sobre toda a produção cultural televisiva, ao se pensar uma TV pública. Como disse Medina (2003), trata-se de superar o projeto difusionista para trabalhar num projeto de comunicação social. E pensar a política desde a comunicação significa, segundo Martín-Barbero, por em primeiro plano os ingredientes simbólicos e imaginários presentes nos processos de formação do poder, o que levaria a democratização da sociedade em direção a um trabalho na própria trama cultural e comunicativa das práticas políticas.

Nem a produtividade social da política é separável das batalhas que se travam no terreno simbólico, nem o caráter participativo da democracia é hoje real por fora da cena pública que a comunicação massiva constrói. Então, mais que em objetos de políticas, a comunicação e a cultura se convertem em um campo primordial de batalha política: o estratégico cenário que exige à política a

recuperação de sua dimensão simbólica – sua capacidade de representar o vínculo entre os cidadãos, o sentimento de pertencer a uma comunidade – para enfrentar a erosão da ordem coletiva (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 225-226).

Cabe sempre destacar que não se está aqui reincidindo no equívoco de creditar a um dado veículo de comunicação uma condição de guia espiritual da sociedade, uma capacidade de maestro que rege uma grande orquestra, pautando os rumores e os fazeres cotidianos da sociedade, mas reivindicando a importância de um veículo na construção de um espaço público midiático verdadeiramente democrático, capaz de incorporar outros valores, outras ordens do campo moral, que possam oxigenar as práticas sociais, rumo ao refazer permanente e inesgotável de uma sociedade mais justa e menos desigual, menos excludente.

O papel dos media é, sem dúvida, decisivo enquanto suportes, por um lado, da identificação e da exploração dos acontecimentos, por outro, do debate público através do qual as soluções são elaboradas ou experimentadas. Mas importa sublinhar o carácter distribuído do inquérito que está na base de toda a problematização. Todos os tipos de actores sociais, desde os cidadãos militantes aos peritos e pesquisadores em ciência sociais, passando por sindicalistas, homens políticos e funcionários, eventualmente polícias e magistrados, e todo o tipo de agências, instituições e organizações contribuem para ele. Não há coordenação organizada dessas participações. A coordenação faz-se através do debate público cujos suportes e arenas são múltiplos, ou através de concertações que concretizem as decisões tomadas aos mais diversos níveis e destinadas a dar solução aos problemas (QUÉRÉ, 2005, p. 22).

A construção de uma sociedade mais democrática passa, segundo Dominique Wolton (1999), pela construção de um espaço público democrático, diferente desse construído pela modernidade, que ele define como “um espaço público racional, laico e individualista”, nada à vontade com a crítica, com o debate. Wolton diz que é preciso salvar o espaço público, e isso só é possível se reintroduzirmos o heterogêneo, as diferenças, o cultural, as demais dimensões da vida social no cenário do debate público. E uma das principais formas de se fazer isso, afirma, é por meio da revalorização das comunidades parciais, como instituições mediadoras fundamentais na sociedade.

Isso não será possível com um modelo de comunicação baseado exclusivamente nos ditames do mercado e nem sequer ampliando apenas para a esfera do público-estatal. Eis a urgência de uma TV pública que retrate em sua programação novos valores, novos elementos para o debate público. Na atual sociedade, diz ele, o indivíduo é livre, se desprende de intermediários inúteis, porém está só diante do mundo. No entanto, “pode haver uma sociedade que deixa o indivíduo, o cidadão, o trabalhador, o consumidor, só, sem intermediários, frente ao mercado, ao estado e à política?” (WOLTON, 1999, p. 171).

Wolton (1999) cobra a necessidade de incorporar alguns filtros cognitivos, para operarem como mediadores entre o ser humano e o mundo que o cerca. E, para isso, ele traz a discussão sobre a necessidade de reincorporar as comunidades parciais, tais como as religiosas, científicas, médicas, militares, artísticas, etc., ao debate público. Elas não são, lembra Wolton, apenas portadoras de histórias e experiências mais antigas do que a democracia, mas seus sistemas de valores e de moral não têm relação direta com os modelos dominantes do espaço público laico e democrático. Essas comunidades, segundo ele, são muralhas contra o surgimento de outros princípios de mobilização: as seitas, as paraciências, as medicinas paralelas, que colocam em xeque o espaço público democrático.

En otras palabras, la valorización de las comunidades parciales ligadas al patrimonio cultural de nuestras sociedades es probablemente el mejor medio de evitar que la necesidad creciente de mediación y de lugares para realizarla, favorezca el ascenso de movimientos comunitarios más o menos hostiles al espacio público democrático. El deseo de adherirse a estas comunidades se ve reforzado porque el individuo necesita escapar a las “soledades interactivas”. Si es verdad que no se valoran las comunidades parciales tradicionales, también lo es que se impondrán otras nuevas, más radicales y mucho más cercanas a una contestación del espacio público democrático (WOLTON, 1999, p. 173).

Propor o retorno dessas comunidades, que tiveram, segundo Wolton, seu peso e sua legitimidade reduzidos em favor do nascimento de um espaço público universal, não significa aderir a um modelo antigo, hierárquico, nem ser nostálgico do passado, mas sublinhar uma das maiores contradições do triunfante espaço público.

Pensar a TV pública brasileira, portanto, exige, por um lado, rever desde que

lugar construímos nossa interlocução com a sociedade, fazendo um contraponto com o mercado, não para alijá-lo dos processos sociais – como se isso fora possível! – mas para, no mínimo, questionar sua hegemonia. Isso implica desenvolver novas narrativas e incorporar nelas novas fontes, novas temáticas, novos atores sociais, transformando em acontecimentos midiáticos a própria vida individual e coletiva da imensa maioria da sociedade brasileira. Por outro, necessitamos incorporar como atores fundamentais dessa nova televisão também essas comunidades parciais, alijadas e desvalorizadas pelo atual modelo comunicacional. É preciso - admitindo o convite de Wolton - incorporar nessa nova comunicação o estatuto do papel e do valor dessas comunidades parciais, para evitar os riscos de uma sociedade sem mediações, “una sociedad en directo”:

Hoy, nuestras sociedades carecen de mediación más que de mediatización. La mediatización no sustituye la mediación humana, es decir, el conjunto de contratos, ritos y códigos indispensables a la comunicación social y a la vida cotidiana. Cuanta más información y comunicación, transparencia e inmediatez hay, más se necesita reintroducir las mediaciones, los filtros cognitivos (WOLTON, 1999, p. 171).

Eis, pois, o desafio posto aos que produzem a comunicação no cotidiano das TVs públicas e aos que travam batalhas diárias por uma gestão pública que dê conta de ser o contraponto aos valores de mercado capitalista e aos valores da modernidade. E isto não para combater esses valores, mas para colocá-los na devida condição de mais um entre os portadores de um conjunto de valores e sentidos expostos na imensa vitrine social. Portanto, não mais como lugar único do desenvolvimento, do progresso, como senhores únicos das promessas de liberdade e de felicidade. E esse novo lugar, que incorpore à esfera pública mediática outros valores, outra moral, outra ética, outros sentidos, não vai emergir só a partir dos modos de ser mercado e nem dos modos de ser Estado, mas também, e necessariamente, dos modos de ser e viver da própria sociedade.

Esse desafio precisa ser entendido e implementado no cotidiano da produção televisiva. Especialmente no universo da informação é preciso incorporar cotidianamente novos atores sociais, novas fontes críveis. É preciso olhar para a sociedade e buscar os fatos que se fazem presentes ali. Aliás, é preciso superar um

conceito de notícia baseado apenas no factual, para transformar em notícia as informações presentes no cotidiano das pessoas, das comunidades, como parte do processo de vivência e convivência social. Do contrário, seguiremos afirmando como valor notícia o que é eventual, enquanto desvalorizamos tudo aquilo que é permanente na vida social. Seria o mesmo que afirmar que um gesto fugaz de solidariedade é notícia, mas quanto esse gesto se incorpora como modo de vida perderá seu valor notícia. É a legitimação de uma sociedade de eventos, que não precisa se constituir em sociedade de fato.

Portanto, é verdade que uma TV pública constituída a partir do espaço estatal deve ser celebrada como um grande feito de um Estado democrático. No entanto, é preciso apostar na construção dos três modelos complementares de televisão, apregoados pela Constituição Brasileira (1988), como condição para se construir um espaço público midiático realmente democrático. Do contrário, teremos sempre a explicitação, a publicização de uma sociedade que se torna possível apenas se mediada pelo mercado e pelo Estado, por melhores que eles possam ser. E os desafios para a institucionalização dessa TV realmente pública são múltiplos, especialmente a partir de seu financiamento, que precisa se dar por verbas públicas com destinação exclusiva, e a partir de sua administração, que deveria incorporar a representatividade das três esferas sociais: o Estado, o mercado e a sociedade civil organizada.

Por outro lado, pouco adiantará a construção de uma TV realmente pública se seus produtores não entenderem que as lógicas que movem a sociedade e que devem ser, portanto, as lógicas das narrativas televisivas, precisam ser buscadas também no interior das sociabilidades humanas mais autênticas, e não apenas nas lógicas publicizadas pelo mercado ou mesmo pelo Estado. E tais narrativas, com todo o potencial de conflitos e resoluções que necessariamente caracterizam o discurso televisivo, devem partir e convergir para a busca da harmonia na convivência humana.

Isso não significa empobrecer as narrativas televisivas, retirando delas, por exemplo, o conflito; ao contrário, deve-se ampliá-las, incorporando a elas novas lógicas, trazendo inclusive lógicas esquecidas como as das comunidades parciais, conforme Wolton (1999). Trata-se, portanto, de ampliar as fontes de informação e

dos mananciais discursivos de nossa televisão, de desentramar um discurso formatado, pobre, recorrente, autoritário, presente tanto em nossos telejornais quanto nas demais produções televisivas, notadamente nos *talk shows* e nos programas infantis.

4.8 Por uma TV Pública

Um veículo de comunicação não se mostra nem passa a ser reconhecido pela sociedade por meio de documentos que definem sua institucionalidade, e sim por tudo aquilo que produz e difunde, sempre a partir de um lugar social de fala e dos enunciados que coloca à disposição da audiência. É desse lugar que se olha o mundo, que se definem os acontecimentos que merecerão mais espaço, os fatos que serão noticiados e os ignorados, assim como as produções documentais, ficcionais, informativas e os produtos de entretenimento que serão incorporados à grade de programação. É pelo enunciado exteriorizado na tela que uma televisão construirá uma relação com a sociedade, seja ela de diálogo ou de cunho ditatorial.

Por isso mesmo, sempre que se fala em iniciar uma nova emissora a expectativa que surge é de ampliação desse potencial comunicativo, especialmente na oferta de uma nova programação, novas formas de narrar e fundamentalmente novos olhares sobre os fatos sociais, as pessoas, a sociedade, o país, o mundo. Espera-se, portanto, uma pluralização de meios e não mais a repetição do que já está aí; isto é: mais do mesmo. E pluralizar exige novos modos de ver, novos lugares de fala, novas temáticas, abordagens, fontes, nova narrativa... E um Estado, legitimamente constituído, e a sociedade civil organizada não podem estar ausentes dessas discussões e muito menos dessa produção de conhecimento, que precisa ser democratizada, para seguir outros parâmetros que não só os ditados pelo mercado, como ocorre, hoje, no Brasil.

Aqui passam, então, a surgir indagações sobre a nova TV pública brasileira, ou seja, a TV Brasil. A questão é saber se a produção jornalística, os programas de entrevista, de entretenimento, os filmes, documentários, etc. são diferentes ou semelhantes às produções das emissoras comerciais. No caso da produção jornalística: oferece outros temas, outros olhares, outras narrativas ou, de alguma maneira, repete o que está presente nas demais emissoras? Afinal, se os meios de

comunicação possuem todo esse poder, se por eles passam o saber e a própria construção da sociedade (Martín-Barbero), se dá a tessitura ao espaço público contemporâneo (García Canclini), o Estado e, muito mais, a sociedade civil organizada têm a obrigação de darem sua importante contribuição como constituintes dessas novas configurações. Eis a necessidade urgente de se consolidar no Brasil um espaço de rádio e televisão na forma como estabelece a Constituição Federal vigente.

Para isso, é importante pensar as concessões públicas no marco de uma nova configuração midiática, que busca soluções ao desafio proposto por Martín-Barbero de que há dois campos de direitos do cidadão que precisam ser enfrentados: o direito à participação enquanto capacidade das comunidades e dos cidadãos para intervirem nas decisões que afetam suas vidas, e que dependem

De una información en la que predomine el interés común sobre el del negocio; y segundo, el derecho a la expresión en los medios masivos y comunitarios de todas aquellas culturas y sensibilidades mayoritarias o minoritarias a través de las cuales pasa la ancha y rica diversidad de la que están hechos nuestros países (MARTÍN-BARBERO, 2002a, p. 75).

Esses desafios apontados por Martín-Barbero levam-nos a crer que a produção jornalística da TV Brasil, objeto desta pesquisa, tem o compromisso de buscar rumo próprio, fugindo de um padrão – político, social, cultural e estético – consagrado pelo jornalismo brasileiro³⁷. Isso porque o modelo aqui seguido se concretizou a partir de uma engenharia de valores subjetivos de mercado, em função da predominância da mídia privada.

O perigo de seguir cegamente o modelo dado é iminente pelo fato de o jornalismo se constituir, ao longo das últimas décadas, como uma profissão de constituída de técnicas que ganham uma aura ‘sagrada’, fora das quais não se consegue pensar jornalisticamente. Com isso, o conhecimento necessário para a sua operacionalização recosta-se no domínio de certas técnicas de seleção, hierarquização discursiva, estrutura narrativa fixa, sedução e transmissão de fatos, informações, acontecimentos. E se componentes como esses são os definidores do ofício do jornalismo, o conhecimento comunicacional (midiático) em si - aquele que perpassa a

³⁷ Que segue o modelo norte-americano, aliás, o mesmo seguido em praticamente toda a América Latina.

narrativa, que está para além dela, que está antes e que se constrói depois a partir da enunciação, deixando de pertencer, portanto, ao universo de conhecimento imanente ao jornalismo, quando muito é adjacente a ele - não pode ser diferente. Nesse caso, de fato, fazer TV privada e fazer TV pública seria uma prática única e inseparável. E, portanto, aquela proposta do jornal Folha de S. Paulo, que em editorial no dia 30 de julho de 2009 pediu o fim da TV Brasil, sob o argumento da baixa audiência e alto custo, ainda pode ser válido. Se é para ser feita a mesma coisa, para que gastar mais?

No entanto, propor uma diferenciação entre esses dois lugares de produção é apostar numa ruptura teórica com o modo do fazer jornalismo hoje, como dito antes, assumindo que a mídia tem, sim, um lugar social definido que matricia sua verdade, seu enunciado e que, portanto, ela é incapaz de isenção. Isso levaria a assumir que aquela é a mídia do mercado; esta deveria ser a mídia do Estado; e ficaria faltando a mídia da sociedade civil. Afinal, o jornalismo não é uma profissão destinada a enunciar e transmitir informações quaisquer, mas enunciar e transmitir ideias, conhecimentos, reflexões, sempre a partir de uma matéria-prima chamada informação e a partir de seu lugar de fala. Do contrário, o jornalismo se resume a um ofício meramente técnico e padece do mesmo mal que a filosofia das ciências, segundo Bachelard, estaria padecendo: de “preguiça”. “De uma maneira mais geral ainda, as filosofias do conhecimento parecem actualmente desfavorecidas. O esforço do saber parece maculado pelo utilitarismo; os conceitos científicos, todavia tão bem harmonizados, são considerados apenas com o valor de utensílios” (BACHELARD, 1981, p. 21). Eis um retrato acabado do jornalismo que se pratica hoje, em pleno apogeu da racionalidade técnica. Um jornalismo que parece abdicar de sua função social, ou dos seus usos sociais, conforme Mattelart (2004).

Além de buscar outra narrativa, outras fontes, fatos e olhares, também é preciso ter em conta que televisão não se faz por meio de um discurso ancorado apenas nas percepções racionais. Como veículo destinado a formar, informar e entreter o público, a televisão é chamada a lançar mão de um componente fundamental que é a criatividade, em torno do lúdico, das narrativas, da estética, estabelecida na compreensão do lugar próprio da imagem, inclusive inventiva, propulsora do sonho e até mesmo do devaneio, salutar em toda sociedade humana.

Portanto, ao falar de TV pública comprometida com a cidadania não se está propondo transformá-la num espaço destinado a intermináveis discursos teóricos, entrevistas laudatórias ou longos debates, mas de recuperar a liberdade do sonho e do desejo de felicidade inerentes a todo ser humano, hoje contaminado pelo vezo do mercado, que substitui o estado emocional por produto. Pior: criam-se estados emocionais para satisfazê-los com produtos, gerando uma lógica que parece lançar impropérios a quem arrisca imaginar uma sociedade possível fora do viés do mercado capitalista. Uma lógica que tem contaminado até a dimensão informativa.

Exemplo disso é uma reportagem veiculada pela TV público/estatal Paraná Educativa, em meados de 2007, sobre a iniciativa do movimento de Economia Solidária, com foco no grupo de mulheres que mantém uma panificadora comunitária. Como era de se esperar, a jornalista foi a campo e produziu uma reportagem cujo foco, cuja teia de conflitos que costura a narrativa jornalística é o salário mensal dos membros desse projeto: um comparativo entre o que ganhava e o que ganha agora cada uma das cinco mulheres que integram o projeto de panificadora, *case* da reportagem. Um esforço imenso para comparar salários e comprovar que o tal projeto comunitário é uma saída para o desemprego, pois possibilitou a todas elas a inserção nessa sociedade, uma vez que agora são capazes de consumir bens. Em momento algum, na reportagem de quase três minutos³⁸, se lança um olhar para a solidariedade, para os modos de vida em comunidade, para o cotidiano das pessoas, para outras dimensões da vida cultural e cidadã. Ou melhor, quando se fala em vida, trata-se de vida material: mostra-se o que essas mulheres conseguiram comprar com tais recursos. Ou seja, o operador semântico dessa reportagem é o salário mensal: essas mulheres conseguiram a façanha de se inserir no mercado; logo, elas têm uma vida digna. De fato, numa sociedade onde sobreviver é resultado de uma luta diária, uma epopéia repleta de glórias, é difícil compreender a vida fora da arena da economia.

A reportagem omite, por exemplo, informações preciosas relativas ao mundo dessas mulheres, com histórico de reconstituição familiar, de gestos de solidariedade comunitária de fazer inveja a qualquer personagem da dramaturgia brasileira, tudo possibilitado a partir desse trabalho comunitário. A reportagem em

³⁸ Tempo considerado longo para os padrões atuais da TV brasileira.

questão reflete o fato de que somos abarrotados todos os dias com uma produção jornalística que se exaure em eventos descontextualizados, que apenas confirmam o que já sabemos, não abrindo possibilidades de pluralização de informações. Por isso mesmo é um jornalismo que resvala no debate, sem incorporá-lo como obrigatório à construção do conhecimento. Invariavelmente, o que vemos na produção jornalística de um modo geral é um falso debate, encetado sobre si mesmo, com divergências que se exaurem em posturas ou nos modos de condução pessoal e não de concepção do próprio sistema, dos modelos de sociedade, da vida em si.

O debate instalado em 2008 e que teve seu retorno em meados de 2011 e, ao que tudo indica, continuará em 2012, sobre a crise financeira internacional, é um exemplo cabal disso: não se discutiu outro modelo de economia – globalizada ou não –; discute-se sim quanto o Estado deve disponibilizar para salvar as instituições privadas que provocaram o rombo na economia mundial. Quanto o Estado deve/pode se endividar ainda mais para bancar esse custo. Ora, o fato de o Estado ser chamado para pagar as contas dos investidores privados não esteve em questão nessa cobertura jornalística; é fato dado e pronto, senão “a economia mundial quebra e quem vai sofrer é o povo”³⁹ - mais uma vez esse ser genérico, que justifica tudo o que convém -, diziam os mesmos economistas e jornalistas auto-proclamados comentaristas econômicos que em meados daquele ano tocavam trombetas, num ritual frenético de saudação ao deus-mercado, pelos feitos possibilitados à economia globalizada. É o discurso único, que impregnou em nossos ouvidos, incorporou ao nosso ser como um pensamento único no modo de imaginar o desenvolvimento social e, portanto, a vida.

Trata-se de uma lógica que se impregnou no discurso e nas discussões em torno da institucionalidade da comunicação. Num texto em que discute questões relativas ao ciberespaço, Vicent Mosco (2006, p. 79) afirma que o mundo das comunicações está, hoje, tomado pela lógica do consumo. Vivemos num mundo das marcas, que buscam dar uma unidade entre o real, o virtual e o imaginário. Até mesmo a identidade pessoal virou uma questão de comercialização, a partir de um modo de vida dominante na esfera social, que se baseia na retirada do Estado de

³⁹ Comentário de Carlos Alberto Sardenberg, em diálogo com Miriam Leitão, na Rádio CBN, no início da crise de 2008.

áreas vitais da vida social, incluindo a comunicação. E logo o Estado, diz Mosco, que sempre esteve envolvido na construção de infra-estruturas, no estabelecimento de padrões técnicos, na regulação do acesso aos mercados e no fornecimento de serviços.

Segundo o neoliberalismo, tais funções são melhor fornecidas pelo sector privado, com o mínimo envolvimento do Estado. O neoliberalismo pretende personalizar especificamente as funções do Estado, adaptá-la de forma a satisfazer as necessidades do negócio e evitar, desta forma, o que os seus apoiantes contradizem ser o beco sem saída criado por exigências públicas excessivas para os serviços do Estado (MOSCO, 2006, p. 87).

Essa retirada do Estado do campo da comunicação deu-se no Brasil já a partir do surgimento da televisão no país, há seis décadas, que veio por meio da iniciativa privada. Coube, sim, ao Estado fornecer todas as condições de funcionamento, criando redes físicas de transmissão do sinal Brasil afora. No entanto, enquanto em países como a Inglaterra o Estado sempre assumiu o seu quinhão no campo da construção de uma TV pública, aqui no Brasil essa preocupação veio depois que o modelo privado já estava consolidado, e surgiu quase que como se pedisse licença para fazer uma comunicação de menor importância. Já se iam duas décadas de TV comercial no Brasil quando surge a TV Cultura de São Paulo, que chegou a construir referências importantes de televisão público/estatal, especialmente no campo da programação infantil. Porém, ainda hoje esforça-se por ser uma referência mais genuína no campo do jornalismo, embora tenha tido bons lampejos em certos momentos ao longo de décadas de sua produção jornalística.

Também a Radiobrás e a TVE Rio registraram feitos importantes no cenário da TV público/estatal no país. Mas é a partir de 2007 que essa discussão veio à tona com a criação da TV Brasil. No entanto, a própria institucionalização dessa emissora precisa ser repensada por se enquadrar num quase limbo entre o público e o estatal. Essa certa indefinição parece forçar o surgimento de uma espécie de “TV estatal envergonhada” e ser Estado. Ela é institucionalmente do Estado, mas nega o Estado ao querer isentar-se a qualquer custo do governo de turno, para parecer de fato pública.

E essa tem sido a intenção, ao menos de pessoas que ajudaram a pensar e gerir TVs e rádios público-estatais no Brasil na última década. Em artigo publicado em setembro passado, no jornal O Estado de S.Paulo, Eugênio Bucci, professor da ECA/USP e ex-presidente da Radiobrás (empresa que foi incorporada pela EBC), afirma que

muitos que atuam na EBC se esforçam para que ela se afaste dos marcos oficialistas. Eu mesmo, quando presidi a Radiobrás, ajudei a dar início a essa corrente: queríamos transformar a velha radiofonia chapa-branca numa instituição de comunicação pública. (...) a EBC continua abrigando duas vocações antípodas: fazer comunicação pública, a exemplo da BBC inglesa ou da PBS americana, e prestar serviços de proselitismo governista ao Planalto, na linha da Voz do Brasil. A tensão interna, que se instalou por ali logo no início de 2003, não se resolveu com a lei de 2008 e não se resolveu até agora. (...) a estatal, hoje, tem mais cara de projeto de governo (e para o governo) do que de projeto da sociedade (e para a sociedade) (BUCCI, 2011).

Se por um lado é absolutamente louvável a intenção de se ter uma TV realmente pública no Brasil, por outro, cabe destacar, aqui, duas incongruências no presente texto: 1ª) O modelo da PBS americana é o que melhor se adéqua à realidade brasileira? 2ª) Contrapor um modelo “chapa-branca” significa, obrigatoriamente, ser contra a existência de uma TV público-estatal? Responder afirmativamente a essas duas indagações parece-me pouco defensável.

Quanto à PBS (Public Broadcasting Service), é sobejamente sabida a sua natureza, que é “definida pela primazia do mercado e da iniciativa privada no país” (MONTERO, 2008, p. 36). Em sua tese doutoral, em que estuda vários modelos de TV pública, entre eles a PBS⁴⁰, Teresa Otondo Montero afirma que as tentativas feitas nos Estados Unidos, em 1934, para dotar o país de um sistema público de TV, “sem fins lucrativos, não-comercial, foram derrotadas. Predominou a corrente que defendia um sistema que beneficiasse o interesse comercial. Às estações públicas ficou reservado um nicho à margem do mercado, que não colocasse em cheque a rentabilidade dos interesses comerciais” (MONTERO, 2008, p. 274).

⁴⁰ Seu estudo dedica especial atenção, além da PBS norte-americana, aos modelos inglês, francês, chileno e à TV Cultura de São Paulo.

Citando um estudo de Robert McChesney, ela afirma que foi isso que diferenciou fundamentalmente a televisão pública norte-americana da inglesa ou canadense.

Enquanto a BBC e a CBC tinham como mandato servir a nação inteira, a televisão pública norte-americana percebeu desde cedo que só poderia sobreviver politicamente se não tirasse público das comerciais. A sua função se resumia, então, a fornecer programação que não fosse rentável para a televisão privada (McCHESNEY, 1999 apud MONTERO, 2008, p. 274).

Ora, não creio que esse modelo deveria sequer ser sondado como possível de ser “copiado” para a TV Brasil. Nem sequer creio que o modelo da BBC deva igualmente ser o horizonte da TV pública brasileira. Temos especificidades próprias, formação social e antropológica completamente distinta da Inglaterra, modelo de desenvolvimento e organização social que impõe desafios que, portanto, exigem soluções autóctones.

Quanto à segunda incongruência a que me refiro, é de se estranhar que se advoga o não direito de o Estado – mesmo na sua vertente governo - ter seu canal de televisão. Qual é o problema? Por acaso não temos um governo eleito democraticamente? Se há um projeto político que tenha se instalado pelo voto da maioria absoluta dos eleitores brasileiros, por que esse governo não poderia ter o seu canal para comunicar-se com a população, sem o crivo da iniciativa privada? Seria perfeitamente natural que o governo, vencedor nas eleições, dispusesse de espaço tanto para comunicar-se diretamente com a nação, quanto materializar, em forma de discurso midiático, seu projeto de sociedade. E, neste caso, deveria ser uma TV que se abrisse também a incorporar o debate plural, com a própria oposição. Aliás, seria a única televisão no país cujo ‘administrador’ seria eleito pelo povo brasileiro a cada quatro anos. Isso nunca ocorrerá com as TVs comerciais.

O pior dessa concepção reduzida entre público e estatal é que estamos alijando do espaço público midiático todo o enorme espectro da sociedade civil, deixando sua autoria apenas para o Estado. Para dizer o mínimo: onde fica a representatividade dos movimentos sociais, dos movimentos religiosos, das organizações sindicais e populares e toda sorte de organização social que já não encontravam amparo na lógica do lucro (mercado) e nem encontram agora na lógica

do poder (Estado) nessa institucionalidade proposta de TV pública ancorada no Estado? Ou essas instituições não têm nada a dizer, a propor, a construir nesse imenso cenário que chamamos de sociedade? Essa proposta de TV pública traz, portanto, um vezo ideológico de exclusão que precisa ser repensado.

Na realidade, há dois problemas neste momento que precisam ser evitados: primeiro, em manter apenas o atual modelo, sob a égide do lucro; segundo, em conceber um modelo público bipartite, em que apenas o mercado e o Estado tenham seus espaços de expressão midiática. A defesa, portanto, de um canal público-estatal exige o mesmo empenho de luta na existência de um canal público não-estatal, e ambos com a mesma abrangência e acessibilidade dos canais privados. Esta seria a única forma de iniciarmos o percurso desejado para se ter uma comunicação realmente democrática.

Por outro lado, é importante lembrar que toda televisão deveria ser, obrigatoriamente, pública; afinal, toda concessão de rádio e TV é pública. Mais: esse esforço da TV estatal brasileira por ser pública deveria servir de exemplo a todas as emissoras privadas, que têm a obrigação de atenderem ao interesse público. No entanto, se a TV Brasil nega seu lado estatal (que é diferente de governamental) automaticamente esvazia seu gesto, sua decisão de ser pública, pois nunca dará conta de ser absolutamente pública, uma vez que sua gestão é genuinamente estatal. Afinal, quem nomeia sua administração? Quem contrata e demite seus funcionários? Quem os paga? Ao perguntar “onde, afinal, será decidido o destino da TV Brasil?”, o próprio Bucci afirma:

A resposta é tão esclarecedora quanto desalentadora: a instância máxima da EBC não está dentro da própria empresa, mas no Palácio do Planalto. De acordo com o artigo 19 da Lei n.º 11.652, de 7 de abril de 2008 (que efetivou a medida provisória de 2007), é a Presidência da República que nomeia o diretor-presidente e o diretor-geral da empresa (BUCCI, 2011).

Logo, se a TV Brasil se assume como TV estatal, porém implemente uma programação, de fato, pública, ela se torna grande, muito maior do que é, querendo se passar diretamente por pública.

O problema dessa indefinição entre o público e o estatal é que acabamos por sepultar, de alguma forma, uma TV genuinamente pública, que deveria ter em sua constituição uma representação da terceira esfera social: a sociedade civil organizada. Mas que fosse uma representação legitimamente constituída e democraticamente eleita, sem que o governante de turno escolha uma personalidade que pretensamente a represente, como o faz agora para a TV Brasil.

Dessa forma teríamos maiores condições de obter um equilíbrio comunicacional entre as três esferas sociais, que é uma questão de democracia, por incorporar outros modos de ver a sociedade, ampliando os olhares sobre os fatos, as pessoas, o mundo. No entanto, como vimos, a sociedade civil está alijada do processo de constituição desse modelo de TV pública 'à brasileira'. E acreditar que as TVs comunitárias, na forma como são instituídas hoje, são o lugar para a sociedade civil disputar sua hegemonia no espaço público midiático, equivale a querer vencer a principal prova do turfe nas Olimpíadas Mundiais montando um pangaré.

4.9 Para Radicalizar a Democracia

Apostar na implantação de um sistema de rádio e televisão brasileiro, como exige a Constituição Federal, é acreditar na importância de se radicalizar a democracia e lutar pelos máximos de cidadania, como sugere Adela Cortina (2005). Isso porque se temos, no Brasil, uma TV privada fortíssima, as TVs do campo público- salvo raras e honrosas exceções - vivem de forma quase indigente, fragilizadas em sua produção e muito mais no acesso público.

Por outro lado, a crítica que muitos fazem de que uma TV estatal corre enormes riscos de estar sempre a serviço do governante de turno é procedente. Um caso exemplar foi o ocorrido no Paraná no início de 2011. Com a mudança de governo⁴¹, o novo grupo no poder não só eliminou toda a grade de programação da emissora, mas chegou ao cúmulo de mudar o nome da emissora: em vez de "Paraná Educativa" passou a se chamar "E-Paraná". Mudou, também, de vínculo

⁴¹ Após oito anos de governo PMDB, volta ao poder o PSDB, que governou o estado nos oito anos anteriores ao PMDB.

com a rede nacional, e em vez da TV Brasil passou a retransmitir a TV Cultura de São Paulo, ligada ao mesmo grupo político, o PSDB, sem contar a demissão de mais 60 profissionais e a contratação de mais de 100, comissionados ou com contratos precários, como cachê.

Foi marcante no lançamento do que seria o primeiro telejornal da emissora, no horário das 19h45, uma entrevista em que o novo presidente da 'nova' TV E-Paraná diz: "Aqui não vamos tratar de política, como se fazia antes; agora vamos falar de cultura, de educação e outros temas. Não de política". Observa-se que na fala há um certo ranço ao tratar de política, como se fora algo ruim, que uma emissora de TV "séria" não deva tratar. Aliás, essa é parte da cantilena neoliberal; afinal, dar à política um envolto de coisa ruim é catalogar que o que vem dali não serve, nem mesmo – e especialmente – a toda tentativa de regulação social. No entanto, a única mudança havida nesse quesito na emissora é que em vez da presença marcante do governador, como ocorria durante o governo Roberto Requião, agora todos os dias há um entrevistado do governo nesse espaço, na imensa maioria das vezes um secretário de Estado ou, no mínimo, uma autoridade de segundo escalão, mas sempre autoridade governamental.

Contudo, se há esses equívocos de compreensão e prática em torno do que seria uma TV público/estatal, vale lembrar também que, quase sempre, a mídia privada, de maneira especial a televisão, tem sido tão vulnerável aos governantes de turno quanto o que pretendem atribuir agora a uma mídia estatal. A série de três reportagens especiais produzidas e veiculadas pelo Jornal Nacional, nos dias 24, 25 e 26 de agosto de 2011, sobre a nova hidrelétrica de Monte Belo, é digna de uma emissora governamental. A série é uma legitimação da ação governamental nesse pleito.

Diversos autores tratam dessa proximidade interesseira entre TV comercial e governo ao longo desses 60 anos de TV no Brasil. Para citar apenas um livro, lembro, aqui, *A história secreta da Rede Globo*, de Daniel Herz, publicado em 1987, que teve 14 edições. Vale recordar, ainda, que é comum hoje as TVs brasileiras informarem sobre torturas, prisões e desaparecidos do não distante período do regime civil-militar. Ora, essa mesma televisão nunca noticiou esses fatos naquele período, apenas fazendo-o quando consentido pelos governantes de turno.

Mas isso não é um 'pecado' da mídia privada brasileira. Curran e Seaton lembram que na Inglaterra, num período em que o próprio governo deflagrou uma campanha contra os modos de funcionamento da BBC, conhecida ainda hoje como um modelo de TV pública, o jornalismo impresso privado inglês era subserviente ao Estado, de maneira que nem a BBC era.

O jornalismo de imprensa causou poucos problemas ao governo conservador nos anos 1980. Durante o seu primeiro período no gabinete, a primeira ministra distinguiu com o grau de cavaleiro os redactores do *Sun*, do *Sunday Express* e do *Daily Mail*. Em troca, estes e outros jornais suavizaram o seu criticismo do governo e concentraram os ataques sobre os seus inimigos – uma nova interpretação dos direitos do quarto Estado. Um ministro perguntou a Mrs. Thatcher acerca da sua imprensa favorável, e ela respondeu sinceramente: “Isso acontece porque eu tenho sido muito simpática com ela” (CURRAN; SEATON, 2001, p. 252).

Eles lembram que em plena campanha contra a BBC os maiores jornais ingleses, todos privados (*News of the World*, *Mail*, *Sun*, *The Times* e *Sunday Times*), se comportaram como

Tropas de choque do thatcherismo na sua fase maoísta (...). Nenhum desses nobres descendentes da *News Internacional* de (Rupert) Murdoch achou que deveria mencionar que o seu proprietário tinha ambições crescentes para as suas estações televisivas por satélite (2001, p. 255).

Murdoch estava interessado nos lucros que podia ter se a televisão britânica fosse desregulamentada. Esta era condição para o êxito de seus negócios. E assim ele atuou sendo amigo de Thatcher e logo depois ampliou seus negócios com Tony Blair. Murdoch, lembram eles, gostava de extrair o máximo interesse comercial do poder político dos seus jornais. E conseguiu tudo o que quis.

Os críticos dirão: mas a BBC é uma TV pública, com recursos públicos vindo diretamente para seus cofres, sem interferência direta do governo. Em parte, é verdade, e esse é um bom exemplo a ser seguido no Brasil. Mas só em parte, porque qualquer governo pode mudar essa lei ou nomear diretores que dão vazão a seus interesses. E bem que Margaret Thatcher tentou. Chegou a nomear pessoas com a missão de tornar a BBC menos pública e mais estatal e privada. No entanto,

graças à própria história, construída pela emissora em quase 50 anos de existência, a BBC⁴² conseguiu resistir e o tiro de Thatcher saiu pela culatra. Dentro de seu próprio gabinete, contam os autores, havia gente determinada a proteger a BBC e exatamente por seu papel de veículo capaz de fazer uma informação isenta.

Destes, Willian Whitelaw era, sem dúvida, o mais influente: nenhum poderia ter estado mais perto dela, tornando a sua determinada oposição ainda mais eficaz. Whitelaw referiu que quando os conservadores estavam na oposição, em 1965, o director-geral da BBC tinha sido muito determinado em proteger os interesses da oposição conservadora contra o governo trabalhista de então. Era uma dívida que foi amplamente paga. Whitelaw via isto como uma prova importante dos benefícios do serviço público de difusão independente e imparcial (CURRAN; SEATON, 2001, p. 277).

O resultado dessa investida contra a BBC foi uma reformulação administrativa que, naquele momento, contribuiu para alavancar ainda mais a instituição. As articulações para recuar a BBC a empurraram para o futuro, lembram os autores. E isso só aconteceu devido a sua história, capital que, infelizmente, uma TV Brasil não tem nesse momento.

De fato, lá a história é outra, e aqui no Brasil os desafios por implementar uma TV Pública são muito maiores. Vai desde a necessidade de repensar a institucionalidade até mudar mentalidades, abrindo-se para novos modos de fazer televisão, diferentemente do que é feito hoje. E mudança de mentalidade começa com o básico, por eliminar uma certa sensação que se percebe, entre muitos profissionais que atuam nessas emissoras no Brasil, de uma espécie de vergonha em se assumir como TV Estatal, enquanto, de outro lado, há um certo glamour entre os profissionais que atuam nas demais emissoras em se assumirem como funcionários de TV privada. Em grande medida, o debate sobre TV pública parte de um pressuposto: o Estado é nocivo. E esse pressuposto fere de morte a própria democracia, torna-a *natimorta*.

De outro lado, há que se superar uma ideia de programação, que parece querer confinar a TV pública, e muito mais a TV estatal, a tratar apenas de Educação e Cultura; enquanto em política aparece como uma emissora insípida,

⁴² A BBC TV nasceu em 1936, sofrendo descontinuidade durante o período da 2ª Guerra Mundial, e retomou seu funcionamento ininterrupto em junho de 1946, com a transmissão do desfile da vitória.

inodora, incolor, amorfa, como parece ensejar o mencionado artigo de Bucci. Esta compreensão de TV pública leva ao que muitos parecem crer: o papel da TV pública é tratar daquilo que a TV privada não consegue (porque não dá lucro?); é cobrir os ‘buracos’ deixados por ela. Esse pensamento leva à compreensão de que a TV privada está liberada para fazer em horário nobre, por exemplo, programas como o Big Brother Brasil, uma *glamourização* da frivolidade – aliás, um programa feito também pelo Departamento de Jornalismo da tal emissora! – e colocar programas educativos na madrugada. Enquanto isso, a TV pública fica confinada a fazer a ‘verdadeira educação’ de nossa sociedade e transmitir a ela uma cultura que eleva a sua condição humana.

Eis, pois, alguns bons desafios que uma TV pública precisa assumir como condição de justificar e, mais, tornar inegável a sua existência, construindo uma programação que espelha o seu lugar de fala, e a partir dele abrir espaço para outras vozes, especialmente da sociedade civil, despojada de presença própria na mídia hegemônica. O desafio de uma TV pública abrir-se ao lúdico, a buscar novas narrativas, a vislumbrar os múltiplos caminhos do saber, aproximando o conhecimento científico e o senso comum, o conhecimento racional e o mitológico, buscando novas fontes de informação, novas temáticas, novas lógicas baseadas na cidadania e na solidariedade, como forma de contribuir na construção de um verdadeiro desenvolvimento humano.

5 UM OLHAR PROCESSUAL

Para se chegar ao presente trabalho de inquirir sobre a questão dos sujeitos da enunciação e do enunciado, sobre o tipo de narrativa e o lugar social de fala do jornalismo praticado no âmbito da TV Brasil, o percurso desses quatro anos de estudo para o doutorado foi intenso e de muitas idas e vindas. Foi um campear repleto de apropriações, abandonos e retomadas, que partiu da busca pelo que intitulei de *“As transmutações da informação - As diferentes verdades presentes ao longo do percurso da informação, entre a realidade-histórica, a produção jornalística televisiva e a recepção, a partir dos vieses da cultura e da cidadania”*. Esta foi a proposta inicial, que norteou os primeiros anos deste trabalho, ainda no denso momento de estudo dirigido, composto fundamentalmente das disciplinas cursadas e das reuniões de trabalho com o meu orientador.

O que me motivou a iniciar os estudos de doutorado foi o desafio de compreender as transformações que a informação sofre desde a sua condição de fato social, presente nas práticas cotidianas dos movimentos sociais, até a sua recepção pela comunidade fonte da mesma informação, já como acontecimento fruto de seleções e ressignificações próprias do processo de midiatização operada no âmbito do veículo televisivo, para ganhar forma de acontecimento jornalístico. A proposta inicial era fazer uma análise comparativa de como esse fenômeno ocorreria numa TV pública e noutra TV comercial.

O percurso cumprido nos anos iniciais de meu estudo obrigou, como era de se esperar, a um aprimoramento do foco e a definição de um objeto específico de pesquisa. Como veremos mais adiante, a escolha foi por analisar o telejornalismo da TV Brasil, uma emissora nascida em 2007, com o objetivo de ser a TV pública brasileira. Seu surgimento foi marcado por fortes discussões tanto no âmbito dos governos federal e estaduais, quanto no meio empresarial e dos movimentos sociais.

Os questionamentos que foram surgindo em função das disciplinas cursadas para esse doutorado, bem como os frequentes encontros com meu orientador, além de minha participação como jornalista em seminários e reuniões de trabalho,

atividades diárias no âmbito das televisões público-estatais⁴³ e meu próprio envolvimento desde a adolescência com os movimentos sociais, abriram novos horizontes para a necessária lapidação desse projeto de pesquisa.

As aulas, leituras e orientações levaram a uma ampliação do olhar para a incorporação das interfaces entre a comunicação, os elementos de mercado e poder - a partir da vertente da economia política da comunicação - e as demandas de cidadania e solidariedade que se expressam nas diferentes manifestações culturais, especialmente nos modos de vida das mais variadas camadas populacionais, quase sempre ausentes das programações televisivas brasileiras, inclusive do telejornalismo. Temos, com raríssimas exceções, uma programação feita para o telespectador e não com ele ou a partir dele. Mesmo as possibilidades advindas das inovações tecnológicas para ampliação da interatividade não se concretizaram como se anunciara, no sentido da ampliação da participação popular. A interatividade possível ainda hoje é aquela pautada e autorizada pelo emissor em seu enunciado. Trata-se, na realidade, de opções reduzidas a formatos já dados, a temas já definidos e, quase sempre, a escolha de reduzidas respostas previamente elaboradas e disponibilizadas ao público pelo sujeito da enunciação. Exceto a atualização meramente tecnológica, as experiências de interatividade utilizadas hoje em nada diferem das precárias iniciativas de participação de indivíduos, via telefone, na escolha de músicas nas programações radiofônicas dos anos 1970 e 1980⁴⁴.

⁴³ Fui até o início de 2011 editor e documentarista da TV Paraná Educativa (atual E-Paraná), pertencente ao Governo do Paraná, que retransmitia da TV Brasil. Nos anos 2008 e 2009 participei de diversas reuniões e discussões de programação da TV Brasil, integrante da EBC (Empresa Brasil de Comunicação), surgida em 2007.

⁴⁴ Refiro-me aqui exclusivamente a experiências pessoais de quando trabalhei na rádio Clube Paranaense, em Curitiba, PR, de julho de 1978 a março de 1983. Quem trabalhou em rádio nessa época sabe muito bem como era feita a escolha de música pelo ouvinte, recurso utilizado por grande parte das emissoras para angariar prestígio e, conseqüentemente, audiência. O ouvinte ligava e o locutor, ainda fora do ar, ou seu produtor, dava a ele três opções de música para 'escolher' uma no ar. Não obstante, a informação do apresentador do programa sempre era: "Aqui, você escolhe a música!", passando a ideia de que as músicas ali veiculadas eram todas escolhidas pelos ouvintes. Esse mesmo mecanismo permanece ainda válido, de acordo com minhas observações em visitas a emissoras de rádios que faço anualmente com meus alunos de graduação em Jornalismo e Relações Públicas pela UFPR, além de meu trabalho na RTVE/PR – Rádio e Televisão Educativa do Paraná, de 2002 a 2011. Se naquela época a justificativa era por problemas tecnológicos – seria impossível atender certos pedidos de música, seja por problema de tempo ou de acervo –, como justificar essa prática presente ainda hoje na quase totalidade de emissoras musicais no País, com todos os recursos tecnológicos de que dispomos nessa área? Os motivos são muitos e sua análise fugiria ao tema deste trabalho.

Nesse processo de reflexão, tornaram-se importantes os diversos tipos de problematizações que foram se dando durante as aulas, como o de ampliar o olhar sobre os fenômenos comunicacionais para além dos processos midiáticos e respectivos sistemas de produção, mas também para a necessária busca por compreender uma sociedade em processo acelerado de midiatização.

Outra problematização foi em relação à busca pela compreensão da sociedade em que se dão os fenômenos comunicacionais, fugindo de tateamentos fortuitos por explicações simplificadoras ancoradas em leituras rápidas sobre a estrutura e a propriedade dos meios e outros fenômenos, que mais bem cabem nas 'caixinhas' de certas disciplinas, mas que são, na realidade, problemáticas de outros campos de estudo. Foi, portanto, um aprendizado no sentido de se compreender os fenômenos comunicacionais a partir do campo específico da comunicação.

Foi igualmente importante ampliar o olhar sobre a pesquisa em comunicação, com os devidos cuidados para não fugir da análise comunicacional e nem restringir um trabalho de pesquisa à seleção de um objeto, à busca por elementos explicativos e à definição de técnicas e instrumentos de pesquisa de campo. Mas entendê-la como um processo em permanente construção, descobertas, intuições, envolvimento, apropriações, reformulações, experimentações próprias de um conhecimento não mais amoitado e encarcerado nos processos cognitivos racionais, mas espalhado por formas cognitivas que se valem também das dimensões emocionais e empáticas, muito mais afeiçoadas aos processos culturais.

Vale recordar aqui as provocações de Paul Feyerabend (2007), sobre a importância do anarquismo no processo da pesquisa, que permite, de alguma maneira, romper uma prática investigativa que normalmente engessa muitas pesquisas. O anarquismo, diz ele, "contribui para que se obtenha progresso em qualquer dos sentidos que se escolha atribuir ao termo. Mesmo uma ciência pautada por lei e ordem só terá êxito se se permitir que, ocasionalmente, tenham lugar procedimentos anárquicos" (FEYERABEND, 2007, p. 42). Contudo, ao contrário do que se possa pensar, o termo anárquico aqui não guarda nenhuma proximidade com deflagração de um processo caótico de pesquisa. O autor propõe um processo de pesquisa devida e cuidadosamente pensado, mas não preso a normas e procedimentos que o impeçam de ir além, que obstaculizem o próprio objeto de se

revelar na sua totalidade, por passar a ser visto com olhar diminuto, interesseiro, justificado a partir de uma pré-estruturação mental do que se quer ver.

Numa retomada rápida de algumas de tantas leituras, que presentes a seu tempo nesta tese, vale ainda citar a abertura de olhos e mente para a compreensão do projeto de pesquisa, a partir do alerta de Gaston Bachelard (1981) sobre duas questões importantes ao pesquisador iniciante: a fonte inicial impura do objeto e o problema da opinião no trabalho de pesquisa. A esta segunda questão busquei respostas ao tratar do discurso jornalístico, mais afeito a interpretar e convencer a audiência, antecipando conclusões por meio de opiniões, em vez de narrar o cotidiano, trazer as histórias de vida, apresentando elucidações e comprovações quando necessário. Isso não significa afirmar que a informação e a análise sejam fenômenos desprovidos de opinião, mas que ela, quando isolada e exacerbada, antecipa a conclusão, por ocupar espaços importantes que deveriam ser destinados à ampliação de pontos de vista diferentes sobre um mesmo fato.

Mais do que realizar uma análise rápida do processo de observação das produções jornalísticas, a fim de entender se sua narrativa é mais opinativa do que informativa e analítica, esta reflexão buscou compreender o discurso jornalístico, supostamente isento, imparcial e heterogêneo – conforme o jornalismo se auto-define -, ancorado em informações selecionadas – enquanto outras são omitidas, já que toda seleção gera exclusão. Conclui-se que se trata de um enunciado construído a partir de uma lógica de encadeamento de discursos homogêneos em busca de impor conceitos, verdades, mundividências, por meio da opinião, ainda que disfarçada de informação, ou vice-versa. Por fim, foram apontadas pistas para uma nova narrativa jornalística, mais democrática, que busque narrar os fatos transportando o público leitor/telespectador para a cena, a fim de que ele próprio forme seu juízo de valor, encontre sua própria verdade. As reflexões trazidas nesse momento referiam-se mais ao jornalismo impresso, o que me obriga a fazer uma transposição para o jornalismo televisivo no próximo passo desse estudo.

Já o primeiro alerta de Bachelard (1981) refere-se a um problema para quem faz pesquisa social: a busca pela *objetividade científica*. Para isso, é necessário cuidar para não tomar o *corpus* como um fato isolado, sem perceber a sua historicidade, com todas as virtudes e os problemas que isso implica. A começar,

lembra Bachelard, pela própria escolha do *objeto científico*, que já está em nós antes mesmo de manifestarmos interesse em pesquisá-lo. “É mais o objeto que nos escolhe do que nós o escolhemos a ele, e aquilo que consideramos os nossos pensamentos fundamentais sobre o mundo são, muitas vezes, confidências sobre a juventude de nosso espírito” (BACHELARD, 1981, p. 129). Ele trata aqui de nossa primeira preferência pelo objeto, classificando-a como “impura” e adverte:

A objetividade científica só é possível depois de termos rompido com o objecto imediato, de termos recusado a sedução da primeira escolha, de termos parado e contradito os pensamentos que nascem da primeira observação. Toda a objectividade, devidamente verificada, desmente o primeiro contacto com o objecto. Tem que começar por criticar tudo: a sensação, o senso comum, até a prática mais constante e a própria etimologia, pois o verbo, que é feito para cantar e seduzir, raramente vai ao encontro do pensamento. Em vez de deslumbrar, o pensamento objectivo deve ironizar (BACHELARD, 1981, p. 129).

No meu caso particular, este alerta deve estar presente em cada momento de meu trabalho de pesquisa, pela minha declarada parcialidade em relação ao meu objeto de estudo.⁴⁵

5.1 Os Caminhos Retos e os Tortos

Para atenuar meu envolvimento descarado com o tema, conforme *nota de rodapé*, recorro ao discurso argumentativo, lembrando-me de Vinícius de Moraes: “Filhos? Melhor não tê-los. Mas se não tê-los, como sabê-los?”. Atrevidamente sinto-me na liberdade de, alguma maneira, parafraseá-lo e adaptá-lo a um pretenso

⁴⁵ Por dever ético não posso dar ao luxo de bradar isenção. Afinal, sou um militante social nascido nas reflexões das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), com militância estudantil, atuando em linha de frente de pastorais como da Juventude, Universitária, Missionária e da Comunicação; fui membro da Comissão de Justiça e Paz no Paraná, presidente da UCBC (União Cristã Brasileira de Comunicação Social) e secretário Executivo da UCLAP (União Católica Latino-americana de Imprensa); ajudei a fundar e fui militante do PT (Partido dos Trabalhadores) no Paraná por duas décadas; fui capacitador em comunicação do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) nos anos iniciais e mantenho até hoje vínculos profissionais e de militância com o movimento; estive no surgimento de diversos movimentos sociais; organizei e coordenei a comunicação da Pastoral da Criança em nível nacional por mais de oito anos (julho de 1993 a janeiro de 2002); fui vice-presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná (1991 a 1994) e Diretor de Formação e Assuntos Profissionais da Fenaj - Federação Nacional dos Jornalistas (1995 a 1998), além de outras militâncias. Para completar meu mapa de atuação profissional, sou hoje duplamente servidor público: funcionário de carreira da RTVE/PR (Rádio e Televisão Educativa do Paraná) e professor efetivo da UFPR (Universidade Federal do Paraná). Ou seja, estou envolvido até os poros com meu tema.

cientista social: “Militância? Melhor não tê-la. Mas se não tê-la, como sabê-la?” Lembro-me ainda de uma pessoa menos conhecida, mas muito mais importante para mim do que o poeta maior. Estava eu em Curitiba já havia dois anos e numa de minhas viagens para o interior do Paraná, em visita à família, conversava com meu pai, homem de profunda sabedoria popular, formado na vida, já que a escola o perdeu de vez no final do 2º ano da escola primária – hoje, Ensino Fundamental - para a colheita de café. Eu contava a ele sobre minha militância estudantil e meu envolvimento com a Pastoral da Juventude e a Comissão de Justiça e Paz do Paraná, de minha militância no teatro popular, além de outros envolvimento naturais a um corpo jovem formado nas lides de uma igreja (católica) que encorajava, pela Teologia da Libertação, todo crente a ter uma inserção social obrigatória em decorrência da própria fé. Ele ouvia atentamente, com certo ar de interesse, mas frio de maneira a não me permitir o entendimento se era de aprovação ou não ao que eu fazia. Ao final, ouvi dele apenas: “Cuidado”. Nem dei chance dele explicar e já fui perguntando: “O senhor não quer que eu participe disso?”. A resposta foi: “Eu não disse isso. Disse apenas: Cuidado”. E continuou: “Gosto da sua coragem. Mas é preciso cuidado para não cometer injustiças na busca do que é justo”. Anos mais tarde, ao dar-se conta da impossibilidade de dividir o mundo, as coisas, as ações, as pessoas entre o bem e o mal, uma vez que tudo é muito dialético, comecei a entender o ‘cuidado’ por ele recomendado.

Creio que hoje conheço bem os caminhos deliciosos e os tortuosos da militância. Conheço menos os caminhos da ciência e me perco sempre em suas exigências. Por isso também estou tomando os mesmos ‘cuidados’ pedidos pelo meu pai. Mas, sempre que eu fizer ciência, ela será militante, afinal devo lembrar o que me disse, em texto, um terceiro personagem, de outra lide, mas que igualmente marcou minha vida de profissional militante:

Não se iluda comigo, leitor. Além de antropólogo, sou homem de fé e de partido. Faço política e faço ciência movido por razões éticas e por um fundo patriotismo. Não procure, aqui, análises isentas. Esse é um livro que quer ser participante, que aspira a influir sobre as pessoas, que aspira a ajudar o Brasil a encontrar-se a si mesmo (RIBEIRO, 1995, p. 17).

É assim que o antropólogo e político Darcy Ribeiro encerra o prefácio do seu livro *O Povo Brasileiro: O Sentido e a Formação do Brasil*.

Longe de colocar-me par e passo a um Darcy Ribeiro, mas dentro de minha proposta de trabalho sei que me encontro – e me encontrarei sempre - nesse embate salutar de livrar-me da impureza inicial de meu objeto, de livrar-me também de meus desejos provindos da fé militante e da fé de militante, sem negar, no entanto, essas ‘impressões digitais’ que carrego e carregarei sempre, e sem pejo.

Por isso mesmo, tenho tomado o cuidado de criticar especialmente minhas constatações, num tensionamento permanente para sentir sua resistência e capacidade de tornar-se ciência, de transformar-se em conhecimento. Afinal, se o envolvimento direto e cotidiano com meu objeto de pesquisa me permite conhecer desde dentro as contradições próprias desse sistema de comunicação, com a proximidade do perigo de justificação de seus mandos e desmandos e suas rotinas produtivas, pode também permitir-me vislumbrar suas virtudes e potencialidades e, ao mesmo tempo, suas armadilhas em pisares movediços, pistas falsas, certezas mentirosas que exigem um ir e vir, numa crítica e reflexão permanentes, que me impeçam de ficar preso a paixões e entregue a emoções.

Umas mais, outras menos, todas as disciplinas cursadas como parte deste estudo de doutoramento, bem como minha militância e atividades profissionais na área, me dão um escafandro importante ao pensamento que me permita adentrar nesse objeto de pesquisa, com os cuidados necessários a um pesquisador. De certa maneira elas se encontram espelhadas nas páginas deste trabalho, inclusive compondo o arcabouço teórico e empírico de minha tese, ajudando-me nos cuidados necessários nessa entrada para criticar meu próprio campo. Contudo, é difícil dizer o que pesa mais: as virtudes de estar envolvido com o objeto ou os perigos desse envolvimento. Contudo, aceito o desafio.

Portanto, se por um lado as aulas e as leituras foram desvendando caminhos, eliminando barreiras, iluminando passos, alertando para as armadilhas e apontando as potencialidades de meu objeto de estudo, de outro, o dia a dia da produção jornalística e as constantes participações nas mencionadas reuniões e seminários⁴⁶

⁴⁶ Vale destacar aqui o ocorrido no Ciespal (Centro Internacional de Estudios Superiores de la Comunicación para América Latina), com sede em Quito, Equador, entre os dias 28 a 30 de setembro

foram se configurando num arcabouço de informações e reflexões que podem me ajudar a encontrar respostas à minha inquietação inicial e ampliar as reflexões em torno de meu objeto de pesquisa.

Essas participações também foram importantes para que a minha preocupação inicial, em torno das diferentes verdades presentes no percurso do processo informativo se ampliasse para a percepção de que há uma matriz de mercado, pautada num modelo de desenvolvimento baseado no consumo, que omite com fervor religioso a luta de classes imersa nesse sistema, classificando-a como leitura ultrapassada do mundo capitalista, que perpassa grande parte da produção jornalística televisiva, seja ela de TV pública ou privada.

Citando Arjun Appadurai, Fernando Resende afirma que, devido ao próprio avanço tecnológico, ocorre uma mudança sistemática e significativa no que diz respeito à imaginação porque ela rompe o espaço da arte, do mito e do ritual para tornar-se parte do “trabalho mental cotidiano” de pessoas comuns em muitas sociedades.

O grande discurso acerca da modernização desenvolvimentista (crescimento econômico, alta tecnologia, negócios agrários, educação, militarização) ainda persiste em vários países. No entanto, é frequentemente pontuado, questionado e redefinido por micronarrativas de filmes, televisão, música e outras formas de expressão que permitem que a modernidade seja reescrita (...) (APPADURAI, 1996, p. 10, apud RESENDE, 2006, p. 3).

É neste apontamento de Appadurai que fixo, de alguma maneira, a centralidade das reflexões em torno da produção jornalística a ser analisada: a questão das micronarrativas, mas aqui detidas no âmbito do discurso do telejornalismo, que ao menos ajudem a reescrever a modernidade, tão consolidado no imaginário da imensa maioria dos jornalistas brasileiros.

de 2009, sob o título “*Seminario Internacional Medios Públicos, Ciudadanía y Democracia*”; e o realizado pela ALAI (Agencia Latinoamericana de Información), com sede em Quito, Equador - que faz um trabalho fundamentalmente vinculado aos movimentos sociais latinoamericanos -, nos dias 28 a 31 de março de 2010, em Quito, Equador, sob o título “*Comunicación, Integración y Movimientos Sociales*”, para os quais fui convidado. Vale ainda citar a participação como delegado paranaense na 1ª Conferência Nacional de Comunicação, de 14 a 17 de dezembro de 2009, em Brasília; e o 1º Mutirão Latino-americano de Comunicação, realizado em Porto Alegre, Brasil, de 3 a 7 de fevereiro de 2010, sob o título “*Processos de comunicação e cultura solidária*”, que ajudei a organizar. Participo ainda do GT de Comunicação que trabalha no sentido de implantação da área de comunicação da Unila (Universidade Federal para a Integração Latino-americana), com sede em Foz do Iguaçu, PR.

Surge desse desafio a série de interrogações que, de alguma maneira, foram dando forma a uma espécie de recipiente a ser preenchido por buscas que ajudassem a entender o enunciado matricial presente na discursividade do telejornalismo. Tais interrogações se materializaram nas questões referentes a uma possível necessidade de incorporação de novas fontes informativas, de novas lógicas narrativas, de novos modelos explicativos, de novos operadores semânticos e mecanismos de mediação social no processo de produção jornalística televisiva, especialmente quando se trata de uma TV pública. Afinal, não é de se admirar que uma TV comercial apresente um enunciado-mestre perfilado nas propostas de mercado, inclusive na sua versão liberal. No entanto, de uma TV tanto pública quanto estatal espera-se outra proposta de discurso. Logo, este é o foco deste projeto de pesquisa.

O objetivo, portanto, deste trabalho é verificar, por meio de análise do enunciado jornalístico, se o modelo de TV Pública em formação no Brasil, tomando como objeto o principal telejornal da TV Brasil, dá conta de oferecer uma proposta discursiva alternativa ao que é apresentado pela TV comercial, que tem sido hegemônica no Brasil, desde o seu surgimento há mais de 60 anos.

Esse objeto/problema e respectivo objetivo da pesquisa foram, portanto, fruto de um salutar esforço no sentido de conhecer e apropriar-se daquilo que Jiani Bonin (2006) chama de reservatório de conhecimentos de natureza epistemológica, teórica, metodológica e técnica a respeito do tema que pretendia estudar. Começando com a pergunta pela impureza do objeto (BACHELARD, 1981) por mim escolhido, devido à minha atuação profissional e militante, aproveitei os primeiros anos dos estudos de doutorado para realizar um trabalho efetivo, recomendado pela autora, de “debruçar-se sobre este reservatório, para revisitá-lo e ver o que oferece para alimentar a construção do projeto de pesquisa, pensando no que dele se pode efetivamente se transformar em um trabalho de apropriação, o que dele pode ajudar o labor de pesquisador-artesão” (BONIN, 2006, p. 30).

Foi assim que para a Qualificação cheguei a um projeto ampliado de pesquisa, sob o título *“Do mercado à cidadania - O desafio da incorporação de novas fontes, novas lógicas, novos modelos explicativos, operadores semânticos e*

mecanismos de mediação social no processo de produção jornalística na TV pública”.

A partir dos questionamentos da banca examinadora, incluindo a sugestão de novas leituras e aprimoramento do campo quanto ao foco, realizei novas consultas e andanças profissionais, militantes e acadêmicas, associada a uma observação, tanto quanto possível permanente⁴⁷, de meu objeto de pesquisa – TV Brasil - meu projeto de pesquisa foi se alterando e me obrigando a precisar melhor o seu escopo quanto a sua originalidade e viabilidade. Foi necessário afunilar um pouco mais o campo a ser observado, a fim de dar conta daquilo que busco vislumbrar.

Houve, portanto, um novo debruçar-se sobre o reservatório, proposto por Bonin, e um mergulho em campo, já no processo de experimentação e tensionamento entre teoria, conhecimento empírico e observação do objeto, que foi se transformando o tempo todo, até chegar ao título final deste trabalho: *Do Mercado à Cidadania - O desafio de novos sujeitos discursivos e de novas narrativas na produção jornalística da TV pública brasileira.*

Assim, a proposta desta pesquisa foi a de realizar uma análise do principal telejornal da TV Brasil, o “Repórter Brasil” - especialmente a edição da noite, que vai ao ar das 21 às 22 horas, de segunda a sexta-feira, e das 21 às 21h30 de sábado. Em tela, a busca por compreender se seu discurso, construído por seus agendamentos, enunciados e narrativas, corresponde às exigências de uma TV pública, que dê conta de trazer a público as demandas das esferas estatal e sociedade civil organizada, em contraponto às demandas já oferecidas pelas televisões do campo privado. Trata-se, portanto, de uma questão ideológica, de se entender qual é a visão de sociedade e de regulação social do Estado que se constitui a matriz do discurso televisivo.

Se estava, aqui, melhor definido o meu campo de observação, ainda era preciso ter em vista um dito popular, reiteradamente lembrado por meu pai ao pedir concentração e foco no que eu fazia: “Quem muito abraça pouco aperta”. Era necessário, portanto, precisar melhor o que observar do “Repórter Brasil” para obter

⁴⁷ Desde que a TV Educativa do Paraná deixou de formar rede com a TV Brasil, o acesso à emissora em Curitiba só é possível por alguns pacotes de TV a cabo. Aliás, os pacotes básicos não trazem a emissora.

uma resposta mais a altura do esperado, evitando reducionismos maniqueístas e generalizações que possam levar a conclusões simplificadoras do tipo sim e não.

Também era preciso evitar cair no perigo de se reinventar o que já existe e, a fim de aprender com quem já fez pesquisas que guardam alguma semelhança com meu tema, retomei as leituras da *pesquisa da pesquisa* que já havia realizado. Trata-se de um momento fundamental para quem está imerso numa tarefa de construção de um projeto de trabalho como este, tanto para não cair em repetições quanto para buscar subsídios que o ajudem na estruturação do respectivo projeto. É um “revisitar interessado porque esse movimento é focado e trabalhado pela ótica do que essas pesquisas podem oferecer para a construção do projeto em que o pesquisador labora” (BONIN, 2006, p. 31).

Foi possível perceber isso já nos seminários em que analisamos algumas teses em sala de aula, sob a orientação da professora Jiani Bonin⁴⁸. Das três teses por mim analisadas como parte da disciplina, que trouxeram elementos e reflexões importantes para meu trabalho, destaco a pesquisa de Inesita Soares de Araújo⁴⁹, que trouxe luzes e elementos fundamentais para meu projeto de pesquisa. Ela não trata de televisão pública, mas trabalha com a questão da discursividade como lugar de embate e de construção do poder⁵⁰.

Ao abordar a disputa entre indígenas e representantes públicos pelo controle social da saúde indígena, a pesquisadora estabelece um ótimo diálogo entre os fatos empíricos e os autores que aportaram para sua pesquisa teórica. Há uma harmonia discursiva iniciada na problematização teórica e na empírica, que vai se revelando ao longo de seu trabalho, com os autores que lhe dão suporte teórico fazendo-se presentes em cada momento de observação. Com isso, ela consegue ver coisas que um observador comum não vê. Isso é fazer ciência. Araújo constrói

⁴⁸ Como parte da disciplina *Pesquisa Avançada em Comunicação*, ministrada pela professora Dra. Jiani Adriana Bonin, no primeiro semestre de 2008, como parte dos estudos obrigatórios para este doutoramento, no PPG de Comunicação da Unisinos, os alunos foram desafiados a realizar uma pesquisa sobre as pesquisas já realizadas que guardassem proximidade com o próprio projeto.

⁴⁹ ARAÚJO, Inesita Soares de. Mercado simbólico: interlocução, luta, poder. Um modelo de comunicação para políticas públicas. Rio de Janeiro, 2002. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

⁵⁰ Outro trabalho dessa mesma autora, que deverá fazer parte desta pesquisa, é a obra *A reconversão do olhar*, em que ela parte de um estudo sobre a comunicação rural no Nordeste brasileiro para identificar os modos pelos quais os atores sociais buscam equilibrar forças na disputa pela hegemonia nas práticas sociais.

um lugar de interlocução, onde se fazem presentes dois tipos de discurso: o do indígena e o dos administradores públicos. E aqui ela vai identificando as estratégias que confirmam esse lugar. O centro de sua pesquisa são estratégias de controle da enunciação, para a conquista do controle social na área de saúde. Percebe-se isso quando os indígenas tentam ocupar esse espaço, como se fora a própria conquista do controle social, incluindo o rompimento do regimento interno (2002, p. 167), já definido para garantir às autoridades (não-índias) o controle da fala. Isto se revela na briga para que o secretário da conferência não se ausentasse dali. Os indígenas quebram a disciplina e assumem como os autorizadores dessa ausência (2002, p. 173), ainda que ela se justificasse, do ponto de vista do não-índio, por atender a um pedido de outra autoridade superior a ele no governo. A pesquisadora vai identificando como essas estratégias discursivas vão se construindo e se revelando. Quando o índio reconta o passado, recupera sua história e medicina: o que ele está travando é uma luta pelo reconhecimento de seu saber próprio. Isso transborda em aparência quando o índio conta uma lenda em que seus antepassados revelavam que o conhecimento do branco está no papel e o do indígena está na memória.

Para nós, tanto os índios quanto os brancos têm a mesma origem. Quando a “Canoa-de-Transformação” chegou em Diá-peragobe wi’f, os ancestrais da humanidade, já em forma humana, começaram a sair pelo buraco. O ancestral daqueles que iriam ser os brancos também estavam na canoa. Ele foi o último a sair. (...) quando nossos ancestrais viram pela primeira vez o missionário com seu livro, eles já sabiam que esse livro era o poder dele, a sua arma. Para nós, que somos os irmãos maiores do homem branco, Yeba-gõãmi deu o poder da memória, a faculdade de guardar tudo na memória, os cantos, as danças, as cerimônias, as rezas para curar as doenças (...) (ARAÚJO, 2002, p. 165).

A pesquisadora vai demonstrando como vão aparecendo o que ela classifica como “cicatrices do sentido”, presentes na História nem um pouco harmoniosa entre índio e não-índio, e vai revelando o poder simbólico do discurso como necessário para instaurar um novo pacto de *convivialidade*. Entre os índios, revela ela, “quem fala carrega prestígio diante dos seus parentes, e acumula capital simbólico nas organizações indígenas” (2002, p. 169). E, para isso, o índio não respeita a disciplina, ou melhor, cria uma disciplina própria. Há um jogo interno e os índios vão se revelando bons jogadores, tanto é que falam primeiro no próprio idioma e depois

em português. Primeiro, fala para os seus e afirma o seu lugar-índio. O que está em jogo, portanto, em análise, é a democratização do discurso (2002, p. 175), revelando que o Estado concede direito aos indígenas até onde não é questionado (2002, p. 283).

Outro ponto importante dessa tese está no esforço daquela pesquisadora por construir um modelo de comunicação para políticas públicas e transformar isso em representações gráficas. Aí vão surgindo os sentidos sociais, a mensagem, os interlocutores e seu contexto (2002, p. 294) e tudo vai conformando uma rede própria de sentido social (2002, p. 297). Revela, ainda, uma capacidade em propor uma explicação sinóptica para esse modelo, um esquema capaz de tornar palpável o que vê e o que sugere, chamado de Modelo de Mercado Simbólico.

Para o meu trabalho de pesquisa, a tese de Inesita Soares de Araújo traz questionamentos e sugestões importantes. Ela consegue ver para além do visível. Sai do palpável, do texto em si do discurso para entender o seu contexto. Sai do que é objetivo para entender o subjetivo. Eis um desafio para o meu trabalho, que se propõe a analisar o discurso presente no telejornalismo dessa TV pública, a fim de entender, por meio dos enunciados, sua compreensão social, seu fazer profissional, e seu vínculo a um projeto de mera difusão ou, de fato, de comunicação social.

Mais do que o aparente, o que é percebido na materialidade do objeto, essa tese analisada me desafia a observar o não-aparente, o não-dito, o não-visível, o não-explicitado, e almejar a construção de um esquema, um modelo, capaz de revelar os 'sentidos motrizes' de cada parte em jogo, os sentidos próprios que cada qual dá ao seu fazer social, entendendo que o que está em jogo é a própria subjetividade de cada comunidade de sujeitos em análise, que se materializa em forma de disputa discursiva, e, como tal, impregnada do político, do econômico, do cultural, do social... Mas é sempre uma questão de subjetividade expressa no âmbito do discurso.

Por outro lado, a pesquisa exploratória para este estudo levou-me à busca pelos bancos de teses e dissertações da Capes, USP, Fapesp, Ufrgs e Unisinos. Retomada em fevereiro de 2011 e encerrada em agosto do mesmo ano, essa pesquisa indicou 67 teses e dissertações do campo da comunicação que têm alguma relação com o tema de meu trabalho de pesquisa. Busquei também, na

biblioteca virtual da CAPES, teses e dissertações em duas áreas que podem guardar alguma proximidade com meu projeto: ciência política e antropologia. Na primeira encontrei quatro teses, na segunda encontrei uma dissertação e uma tese.

Embora esses 73 trabalhos guardem alguma proximidade com o que busco conhecer, nenhum deles tem identificação direta com o objeto de pesquisa proposto e tampouco busca compreender a problematização que proponho. Fiz a leitura de todos os resumos e selecionei, num primeiro momento, 25 teses e dissertações que, de alguma maneira, tratam de comunicação, televisão pública, mercado, movimentos sociais. No entanto, todas as que se referem aos movimentos sociais tratam, na realidade, do MST.

A partir de uma leitura da introdução dessas, separei oito que, de alguma maneira, interessavam mais à minha pesquisa. As demais, embora guardassem proximidade, focavam outras particularidades dos respectivos objetos que fugiam de meu campo de visão interesseira, já mais focado no discurso do telejornalismo, especialmente na sua relação com as esferas das instituições políticas, econômicas e da sociedade civil organizada.

Nas oito selecionadas fiz um mergulho um pouco maior, lendo parte de capítulos cujos títulos haviam me interessado num primeiro momento. Quatro descartei em seguida, por apresentar menor interesse ao que buscava.

Acabei por fazer um mergulho mais aprofundado em quatro delas, com o objetivo de identificar elementos tanto metodológicos quanto teóricos que me permitissem realizar um trabalho mais eficiente possível sobre minha proposta de pesquisa. Em duas delas se fazem presentes os embates do discurso jornalístico em relação ao movimento social. Outra escolhi por não tratar de movimentos sociais, mas de comunidade. Interessou-me o fato de ela estudar pauta e agendamento em televisão. Escolhi também uma que faz um paralelo entre televisões públicas do Chile, Inglaterra e França e a TV Cultura de São Paulo. Sobre essas quatro faço algumas considerações a seguir, que considero importantes resgatar para o meu estudo.

5.2 Quem Pauta a Pauta?

A primeira análise foi feita da dissertação de Mário Novelino Alonso Soler, intitulada **Quem pauta a pauta – rotinas produtivas do Tem Notícias Primeira Edição**⁵¹. A dissertação traz uma análise da relação entre a pauta do telejornal local e a comunidade, utilizando a hipótese da *agenda-setting*. Essa hipótese, a do agendamento, é trabalhada a partir da ideia de que a mídia, ao privilegiar determinados assuntos em detrimento de outros e ao utilizar certos ângulos de enquadramento, constrói uma representação da realidade e que, com isso, pode até não influenciar diretamente o comportamento do indivíduo, mas atua delimitando o conjunto de temas sobre os quais se deve pensar ou opinar. Na sua estrutura, o trabalho se enquadra num padrão comum, dividido em quatro partes: **1ª parte** - Resgata os estudos teóricos a respeito da *agenda-setting*, seus autores e demais pesquisadores do tema. **2ª parte** – Traça um cenário do ambiente da pesquisa, contextualizando o telejornalismo comunitário das afiliadas da TV Globo no interior paulista. **3ª parte** – Propõe e discute uma hipótese de agendamento verticalizado de conteúdo e forma. Aqui expõe a imposição de um modelo editorial único, criado pela Central Globo de Jornalismo, com regras rígidas que regulam desde o padrão visual ao conteúdo editorial dos telejornais, definindo até mesmo a estrutura organizacional da redação. **4ª Parte** – Explicita a metodologia de observação participante e, na seqüência, procede a pesquisa de conteúdo do telejornal, analisando casos exemplares de agendamento no telejornalismo regional. Faz um mapa dos temas predominantes no noticiário local, para conhecer a origem das pautas, as fontes de informação mais comuns, e quantifica a contribuição da comunidade na composição do conjunto dos temas que vão ao ar.

Para saber como as pautas surgem, como são selecionadas e construídas, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com os responsáveis pela produção das pautas: o editor-chefe, editores e produtores locais, idealizadores e aplicadores do formato atual dos telejornais afiliados à TV Globo. Para analisar o fluxo da informação e o grau de interferência do telejornalismo regional na agenda da comunidade e vice-versa, aplicando os conceitos de *agenda-setting* à pesquisa, são

⁵¹ SOLER, Mário Novelino Alonso. Quem pauta a pauta – rotinas produtivas do Tem Notícias Primeira Edição. Bauru, SP, 2005. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista – campus de Bauru.

mostrados dados e aplicadas três entrevistas: com a Associação Comercial, Associação Aduaneira e Fórum das associações de moradores. A análise, neste caso, é apenas sobre os dados, sem mostrar o contraponto da comunidade referida.

A contribuição dessa dissertação para meu trabalho se deu na forma de compreender os fluxos e as rotinas de produção de uma pauta, no que o autor chama de circularidade: mídia-comunidade-mídia e na questão de como se dá o agendamento. No entanto, a pesquisa tem limitações⁵², como no fato de expressar pouco a metodologia utilizada, reduzindo o trabalho à citação das técnicas empregadas na pesquisa. A falta de uma metodologia mais clara e ampla reduz o trabalho a dados e (poucas) entrevistas, levando a conclusões do tipo quase senso comum: há uma imposição de um modelo de telejornalismo comunitário e há, no “trajeto da informação, um moto-contínuo: mídia-comunidade, comunidade-mídia, mídia-comunidade... Assim, a circularidade da informação poderia transformar um telespectador comum também em pauteiro”, diz o autor. Mais grave é o fato de o trabalho assumir, sem questionar, o conceito de jornalismo comunitário dado pela própria emissora. O autor trabalha ainda como se esses três estamentos sociais (empresarial, estatal e comunitário) fossem comunidades semelhantes, sem aprofundar suas identidades. Na realidade, ele trabalha com jornalismo comunitário, mas não discute comunidade e nem jornalismo comunitário. Este foi um cuidado que tomei em meu trabalho de pesquisa: estudar, questionar, compreender as categorias e os fenômenos com os quais trabalhei.

5.3 A Queda de Braço

A segunda análise que fiz foi sobre a tese de Fábio Souza da Cruz, intitulada **A cultura da mídia no Rio Grande do Sul: o caso MST e Jornal do Almoço**⁵³. O trabalho apresenta uma articulação entre a mídia (o telejornalismo) e um movimento social objeto de pesquisa, seguindo também um padrão comum, dividido em quatro partes. **1ª parte** - Traz uma revisão bibliográfica sobre os estudos realizados no Brasil na área de telejornalismo. Destaque para a Rede Globo de Televisão e sua

⁵² Não obstante, tais limitações também ensinam a como evitar, no meu caso específico, a simplificação de um processo de pesquisa.

⁵³ CRUZ, Fábio Souza da. A cultura da mídia no Rio Grande do Sul: o caso MST e Jornal do Almoço. Porto Alegre, 2006 – Tese (Doutorado) – Faculdade de Comunicação Social, PUC/RS

afiliada no Rio Grande do Sul, a RBS (Rede Brasil Sul de Comunicação) e o telejornal JA (Jornal do Almoço); **2ª parte** - Apresenta o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, que tem sua história construída por meio de um exercício de contextualização, relacionando a questão agrária no Brasil e a política brasileira a partir de 1984, ano de fundação do MST. O Movimento também é analisado no processo de globalização, tomando os fenômenos do poder e da mídia; **3ª parte** - Faz uma articulação entre os pressupostos teórico-metodológicos da “Pedagogia Crítica da Mídia”, de Douglas Kellner, da vertente dos Estudos Culturais, e a perspectiva das mediações, de Jesús Martín-Barbero e Guillermo Orozco. Na questão dos estudos culturais, ele traz as contribuições de Stuart Hall e Néstor García Canclini, tratando mais diretamente sobre identidade cultural, além de John B. Thompson, no que se refere aos conceitos de ideologia e poder. Aqui ele explica as teorias e as metodologias propostas por cada autor, contextualizando-as no cenário geral dos estudos da comunicação. Há uma boa articulação permanente teoria/metodologia, que se configura num dos destaques do trabalho. **4ª parte** - Aqui está a proposta metodológica da pesquisa, apresentando duas hipóteses: 1) o JA concebe o MST como uma ameaça à ordem, justificando uma intervenção mais dura por parte da polícia e da justiça. 2) A tendência mais forte dos membros do MST é a de resistir às notícias do JA, justamente porque o histórico da relação entre o Movimento e o grupo Globo – e, em particular, a RBS – é marcado por sérias divergências.

São estabelecidos cenários contextualizados tanto com relação à produção do texto midiático quanto no que se refere à recepção e sua produção de sentido. Em recepção, as técnicas utilizadas consistem no grupo de discussão e nas entrevistas por pautas. O autor procurou fazer uma delimitação das três perspectivas desenhadas num esforço de adaptação à problemática deste trabalho. **a) O horizonte social** diz respeito às múltiplas relações, às práticas e experiências que se desenvolvem dentro do campo social, e que acabam por contextualizar o local, a época e o cenário de lutas políticas, econômicas, culturais etc., em que é feita a produção da cultura por intermédio dos meios de comunicação. **b) O campo discursivo** contempla as mediações, onde estão presentes todos os elementos (hegemônicos e contra-hegemônicos, superiores e inferiores) envolvidos no discurso

dos meios de comunicação, com destaque para o telejornalismo. **c) A ação figurada** implica mostrar os desdobramentos sociais de acordo com o contexto do público, expondo, assim, os reflexos da cultura da mídia na sociedade.

Como *corpus* da pesquisa o autor toma 18 edições do JA, de um total de 26 que foram ao ar durante o mês de abril de 2004, período anunciado pelo MST como sendo o “Abril Vermelho”, quando foram realizadas ocupações de terra em todo o Brasil. Segundo o autor, estas 18 edições dispensaram, em maior ou menor grau, atenção ao tema. Como recepção, o autor toma apenas três militantes do MST, contando como se aproximou deles; as dificuldades e a ajuda de dois amigos que conheceu na universidade. Trata ainda das técnicas de pesquisa utilizadas: aproximação, questionário, análise de noticiário.

Em termos de contribuição à minha pesquisa, vale notar a densa pesquisa teórico-metodológica, com uma ótima e permanente articulação e clareza a partir de qual teoria se filia. No entanto, o trabalho aparenta, de antemão, uma certa tendência a favor do MST e contra a RBS e seus comentaristas no telejornal. Transparece muito mais a explicitação de um discurso do que a busca por fazer ciência, ainda que engajada, mas ciência. A pesquisa foi realizada com apenas três membros do MST, sem explicitar por que somente esses três e por que ninguém da RBS. O autor faz uma análise de produção, porém de fora, sem entrevistar, e aí está o problema, sem tentar compreender as condições e as rotinas de produção. Embora com boa argumentação teórica, não explicita um esforço de compreensão do outro lado, o do enunciador. Isso limita muito a pesquisa e as conclusões acabam por ser óbvias demais: confirmam cabalmente as hipóteses, sem tensionamento teórico ou com os entrevistados. Este perigo corri em meu trabalho de pesquisa, até mesmo pela minha militância e tendenciosidade assumida de antemão. Procurei evitar em meu trabalho, espero ter conseguido.

5.4 Ruínas Discursivas

A terceira escolha foi a tese de Kleber Santos de Mendonça, intitulada **Ruínas Discursivas - A ocupação midiática sem-terra como máquina de guerra**

nômade⁵⁴. O estudo trata da estratégia comunicativa do MST, onde os sem-terra não são vistos como vítimas dos meios de comunicação, mas como “atores políticos capazes de provocar, com sua própria ruína, a ruína de um discurso extremamente bem urdido e eficiente” da mídia, diz o autor. O objetivo, segundo ele, não foi o de evidenciar as fraquezas retóricas da objetividade jornalística, mas pensar quais seriam os instrumentos capazes de fazer com que esse mito caia por terra no momento mesmo em que o trabalho de dissimulação de seu engendramento é levado a cabo. O objeto concretamente analisado foi o complexo embate de relações de poder que é posto em prática quando o MST promove uma ocupação de terra e há uma cobertura jornalística, operando aí, segundo o pesquisador, uma política de revide através (ou apesar) dos meios de comunicação de massa.

Para dar conta dessas questões, é elaborado um quadro referencial teórico amplo e multidisciplinar na busca de um entendimento das “características desse objeto ambíguo”. Segundo o autor, o referencial teórico trata do funcionamento da mídia como uma espécie de *quarto poder imperial*, identificando neles o papel de guardião contemporâneo da memória oficial (e dos sentidos hegemônicos), “cuja missão é re-enquadrar qualquer gesto de memória clandestina, ou de grupos subterrâneos, como a ocupação de terras (e de discursos) promovida pelo MST” (2007, p. 16). Isto exigiu, segundo ele, uma “apropriação e costura de conceitos de diversas ciências, como a Antropologia, a História, a Filosofia, a Ciência Política e a Geografia, mas sem deixar de agregá-los aos principais avanços e contribuições do campo da Comunicação” (2007, p. 16). O trabalho mostra ainda a gênese, importância e o *modus operandi* do MST. Faz um histórico da questão agrária e os conflitos sociais no campo e apresenta uma bibliografia que agrega “questões sociológicas e filosóficas ao MST e ao modo como a práxis de luta do movimento se instaura na contemporaneidade” (2007, p. 14). Para entender esse objeto duplo, o autor foi buscar luzes na filosofia política desenvolvida por Deleuze e Guattari. Tais teses, diz o autor,

⁵⁴ MENDONÇA, Kleber Santos de. Ruínas Discursivas - A ocupação midiática sem-terra como máquina de guerra nômade. Rio de Janeiro, 2007. Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal Fluminense.

Ajudam a pensar os sem-terra não como agricultores que querem se fixar na terra, mas como um devir minoritário (e nesse sentido, marginal), em busca de uma inscrição capaz de promover, temporariamente, uma ruptura com a lógica do capital (e do Estado) a cada ocupação (2007, p. 18).

A construção do texto foge ao padrão comum das teses e apresenta um ir e vir, porém, coerente. Já no primeiro capítulo traz os aspectos prioritários da tese de Deleuze e Guattari, presente em *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*, cuja ideia central trabalhada é a de que o capitalismo, em sua fase global contemporânea, seria prioritariamente desterritorializante, na medida em que torna-se capaz de capturar uma máquina de guerra, cuja natureza nômade seria exterior ao Estado. O autor não destaca, contudo, que essa natureza nômade é sempre interdependente. Um exemplo é o complexo militar estadunidense, que é privado e estatal. Sem o Estado, esse complexo não teria nenhuma possibilidade de agir e manter a hegemonia.

Para o *corpus* da pesquisa o autor não considerou fundamental concentrar sua análise prioritária apenas em um veículo ou em algum acontecimento específico. Fixou-se no elástico período dos quatro anos do primeiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva, 2003 a 2006, nos jornais diários *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, e algumas edições das revistas semanais *Veja*, *Época*, *Isto É* e *Carta Capital*. Um *corpus*, sem dúvida, imenso e de difícil análise, mas que ele defende assim:

A sombra do risco da falta de ‘precisão metodológica’ (ao analisarmos diferentes veículos) se dissipa diante da luz da constatação de que, no Brasil, as características específicas do grupo de leitores desses veículos aqui elencados são bastante uniformes. Junte-se a isso uma das hipóteses desse trabalho, de que os *media* hegemônicos cumprem uma função única - por mais segmentados, direcionados e específicos que pareçam -: a de contribuir para a administração de um fluxo homogêneo de sentidos, em uma sociedade cada vez mais formada por uma grande e única ‘classe social’ global de ‘consumidores’ (MENDONÇA, 2007, p. 19).

Ainda sobre a questão metodológica, o autor afirma que a pesquisa empírica realizada não pretendeu determinar quais seriam as diferentes “inspirações ideológicas” de cada veículo, mas realçar os aspectos políticos comuns da ferramenta de captura desse “espaço liso” contemporâneo (o jornalismo, como

prática), em sua função de apaziguador e guardião de memórias, vozes, sentidos e silêncios.

Entre as conclusões da tese está a de que o espaço midiático possui as características do espaço liso, descrito por Deleuze e Guattari, como um produto (geográfico e político) da máquina de guerra, portanto, exterior ao Estado brasileiro que sofre um gesto de captura por parte do capitalismo em sua fase imperial. A demonstração aqui é mais conclusiva do que demonstrativa, por alicerçar-se na 'possível' anuência do Estado pelo silêncio em relação às questões analisadas. Aponta ainda a dimensão política contemporânea *ocupada* pelo MST, como "tática de confronto que se fundamenta em um complexo movimento de des-reterritorialização, que se assemelha ao funcionamento do que Deleuze e Guattari definem como máquina de guerra nômade" (2007, p. 255). Essa 'máquina de guerra' sem-terra pode dar pistas de possibilidades de luta contra hegemônica (ou revide) nesse momento do capitalismo imperial, conclui o autor, apontando o papel que a imprensa joga, neste momento, e a política do MST de se fazer presente na mídia, por meio do processo de ruínas discursivas.

Interessante notar nesse trabalho é que o autor, embora de início assuma categoricamente ser militante, nesse trabalho consegue olhar em profundidade os discursos da mídia e do MST. Não é uma pesquisa isenta, mas nem por isso deixa de ser ciência. Além da ampliação de olhada sobre o papel contemporâneo da mídia no processo de globalização capitalista, que pretendi trazer como reflexões nesta tese, este comportamento do autor, de buscar fazer ciência sem negar sua militância, mereceu maior acuidade de minha parte.

Outro detalhe a destacar é que, assim como o trabalho de Araújo, esta tese trouxe desafios importantes para minha pesquisa. Kleber Santos de Mendonça parte do concreto, mas antes traça um quadro que lhe permite compreender essa dupla ação (do MST e da mídia) a partir das teses de Deleuze e Guattari. Primeiro ele fabrica uma concepção de método, uma concepção de problema, propõe um construto, uma visão de conjunto, e faz isso exaustivamente, para depois voltar ao concreto e vê-lo em sua real dimensão, e aí sim esmiuçá-lo, na forma como vimos no "Método na Economia Política, de Marx (1977). E ele faz isso problematizando o tempo todo ambos discursos: da mídia e do MST, tal e qual fez Araújo ao tensionar

os discursos do índio e do não-índio. Ele assume, sem problemas, e justifica que em cada momento de análise empírica as hipóteses sofriam alterações de percurso. “Novos textos, de diferentes ciências, se faziam necessários, na medida em que ofereciam olhares outros sobre as questões propostas”, afirma ele. Aliás, aqui lembra, em parte, a proposta de Paul Feyerabend (2007), de que ocasionalmente o anarquismo é bem-vindo ao processo de pesquisa, e esse pesquisador o faz muito bem.

Se a tese de Araújo apresenta uma novidade em termos de olhar as evidências não evidentes do duplo discurso entre o índio e o não-índio, propondo, ali, um modelo de comunicação capaz de impulsionar uma ação comunicativa de políticas públicas, Kleber Santos faz o mesmo percurso, mas a partir de um arcabouço teórico, capaz de lhe permitir olhar as operações discursivas mais amplas, construtoras e definidoras de um espaço político de confronto.

5.5 Televisões em Busca de Identidade

A quarta escolha foi a tese de Teresa Montero Otondo, intitulada **Televisão Pública na América Latina: para quê e para quem?**⁵⁵. Trata-se de uma pesquisa documental, baseada em publicações, correspondências, reuniões e experiência pessoal (ela trabalhou por uma década na TV Cultura de São Paulo), em que a autora busca responder a algumas perguntas em torno do que é ou deve ser uma emissora com esse perfil: o que define, distingue, legitima e justifica uma TV pública? Para quê e para quem deve servir a televisão pública? Claro que esta é a tese que mais se aproxima de meu projeto de pesquisa, por isso foi retomada ao longo de meu trabalho.

Ao fazer uma análise comparativa e traçar um paralelo entre televisões públicas do Chile, Inglaterra, França e EUA, a autora foca seu estudo em torno da TV Cultura de São Paulo e suas lutas por consolidar-se como uma TV Pública. Como o estudo foi concluído (2008) pouco tempo depois do surgimento da TV Brasil

⁵⁵ MONTERO, Teresa Otondo. *Televisão Pública na América Latina: para quê e para quem?* 2008. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) - Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina / USP.

(dezembro de 2007), ela traz um bom relato histórico e uma vasta documentação em torno da decisão do governo brasileiro de criar essa emissora, bem como os embates com as demais televisões brasileiras do campo público, incluindo a TV Cultura, e entidades da sociedade civil, com destaque para o FNDC (Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação) e Intervenções (Coletivo Brasil de Comunicação Social). Em documento, este último propôs a criação de um fundo de comunicação pública, gerido por um conselho nacional de comunicação pública para financiar e garantir isenção da TV pública, conforme observa a autora (2008, p. 137). Para Ottoni, apesar de toda a história da TV Cultura e das discussões e experiências em torno de uma TV Pública, o Brasil ainda não tem uma TV com essas características.

A TV Pública não existe no Brasil, ainda. Muito se andou desde que o conceito, importado do exterior, foi usado por Roberto Muylaert, presidente da Fundação Padre Anchieta, ao celebrar os 20 anos da TV Cultura, em 1989. Mas ainda falta muito para que se estabeleça no país um sistema televisivo equilibrado, no qual a televisão pública tenha um papel reconhecido, ao lado da TV comercial e da estatal, como estabelece a Constituição de 1988, sem explicitar, no entanto, que televisão é essa (MONTERO, 2008, p. 292).

Esta tese, explica a autora, parte da premissa de que a televisão pública é necessária como fator de equilíbrio democrático das comunicações sociais. Por isso, é preciso “desenvolver políticas públicas de comunicação pública para preservar o lugar da TV pública no universo globalizado da televisão contemporânea, como forma de garantir a democratização da comunicação e o direito à informação no mundo de hoje” (MONTERO, 2008, p. 5).

Dividida em três partes, a tese faz, inicialmente, uma discussão sobre televisão e noções de serviço público, trazendo diversos autores, especialmente latino-americanos que discutem o tema e algumas experiências no continente. Traz, ainda, a questão da interculturalidade continental e faz um paralelo com as discussões na Europa. Ao explicar os modelos de cada televisão estudada, a partir de sua estrutura jurídica, administrativa e formas de financiamento, dedica tempo suficiente para analisar o funcionamento, detalhando as respectivas programações. Contudo, o embate está posto em torno do conceito de TV pública, reduzindo-o

àquela emissora que tenha conseguido manter-se distante do Estado, ou desvencilhar-se dele. O Estado abordado por ela é o de corte liberal, confundindo-o sempre com o governo de turno e, por isso mesmo, a TV estatal aparece sempre como nociva aos interesses públicos. Em minha tese, evitei essa abordagem, sem ignorar os perigos da proximidade TV público/governo de turno.

Na segunda parte da tese, a autora traça um perfil bem completo de duas experiências europeias, a dos EUA e a do Chile, traçando uma distinção entre elas, a partir de suas principais características. O modelo inglês, da BBC, ela qualifica como o lugar de “primazia do público”; o modelo francês, como o lugar da “primazia do Estado”; e o modelo norte-americano, de “primazia do mercado”.

Após contar a história da BBC e suas lutas para se manter pública, apesar de todos os problemas que enfrenta no plano político, Montero afirma que ao contrário do que acontece na Inglaterra, a televisão pública francesa “está incrustada no Estado e sofre com a sazonalidade e humores do governo” (2008, p. 241). Ela conta com detalhes os grandes embates de dirigentes dessa emissora com o atual mandatário Nicolas Sarkozy, que tenta a todo custo manter a TV pública a serviço do governo. Ao referir-se ao modelo estadunidense, ela afirma:

Se na França a televisão pública é altamente centralizada e o setor audiovisual muito regulamentado, nos Estados Unidos, país de governo federal e altamente descentralizado, a atividade é regulada segundo os princípios da iniciativa privada: leis de mercado, da concorrência e da liberdade individual. O mesmo vale para a televisão pública – que é pública pelo seu caráter social e educativo e por não ter finalidade lucrativa (MONTERO, 2008, p. 270).

Sobre a experiência do Chile, Montero conta a história da Televisão Pública Nacional, centrando a análise no período pós-ditadura de Pinochet. Fala da ruptura da TVN, em 1990, com o modelo estatal, tendo sido “peça fundamental na redemocratização do país” (2008, p. 78). Em seguida, ela fala das dificuldades que a TV enfrentou nessas mais de duas décadas, inclusive com a renúncia da maioria de seus presidentes, a difícil composição de seu conselho administrativo e os embates com o jornalismo.

Com base nessas quatro experiências e na recente história brasileira de discussões em torno da TV Pública, com a criação da TV Brasil, a autora toma a TV

Cultura de São Paulo que, segundo ela, vive uma “crise do paradigma”. Após contar a história da emissora, iniciada em 1969, Otondo lembra que a TV Cultura

Foi pioneira na América Latina ao levantar a bandeira da TV Pública, termo que passou a ser adotado corriqueiramente, a partir de fins dos anos 1990, para identificar as televisões estatais associadas à ABEPEC, criada em 1998, por iniciativa da TV Cultura, para organizar e fortalecer o setor, modernizar as estruturas das emissoras pela troca de programas e experiências e afrouxar suas amarras governamentais (MONTERO, 2008, p. 294).

Montero faz uma boa discussão sobre as questões jurídicas, a partir da concessão pública, já que não existe no direito brasileiro a conceituação de TV Pública, salvo a distinção que aparece no artigo 223 da Constituição Federal, lembra a autora.

Mesmo a televisão educativa, que é o que existe de fato, tem configuração escassa e imprecisa. Seu diferencial está no tipo de programação ou conteúdo que oferece. Pelo Decreto-Lei número 236/67 que rege o setor, essa televisão só poderia transmitir aulas, conferências, palestras e debates. A concessão para operar TV Educativa só pode ser dada à União, Estados e Municípios, além de universidades e fundações. Essas duas últimas se comprovarem recursos próprios para manter o empreendimento (MONTERO, 2008, p. 66).

Ao contar a história da emissora, ela cita os permanentes embates com os diferentes governos paulistas e as lutas por manter-se isenta e com uma programação voltada ao interesse público. Dedicou bom espaço à situação da emissora no pós-criação da TV Brasil.

À guisa de conclusões, Montero afirma que vivemos hoje em sociedades em que há muita informação de um lado, mas não, necessariamente, informação diversa e plural de outro. Aqui, ela fala de um grande processo de “ocultação ou omissão”, por meio daquilo “que não se conta, que não aparece”, e isso deforma a representação da realidade social, cultural, política e econômica.

Tanto a televisão estatal quanto a privada contribuem para essa carência que debilita o processo democrático na medida em que promovem ou mantêm exclusões. O sistema televisivo, na maioria dos países da América Latina, encontra-se, assim, em desequilíbrio.

É nesse espaço intermediário que a televisão pública ganha significado e relevância (MONTERO, 2008, p. 326).

A pesquisadora busca, então, reflexões importantes de diversos autores, com os quais também estou trabalhando, que reivindicam a necessidade de se encontrar o lugar estratégico que a televisão ocupa nas dinâmicas da cultura cotidiana das maiorias, na transformação das sensibilidades, nos modos de construir imaginários e identidades (Martín-Barbero, 2002), e que é preciso descobrir ou inventar – a autora cita aqui Garcia Canclini - os interespaços comunicacionais por onde o interesse coletivo possa se infiltrar e todas as vozes possam ganhar audiência e o mundo possa se beneficiar dessa diversidade (MONTERO, 2008, p. 334).

Trata-se, portanto, de um trabalho de fôlego, um registro importante sobre a história da TV Pública em vários países, especialmente o Brasil. Mas, o problema da tese está na definição do que é uma TV Pública. Este é o nó górdio que permanece intacto ao final desse estudo. A autora faz um paralelo importante entre TV comercial e TV estatal, reconhecendo, aqui, seus atores sociais concretos; porém, ao referir-se à TV pública defende um ator social difuso, impreciso, que parece recordar a classificação que Martín-Barbero faz ao referir-se à primeira televisão pública na Europa, marcada por “uma concepção elitista e um viés profundamente voluntarista: os intelectuais e artistas acreditam saber o que as massas precisam e com isso recriam a cultura nacional” (2002, p. 54). Montero inclui a sociedade civil nessa discussão, mas como um todo caótico, sem reconhecer ali um ator social capaz de autonomia na sociedade. Logo, o fazer TV Pública, por não ter um ator social definido, parece ficar a cargo de intelectuais e artistas que saberão o que de fato é ou não interesse público, já que o mercado e o Estado se mostram ineficientes nessa empreitada.

Na televisão privada o proprietário ou o grupo de acionistas majoritários têm total soberania para decidir o andamento da empresa. Na televisão pública o proprietário é uma entidade impessoal. Sem regras claras de designação de soberania o poder é exercido *‘de facto’*. Se a indicação, controle e remoção dos dirigentes dependem diretamente do chefe de governo, a conduta do meio segue a orientação do governo. Estaremos falando então de uma televisão governamental. Se no processo intervierem órgãos plurais e representativos do Estado, e também da sociedade civil

(...), será possível dar autonomia à empresa com relação ao poder e aos interesses imediatos do governo (MONTERO, 2008, p. 107).

Como se percebe, a autora tem clareza quando se refere à TV privada e à TV do Estado. No entanto, quando trata da TV pública surge, no meu entender, a imprecisão. Ela reivindica um terceiro sistema de televisão, mas não há um terceiro ator social reconhecido a ocupar esse espaço. Ao contrário, ela defende tal imprecisão. O público, portanto, está num espaço etéreo, habita um espectro externo ao mercado e ao poder, como num universo onírico, do sonho da independência, da isenção. Sem uma institucionalidade clara, nesse universo cabem todos e não cabe ninguém. E nesse caso, o espaço passa a ser ocupado pela dinâmica do “quem pode mais chora menos”. E por essa dinâmica nós já sabemos qual é o lugar possível à sociedade civil, numa sociedade política sob a hegemonia do Estado liberal associado ao mercado.

Parece a história de independência de um filho que ao chegar à maioridade percebe, graças a uma salutar militância política e social, que seu pai é um patrão explorador, que criou a família, de forma abastada, graças à mais valia, ao lucro desenfreado, à ganância. Então, o menino toma a corajosa decisão de romper com o modo de ser do pai e lhe dá o ultimato. “Pai, vou embora dessa casa, porque o senhor não é um homem democrático; é injusto, explorador, etc. etc. Portanto, dê-me o meu cartão de crédito sem limite, que vou embora viver decentemente”.

Dá mesmo a impressão de que, em vez de discutir e aprofundar a desafio da institucionalização da TV Pública – afinal, um veículo precisa de estrutura administrativa clara para funcionar - a autora refugia-se na solução mais fácil: “dê-me o dinheiro que saberei o que fazer”. Aliás, essa tem sido a tônica das discussões em torno da TV Pública hoje. Nesse caso, a proposta é compor um conselho livre, formado por mentes estelares, intelectuais e comunicadores ilibados que, diferentemente dos demais mortais e dos políticos e empresários, sabem exatamente o que é preciso para se fazer uma TV pública. É o ressurgimento de um grupo capaz, competente por sua natureza, no modelo da Câmara dos Lordes na Inglaterra. Um discurso que lembra os argumentos em torno da escolha dos senadores biônicos no Brasil, ou em torno da justificativa para não se conceder o direito de voto aos analfabetos e mesmo às mulheres. Afinal, se há um grupo de

peças que se julgam capazes dessa empreitada, é porque esse mesmo grupo não vê capacidade nos demais. No entanto, as peças não devem ser escolhidas para fazer ou não uma TV de fato pública por capacidades pretensamente pessoais inatas, mas por seus vínculos institucionais.

Logo, se a tese apresenta uma boa contribuição quanto às experiências de TVs Públicas e quanto às questões do desafio da sociabilidade a ser enfrentado por essas emissoras neste momento sociocultural, ela não traz grandes contribuições para se aprofundar os desafios da institucionalidade de uma emissora pública.

5.6 Corrigindo o Foco

Feitas essas leituras e apropriações, chegou o momento de focar mais meu trabalho, perguntando pela clareza e continuidade ou não da proposta inicial. Tratei-se, pois, de refletir sobre a coerência e a articulação do que me propus a fazer quanto “a formulação do objeto/problema, os objetivos, a construção ou problematização teórico-metodológica, a construção da observação, as análises descritivas e a interpretativa” (BONIN, 2006, p. 33).

A constatação foi de que nenhuma tese ou dissertação feita no país, pelo menos com base nessa pesquisa exploratória realizada, coincidia diretamente com meu projeto de pesquisa, embora muitas delas, como as que acabo de citar, trouxeram elementos objetivos e subjetivos importantes ao longo do meu processo de trabalho. Diferente das pesquisas analisadas, foi na busca pela identificação das fontes matriciais do discurso, das diferentes narrativas e das distintas lógicas econômicas, de poder e socioculturais expressas nos enunciados construídos por profissionais de uma televisão pública que concentrei o meu trabalho de pesquisa. Procurei colocar numa espécie de gangorra instituições que deveriam estar em equilíbrio nos espaços midiáticos, e elementos que devem se somar na complementaridade necessária à realização humana nessa errática passagem pela terra: a cidadania, a economia e o poder - enquanto organização política.

Em tela, portanto, a busca por compreender, por um lado, se o discurso presente no objeto de minha pesquisa, construído por suas fontes, enunciados e narrativas, corresponde às exigências de uma TV pública, que dê conta de trazer a público as

demandas das esferas estatal e sociedade civil organizada, em contraponto às demandas já oferecidas pelas televisões do campo privado. Trata-se, portanto, de identificar desde que lugar essa televisão busca legitimar-se enquanto pública. Por outro lado, busquei observar as possíveis diferenças narrativas entre o modo de fazer jornalismo do “Repórter Brasil” e o modo hegemônico presente nas demais emissoras brasileiras, a partir de categorizações que possam elucidar a presença ou não de um discurso democrático, que não busque impor verdades únicas a seu público. Foram, portanto, dois campeonos imbricados. Por um lado, a busca por evidenciar qual é o lugar sócio-institucional de fala e, por outro, qual é o discurso presente nos enunciados do “Repórter Brasil”.

No entanto, definir um corpus que permitisse averiguar minhas inquietações teóricas e epistemológicas não foi um trabalho simples, especialmente em função do cuidado que me obriguei a ter devido à grande proximidade físico-profissional com o tema, conforme já explicitado. E mais: sou um reincidente nessa arte. Em meu trabalho de mestrado decidi fazer uma pesquisa sobre *Comunicação, participação e subjetividades em movimentos sociais*, e escolhi como objeto de pesquisa a própria Pastoral da Criança, entidade em que trabalhei por quase oito anos. Essa proximidade me exigiu cuidados que, num primeiro momento, beiravam à mentira: minha aproximação com todos os entrevistados se dava com um nome falso e num processo de omitir tudo o que sabia da entidade, para deixar o entrevistado o mais livre possível para falar de seu trabalho voluntário a um curioso, iniciante nessas lides. Somente ao concluir as entrevistas numa determinada comunidade eu me identificava, para espanto seguido de risos dos entrevistados.

Não foi o caso, neste estudo, até por não envolver entrevistas com os protagonistas diretos dos produtos culturais analisados. Os procedimentos foram outros, mas mesmo assim tentei ao máximo me afastar, por exemplo, de analisar produções realizadas por pessoas que, de uma maneira ou outra, eu tivesse algum envolvimento profissional ou proximidade enquanto jornalista de TV pública.

Com esses cuidados, os procedimentos metodológicos que busquei passar pelo mapa que desenhei como percurso do trabalho de campo, definindo um corpus que desse conta de entender o lugar de fala e os modos de enunciação instituídos

no âmbito da interdiscursividade e as intertextualidades próprias da narrativa jornalística presentes no mais importante telejornal da TV Brasil, o “Repórter Brasil”.

A escolha do “Repórter Brasil” como objeto de estudo teve em vista o fato de ser o mais importante programa jornalístico da TV Brasil, com duas edições diárias, sendo uma delas de uma hora de duração no horário nobre da emissora: 21 horas. A outra edição, com 45 minutos, vai ao ar às 08 horas da manhã. É ali que são registrados os fatos mais importantes do dia, sendo o “espaço para os assuntos de interesse do cidadão, com o olhar do cidadão”, conforme está escrito no próprio portal da EBC⁵⁶. O telejornal traz uma novidade importante, por ser apresentado em rodízio permanente com âncoras no Rio de Janeiro, em Brasília e em São Paulo. O jornal tem o compromisso de apresentar “um noticiário isento, sem adjetivações, linhas pré-definidas, influências da política partidária ou da lógica do mercado publicitário”, conforme o mesmo portal da EBC, onde o jornal está assim identificado:

O Repórter Brasil é o único telejornal brasileiro que exhibe reportagens feitas diretamente pelo espectador. Não é só o nosso olhar que pauta os assuntos e conta as histórias... As questões internacionais têm mais espaço e oferecemos mais destaque para regiões esquecidas no noticiário geral, como a África e a América Latina. Os temas que movimentam o dia-a-dia são tratados com mais tempo e em mais detalhes, de forma muito clara e objetiva.

Portanto, esse é o melhor programa da TV Brasil para se analisar a fim de entender como sua proposta de jornalismo público se materializa no dia a dia por meio de seu enunciado. Para isso, esta tese se baseia na realização de uma pesquisa em profundidade sobre três coberturas jornalísticas em torno de temas polêmicos e na realização, em paralelo, de uma pesquisa exploratória, observando as edições de uma semana do telejornal, em busca de compreender qual é o lugar sócio-institucional de fala do “Repórter Brasil”.

5.7 Coberturas de Temas Polêmicos

Com a análise dessas coberturas pretendeu-se buscar resposta às seguintes perguntas:

⁵⁶ Disponível em: <http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil/flat/sobre/>. Acessado em: 28/02/2012.

1ª) A partir do discurso presente nos enunciados do *Repórter Brasil*, quais são as representações simbólicas de mercado, de Estado e de sociedade civil organizada nele contidas?

2ª) A partir da narrativa que constitui os enunciados do “*Repórter Brasil*”, qual é o modelo de jornalismo levado a cabo por esse telejornal?

3ª) Com base nas duas questões anteriores, qual é o lugar sócio-institucional de fala do “*Repórter Brasil*”?

Em busca de respostas a essas questões foram selecionadas e feitas análise em profundidade de três coberturas jornalísticas específicas, referentes a acontecimentos que envolvem políticas públicas em torno de temas polêmicos do ponto de vista sociopolítico, econômico e cultural. A opção por analisar coberturas de temas dessa natureza se deu a partir da compreensão de que é no conflito das ideias que o sujeito discursivo, diante da necessidade de construir seu discurso com todo o seu entorno, sua lógica e argumentos ideológicos, busca ‘convencer’ seu interlocutor – sua audiência, no caso de uma televisão - sobre a auto-imagem, como forma de reafirmar sua identidade. Não necessariamente será a sua verdadeira identidade, mas aquela pretendida, com a qual o sujeito discursivo negocia seu lugar de interlocução na e para a sociedade.

Levou-se em conta também que é em torno dessas coberturas jornalísticas que surgem ambientes narrativos onde se podem encontrar mais facilmente questões de cidadania ladeadas às questões de poder e de economia. Eis uma imbricação que parece oferecer-se como recorte importante para o aprofundamento do olhar sobre a dimensão de uma televisão pública e, ao mesmo tempo, uma conjunção de temas que possibilitam encontrar as amplas dimensões de espectros culturais dos mais variados tons possíveis. Minha busca se deu também pela identificação de elementos presentes e ausentes nessas reportagens que respondam a uma mesma noção de conhecimento e de verdade, segundo a matriz cultural e de cidadania de cada lugar de fala. Buscou-se, portanto, pensar os acontecimentos, os fatos, as informações não mais de maneira restrita à mediação dos nexos de consumo e de poder, mas também dos nexos de cidadania, a partir de elementos presentes no cotidiano da *convivialidade* humana.

Com a análise da materialidade dos enunciados dessas coberturas se quis desvendar, por meio das heterogeneidades constituídas e mostradas, validadas pelo

sujeito discursivo, e por meio da estratégia narrativa construída pelo sujeito da enunciação, as matrizes ideológicas presentes nos mecanismos de construção do discurso desse telejornal. Afinal, como afirma Bakhtin (2004), é na diversidade de sentido dos enunciados e das significações que o signo assume que a ideologia se manifesta.

Para esta análise, referente a temas polêmicos e destinada a obter inferências em torno dos signos relacionais operados no âmbito do jornalismo da TV Brasil, foram selecionadas as seguintes coberturas feitas pelo “Repórter Brasil”: 1) A polêmica sobre “erros” no livro didático do MEC - maio de 2011; 2) Aprovação do Código Florestal Brasileiro pela Câmara dos Deputados - maio de 2011; 3) Despejo dos moradores de Pinheirinho, em São José dos Campos, SP – janeiro de 2012. Como visto antes, a escolha deu-se em função de serem três temas que envolvem, necessariamente, as três esferas sociais: poder político, poder econômico e poder civil. Com seria indiferente a ordem de análise dessas coberturas, optou-se, aqui, pela ordem cronológica.

Para uma análise aprofundada do enunciado do “*Repórter Brasil*”, foi tomada uma reportagem específica de cada conflito selecionado, utilizando as demais reportagens da mesma cobertura jornalística naquilo que elas apresentam de diferente do que já fora observado. Em alguns casos essa análise se estendeu a outros produtos jornalísticos presentes em outras edições do telejornal, sempre que eles puderam contribuir com tal análise, seja referendando ou contradizendo o que se observou no enunciado da reportagem inicialmente analisada.

Os passos dados neste primeiro bloco de análise foram:

1. **Gravação e transcrição de três coberturas jornalísticas sobre temas polêmicos**, que envolvessem conflitos de ordem social, política, econômica e cultural, produzidas e veiculadas pelo “Repórter Brasil”.
2. **Análise em profundidade de, ao menos, uma reportagem de cada cobertura**, fazendo uso de alguns elementos da análise de discurso e das estratégias discursivas, conforme visto antes, direcionados à compreensão dos textos, imagens e edições, com o objetivo específico de inferir quais são o discurso e as lógicas narrativas que dão consistência a tais enunciados.

5.8 Uma Semana de Telejornal

Nesse segundo momento pretendeu-se uma aproximação com a própria linguagem do telejornal e, ao mesmo tempo, buscar resposta às seguintes perguntas:

1ª) *Quais são as semelhanças e as diferenças entre as reportagens das três coberturas analisadas e o conjunto das reportagens veiculadas pelo “Repórter Brasil”, quanto às fontes, a estrutura, a narrativa, o discurso jornalístico e as representações simbólicas das esferas privada, pública e estatal?*

2ª) *A partir dessas semelhanças e diferenças observadas qual é o lugar sócio-institucional de fala do “Repórter Brasil”?*

Nesse segundo momento, a observação se debruçou sobre a cobertura geral de uma semana do telejornal. O objetivo específico foi o de evidenciar em que lugar social o “Repórter Brasil” se instala para construir seu agendamento de temáticas, convalidando-as como as mais importantes para compor sua grade de uma hora de telejornal diário, selecionando suas fontes, construindo uma heterogeneidade discursiva e implementando uma narrativa que o legitima como um sujeito válido nesse processo de interlocução com a sociedade.

É importante lembrar que o lugar sócio-institucional a ser observado aqui está circunscrito ao modelo complementar de TV, definido pela Constituição Brasileira como privado, público e estatal, e ao processo de regulação social baseado no tripé Estado, mercado e sociedade civil, como sugere Boaventura de Sousa Santos (2005).

Se com as análises em profundidade a preocupação maior esteve centrada no discurso e na narrativa, aqui a preocupação principal é com a representatividade simbólica das três esferas sociais. É, igualmente, uma observação ideológica, para se saber se a sociedade civil organizada, tal qual o Estado, tem representatividade ao longo de uma semana no espelho⁵⁷ desse telejornal. Como se observa, aqui o

⁵⁷ O termo *Espelho* aqui é usado como um termo próprio do telejornalismo e significa um relatório síntese de tudo o que vai ao ar numa edição do jornal, composto basicamente de retransmissão, editoria,

telejornal foi tomado fundamentalmente em seu viés representacional, enquanto nas análises das coberturas a preocupação esteve voltada para a questão relacional.

A opção pelo recorte de uma semana tem em vista a necessidade de evitar rotinas espaço-temporais que possam distorcer o objeto em seu conjunto, levando a conclusões ‘contaminadas’. Isto porque, de alguma maneira, há temáticas que se repetem em determinados dias da semana, como são as pautas no âmbito do Congresso Nacional, com funcionamento mais amiúde das terças às quintas-feiras, e as de ordem artístico-cultural, mais comum das quintas-feiras aos sábados, e cultural-esportiva, que ocorrem preferencialmente nos fins de semana.

Essa observação, de corte mais geral, compreendeu os seguintes passos:

1. Gravação aleatória de uma semana do telejornal “Repórter Brasil”, da TV Brasil, que vai ao ar das 21 às 22 horas, de segunda a sexta-feira, e das 21 às 21h30 ao sábado. Foram gravadas as edições noturnas veiculadas na semana de 30 de maio a 04 de junho de 2011.
 - a) Decupagem e classificação dessa produção jornalística gravada quanto ao lugar sócio-institucional de fala, levando-se em conta a os seguintes elementos presentes nos respectivos enunciados: temas tratados, formato utilizado, representatividade social, tempo dedicado a cada tema, personagens e fontes ouvidas, estrutura e lógica narrativa.

Todo o material decupado e classificado, referente a essa semana, encontra-se na parte final desta tese: Apêndice A.

Embora previsto inicialmente, abriu-se mão aqui de entrevistas de campo, que buscariam entender a estrutura, as rotinas e as condições de produção jornalística, uma vez que essas questões deixaram de fazer parte das preocupações centrais deste estudo. Da mesma maneira, também abriu-se mão das entrevistas com lideranças de movimentos sociais por entender que, igualmente, se tornaram desnecessárias informações que evidenciassem o agendamento de pautas e a relação desses atores sociais com a TV, seja para evidenciar conteúdos explicitados como os omitidos pelo veículo.

Apenas duas entrevistas foram mantidas, porque se revelaram importantes para se entender o conjunto do material analisado e os desafios que precisam ser enfrentados pela TV Brasil, na sua missão de se tornar de fato uma TV pública. Uma das entrevistas foi com o primeiro Ouvidor Geral da TV Brasil, Laurindo Lalo Leal Filho (Apêndice B), por entender que isso poderia contribuir de forma significativa para as reflexões aqui buscadas. Como profissional de TV, professor e pesquisador da área, ele se torna figura importante nesse momento também por ter sido um personagem isento, pela sua condição de Ouvidor e, ao mesmo tempo, autorizado a conhecer os meandros próprios da direção e dos sistemas de produção da referida emissora. Ele integrou também a equipe comandada pelo então ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Franklin Martins. Com isso, foi possível checar as motivações que levaram ao surgimento da TV Brasil e as concepções de comunicação que ele observara entre os profissionais do jornalismo que ali atuavam. Por outro lado, trata-se de um interlocutor qualificado para este estudo também pelo fato de ter conhecido de perto a experiência da TV Pública britânica, a BBC, sobre a qual escreveu um livro⁵⁸.

O segundo entrevistado, igualmente importante para esta pesquisa, é um profissional da comunicação, da “cozinha” do jornalismo da emissora, como ele prefere ser identificado. Ele fez algumas críticas importantes, muitas das quais estão reproduzidas ao longo dessa pesquisa, impondo, porém, uma condição: a de não ser identificado, “para evitar possíveis problemas internos”, conforme explicou. Em diálogo com meu orientador, entendemos que a entrevista apontou informações importantes para se entender algumas lógicas da produção jornalística da emissora e, por isso mesmo, decidimos manter a entrevista. Em diálogo com o entrevistado, definimos um pseudônimo com o qual ele será identificado nesta pesquisa: Tadeu Cocon (Apêndice C).

As duas entrevistas foram realizadas no mês de fevereiro de 2012, já no processo final de análise das coberturas jornalísticas do “Repórter Brasil”.

Vale recordar que, tanto na análise das coberturas jornalísticas quanto na observação das edições de uma semana do telejornal, buscou-se um diálogo

⁵⁸ **A MELHOR TV DO MUNDO – O modelo britânico de televisão**. Laurindo Lalo Leal Filho. São Paulo: Summus, 1997. Entre outras obras sobre televisão, o autor lançou ainda **A TV SOB CONTROLE – A resposta da sociedade ao poder da televisão**. São Paulo: Summus, 2006.

teoria/produto, estabelecendo uma reflexão em torno de todo o material coletado e analisado, à luz das pesquisas teóricas e das referências buscadas no campo empírico, com o objetivo de entender o lugar sócio-institucional de fala do telejornal, em sua condição de prática jornalística de uma TV público-estatal. Com isso, se quer facilitar lineamentos que ajudem a traçar um quadro ideal que possa contribuir para definir o marco teórico-prático de uma televisão pública de qualidade e compromisso social no país.

Ainda como ressalva, deve-se informar que, embora o estudo seja referente ao “Repórter Brasil”, em algum momento essa análise busca comparações fortuitas com a edição do mesmo dia do “Jornal Nacional”, a fim de verificar as concordâncias e distinções entre a cobertura de ambos os telejornais que pertencem a emissoras vinculadas a esferas sociopolíticas e econômicas distintas: uma é TV privada e outra, TV público-estatal.

Feitas essas observações, passemos à pesquisa de campo.

6 O REPÓRTER BRASIL

A primeira parte desta análise refere-se ao trabalho feito a partir da gravação, transcrição e análise de 21 eventos jornalísticos, sendo 19 deles produzidos e veiculados pelo “Repórter Brasil” e duas reportagens produzidas e veiculadas pelo “Jornal Nacional”. Estas últimas foram incluídas, aqui, pela importância no processo de compreensão dos respectivos enunciados e narrativas, como se verá mais adiante.

Desses eventos, três são referentes à polêmica dos “erros” gramaticais em livro didático do MEC, veiculados nos dias 17 e 18 de maio de 2011; onze referem-se à aprovação do Código Florestal Brasileiro pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, veiculados entre maio e dezembro de 2011; e oito tratam do despejo dos moradores da comunidade Pinheirinho, em São José dos Campos, São Paulo, veiculados entre 23 de janeiro e 02 de fevereiro de 2012.

6.1 A Polêmica do Livro Didático

Em torno da polêmica do Livro Didático do MEC o “Repórter Brasil” produziu três eventos jornalísticos, sendo duas reportagens e uma entrevista ao vivo nos dias 17 e 18 de maio de 2011. A cobertura surgiu de uma questionável pauta do “Jornal Nacional”.

Na sexta-feira, dia 13 de maio de 2011, uma polêmica abre o “Jornal Nacional”, merecendo destaque no começo da *escalada*⁵⁹ do telejornal, com

⁵⁹ Termo utilizado para designar o conjunto de manchetes que abrem um telejornal, chamando a atenção do telespectador para assuntos que serão tratados na referida edição. Cabe destacar aqui outros termos que fazem parte dos jargões do telejornalismo e que aparecerão ao longo deste esforço de análise, como 1) Quanto ao gênero: *REPORTAGEM* - material produzido pela equipe de reportagem, que tenha Off, Sonora e, preferencialmente, Passagem; *NP* (Nota Pelada) – texto narrado pelo âncora, sem imagens do fato noticiado; *NC* (Nota Coberta) – texto narrado pelo âncora, coberto com imagens referentes ao fato noticiado; Cabeça de VT - termo usado no telejornalismo para definir o texto apresentado pelo âncora para introduzir a reportagem; *NPé* (Nota Pé) ou *NR* (Nota Retorno) – texto narrado pelo âncora ao final de uma reportagem; *PASSAGEM DE BLOCO* – manchetes enunciadas no final de um bloco de notícias, anunciado temas a serem tratados a seguir no telejornal. 2) Quanto ao formato Reportagem: *OFF* – texto narrado pelo repórter e coberto com imagens referentes ao fato noticiado; *PASSAGEM* – texto narrado pelo repórter diante da câmera e, preferencialmente, no local do fato noticiado; *SONORA* – trecho de uma entrevista concedida por alguém ao repórter; *ABRE-ÁUDIO* – trecho de uma fala de alguém que não foi dita diretamente para a reportagem, mas num ambiente qualquer, em que ele estava inserido em atividade específica; *ESPECIALISTA* – entrevistado que opina sobre o tema tratado na reportagem; *PERSONAGEM* – entrevistado que viveu ou vive o tema tratado na reportagem; *TESTEMUNHA* – entrevistado que

enunciados provocativos em jogral entre os dois apresentadores (anexo B). Fátima Bernardes diz: “*Preste atenção nesta frase*”; Willian Bonner complementa: “*Os livros mais interessantes estão emprestados*”; Fátima informa: “*Para um livro de português distribuído pelo Ministério da Educação, você pode falar assim*”. Bonner alerta com ironia: “*Mas deve tomar cuidado para não ser vítima de preconceito linguístico*”. Fátima informa: “*O Jornal Nacional mostra a polêmica*”; e Bonner complementa: “*E também iniciativas de parcerias com resultados bons na educação do Brasil*”.

Um primor do ponto de vista do texto no telejornalismo e da proposta em si de uma escalada, que para Vera Iris Paternostro deve se constituir de “frases de impacto sobre alguns assuntos do telejornal que abrem o programa. O mesmo que manchetes. Uma escalada bem elaborada deve prender a atenção do telespectador, do começo ao fim do telejornal” (PATERNOSTRO, 1999, p. 97). Dificilmente alguém que assistiu a essa abertura não se manteve diante do televisor para ver a reportagem, com 3’21” de duração.

A reportagem é jornalisticamente bem construída do ponto de vista da estrutura narrativa em TV, apresentando as polifonias, próprias de todo sujeito discursivo e exigidas pelo formato reportagem, tanto por meio da heterogeneidade constituída quanto da heterogeneidade mostrada. Mas o tema em si é polêmico e vale ampliar a discussão. O repórter explora o conflito, apresentando a palavra da autora e o contraditório. O problema é que, ao tratar da polêmica, o repórter isola os textos do livro que cita na reportagem, e assim os retira de seu contexto e opera, por isso mesmo, uma mudança da ordem do conflito. Em princípio, esse procedimento é apenas parte do jogo de seleção/exclusão próprio da narrativa jornalística (AZEVEDO e BACCEGA, 2007), mas a construção do texto vai se dando de forma a expor e disseminar uma inverdade: o MEC está autorizando ensino errado do nosso idioma. Mas essa inverdade só é questionada dias depois e em veículos impressos, como *Brasil de Fato*, *Carta Capital*, *Le Monde Diplomatique/Brasil* e até o jornal *O Globo*.⁶⁰

observou e dá veracidade ao fato tratado na reportagem. Convém recordar ainda que a duração de um programa, reportagem ou notícia de TV convencionou-se grafá-la como neste exemplo: 1h3’48” (uma hora, três minutos e 48 segundos).

⁶⁰ Diversos articulistas de diferentes veículos de comunicação vão trazer argumentos neste sentido nos dias seguintes. Livia Perozim escreve artigo na revista Carta capital intitulado “Falsa questão”: www.cartacapital.com.br/carta-na-escola/falsa-questao. O próprio O Globo publica, dias depois, um artigo do linguista, escritor, tradutor e professor do Instituto de Letras da Universidade de Brasília,

Descontextualizados nessa reportagem, os textos citados e as sonoras fazem com que a questão do conflito entre 'norma culta' x 'linguagem popular' ganhe opacidade. Sofre o mesmo processo de apagamento o fato de o livro, destinado à alfabetização de jovens e adultos, estabelecer a diferença entre ambas as linguagens e ensinar os lugares de uso de uma e de outra. Ao ouvir a autora do livro, a reportagem seleciona para a sonora uma fala que joga ainda mais dúvidas no conflito, agora pautado entre 'ensinar certo' x 'ensinar errado'. Da entrevista feita com a autora, Heloisa Ramos, a edição⁶¹ extrai e coloca na reportagem a seguinte afirmação: *“O ensino que a gente defende e quer da língua é um ensino bastante plural, com diferentes gêneros textuais, com diferentes práticas, diferentes situações de comunicação para que essa desenvoltura linguística aconteça”*. Se esta fala, em si, está correta e representa exatamente o que disse a autora – afinal não houve nenhuma manipulação de sua fala por parte da equipe jornalística - a seleção desse trecho tangencia o foco que poderia/deveria ser dado na reportagem e perpetua o discurso jornalístico aqui materializado: falta de rigor no ensino da língua portuguesa.

A reportagem vai caminhando para o seu final, e o repórter revela, com maior clareza, o lugar de fala do enunciador, no seu último OFF: *“O Ministério da Educação disse que a escola deve propiciar aos alunos jovens e adultos um ambiente acolhedor no qual suas variedades linguísticas sejam valorizadas e respeitadas, para que os alunos tenham segurança para expressar a ‘sua voz’*. A doutora em sociolinguística Raquel Dettoni concorda que é preciso respeitar o falar popular, que não pode ser discriminado. Mas ela enfatiza que a escola tem um objetivo maior, que é ensinar a língua portuguesa que está nas gramáticas”.

Notam-se nesse enunciado duas operações importantes do ponto de vista da ideologia presente no discurso. O repórter, que antes havia qualificado Heloísa Ramos apenas como “autora”, agora enaltece o discurso oponente, qualificando o

Marcos Bagno, intitulado “Uma falsa polêmica”: <http://oglobo.globo.com/opiniao/mat/2011/05/23/outra-opiniao-uma-falsa-polemica-924515075.asp>. Le Monde Diplomatique Brasil, edição de julho de 2011, trouxe um artigo de uma página, assinado por Fernanda Campagnucci, editora do Observatório da Educação da ONG Ação Educativa, responsável pela autoria do referido livro, com o título “Quando a mídia noticia o irreal”.

⁶¹ Edição é o trabalho de montagem de uma reportagem, feita na imensa maioria das vezes por outro profissional que não participou do processo de produção em si desse produto jornalístico, ou seja, dos processos de pauta e de trabalho de campo.

sujeito de fala autorizado⁶² como “doutora em sociolinguística” e “professora da UnB” - acrescentará o discurso linguístico textual, em forma de GC⁶³, quando da sonora. Por outro lado, o repórter esclarece que “a escola tem um objetivo maior”. Ora, se ela tem um objetivo maior e o “maior” é este que será dito na sonora de encerramento da reportagem, o que foi dito antes é “menor”. A professora Raquel Dettoni, como último discurso da reportagem, diz: *“Se a escola negligencia em relação a este conhecimento, o aluno terá eternamente uma lacuna quando ele precisar fazer uso disso no seu desempenho social. Nós não podemos desconsiderar que a função social da escola, com relação ao ensino de língua portuguesa, é - em princípio - prioritariamente ensinar os usos de uma norma mais culta”*.

Está sacramentada a ideologia do discurso, e aqui na fala do outro, e não na fala do repórter, que permanece apagado. E então, em *Nota pé*, para não deixar dúvida, Fátima arremata: *“O Ministério da Educação informou ainda que a norma culta da língua portuguesa será sempre a exigida nas provas e avaliações”*. De fato, “uma irresponsabilidade do MEC, que permite o ensino errado e exige o certo nas avaliações”, concluíram meus alunos do 3º período de jornalismo da UFPR, após assistirem, na semana seguinte, a essa reportagem em sala de aula, como parte das discussões sobre função social e ética no jornalismo. Devo confessar que esta também foi minha conclusão ao assistir a essa reportagem no “Jornal Nacional”. Fiquei, de fato, indignado com a atitude do MEC, por isso decidi buscar outras fontes de informação e tomar o livro em mãos para ler ao menos a parte em questão.

O assunto deflagrou dezenas de manifestações a favor e contra, conforme se pode observar em outros veículos televisivos, jornais, revistas e, especialmente, em blogs e sites Brasil afora. A própria Rede Globo repercutiu o fato em outros espaços, como o “Bom Dia Brasil”, que mereceu, no dia 17 de maio, mais de seis minutos

⁶² O sujeito de fala será usado neste trabalho como sendo aquele sujeito de fala autorizado pelo sujeito falante a expressar sua voz. O termo é adaptado aqui ao discurso do telejornalismo, a partir da reflexão de Joana Plaza Pinto a respeito da questão performática entre a fala e o corpo, em que ela diz que “o sujeito de fala é aquele que produz um ato corporalmente; o ato de fala exige o corpo. O agir no ato de fala é o agir do corpo, e definir esse agir é justamente discutir a relação entre linguagem e corpo” (PINTO, 2003, p. 105).

⁶³ O termo GC é a abreviação de *Gerador de Caracteres* (equipamento que permite a colocação de texto e arte sobre um produto televisivo) e é usado como forma de identificar quem fala numa reportagem, bem como os responsáveis pelas imagens, texto e narração.

dedicados ao tema. O professor de português da própria emissora, Sérgio Nogueira, foi escalado para dar entrevista sobre o assunto e, nas entrelinhas, deixou claro desconhecer o livro e seu uso ao dizer: “*Não devemos ficar pensando que a criança é incompetente para falar no plural*”. Ora, o livro referido é para jovens e adultos! Em seguida, provocado pelo apresentador Renato Machado, que perguntou se estávamos diante de um fato de “*língua ameaçada*”, ele disparou críticas ao MEC.

E para encerrar o assunto, validando ainda mais a pauta do “Jornal Nacional”, Alexandre Garcia é chamado pela apresentadora do “Bom Dia Brasil”, Renata Vasconcellos, a fazer seu comentário. Desferiu impropérios contra o livro, o MEC e a língua popular, iniciando assim sua fala: “Renata, quando eu TAVA na escola, a professora...”. Para quem estava exigindo tamanho rigor de linguagem errou feio, lembrará Lívia Perozim, no já mencionado artigo publicado na revista Carta Capital.

Alexandre Garcia cumpre, aqui, a função que Bourdieu (1997) chama de heteronomia, cada vez mais presente na grande mídia que quer tratar de tudo e a tudo dar a última palavra. Trata-se do processo em que alguém que não é um profundo conhecedor de uma área é chamado a opinar sobre ela, e acaba dando simplificações bem ao gosto popular, mas que não acrescentam nada ao conhecimento do público. A heteronomia “começa quando alguém que não é matemático pode intervir para dar sua opinião sobre os matemáticos, quando alguém que não é reconhecido como um historiador (...) pode dar sua opinião sobre os historiadores” (BOURDIEU, 1997, p. 82).

6.1.1 O Falso Erro do MEC

De fato, uma polêmica dessa natureza não poderia deixar de merecer espaço na TV Brasil e, quatro dias depois – uma terça-feira -, o “Repórter Brasil” tratou do tema numa reportagem de 3’17” (anexo C), feita pela repórter Gislene Nogueira. Ela começa bem, localizando o problema e dizendo que o assunto é polêmico. A estrutura inicia propondo uma imagem-movimento clara no sentido de expor a questão entre linguagem popular x norma culta. Mostra uma professora ensinando a ‘norma culta’, a partir da constatação da fala popular dos alunos, a uma turma de jovens e adultos. É a imagem-percepção que se faz presente aqui numa

complementaridade entre a imagem proposta e a imagem referencial, e quase cumprindo o função de imagem-afecção a partir do recurso de abre-áudio⁶⁴ que nos aproxima dela e nos coloca em sala de aula. Em seguida entra uma sonora da autora do livro, Heloísa Ramos, dizendo que o problema está na não discriminação do aluno. *“É importante para ele compreender que a fala que ele traz para a escola é tão legítima como qualquer outra fala. Não estamos ensinando a escrever assim. Estamos admitindo que na fala existe esta possibilidade, essa variante.”*

A reportagem parece caminhar bem, até que a proposta de trazer outras falas, consolidando, assim, a heterogeneidade polifônica, apresenta a posição da Academia Brasileira de Letras. Começa aí o problema, que é ampliado quando vai para a Comissão de Educação do Senado. Isso porque tanto a distinta academia quanto o senador ouvido demonstram desconhecimento da proposta do livro e, no entanto, ficam com a palavra final como especialistas abalizados no tema, autorizados em seu saber-poder.

A posição da ABL é trazida pelo repórter, que diz em seu OFF 3: *“A Academia Brasileira de Letras defende o ensino da norma culta e critica o livro. Em nota afirma que ‘o manual que o Ministério da Educação levou a nossas escolas não ajudará no empenho pela melhoria na educação’”*. O texto é destacado como arte na tela. Trata-se de uma opinião conclusiva, sem que se tenha explicitado o modo como a ABL interpreta o livro. A repórter afirma que a ABL “defende o ensino da norma culta e critica o livro”. Ora, a professora disse que “não estamos ensinando a escrever assim”. E ao ler o livro – como fiz - fica muito claro o que afirma a autora nessa mesma reportagem: “Estamos admitindo que na fala existe esta possibilidade, essa variante”.

Portanto, a ABL só poderia estar contra que se admita a existência dessa “variante” da fala. Nesse caso, a ABL deveria mudar-se para os morros cariocas e deixar os palacetes onde fazem seus chás vespertinos e se encastelam em seus falares tão “cultos” quanto distantes da realidade. Mas como a repórter⁶⁵ não permite

⁶⁴ Trata-se de um recurso discursivo do telejornalismo em que se toma uma fala feita a um determinado público e não diretamente à reportagem. Aqui a professora não dá nenhuma entrevista à equipe de reportagem, que aproveita uma fala dela aos próprios alunos em sala de aula.

⁶⁵ Sempre que uma situação for atribuída, nesse texto, a um determinado profissional não é a ele como indivíduo que se está referido, mas a todo o conjunto da produção jornalística presentificada no seu discurso. Afinal, uma reportagem de televisão é feita a partir do trabalho conjunto de diversos

que a própria ABL explicita sua contrariedade, fica a dúvida se de fato ela conhece o livro que está criticando. Porém, o que sobra de tudo é uma certeza: a Academia Brasileira de Letras é contra o MEC. E, nesse caso, está carimbado: o MEC está errado.

Algo semelhante acontece com a próxima e última sonora. Ao introduzir a Comissão de Educação do Senado, a repórter repete o mesmo discurso do “Jornal Nacional”. Ao identificar Heloisa Ramos apenas como “autora do livro” agora se encarrega de conferir autoridade ao oponente, legitimando o seu saber-poder, dizendo em seu último OFF 4: *“A discussão chegou à Comissão de Educação do Senado. O Senador Cristovam Buarque, que já foi ministro da Educação, defende o uso de palavras e sotaques regionais, mas acredita que o livro didático não deve ensinar duas gramáticas diferentes”*. E então dirá o senador, concluindo a reportagem: *“Nós temos que ensinar as pessoas a falarem o português certo. E não dizer ‘não temos preconceito contra quem fala errado e pode continuar falando errado’, sabe por quê? Porque quando esse que fala errado fizer o concurso não vai passar”*. Perfeita a fala, só que descontextualizada, pois não é disso que trata o livro. Lembre-se da fala da autora: *“Não estamos ensinando a escrever assim”*.

Aqui cabe uma observação que é da ordem da estrutura da enunciação. Nas redações de televisão os editores de jornalismo sabem que, geralmente, o último a falar é que tem a razão⁶⁶. Aprendemos desde os bancos universitários e levamos para nossas práticas televisivas que uma boa reportagem de TV é uma história bem contada e que a última fala é a que fica, é a conclusão, “é a última sonora que contém a mensagem central da reportagem” (NEVES, 2008).

Observa-se que há uma contradição entre a fala da autora e as falas da ABL e do senador. Mas a reportagem não só ignora essas contradições como dá a condição de verdade às falas dos dois últimos. Imaginemos uma construção invertida, em que primeiro entram essas falas da ABL e do senador e, em seguida, entra a mesma fala da autora, encerrando a reportagem. Ela desautorizaria

profissionais, tais como pauteiro/produtor, repórter cinematográfico, repórter e editor, além de todas as instâncias de chefias a que cada qual está submetido individual e coletivamente.

⁶⁶ Fogem a essa regra os raríssimos casos em que a narrativa tem outra proposta. Visa, por exemplo, expor a condição de alguém que, apesar de todos terem tal opinião, ele continua com a mesma, envelhecida, superada. Esse último fala, então, na condição de ridículo.

completamente os dois oponentes, evidenciando o desconhecimento de causa de ambos. Porém, não foi essa a opção ideológica, e sim a outra, igualmente ideológica.

Por fim, há uma *Nota pé*, que aumenta ainda mais a confusão, dando a ideia de que o ministro da Educação não sabe o que dizer: “O MEC informou que o material enviado às escolas é avaliado por especialistas em educação, que elaboram o guia do livro didático. O ministro Fernando Haddad, convidado para dar explicações sobre outro livro, enviou um representante do MEC, mas os senadores fizeram novo convite para ouvir as explicações do próprio ministro”. Ora, que outro livro é esse? Há um segundo livro com o mesmo problema? O que tem a ver a convocação do ministro para explicar um outro livro com esse que ora é objeto da polêmica?

Como se percebe, esta reportagem reconhece textualmente a polêmica fazendo a seguinte pergunta na cabeça de VT: “A língua falada deve sempre seguir a norma culta?”. No entanto, no decorrer do enunciado ela abandona esse conflito para seguir a mesma pauta do “Jornal Nacional”. Ou seja, assume o conflito apontado por esse telejornal quatro dias antes e ocupa o mesmo lugar social de fala.

Sem citar essa reportagem específica, perguntei a Tadeu Cocon sobre as pautas do “Repórter Brasil” e ele fez uma confidência reveladora: a jornalista encarregada da produção do “Repórter Brasil” nos últimos quatro anos fechava as pautas do telejornal tomando por base o G1, portal da Rede Globo.

Havia a reunião de pauta, para definir o que ia se fazer no dia. Era uma coisa horrorosa, se conversava mais de esmalte, de filho... e quase nada de jornalismo. Aí, depois um longo bate papo, essa senhora dizia assim: “Deixem comigo, eu vou no G1 e faço as pautas”. A pauta do Repórter Brasil até há pouco tempo era dada pelo G1, da Globo. Ela falava: “Os assuntos estão ali, é mais fácil”. Então o que você via ali (no Repórter Brasil), via na Globo, via nas outras emissoras, e mal feito porque os recursos são mais limitados (COCON, 2012).

Trata-se de uma denúncia muito grave sobre a atividade de um profissional que tem a obrigação de apurar as informações, checando sua veracidade, como exige o modelo de jornalismo hegemônico e faz parte do próprio Manual de

Jornalismo da EBC – Empresa Brasil de Comunicação, em processo de construção. Em seu segundo *princípio*, que trata do *respeito do jornalista pela realidade objetiva*, o manual é taxativo:

A tarefa primordial do jornalista é servir o direito do povo a uma informação verídica e autêntica, respeitando com honestidade a realidade objetiva, colocando conscientemente os fatos no seu contexto adequado, salientando os seus elos essenciais, sem provocar distorções... (EBC, 2012)⁶⁷.

Fato é que se a reportagem do “Jornal Nacional” referente ao livro didático do MEC sofria desgastes com artigos de especialistas contrários em diferentes meios de comunicação, o “Repórter Brasil” se encarregou de legitimá-la, trazendo novos discursos importantes ao mostrar que o ministro agora fugia da polêmica, possivelmente porque não tinha como dar explicações.

É de se perguntar como a TV Brasil, quatro dias depois, não procurou analisar os artigos favoráveis ao livro que já haviam sido publicados? Como não solicitou ao próprio MEC um exemplar do tal livro para que alguém da redação lesse e avaliasse a lógica ou não denúncia? Aliás, por que não fez um bom debate, dentro da própria reportagem, trazendo especialistas contra e a favor do livro? Ou melhor, por que não foi a uma escola e deixou que os próprios alfabetizandos falassem sobre o tema? Provavelmente, a melhor explicação é a de COCON: a pauta estava do G1.

6.1.2 O Mesmo Discurso

Mas, sem dúvida, o problema ainda maior do “Repórter Brasil” está na repercussão do tema feita na edição da manhã seguinte. Nesse momento, qualquer norma jornalística que pugna pela isenção, imparcialidade e neutralidade do sujeito discursivo foi desprezada, reforçando o mesmo discurso anti Ministério da Educação feito pelo “Jornal Nacional” na sexta-feira anterior.

Já era manhã da quarta-feira, 18 de maio, quando o assunto volta com uma reportagem apresentada com a seguinte Cabeça de VT: “*O uso do livro que ensina a língua portuguesa com erros de gramática foi criticado no Congresso Nacional e*

⁶⁷ Disponível em: <http://www.ebc.com.br/artigo/2011-08-16/ebc-prepara-manual-de-jornalismo-para-seus-canais-p%C3%BAblicos>. Acessado em: 20/02/12.

reacende uma polêmica sobre o ensino da matéria. A língua falada deve sempre seguir a norma culta? O livro é adotado em mais de quatro mil escolas no programa de educação de jovens e adultos”.

Agora, segundo a abordagem do “Repórter Brasil”, o lacre já está fechado: o livro ensina erros gramaticais. Entra, então, a mesma reportagem da noite anterior, mas enxugada em 1’14”. A “nova” reportagem⁶⁸ (anexo D) corta exatamente os trechos que davam contexto ao conflito. Por exemplo, é extraída toda a parte de introdução da reportagem, que construía uma aproximação do telespectador com o tema, para entrar direto na polêmica. Ao final do primeiro OFF (o segundo da matéria anterior, a completa) o editor corta a parte que explica o objetivo do livro: *“É importante que o falante de português domine as duas variedades e escolha a que julgar adequada a sua situação de fala. Segundo a autora Heloísa Ramos, é uma forma de ensinar sem discriminar o aluno”.* E corta, também, metade do discurso da autora do livro, retirando o seguinte trecho: *“É importante para ele (aluno) compreender que a fala que ele traz para a escola é tão legítima como qualquer outra fala”.*

Portanto, a reportagem, que na sua versão completa ia bem até aí, perdeu sua (pouca) consistência informativa. A partir daí a reportagem segue a mesma, sem nenhum outro corte nos dois discursos contrários. E assim deixa claro que o MEC errou e tanto a ABL quanto o senador têm razão em criticá-lo. E aqui, quando se trata do MEC está explicitada a figura do ministro Fernando Haddad.

A falta de isenção na cobertura do assunto pelo “Repórter Brasil” fica ainda mais explícita quando, logo após essa reportagem, entra um link⁶⁹ (anexo E)⁷⁰, com a repórter Ana Paula Xavier entrevistando, ao vivo, a educadora e professora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Miriam Paura. Já na cabeça de Link, a apresentadora introduz a repórter assim: *“Quando se aprende a conjugar os verbos também é necessário aprender a concordância desses mesmos verbos. Usar o plural ou não é parte do conhecimento do idioma. Educadores de todo o país alertam para a diferença da evolução da língua e a aceitação de construções que*

⁶⁸ Disponível em: <http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil/video/16281/>. Acessado em: 20/02/12.

⁶⁹ Termo que designa o equipamento usado para fazer entradas ao vivo à distância num determinado programa, que passou a designar também o próprio formato jornalístico.

⁷⁰ Disponível em: <http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil/video/16283/>. Acessado em: 20/02/12.

são consideradas erros de português ou de concordância. Do Rio de Janeiro, a repórter Ana Paula Xavier explica pra gente. Ana, bom dia”.

Note-se que o discurso já está dado, afinal “Educadores de todo o país alertam para a diferença da evolução da língua e a aceitação de construções que são consideradas erros de português ou de concordância”. A discussão, portanto, entre norma culta x linguagem popular, único objetivo do livro com tais textos, já estava banida da cobertura jornalística do “Repórter Brasil”.

E então a repórter apresenta uma ideia, digamos, interessante para introduzir o referido assunto: *“Boa dia, Natália, nós vai falá agora com a professora e pedagoga Míriam Paura. E aí, Natália, é nós vai mesmo? Porque pela língua popular isso seria aceitável, mas pela gramática seria, como todo mundo sabe, nós vamos falar. Não é isso professora? O verbo concordando com o predicado. Então, esse realmente é um assunto polêmico. O quê que é aceitável? Qual é a diferença aí da variação linguística pra erro de português? O quê que deve ser aceitável?”*

Está definido o discurso a ser divulgado. A partir daí são quase três minutos de entrevista em que o livro é tratado como “erro” e erro do Ministério da Educação. Aliás, segundo a repórter, “todo mundo sabe” como é o certo: “o verbo concordando com o predicado”. Logo, o MEC está errado e só. Durante a entrevista, há um *lettering* fixo na tela, em caixa alta, que não deixa dúvidas: ESPECIALISTA ESCLARECE A DIFERENÇA ENTRE VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E ERRO DE PORTUGUÊS.

Note-se que a palavra erro é reiteradamente usada nessa cobertura, como operador semântico que demarca qual é o conflito em questão. Para Bakhtin (1997), a palavra é um signo ideológico e é o contexto e o lugar ocupado pelo falante que determinam a produção de sentidos. A fala só existe na forma concreta dos enunciados de um indivíduo e o discurso molda-se sempre à forma do enunciado que pertence a um sujeito falante (BAKHTIN, 1997).

Toda a entrevista é um primor de desinformação a respeito do tema tratado, mas vale destacar a segunda fala da professora Miriam. Além da desinformação a respeito do livro objeto da entrevista, ela usa um falar exatamente semelhante ao que o livro retrata, pugnando pelo não preconceito: *“Eu acho que nós, mais adiante, podemos dizer e falá (sic) que nós temos outras variações da linguagem, mas*

ensinar isso como correto é extremamente difícil. Eu fico pensando, eu tava (sic) aqui pensando que há pouco tempo nós fizemos uma integração da nossa língua com a língua portuguesa. Os acentos, alguns foram abolidos, os hífen, uma série de coisa (sic). Será que nós estamos com uma terceira fala agora? Uma terceira forma de se apresentar a língua portuguesa? Eu acho muito estranho”.

Provocada pela repórter, ao afirmar evasivamente que um Defensor Público teria dito que uma pessoa prejudicada em concurso público ou no ENEM, por não ter reconhecido nas provas o seu modo de falar, poderia entrar na Justiça com uma “ação de danos morais”, a professora foi mais longe: “é só a concordância que vai ser admitido (sic)? Hoje eu li num jornal uma instituição que escreveu ‘paralisação’ com Z. Então, dizer assim: já está dentro... Será que isso já está dentro das normas aceitas? Então, vão começar a aparecer várias coisas. Não é o correto. Eu lamento (ênfase) que isso tenha ocorrido. Eu gostaria imensamente que nós investíssemos e muito na língua portuguesa da maneira mais certa possível”.

Como se percebe, opera-se aqui uma alteração da imagem-movimento, a partir da imagem-ação proposta. Na realidade, a cobertura passa a sofrer de uma espécie de esquizofrenia temática. Em absoluto, o livro não abre a menor possibilidade de que isso ocorra; nem sequer trata desse assunto. Mas assim segue a entrevista até o final, deixando claro já no encerramento que ambas, repórter e professora, desconheciam a proposta, o destinatário e os conteúdos do referido livro.

Como última pergunta, a repórter provoca: “Vai aprender desde pequeno, que aprenda a língua correta, gramática... a gramática correta?” E a professora conclui: “Perfeito, vai aprender isso. Você, ainda há pouco, brincando, você fez um erro de concordância e aí todo mundo se assustô (sic)”.

São discursos eivados de certezas, de operadores semânticos como “todo mundo sabe”, “todo mundo se assuntou”, de imprecisões generalizantes e legitimadoras de um discurso auto-suficiente como “um Defensor Público”, “li num jornal”, “uma instituição”, tudo isso utilizado para legitimar conjecturas que, transformadas num acontecimento jornalístico, ganham enorme distância do fato social. A discussão que deveria permear a questão presente no livro didático – norma culta x linguagem popular - foi apagada nessa cobertura, da mesma forma

como fez o “Jornal Nacional”. Isso se deve ao fato de que ambos ocupam um mesmo lugar social e é a partir desse lugar, que chamamos genericamente aqui de *status quo*, que a interpretação é dada, que se expressa a ideologia presente no discurso.

Para Laurindo Lalo Leal Filho, coisas como essa acontecem por falta de visão política da função social do jornalista. “Falta uma discussão teórica do que é uma TV pública. Isso deveria ser discutido de forma mais aberta entre os gestores do jornalismo e aqueles que fazem o jornalismo no dia a dia” (LEAL FILHO, 2012). É um problema também de falta de formação profissional, além da falta de compromisso social dos jornalistas, diz Cocon.

O olhar da TV Pública está sendo o olhar desse pessoal branco, de classe média, do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Brasília. São essas pessoas que fazem a TV pública: classe média, branca, consumista, que só frequenta shopping... Como é que você pode ter um outro olhar? Esse olhar que aparece nas reportagens está na redação (COCON, 2012).

Portanto, mais do que um lugar social definido pela institucionalidade midiática trata-se do lugar social do próprio discurso jornalístico, auto-proclamado como detentor da verdade, logo, portador da aura da isenção e da imparcialidade, porém profundamente arraigado num modo de pensar a sociedade a partir de uma determinada ideologia. Em ambas as reportagens, os repórteres⁷¹ estavam convencidos do que diziam. Eles tinham o controle absoluto da verdade. É como se já tivessem o texto definido e, ao fazer as entrevistas, estavam apenas em busca de autoridades que lhes legitimassem, dando-lhes as “aspas”, isto é, estavam apenas atrás da legitimação social da própria certeza.

Essa constatação, referente a essa primeira cobertura jornalística, joga por terra o grande esforço da emissora e de parte da equipe de profissionais para se fazer outro telejornal, diferente do que já é feito pela mídia comercial. Afinal, nada fora acrescentado ao debate. Ora, o tema foi levantado pelo “Jornal Nacional” na semana anterior; portanto, retomar o tema quatro ou cinco dias depois só valeria

⁷¹ Vale reiterar aqui que quando se fala na autoria do repórter toma-se em conta o fato dele aparecer como autor da narrativa, embora se entenda que a construção do enunciado de uma reportagem televisiva é definido muito mais no processo de edição do que pela própria equipe de reportagem.

como pauta diante de alguma novidade. Era de se esperar que a TV Brasil se propusesse a requestrar⁷² um tema exatamente para explicá-lo, oferecer novas informações, novos elementos de discussão, em síntese, que houvesse realmente aprofundamento, como de fato o assunto exigia. Discutir o ensino da língua portuguesa com o devido rigor, porém sem preconceito com os modos populares de se expressar é uma questão de cidadania. Faz parte do alerta de Cortina (2005) referente ao respeito à cultura do outro, ao dizer que quando se despreza uma determinada cultura, “as pessoas que adquirem parte de sua identidade por meio dessas culturas desprezadas têm sua identidade enfraquecida ou sua auto-estima diminuída” (CORTINA, 2005, p. 154). No entanto, ao invés do aprofundamento dessa discussão o que se viu foi unicamente o reforço do que dera a emissora privada na semana anterior.

E isso tudo sem levar em conta que a reportagem do “Jornal Nacional” foi apresentada justamente na semana em que era feita uma série de reportagens especiais sobre a educação, com forte tonalidade de mercado. Aliás, a própria escalada do “Jornal Nacional” deixava clara a intenção da reportagem. Lembremos como é encerrada essa manchete de abertura do telejornal: enquanto Fátima Bernardes dá a má notícia: “O Jornal Nacional mostra a polêmica”, Bonner dá a boa notícia: “E também iniciativas de parcerias com resultados bons na educação do Brasil”.

Por isso mesmo, em seguida a essa reportagem de “denúncia” do livro didático, o “Jornal Nacional” apresenta a reportagem de sua série sobre a educação, mostrando uma escola na periferia de São Paulo que se desenvolveu graças a uma parceria com empresários. Com um tempo de 5’30”, a reportagem “vendeu” o telecurso do próprio conglomerado Globo e desfilou altos elogios à visão empresarial com que a escola passou a ser administrada.

6.1.3 O Mesmo Formato

Por fim, vale lembrar que a narrativa de ambas as reportagens segue o mesmo padrão, num formato engessado, em que quem conta a história é o

⁷² Expressão jornalística utilizada para classificar a retomada de um tema já tratado.

jornalista, restando aos entrevistados a posição de contribuintes legitimadores de seu discurso, conferindo-lhe, portanto, autenticidade. Do ponto de vista do formato operacional, enquanto materialidade do discurso, a semelhança entre as duas produções é enorme inclusive nos usos da polifonia. Trata-se, na realidade, de uma única narrativa.

Tomemos, para efeito de comparação, as duas primeiras reportagens citadas. A do “Jornal Nacional”, com o tempo de 3’21”, reserva 2’32” do produto editado para a própria voz da emissora, representada, aqui, pelos apresentadores do telejornal que ocupam 37”, e pelo repórter, que ocupa 1’55” de narração. Isso significa que 76,7% do enunciado é narrado pelo sujeito da enunciação. Para os sujeitos falantes autorizados a se expressarem por meio dessa reportagem, restam 23,3% do tempo. Para a autora do livro foram destinados 22”; para o especialista, 24”. Se partirmos do fato de que ambos entrevistados respondem à demanda do próprio enunciado e de que o público destinatário do tal livro esteve ausente dessa reportagem, se conclui que o enunciado não se propõe e evidenciar os fatos, a entendê-los do ponto de vista humano, social, cultural. Isto é, o tema *linguagem popular x norma culta da língua* não se fez presente na reportagem.

A mesma estrutura vai ser assumida pela reportagem do “Repórter Brasil”. Aqui há uma tentativa de aproximação do tema com seu público, quando a equipe de reportagem vai até uma sala de aula de educação de jovens e adultos. Mas a tentativa se mantém aí. Aquela professora e seus alunos serviram apenas de ilustração de um discurso já pronto. As histórias de vida daquelas pessoas (ou de alguns deles) não foram mostradas. Com isso, a reportagem perde enquanto narrativa, pois em vez de expor um tema a partir de sua presença nas vidas dessas pessoas, impõe uma leitura ideológica parcial desse mesmo tema usando essas pessoas como imagens de referencialidade. A estrutura física dessa reportagem destina 2’07” de tempo para o discurso da própria emissora, sendo 34” para o âncora e 1’33” para o repórter, equivalendo a 68,6% do tempo da reportagem. Para os sujeitos falantes autorizados pela emissora estão reservados 58”, divididos em 19” para a autora do livro, 17” para o abre-áudio da professora em sala de aula, 15” para o senador e 8” para a ABL, equivalendo a 31,4% do tempo total da reportagem. Apesar da (pequena) diferença de

tempo, a estrutura discursiva dessa reportagem é a mesma daquela veiculada pelo “Jornal Nacional”. Ambos seguem o mesmo formato engessado, dirá Resende (2006).

A mesma semelhança vai acontecer no âmbito da opção narrativa, onde se processa um apagamento do sujeito do enunciado no sujeito da enunciação. Esse apagamento é próprio do discurso do jornalismo hegemônico, porque impõe uma narrativa autoritária, exatamente porque propõe “o apagamento daquele que fala” (RESENDE, 2006). Apagando-se, ele não se expõe e passa a falsa ideia de isenção, como se isso fora possível. Logo, o discurso que é dele, não é de ninguém; sobra o fato em si, isolado, com uma constituição sem autoria, o que poderia dar a entender que haveria a parcialidade, o envolvimento daquele que narra. Segundo Resende, diante de pressupostos conceituais que formatam o seu texto, o jornalista “se esvai do narrado e raramente se apresenta enquanto autor. Não há, na perspectiva da narrativa jornalística tradicional, alguém que conta a história” (RESENDE, 2006, p. 4).

De fato, não há história em nenhuma das duas reportagens. A polifonia presente tanto na heterogeneidade constituída quanto na heterogeneidade mostrada é apenas para conferir autenticidade ao discurso do jornalista. Enquanto isso, o tema que enseja necessariamente histórias de pessoas que o usam, que o vivenciam, que o entendem ou não, fica restrito à ordem da racionalidade técnica, da discussão sobre o certo e o errado. Trata-se, na realidade, de uma desconsideração do saber empírico, fundamental nesse caso, anulado por um saber científico.

É a expressão de um tipo de discurso autoritário, que não incorpora em sua narrativa o signo dialógico, mas se alicerça no signo de tradução e transmissão das informações de um sujeito emissor ‘sábio’, como fala Medina (2003). Ambos enunciados têm assente aqui em regras – ouvir os dois lados, por exemplo - que visam à produção do efeito de verdade (RESENDE, 2006). Este é o lugar social do discurso jornalístico, que é dele enquanto ele serve ao próprio sistema, à ordem estabelecida. Logo, o lugar social que esse jornalismo ocupa nas duas versões da reportagem do “Repórter Brasil” assim como na reportagem do “Jornal Nacional”, é o da ordem garantida pela “linguagem culta” que, portanto, não pode ser maculada. O mesmo vai acontecer na entrevista ao vivo. Aqui, a repórter que, tradicionalmente, deve inquirir o entrevistado segundo o interesse público, assume um lado, o da norma culta, e se põe a desqualificar o outro lado, bem ao gosto da própria

entrevistada. Em vez de uma entrevista, surge, aqui, um *diálogo de comadres*, uma espécie de jogral, ensaiado com o devido tempo.

Eis a contradição desse modo de fazer jornalismo: quando se ocupa um lugar, não importa qual seja ele, se circunscreve a própria noção de verdade àquele lugar. Afinal, diz Gregolin (2001), não se pode dizer o que se quer quando se ocupa um determinado lugar social, pois este exige o emprego de certas representações e a exclusão de outras. “Se temos hoje um sentido para dada coisa é porque houve um processo que o cimentou e organizou a exclusão do sem-sentido” (GREGOLIN, 2001, p. 10). Se essa afirmação nos dá a certeza de que é impossível a isenção de qualquer sujeito falante, de qualquer enunciado, como vimos nessas reportagens, fica a conclusão de que o jornalismo mente, como se pode perceber nessa análise, ao fingir um lugar isento e construir um discurso pretensamente imparcial.

6.2 O Código Florestal Brasileiro

Ao todo, o “Repórter Brasil” produziu e veiculou 19 matérias jornalísticas referentes ao Código Florestal Brasileiro, entre maio e dezembro de 2011. Foram três *notas peladas*, quatro *notas cobertas*, 11 *reportagens* e uma sequência de duas *sonoras*. Quatro dessas reportagens foram produzidas para uma das edições (manhã ou noite) e veiculadas nas duas, resultando em 15 reportagens veiculadas. Foram essas 11 reportagens que mereceram maior acuidade analítica para este estudo, num recorte que compreende o período entre a aprovação do Código pela Câmara dos Deputados, em maio, e a aprovação pelo Senado Federal, em dezembro.

6.2.1 O Problema no Campo

Em 25 de maio de 2011, dia em cuja madrugada deu-se a aprovação do novo Código Florestal Brasileiro pela Câmara dos Deputados, em Brasília, o “Repórter Brasil” veiculou duas reportagens distintas, embora produzidas pela mesma equipe de campo. A mais extensa, baseada nas informações do poder legislativo, foi veiculada na edição da manhã do telejornal. A outra, baseada em informações do poder executivo, foi veiculada na edição da noite.

Começamos pela análise da primeira (anexo F)⁷³, com o tempo de 3'16", por ser também a mais emblemática, embora ambas guardem enormes contigüidades. A reportagem em questão noticia o fato, inclusive trazendo algumas informações importantes - como as porcentagens de áreas protegidas para cada bioma - ausentes, por exemplo, em reportagem do mesmo dia no "Jornal Nacional". Já, na Cabeça de VT, o telejornal define sua posição enquanto enunciador do respectivo tema: o governo foi derrotado porque a emenda apresentada e aprovada na Câmara "dá aos estados o poder de legislar sobre áreas de preservação". Esta será a tônica da reportagem, a imagem-movimento desse enunciado. Parte da imagem-percepção "uma derrota para o governo", que deflagra a imagem-ação 'o que fará para mudar a proposta', passando pela imagem-afecção 'quem ganhou e quem perdeu'.

Para construir a ideia da dificuldade de consenso sobre o tema, o início da reportagem opta pela temporalidade, demarcando a heterogeneidade de vozes antagônicas que vão compor as instâncias da enunciação. O destaque inicial é para a heterogeneidade constituída que justificará a heterogeneidade mostrada, e ambas vão formando um tecido narrativo manifestante de determinado sentido, de experiência vivida em relação ao tema.

Ao destacar o tempo que o Código Florestal permaneceu parado na Câmara dos Deputados (12 anos), o primeiro *OFF* traz a acalorada discussão que o código ensejou agora que, enfim, entrou na pauta, definindo os governistas e os ruralistas⁷⁴, que apóiam o código como fora aprovado. E aqui, já no início do discurso, o sujeito falante assume a ideologia que verterá de seu enunciado, com o uso da palavra "satisfeito", como uma forma de operador semântico.

Ao introduzir as diferentes vozes, na busca pela exposição da heterogeneidade que o tema engendra, surge o que Charaudeau (2004) classifica como sujeito polifônico, "uma vez que é portador de várias vozes enunciativas. Ele é dividido, pois carrega consigo vários tipos de saberes, dos quais uns são conscientes, outros são não-conscientes, outros ainda inconscientes" (CHARAUDEAU, 2004, p. 458). Contudo, é nessa aparente incompreensão de sua

⁷³ Disponível em: <http://tvbrasil.etc.com.br/reporterbrasil/video/16531/>. Acessado em 20/02/12.

⁷⁴ O termo é usado entre os deputados para identificar os deputados representantes do agronegócio no Congresso Nacional, agrupados no que se convencionou chamar de "bancada ruralista", e, neste tema, rivalizam com os governistas.

condição de ser social polifônico que o repórter tenta construir sua imagem de isenção e acaba por sacramentar sua posição ideológica ao catalogar as diferentes vozes.

A primeira sonora, do deputado que votou a favor do Código Florestal, o paranaense Reinhold Stephanes – não por acaso membro de um partido governista (PMDB) e ex-ministro da Agricultura no governo Lula – é antecedida por um *OFF 2* que o classifica como “vencedor”, ao dizer que “*o resultado deixou a maioria dos deputados satisfeita*”. Já, ao introduzir a segunda sonora, do deputado Sarney Filho, líder do PV e governista, portanto contrário ao Código como fora aprovado, o repórter o coloca como um “perdedor”, potencializando e quase que colocando em xeque sua insatisfação. A reportagem constrói essa imagem ao citar, no *OFF 3* que antecede a sonora do deputado, dados importantes do Código Florestal ora aprovado, afirmando que “*80% das propriedades localizadas na Amazônia*” passam a ser destinadas à reserva ambiental, mesmo destino que cabe a 35% do cerrado e 20% dos imóveis localizados em outros biomas, “*como caatingas ou pampas*”, para então carimbar o que vai ser dito a seguir: “*Esses itens não foram suficientes para deixar os ambientalistas satisfeitos*”.

Cabe destacar aqui que, além de reduzir o resultado da votação a uma lógica binária, a catalogação entre perdedor e ganhador minimiza também a significância do código aprovado, agora transformado em uma contenda entre (os dois) deputados. No mínimo, retira a força do código para o próprio futuro do país, por alicerçar-se num modelo de desenvolvimento embutido nessa votação, que sofre, aqui, um apagamento. Aliás, essa será a tônica do discurso jornalístico presente nessa série de reportagens.

A construção da heterogeneidade polifônica, própria da reportagem jornalística, seguida com certo esmero ao longo dessa enunciação, revela aqui o seu lugar social de fala, a partir do interdiscurso (ORLANDI, 1999) que se manifesta, ao observarmos que é no conflito que o sujeito enunciante aparece como voz uníssona nas vozes dos diferentes entrevistados. Mas essa condição só será percebida nesta reportagem pela análise intertextual (MAINGUENEAU, 1997), possível a partir do “novo” discurso criado pela junção do conjunto de fragmentos textuais aqui citados numa determinada ordem.

Por isso, isoladamente poderíamos entender as adjetivações substantivadas 'satisfeito' e 'não satisfeito' como remissivas à concordância ou não à aprovação do Código. No entanto, um discurso se constitui num determinado encadeamento de signos, em si portadores de discursos, de polifonias. Basta, portanto, uma simples análise sintática para notar com o quê o deputado ruralista se diz satisfeito: com o novo Código que *“cria uma melhor estabilidade no campo (...), que hoje enfrenta (...) uma legislação (...) elaborada fora da realidade brasileira”*. Em seguida, pode-se notar com o quê, segundo o enunciado, o deputado ambientalista-governista não está satisfeito: com o novo Código porque *“não é uma lei do Código Florestal, é uma lei da agricultura (...), não serve ao país (...) aos novos tempos de baixo consumo de carbono, à nova economia que valoriza os nossos biomas”*.

Na verdade, trata-se, aqui, de uma nova realidade, que guarda semelhanças com o Código Florestal aprovado; porém, a disputa em questão, segundo a heterogeneidade mostrada aqui pelas diferentes vozes, é por um determinado Código parecido com o que fora aprovado. Nota-se, então, uma alteração da imagem-movimento, a partir da imagem-ação proposta. Logo, a imagem-movimento, em vez de guardar relação com o Código Florestal em discussão, ganha vínculo entre atraso x desenvolvimento, agricultura x ambientalistas, entre as coisas concretas ditas pelo deputado ruralista e as abstrações ditas pelo deputado ambientalista. Contudo, se o enunciado sugere essas imagens mentais, as imagens icônico-visuais nem de perto propuseram alguma dessas imagens, exceto quando se tratava das sonoras, sempre fechadas.

O que o sujeito falante construiu aqui foi, portanto, um novo sentido do tema geral, definido pelo seu lugar de fala, que embute em si a compreensão de mundo, a noção de desenvolvimento, de progresso que ele tem. Orlandi (1996) lembra que “de acordo com a posição/lugar que o sujeito ocupa, ele tem o seu dizer ligado a uma memória. De certo modo, todo sujeito ‘recorre’ a um ‘arquivo’, aos discursos disponíveis. Todo sujeito tem seu ‘discurso textual’” (ORLANDI, 1996, p. 95). E é recorrendo a essa memória e a esse ‘discurso próprio’ que o sujeito falante reconfigura a condição de satisfação e insatisfação com o Código Florestal, para dar a essas heterogeneidades mostradas posições referentes ao que ele próprio – enunciatador – selecionou da materialidade presente nesse conjunto ora enunciado.

Não se trata aqui de uma invenção do sujeito discursivo, que apenas guardaria proximidades com o acontecimento, mas de um efeito próprio do simulacro do acontecimento, do recorte necessário para condensar uma discussão de “12 anos”, ou pelo menos de “mais de 14 horas”⁷⁵, em poucos minutos destinados ao assunto pelo formato jornalístico em questão – a reportagem. Estão presentes ali as discussões, posições, emoções, lógicas discursivas, sempre com referencialidade ao acontecimento e com o uso de dispositivos que dão o *status* de isenção, imparcialidade e neutralidade, próprios do jornalismo enquanto instituição discursiva. Esses são procedimentos do ofício, dispositivos operados e recursos de linguagem utilizados para se estabelecer um caráter de verdade ao discurso jornalístico, na busca por se instaurar, em decorrência, a credibilidade, pois “no jornalismo o jogo da credibilidade se joga sobre o sucesso da referencialidade suposta” (GOMES, 2000, p. 30).

Contudo, manter-se rigoroso ao discurso jornalístico não garante, necessariamente, fidelidade do acontecimento enunciado. O discurso jornalístico opera por procedimentos que constroem verdades próprias a partir dos acontecimentos narrados. O que é dito e o que é calado.

Se examinarmos a natureza desses índices de referencialidade, veremos que se trata apenas de um efeito de real: as entrevistas, citações, fotos (imagem) e até o próprio acontecimento narrado são escolhas, seleções que supõem algo excluído, um não-dito (AZEVEDO e BACCEGA, 2007, p. 99).

É nessa seleção/exclusão que se processa um apagamento da contrariedade do deputado ambientalista à referida emenda ao Código. Ao optar por esse recorte, do que disse o deputado, a reportagem traz uma expressão dúbia: “*Ao contrário do que a gente desejava, não é uma lei do código florestal, é uma lei da agricultura*”. Caberia perguntar: de qual agricultura ele está falando? Alguém é contra a agricultura brasileira? Claro que este é o discurso do próprio deputado, nada fora colocado na sua boca pela equipe de reportagem ou pelo editor. No entanto, não está ali tudo o que ele disse e no contexto em que disse, mas sim - como não poderia deixar de ser - uma seleção, um recorte, “uma edição” - como se diz no

⁷⁵ Conforme o próprio repórter conta no OFF 1.

cotidiano jornalístico - do que repórter e editor consideraram o mais relevante de sua fala, e colocados dentro de uma realidade, um novo cenário discursivo espaço-temporal.

Já no caso da sonora do deputado que votou a favor do Código Florestal, há uma fala sóbria, de quem está preocupado em levar tranquilidade à agricultura brasileira e em desqualificar a legislação anterior, ao afirmar que o novo Código Florestal *“cria uma melhor estabilidade no campo”* e *“acaba com esse grande problema que o campo...”*. Note-se que é um discurso com lastros sociais importantes, que reforça a ideologia a que se filia, ao manifestar as preocupações concretas de modernizar a legislação e levar paz no campo. Cabe igualmente perguntar: alguém em sã consciência é a favor do atraso no campo? Alguém é a favor da guerra, do conflito no campo? Faltou, no mínimo, que a reportagem explicitasse a ligação entre os dois temas: Código Florestal Brasileiro e agricultura brasileira.

Mas tudo ali está dito nas sonoras, garantindo o que se espera do discurso jornalístico, que haja referencialidade e heterogeneidade, que aqui são mais do que instituídas, são mostradas. Portanto, nada disso é dito pelo sujeito falante, que passa por um apagamento como sujeito de fala, para dar lugar às heterogeneidades ensejadas no próprio campo do discurso. É, porém, um apagamento tosco, que é exposto no momento em que o discurso se processa no seu conjunto, em que ele se configura como imagem-movimento.

Contudo, é um apagamento a serviço da “verdade jornalística”. Azevedo e Baccega (2007, p. 99) afirmam que “o discurso jornalístico sustenta-se em sua função referencial para constituir-se informativo e documental, para fazer-se portavoz da realidade”. Esclarecendo que esse discurso se sustenta por meio de reportagens repletas de citações, entrevistas, imagens, dados estatísticos, as autoras afirmam que “esses procedimentos são recursos aos sinais de marcação da remetência ao real, pois são eles que sustentam a verdade contida no enunciado jornalístico” (AZEVEDO e BACCEGA, 2007, p. 99).

Por outro lado, a reportagem não faz o que se espera de um veículo de comunicação e mais ainda de uma TV que se identifica como pública: aprofundar o debate em torno do tema, valendo-se de seus pontos polêmicos. Afinal, foi isso o

que pediram pelo menos dois dos convidados ao seminário internacional sobre comunicação pública, realizado em julho de 2011 pela própria EBC - Empresa Brasil de Comunicação -, empresa pública à qual está vinculada a TV Brasil. Conforme reportagem⁷⁶ mostrada no próprio “Repórter Brasil”, o consultor da Unesco, Toby Mendel, e o jornalista e professor Carlos Eduardo Lins da Silva – este um notório defensor do modelo jornalístico hegemônico -, afirmaram que as emissoras públicas devem fazer uma cobertura dos fatos diferente do que fazem as demais televisões, aprofundando as discussões sobre o tema.

A questão do aprofundamento de um assunto num telejornal não é um tema tranquilo entre quem faz e quem estuda esse formato jornalístico. A maioria dos que advogam a ideia de que não é papel de um telejornal aprofundar um assunto parte do princípio de que isso exigiria um trabalho hercúleo, quase impossível de se conseguir ao mesmo tempo em que se mantém ritmo e rapidez exigidos pela audiência de um jornal de TV. Em depoimento a Adriano Moneta, a repórter Isabela Assumpção afirma que “a TV trabalha quase que com o título, o subtítulo e, talvez, com o primeiro e segundo parágrafos de uma matéria de jornal. É o essencial, o básico” (MONETA, 1996, p. 127). A tônica entre os que produzem telejornalismo é a de que tentar aprofundar um tema é ir contra um conceito consagrado pelo telejornalismo brasileiro, desenvolvido pela grande mídia privada, de que em TV se trabalha com a informação básica, sem discussão ou aprofundamento.

Na contramão dessa visão, Leal Filho (2012), após citar alguns bons exemplos do próprio “Repórter Brasil”, especialmente quando faz cobertura de notícias de crime (menciona os casos Isabela Nardoni e Eloá), afirma que falta uma visão de que podemos trabalhar os mesmos temas, mas com outro olhar.

Podemos tratar de todos os assuntos, mas de uma maneira diferenciada, respeitosa e especialmente didática. A TV pública tem um papel pedagógico. E infelizmente nossos profissionais não estão preparados para fazer jornalismo com uma pitada pedagógica. Que a matéria seja explicativa, clara, e que não busca uma verdade, mas dê todos os elementos para que o público formule a sua própria verdade (LEAL FILHO, 2012).

⁷⁶ Ver reportagem intitulada *Seminário sobre Mídias Públicas debate jornalismo* na edição do Repórter Brasil do dia 01/07/2011: <http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil/video/17766/>

Fato é que a reportagem veiculada na TV Brasil sobre o Código Florestal Brasileiro manteve a mesma linha do telejornalismo das demais emissoras. Deixou de aprofundar o tema e apresentou uma heterogeneidade discursiva que simula isenção e discussão, mas engendra um desequilíbrio informativo interno e, neste caso, em benefício dos ruralistas. Isso se dá de diversas maneiras. A primeira é o próprio fato de que dois entrevistados presentes na reportagem fazem a defesa do Código aprovado, inclusive com informações consistentes, que ensejam um debate, enquanto apenas um se diz contrário. A segunda forma está no fato de que todos falam de questões distintas, não havendo o contraditório, o que aponta para uma falsa imparcialidade, tão cara ao jornalismo praticado nessas bandas do mundo.

Na busca por construir um discurso heterogêneo, a reportagem se assemelha a uma bricolagem – um fala de paz no campo, outro em nova economia e outro diz que os estados devem dar licenças ambientais. Os diferentes discursos não entram em conflito, mas convalidam o próprio discurso do sujeito falante como discurso hegemônico. Há, portanto, um apagamento do conflito, pois os distintos temas abordados nas três sonoridades se tangenciam, mas não se confrontam, fazem parte do acontecimento jornalístico, mas estão inviabilizados enquanto debate, discussão, aprofundamento.

Na verdade, temos aqui distintas imagens-afecção, pois todos aparecem em primeiro plano, cercados de microfones que dão a eles atestado de notoriedade, de detentores do saber-poder. Ao mesmo tempo, é assim que eles fazem parte da imagem-movimento, aprovação de um novo Código Florestal que muda o meio ambiente no país; mas destoam da imagem-ação: o que defende cada um dos dois lados? O que está em jogo? Etc. Na realidade, constrói-se uma nova imagem-movimento: um Código foi aprovado pela maioria, mas o perdedor está disposto a mudar o jogo.

E justiça seja feita: as imagens referenciais fazem jus a esse discurso. Nelas há, literalmente (ou visivelmente), um apagamento das imagens do campo. Mesmo quando entram os gráficos, indicando as áreas de reserva para cada bioma, opta-se por uma imagem única e indefinida. As imagens referenciais usadas ao longo da reportagem são exclusivamente sobre o plenário da Câmara Federal, intercalando planos gerais, planos de conjunto e primeiros planos, inclusive numa sequência

desorganizada, que não possibilita uma percepção do tema, apenas denota a confusão que o tema causa.

Se não bastassem essas seleções, esses recortes do tema, das imagens e das sonoras operados até aqui, a contundência maior desse procedimento de seleção/exclusão vai recair exatamente sobre a exclusão operada pelo sujeito da enunciação ao omitir uma das informações mais polêmicas que prevê a mesma emenda 164: anistia a quem cometeu o crime de desmatamento até 2008. Trata-se de uma informação importante, por estar na raiz do embate entre governistas e ruralistas. Como veremos mais adiante, este será o foco principal – a imagem-movimento – do “Jornal Nacional”, da Rede Globo, e dos veículos de comunicação impressa mais identificados com o movimento social.

Além dessa omissão, o repórter faz uma simplificação perigosa, para não dizer mentirosa, ao explicar a polêmica entre os lados em disputa. Está no texto do *OFF 4*: “A emenda permite que os estados decidam o que pode ser plantado nas áreas de preservação permanente, as chamadas APPs. Os governistas queriam que essa fosse uma prerrogativa exclusiva da presidenta Dilma Rousseff”.

Portanto, além de poupar os ruralistas omitindo uma informação importante para governistas e ambientalistas e para a discussão do tema, o sujeito falante personifica o problema, classificando como “prerrogativa exclusiva da presidente Dilma Rousseff” e não do Governo Federal. Aliás, aqui caberia uma discussão para saber se é ou não viável que a questão ambiental do país seja pensada fragmentariamente (pelos estados) ou no seu conjunto (pelo governo federal), sejam quais forem as colorações ideológicas de cada um deles. Nem se está aqui levantando outra discussão sobre o porquê de os ruralistas preferirem, neste momento da política nacional, jogar para os estados essa discussão.⁷⁷

Na forma como o enunciado é construído, a vontade dos governistas surge como se fosse um capricho pessoal da atual presidente da República. Poder-se-ia dizer que “Dilma Rousseff”, na forma como fora citada na reportagem, foi um recurso de linguagem figurada, como se na pessoa dela estivesse implícito o Governo

⁷⁷ O Jornal Brasil de Fato, ligado aos movimentos sociais, traz reportagem na semana seguinte dizendo que os ruralistas têm controle do executivo nos principais estados afetados pelo desmatamento.

Federal. Afinal, ela e a Presidência da República são, hoje, a mesma coisa. Mas não se pode tratar como temporal uma decisão que ficará, independente do presidente em questão. Dilma é transitória, quando houver nova eleição e novo governante for eleito, essa decisão continuará no âmbito do Governo Federal, porém não mais por “Dilma Rousseff”.

O lugar de fala dessa reportagem da TV Brasil fica ainda mais claro quando o repórter vai construindo o desfecho do discurso e joga o tema para o Senado, onde de fato se daria o próximo passo do debate em torno do Código Florestal. Afirmo o repórter no seu último *OFF*: *“A emenda mal saiu da Câmara dos Deputados e já levou alguns senadores a se posicionarem”*. E então traz uma única fala, e com ela encerra a reportagem, não menos que a da senadora Kátia Abreu (DEM/TO): *“Quem autoriza e legaliza e dá a licença ambiental para desmatamento são os órgãos ambientais estaduais. Isso é uma demonstração de que as políticas públicas estaduais estão funcionando. Tanto que o Brasil antecipou a meta de COP 15 em 10 anos”*.

Esta é a conclusão da reportagem, é a palavra final, é a síntese, o fecho de uma história, é a imagem-mental resultante desse produto jornalístico. Na obra “Manual de Telejornalismo”, Barbeiro e Lima explicam que “editar uma reportagem de TV é como contar uma história, e como toda história a edição precisa de uma sequência lógica” (2002, p. 100), que tenha começo, meio e fim. Que tenha uma conclusão, lembra Wolf (1995), ao tratar da noção de “formato” como “critério fundamental do valor-notícia”. Citando Gans (1979), ele diz que “cada notícia deve ter uma introdução, uma parte central, de desenvolvimento, e uma conclusão (...). Em televisão, as notícias que não apresentam uma conclusão podem ser excluídas ou relegadas para as notícias dadas em poucas palavras” (WOLF, 1995, p. 190).

Portanto, no caso da reportagem em análise, a palavra final, a opinião que permanece, sem nenhum contraponto, é de que quem ainda vai discutir o problema, o Senado, já pensa assim. Pior: por desinformação ou mais uma omissão informativa, a reportagem nem sequer contextualiza que a referida senadora é presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a principal entidade do país a capitanear essas mudanças no Código Florestal. Faz jus assim à afirmação

de Arbex (2002) de que o jornalismo atual, especialmente o praticado pela televisão não contextualiza o tema, trabalha com fatos isolados.

6.2.2 A Tendência Pró-Mercado

Poder-se-ia entender que algumas incongruências seriam normais numa reportagem feita no afogadilho da rotina jornalística⁷⁸, mais afeita ao processo *fordista* de produção do que ao tempo necessário de pesquisa, diálogos e reflexões próprios do processo de construção do conhecimento. No entanto, a segunda reportagem sobre o mesmo tema, veiculada na edição da noite desse mesmo dia, mantém, em linhas gerais, o mesmo discurso da primeira.

Com 2'49" de duração, essa segunda reportagem⁷⁹ (Anexo G) do “Repórter Brasil”, produzida pela mesma equipe de campo, não foge muito à regra da seleção, do recorte de olhar e omissões do primeiro material. Na cabeça de VT, o telejornal define o tom da matéria, a sua imagem-movimento, dizendo que o governo quer “*virar o jogo no Senado*” e dá o caminho a ser percorrido: “*Os líderes partidários buscam uma saída para aprovar um texto que não exija o veto da Presidência da República*”.

Se esse ‘novo’ enunciado corrige uma importante distorção, em relação a quem quer decidir sobre as APPs – a “Presidência da República” e não “Dilma Rousseff” -, o tom da reportagem mantém a interpretação anterior, abrindo com a polêmica entre os dois deputados (líder do governo x relator do código florestal) e explicando o motivo da “tensão”: “*A discórdia foi provocada pela mudança no relatório que permite aos estados definir o que pode ser plantado nas áreas de proteção permanente, as APPs. O governo federal quer que isso seja decidido pela presidência*”. Continua, portanto, a omissão da anistia aos desmatadores presente nessa mesma emenda. E, a partir daí, a reportagem vai tratar do caminho a ser percorrido no Senado e as condições para que essa mudança pretendida aconteça.

No entanto, se na primeira reportagem houve um desequilíbrio de fontes em favor dos *ruralistas*, nesta, as três únicas sonoras foram destinadas aos *governistas*.

⁷⁸ A votação terminou de madrugada e a reportagem foi ao ar na edição da manhã.

⁷⁹ Disponível em: <http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil/video/16547/>. Acessado em 21/02/12

Estão mantidos os preceitos do discurso jornalístico referentes à heterogeneidade e à polifonia discursiva, mas, da mesma maneira, cria-se uma falsa verdade, a partir do processo de seleção/exclusão. Naquela, os dois *ruralistas* falaram da importância do novo Código para a agricultura brasileira e da competência de decisão sobre as APPs; nesta, os três governistas falam de questões burocráticas, de estratégias para mudar o voto e o Código aprovado, não havendo, portanto, sequer menção ao tema principal - Código Florestal - por parte dos qualificados e alçados à posição do saber-poder.

Cabe destacar, aqui, para efeito de comparação, a reportagem veiculada no mesmo dia pelo “Jornal Nacional” (Rede Globo) a respeito desse tema (anexo H). Esses dois pontos polêmicos nas duas reportagens do “Repórter Brasil” (anistia aos desmatadores - ausente nas reportagens - e quem decide sobre as APPs) ocupam posições centrais na reportagem do principal telejornal da maior rede de televisão do país. A reportagem⁸⁰ do “Jornal Nacional” traz, já na sua abertura, as repercussões negativas no exterior, afirmando no primeiro OFF: *“A imprensa estrangeira reagiu com preocupação. A BBC, de Londres, falou em ‘relaxamento das regras de conservação da Amazônia’⁸¹. A manchete do espanhol El País foi mais contundente: ‘Parlamento do Brasil aprova a anistia para os destruidores da Floresta Amazônica’⁸².”*

Portanto, percebe-se aqui uma terceira omissão das reportagens da TV Brasil: a repercussão negativa no exterior dessa decisão da Câmara Federal. E essa repercussão, espontânea em relação ao Governo Federal, dá a dimensão do problema, que não pode mais ser tratado apenas como conflito entre deputados ou como quítera entre Câmara Federal e Presidência da República, carreando pontos para a posição do executivo federal em relação ao tema.

No equívoco apontado na primeira produção do “Repórter Brasil”, sobre a discussão em torno de quem deve decidir sobre as áreas de preservação, a reportagem do “Jornal Nacional” diz que *“o Palácio do Planalto queria que essa decisão fosse só dele”*. Trata-se, também, de um equívoco, pois a decisão seria do

⁸⁰ Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2011/05/aprovacao-do-novo-codigo-florestal-causa-polemica.html>. Acessado em: 21/02/12

⁸¹ Texto destacado em imagem.

⁸² Idem.

Governo Federal no seu conjunto. No entanto, mais coerente com a realidade do que afirmar ser uma “prerrogativa exclusiva da presidenta Dilma Rousseff”. Afinal, “Palácio do Planalto” é impessoal - lugar onde os presidentes tomam decisões para o país - e tem caráter permanente – não mudará como o presidente, sujeito à nova sanção das urnas.

É interessante observar, portanto, que as duas reportagens da TV Brasil trazem um viés diretamente favorável ao Código Florestal na forma como foi aprovado pela Câmara Federal, coisa que o “Jornal Nacional” não fez, embora tampouco apresente uma discussão a respeito do tema. A rigor, ao destacar as repercussões internacionais, na forma como o fez, chega a colocar em xeque a matéria aprovada na Câmara. E, diga-se de passagem, uma das repercussões apontadas e destacadas na reportagem do “Jornal Nacional” é da BBC, a TV Pública da Inglaterra. A TV pública brasileira nem tomou conhecimento.

Por outro lado, a reportagem do “Jornal Nacional” não trouxe nenhuma opinião de deputados ou de outro especialista sobre o tema, o que em si não é uma qualidade. Limitou-se a fazer *abre-áudio* de uma discussão entre um deputado oposicionista e o presidente da Câmara, além da sonora do líder do governo no Senado, que disse que levaria à Presidente Dilma a proposta de adiar o prazo de cobrança de multa aos *desmatadores*, a fim de facilitar as negociações no Senado.

No caso do “Jornal Nacional”, há, também, um melhor trabalho de imagens. Ao citar a repercussão no exterior, entram infográficos destacando as manchetes; quando cita as mudanças no campo, entram imagens dos biomas citados que, embora referenciais, criam proximidades importantes, fazendo-nos “ir ao campo” e presenciar os lugares sobre os quais se falam. Parte do que fora apagado no “Repórter Brasil” aqui ganha expressividade no material do “Jornal Nacional”. Há, portanto, enormes diferenças no tratamento do mesmo tema entre a reportagem do “Jornal Nacional” e as duas reportagens do “Repórter Brasil”. Isso não significa afirmar que a reportagem do “Jornal Nacional” tenha cumprido sua função jornalística. Quando muito cumpriu a função do jornalismo hegemônico, apresentando as contradições e oferecendo “a verdade” sobre o fato, Isso, porém, não será analisado neste trabalho, cujo foco é o “Repórter Brasil”.

Cabe, aqui, constatar que, neste caso específico, o telejornal da TV Brasil foi mais tendencioso pró-mercado, aqui representado pelo agronegócio, do que o principal telejornal da TV Globo. Comprova-se aqui o que disse Tadeu Cocon, sem que a ele fossem comentadas as referidas reportagens:

Esse pessoal das emissoras comerciais que chega para trabalhar na TV Brasil vai dar a linha do jornalismo da emissora e quer mostrar que não é uma televisão estatal. Então, eles fazem muitas vezes uma televisão de oposição, às vezes mais oposição do que a mídia comercial (COCON, 2012).

Não se pode dizer que houve aqui um problema de tempo de produção, nem sequer de disponibilidade de imagens. O “Jornal Nacional” trabalhou com imagens de arquivo e, no caso das repercussões internacionais, com imagens da internet. O tempo disponível para a reportagem também foi bem maior no “Repórter Brasil” do que no “Jornal Nacional”. A primeira reportagem do “Repórter Brasil” teve 3’16” e a segunda teve duração de 2’49”; a única reportagem do “Jornal Nacional” teve duração de 2’19”.

Como se percebe, uma reportagem teve praticamente um minuto a mais, e a outra, meio minuto a mais do que a da emissora privada, e, no entanto, ambas trouxeram menos informações relevantes para se iniciar um debate. Sem contar que, especialmente a primeira reportagem, perdeu tempo em informações vazias, como na afirmação do OFF 2: *“o resultado deixou a maioria dos deputados satisfeita”*. Óbvio, se o projeto foi aprovado pela maioria dos deputados, não poderia ser diferente. Se tomarmos a *passagem* que o repórter fez para essa reportagem, observaremos como se trata de um texto prolixo. Para efeito deste estudo, tomei a liberdade de solicitar à repórter, editora e apresentadora de telejornalismo da RPC TV, rede paranaense afiliada à Rede Globo, Giselle Camargo, uma análise e uma sugestão de texto para a respectiva passagem. O resultado⁸³ foi que a passagem

⁸³ PASSAGEM DO REPÓTER, com 32” – “O código florestal foi colocado em votação e aprovado sem que o governo tivesse conseguido construir um consenso sobre 100% do texto. Os parlamentares, durante as sessões, apresentaram sugestões de mudanças, as chamadas emendas. As modificações alteraram o texto e desagradaram o Palácio do Planalto. A expectativa agora é reverter a derrota quando o assunto for para o Senado. O problema tem nome e número: emenda 164”. PASSAGEM SUGERIDA por Giselle Camargo, com 17” mantendo o mesmo ritmo narrativo: “Sem acordo entre os governistas, a proposta do novo código recebeu sugestões de mudanças na câmara. Isso desagradou o Palácio do Planalto que espera agora reverter a derrota no Senado. O problema tem

sugerida ficou objetivamente com as mesmas informações com 15 segundos a menos. Se observarmos que as três sonoras da primeira reportagem somam 48”⁸⁴, poderíamos ter, só com essa objetividade textual, mais uma sonora, ou outro *OFF* contextualizando o tema, ou sendo mais “pedagógico”, como frisou Leal Filho (2012). Isso sem contar que um tema dessa importância mereceria de uma TV público-estatal um tempo maior, que se poderia extrair de outras matérias veiculadas nessa mesma edição.

Na realidade, percebe-se que há um descuido em relação ao texto e, da mesma maneira, em relação às imagens, que nem sequer cumprem a função básica de ilustração referencial na reportagem. Dois descuidos graves em se tratando de televisão, segundo Paternostro (1999, p. 73), que cita a objetividade como uma das características do texto na TV e que não se pode pensar num texto para reportagem de TV sem antes ter imagens ou encontrar solução para a imagem. Por mais que essas sejam orientações trazidas da TV comercial, elas valem para emissoras do campo público sem que impeçam maior coerência informativa e aprofundamento do tema tratado, dentro desse formato estabelecido, que tampouco é aceito aqui como conveniente. No entanto, se é para seguir esse mesmo modelo, que haja maior rigor.

6.2.3 A Individuação do Conflito

Das outras nove reportagens veiculadas entre a aprovação do Código Florestal na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, três merecem destaque. Uma, por mostrar o lado do governo e trazer dados que vão contra o projeto do Código em discussão; outra, porque faz exatamente o oposto, assumindo o lado do agronegócio; e a terceira, por referir-se à aprovação do projeto no Senado Federal, concluindo, assim, essa cobertura jornalística para efeitos deste trabalho.

As outras seis reportagens foram consideradas relativamente equilibradas - claro que dentro do modelo de jornalismo praticado - e não acrescentam praticamente nada ao que já se viu nas duas reportagens aqui analisadas. Destoa

nome e número: emenda 164”.

⁸⁴ Sonora de Reinhold Stephanes 14”, de Sarney Filho 18” e de Katia Abreu 15”. Na realidade: 18” para um *governista* e 29” para dois *ruralistas*.

do tom apenas uma delas, a do dia seguinte à aprovação do código na Câmara, 26 de maio⁸⁵. O enunciado jornalístico mantém o mesmo discurso da noite anterior, mostrando o governo acuado, mas partindo para o ataque, se organizando para mudar o código no Senado. Nas demais, do ponto de vista estritamente do jornalismo hegemônico, as reportagens primam por apresentar uma polifonia relativamente equilibrada entre os dois lados em disputa ao redor do projeto do código. Trazem diferentes vozes que se alternam entre os contrários, os favoráveis e os que estão mediando o conflito, o que se repete em todas as reportagens e refere-se à anistia aos desmatadores presente no novo Código Florestal. Aqui aparecem lideranças da sociedade civil organizada, como estudantes, SOS Mata Atlântica e outros ambientalistas, embora na maioria das vezes por questões episódicas: protestos e entrega de abaixo assinado. A sociedade civil é convidada, portanto, a apenas entrar nesse jogo de contra ou a favor, sem espaço para expor o acúmulo de conhecimento em relação ao novo código.

Há que se notar, contudo, que na única reportagem em que a sociedade civil é a última voz a se fazer presente é, justamente, com a ex-candidata à presidência da República pelo Partido Verde, notória rival de Dilma Rousseff. Foi a reportagem⁸⁶ do dia 23 de novembro, com o tempo de 3'01". Entretanto, ao final há uma *Nota Pé* que traz uma posição conciliadora da Presidente da República, dizendo que o Brasil é o único país que tem todas as condições de ser uma grande potência respeitando o meio ambiente.

Embora essa preocupação de ouvir os dois lados apareça sempre - numas mais noutras menos -, essas reportagens, assim como as demais veiculadas nos dias 15 de agosto⁸⁷, 08 de novembro⁸⁸, 24 de novembro⁸⁹ e 29 de novembro⁹⁰, não acrescentam absolutamente nada ao debate em torno do tema. Tudo está reduzido a uma disputa entre ambientalistas e agronegócio e um governo dividido, em que o comando puxa para um lado, contrário ao projeto atual do Código Florestal, e grande parte da própria base governista vai para o lado oposto. Cabe frisar que a existência

⁸⁵Disponível em: <http://tvbrasil.etc.com.br/reporterbrasil/video/16592/>. Acessado em: 21/02/12

⁸⁶Disponível em: <http://tvbrasil.etc.com.br/reporterbrasil/video/22126/>. Acessado em: 21/02/12

⁸⁷Disponível em: <http://tvbrasil.etc.com.br/reporterbrasil/video/19174/>. Acessado em: 21/02/12

⁸⁸Disponível em: <http://tvbrasil.etc.com.br/reporterbrasil/video/21665/>. Acessado em: 21/02/12

⁸⁹Disponível em: <http://tvbrasil.etc.com.br/reporterbrasil/video/22166/>. Acessado em: 21/02/12

⁹⁰Disponível em: <http://tvbrasil.etc.com.br/reporterbrasil/video/22287/>. Acessado em: 21/02/12

de seis reportagens que não trazem nada de novo ao debate em torno do tema é, por si só, um ponto extremamente negativo. Mas duas das matérias destacadas buscam fazer isso, embora com sérios problemas.

A primeira foi já no dia 08 de junho, 13 dias após a aprovação do Código pela Câmara, e parece, mesmo, orquestrada pelo Governo para discutir o tema do ponto de vista técnico e acuar a oposição. A reportagem⁹¹, com tempo de 2'33", é baseada na divulgação de dados do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), órgão vinculado à Presidência da República, e traz dados referentes aos problemas que uma eventual aprovação do novo Código Florestal traria ao país. Inicialmente a reportagem traz dados do próprio instituto, os quais apontam que 29 milhões de hectares de terra no Brasil deixariam de ser recuperados e que as perdas poderiam chegar a 49 milhões de hectares, devido às brechas contidas no texto do código proposto. Esses dados são quantificados em termos de campos de futebol, medida equivalente a um hectare, o que ajuda muito na compreensão da dimensão do problema. Em seguida um pesquisador do IPEA explica as brechas do texto do Código e, por fim, entra a ministra do Meio Ambiente apontando os caminhos que o governo pretende trilhar e as negociações que poderão ser feitas.

Duas questões chamam a atenção aqui. Primeiro é a volta do problema da individuação do conflito. Tal qual na primeira reportagem dessa série, feita por outro profissional, a repórter afirma que *“uma emenda aprovada pelos deputados permite aos estados definir o que pode ser cultivado nas áreas de proteção permanente, as APPs. A presidenta Dilma Rousseff quer que essa atribuição fique sob o seu comando”*. Em segundo lugar, a reportagem não ouve ninguém que se oponha a esses dados, nem explica que: “procurado”, alguém “não quis falar”. Nega-se, aqui, a polifonia ideológica, e o enunciado se transforma num verdadeiro monólogo, um libelo contra o novo Código Florestal em discussão, e aqui ampliado pelo tom de cientificidade trazida pelo pesquisador e da referida instituição (IPEA) que goza de certo prestígio.

Interessou-me ainda mais em continuar o estudo, por observar uma aparente mudança de lugar social do telejornal, embora mantendo discursos anteriores e descumprindo preceitos básicos do jornalismo contemporâneo, tão defendido no

⁹¹Disponível em: <http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil/video/16944/>. Acessado em: 21/02/12

Manual de Jornalismo da EBC. Contudo, esse tipo de reportagem tem se tornado comum no Brasil, com a justificativa de se divulgar os dados de uma dada instituição. É a prática do jornalismo difusionista, conforme Medina (2003). Entretanto, também 13 dias depois, em 21 de junho, uma nova reportagem⁹² é produzida absolutamente com o mesmo formato. Porém, agora tendenciosamente favorável ao agronegócio.

Com o tempo de 1'35", a reportagem aponta o novo Código como aquele que traz incertezas ao campo. Esse tom já é dado na abertura da *cabeça de VT*: *"Clima diversificado, terra fértil, água abundante. O Brasil tem um grande potencial de crescimento no agronegócio. Mas as dúvidas em relação ao novo código florestal trazem incertezas ao setor"*. A reportagem faz a cobertura de um possível evento do agronegócio brasileiro; possível porque não há uma única imagem que atesta essa realização, a não ser a presença dos dois entrevistados num ambiente provável, porém nenhuma outra pessoa é mostrada nas imagens. Como na reportagem anterior, esta é aberta com dados importantes: *"O Agronegócio brasileiro corresponde a 42% das exportações do país, e a 37% dos empregos. Somos o maior produtor de café, cana de açúcar e laranja do mundo. O segundo país na produção de soja e o maior exportador mundial de carne bovina e de frango. A sociedade nacional de agricultura fez uma projeção para os próximos dois anos e descobriu que o setor de açúcar e álcool é o que mais deve receber investimentos."* À medida em que os dados vão sendo citados uma arte é mostrada destacando os números, tal qual a reportagem anterior.

O problema grave é que esses dados são apresentados sem que se mencione a fonte, citando apenas, mais adiante na reportagem, uma *"pesquisa feita com 300 investidores"*. Em nenhum momento se destaca essa autoria ou se compara com os dados do IBGE, divulgados em 2009, que contradizem vários desses números. Como veremos mais adiante, só para citar um deles, o IBGE aponta que o agronegócio emprega apenas 26% da mão de obra do campo embora use 74% das terras agricultáveis do país. Também veremos mais adiante que, duas semanas após a divulgação de dados contrários ao agronegócio, esta é a segunda vez que os empresários do setor realizam um evento para apontar novos dados.

⁹²Disponível em: <http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil/video/17396/>. Acessado em: 21/02/12

Após os números, fala o presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, em dois momentos, dizendo que *“o investidor não sabe o que vai acontecer com o Código Florestal. A insegurança inibe muito investimento”*, para, então, entrar a ministra do Meio Ambiente, que encerra a reportagem. Contudo, sua fala vem após todos esses dados positivos em relação ao agronegócio e o alerta feito pelo presidente da sociedade. Ela não apresenta nenhum argumento que pudesse se contrapor a tais informações, dizendo apenas: *“Nós não concordamos com a ocupação das APPs, com anistia para desmatador. Qualquer texto que sinaliza a perspectiva de novos desmatamentos de forma ilegal nós somos absolutamente contrários”*. E a reportagem é encerrada assim, de forma intransigente.

Além dessas matérias, o “Repórter Brasil” veiculou quatro *Notas Cobertas*, três *Notas Peladas* e uma sequência de duas *Sonoras*. As notas se limitaram a trazer informações factuais. Já as *sonoras* soam um pouco estranho, uma vez que se destinam, no dia 31 de maio, a dois longos depoimentos - 1’39” - pró-governo, praticamente sem contextualização. Uma senadora e o ministro das Relações Institucionais falam das expectativas do governo com a discussão do código no Senado.

6.2.4 O Falso Conflito

A última reportagem da cobertura jornalística em torno do novo Código Florestal, tomada neste estudo, foi no dia 07 de dezembro, referente à aprovação pelo Senado ocorrida na noite anterior. Com o tempo de 2’13”, a reportagem⁹³ traz um sujeito falante que pretende fornecer uma síntese das informações e o faz por meio de um enunciado técnico, puramente difusionista, como nas duas reportagens acima analisadas. Porém, aqui, os dados constam do próprio texto aprovado. Não haveria muito a fazer até aqui; contudo, novamente a reportagem não entra na discussão, em si, acerca das decisões ora tomadas pelo Senado Federal. Note-se que, de novo, o problema está no conflito selecionado para ser o fio condutor dessa reportagem. Em vez do conflito referente ao conteúdo do novo Código, o material se

⁹³Disponível em: <http://tvbrasil.abc.com.br/reporterbrasil/video/22468/>. Acessado em: 21/02/12

mantém no conflito entre os senadores. Isto é, não se discute em que e como essas medidas afetarão o país, a sociedade, a vida dos brasileiros.

Então, o perdoar ou não as dívidas se torna uma questão de foro íntimo, de intransigência ou benevolência. Discute-se se deve ou não perdoar quem desmatou e não as consequências desse perdão para a vida nacional, para o meio ambiente. Cria-se, do ponto de vista jornalístico, uma falsa polifonia em torno do conflito central. Ela existe, enquanto pluralidade de falantes, por meio de uma heterogeneidade mostrada, que simula um contraponto, uma vez que as discussões ficam restritas a pontos de vista que tangenciam o problema de fato.

Vejam as duas vozes convidadas a marcar presença nesse enunciado. O senador Randolfe Rodrigues, contrário ao novo Código, diz: *“Enquanto o mundo avança na proteção de sua legislação florestal, protegendo seus ecossistemas e protegendo as florestas nós vamos aprovar lamentavelmente uma legislação que flexibilizará a proteção das áreas de preservação permanente e que, em especial, anistiará desmatadores”*. Em seguida, a senadora Katia Abreu dá o troco, declarando: *“Eu sinto muito àqueles ambientalistas radicais xiitas que eles perderam o discurso e perderam os votos de apoio. Então, essa é a democracia”*. E está fechada a reportagem e resolvido o conflito. Se o problema está restrito a se saber quem é contra e quem é a favor, a votação resolveu.

Portanto, o problema desse jornalismo aqui praticado é que ele oculta a essência da disputa, o conflito, que é a base em si do acontecimento jornalístico. Quando se trata, aqui, de conflito não se está reduzindo-o a brigas, contendas, no estilo reportagem policial. O conflito, do ponto de vista jornalístico, é todo fato que interrompe a normalidade da vida cotidiana. Pode ser expresso em forma de atrito, de polêmica ou mesmo em forma de novidade na cotidianidade das pessoas, das comunidades, dos agrupamentos sociais. Por exemplo, numa sociedade capitalista, em que as pessoas se sentem impelidas à busca do sucesso profissional, num processo competitivo pela acumulação de bens materiais ou simbólicos, alguém que dedica seu precioso tempo a ajudar o próximo, a se organizar para lutar por melhorias na sociedade, surge como um “conflito” expresso nessa realidade.

O problema está sempre em como eleger esse conflito, porque ele pode ser desviado por apresentações de pistas falsas, por materialidades sinuosas. Um bom

exemplo disso são as coberturas jornalísticas em torno do pedágio nas estradas do Paraná. De alguns anos para cá vêm aumentando as mobilizações sociais que cobram a duplicação de trechos pedagiados em rodovias do Estado. Um dos movimentos mais fortes refere-se ao trecho Cascavel-Foz do Iguaçu. Com pouco menos de 150 quilômetros de extensão é um pedágio no valor de R\$ 18,00. Embora o número de acidentes e mortes cresça na medida em que aumenta o tráfego, sempre que a imprensa trata do tema é pelo viés da legalidade: a concessão, feita há 14 anos, não obriga a concessionária a fazer esse tipo de obra. O conflito, que é da ordem social e econômica, amoita-se na ordem jurídica, e os fatos sociais – acidentes, mortes, famílias enlutadas, trânsito lento... – servem apenas para ilustrar matérias jornalísticas de lamento. Quando alcançam a ordem social é para imputar aos motoristas toda a culpa pela imprudência.

Um jornalismo oficialista, desencarnado da realidade, confinado a regras e formatos não consegue ir além. Falta uma visão política aos nossos jornalistas, afirma Leal Filho (2012). “O jornalismo tem uma função política de transformação da sociedade. O que se faz hoje é um jornalismo de acomodação, de defesa do *status quo*, que tem de ser mantido, e pronto”. Por isso, quando o conflito beira a questões políticas e econômicas que questionam o modelo vigente, o jornalismo não o enfrenta, por temer “misturar” jornalismo com ideologia, como se evitar essa fusão fosse possível.

No caso das reportagens em torno do Código Florestal ocorre o mesmo processo de fuga do conflito central. Ao longo de toda essa cobertura o conflito só ameaça aparecer em três momentos, mas é apagado pelo discurso jornalístico empregado, pela própria narrativa escolhida. Dois casos são os já citados: a reportagem em que o IPEA traz dados que polemizam as decisões da Câmara Federal e deveriam por em alerta o Senado, e a reportagem em que a Sociedade Nacional de Agricultura faz o mesmo.

A terceira vez em que o conflito real bate à porta dessa cobertura e o jornalista o ignora está na fala da coordenadora do SOS Mata Atlântica. A rigor, esse é o único momento em que, de fato, a sociedade civil expressa sua própria voz. Nas demais, ela está respondendo a demandas do próprio enunciado. Portanto, a sociedade civil é hóspede desse enunciado e não sujeito.

Na reportagem do dia 15 de agosto, com do tempo de 2'09", 15 segundos são destinados à coordenadora do SOS Mata Atlântica, Malu Ribeiro, que diz: “*A discussão do Código Florestal não foi amplamente difundida para a sociedade brasileira, principalmente para as pessoas que moram em áreas urbanas, nas grandes capitais, e que pensam que o código florestal não vai afetar a nossa vida, não vai afetar o dia a dia*”. Este é o cerne do problema, é o conflito que importa nessa cobertura, afinal, essa lei vai reger a vida em sociedade, logo, provocar efeitos nas vidas das pessoas. Portanto, já não importa mais permanecer em uma discussão em torno de quem é favorável ou contrário, mas discutir o projeto. O conflito entre os deputados e senadores é um falso conflito do ponto de vista social, porque afasta a discussão do conteúdo, em si, do tema, das histórias de vida imersas nele, para ficar num discurso do tipo cabo-de-guerra, e aí a senadora Katia Abreu tem razão, quando afirma que: “*eles perderam o discurso e perderam os votos de apoio*” e “*essa é a democracia*”. Durante todo o tempo da cobertura esse foi o discurso jornalístico: centrado na querela entre os parlamentares e não naquilo que o código regula enquanto vida social e vida ambiental.

6.2.5 O Apagamento da Sociedade Civil

Por outro lado, há uma ausência da sociedade civil nessas reportagens. Dependendo do olhar que se destina à análise dessas produções televisivas poder-se-ia dizer que não caberia, aqui, ouvir ninguém da sociedade civil, pois o debate em torno do Código, neste momento, estava no âmbito dos poderes legislativo e executivo federais. Esse argumento poderia caber na reportagem que foi ao ar na primeira edição, quando da aprovação do código na Câmara Federal, em função do tempo de produção, exíguo entre o fato e a veiculação. Mas poderia ser ampliada a discussão para todas as demais reportagens, ainda mais por se tratar de uma emissora que se intitula pública.

Tomemos alguns números: ao todo, essas 11 reportagens somam um tempo de 26 minutos e 10 segundos. Desse total, 18 minutos e 11 segundos são falas próprias do sujeito discursivo, somando-se, aqui, âncoras e repórteres, o que significa 69,49% de todos os enunciados. Somando os sujeitos falantes autorizados

em toda essa cobertura jornalística, tem-se sete minutos e 59 segundos, equivalendo a 30,51% dos enunciados. Desse total, os falantes que buscam mediar o conflito ocupam 8,02% do tempo; os governistas contrários ao Código têm direito a 7,45% do tempo de fala, e os favoráveis têm 7,26%; a sociedade civil contrária ao texto tem 5,86%, a favorável tem 1,02% e a representação do mercado ocupa apenas 0,89% do tempo destinado aos falantes autorizados a se expressarem ao longo da cobertura jornalística.

Esses números dão ao discurso jornalístico certa legitimidade, até pelo equilíbrio entre, por exemplo, deputados e senadores contrários e favoráveis ao projeto do Código em discussão, e demonstram o espaço dado à sociedade civil, bem à frente do mercado. Como projeto difusionista está bem. Por se tratar de um tema do âmbito estatal, é normal que parlamentares e governo tenham maior espaço; por ser uma TV pública, é normal que a sociedade civil tenha maior espaço do que o mercado.

Deixando a prática difusionista e buscando operar a partir dos desafios da comunicação social (Medina, 2003), se percebe que essa matemática esconde elementos centrais do processo comunicacional. Primeiro pela dificuldade em si de estabelecer quando um senador ou deputado fala enquanto Estado ou enquanto sociedade ou mercado. Tomemos o caso, por exemplo, da senadora Katia Abreu, que preside a mais importante instituição do agronegócio brasileiro, que detém 76% das terras agricultáveis do país e 86% dos recursos do Estado destinados à agricultura brasileira (IBGE, 2009). O mesmo se deve dizer da ex-ministra, ex-senadora e ex-candidata à presidência da República Marina Silva. O que ela traz de Estado e de sociedade civil em sua fala?

Por ser público, esse telejornal deveria trazer, por exemplo, a posição de entidades representativas que vêm discutindo o tema com frequência, sem que a grande mídia lhes dê espaço. Entidades como a CONTAG (Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura), MPA (Movimentos dos Pequenos Agricultores) e FETRAF (Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar) têm um acúmulo de discussão sobre o tema e são tão representativas do espectro social quanto as entidades do agronegócio. Juntas elas representam pequenos agricultores, incluindo a agricultura familiar, que somam 74% da população que vive e produz no campo,

segundo o Censo Agropecuário 2006, divulgado em 2009 pelo IBGE⁹⁴. Também foram excluídas desse espaço de interlocução entidades indígenas e ambientais (a única a ser mostrada foi o SOS Mata Atlântica), entre outras que igualmente têm um acúmulo de discussões sobre o tema. Da mesma maneira, a comunidade científica foi ignorada. Poucos meses antes, um grupo de cientista da USP e da Unicamp publicou uma carta⁹⁵ na revista *Science*, trazendo grandes contribuições às discussões em torno desse código. Como eles, são centenas de pesquisadores e grupos de pesquisas presentes nas mais diferentes universidades brasileiras que vêm se estudando o tema e que poderiam trazer uma palavra sóbria a respeito do tema.

Foram todos solenemente excluídos pelos grandes veículos de comunicação, no entanto, presentes no (pequeno) grupo de mídias alternativas ao conjunto dos meios privados de comunicação. Jornal “Brasil de Fato”, revistas “Caros Amigos”, “Carta Capital” e “Le Monde Diplomatique/Brasil”, apenas para citar alguns, trouxeram, naquela semana, as posições da sociedade civil organizada sobre o tema, como fazem com frequência. Numa leitura rápida, por não ser preocupação desta pesquisa, é possível perceber que esses veículos fizeram, na semana de aprovação do Código Florestal pela Câmara Federal, uma leitura parcial do problema de acordo com seu lugar social de fala. Assumiram, portanto, a defesa intransigente dessas entidades da sociedade civil, contra o novo Código e, claro, contra o agronegócio. É óbvio que não se esperava cobertura similar do “Repórter Brasil”, mas sim que operasse uma pluralização das fontes e exposição, tanto quanto possível, equânime de suas diferentes verdades. Esperava-se um espaço de interlocução digno de uma emissora pública, que parece tentar, a todo custo, distanciar-se do governo de turno.

⁹⁴ Esses são os últimos dados divulgados pelo IBGE sobre o setor. O censo de 2010, referente à agricultura brasileira, só deve ser divulgado no final de 2012.

⁹⁵ O texto da carta é assinado por Jean Paul Metzger, do Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo (USP), Thomas Lewinsohn, do Departamento de Biologia Animal da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Luciano Verdade e Luiz Antonio Martinelli, do Centro de Energia Nuclear na Agricultura (Cena), da USP, Ricardo Ribeiro Rodrigues, do Departamento de Ciências Biológicas da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) da USP, e Carlos Alfredo Joly, do Instituto de Biologia da Unicamp. Disponível em: <http://www.ecodesenvolvimento.org.br/noticiasmsn/comunidade-cientifica-critica-mudancas-no-codigo>. Acessado em: 28/02/2012

Na realidade, a ausência da sociedade civil se dá ao longo da cobertura que o “Repórter Brasil” vem dedicando ao tema agricultura e meio ambiente. E, diga-se de passagem, este é um dos temas que mais têm mobilizado a sociedade civil nas últimas décadas, com participação obrigatória nos centenas de conselhos de meio ambiente que definem as políticas públicas para a área nas três esferas de governo: federal, estadual e municipal.

Essa exclusão da sociedade civil organizada tanto no agendamento, demonstrado na seleção de pautas, quanto da heterogeneidade discursiva, demonstrada nas reportagens, tem sido normal mesmo antes do Código Florestal, sempre que se trata de informações relativas a questões do campo no Brasil. Foi marcante, por exemplo, em 2009, duas reportagens sobre o tema. Em setembro daquele ano o IBGE divulgou o Censo Agropecuário 2006, com dados fundamentais para se entender os dois modelos de desenvolvimento em disputa no campo: o do agronegócio e o da pequena agricultura. Como síntese daqueles números, vale lembrar que o agronegócio detinha, em 2006, 76% de todas as terras agricultáveis do país, contra apenas 24% que eram destinadas aos pequenos agricultores. No entanto, 70% do total de comida que ia à mesa do brasileiro em todo o país vinha dos pequenos agricultores, e apenas 30% era oriunda do agronegócio. A pequena agricultura era responsável por 74% da mão-de-obra no campo, enquanto o agronegócio empregava apenas 26% dos trabalhadores. E para quem imaginava que o agronegócio ganhava em rentabilidade produtiva, o censo revelou que a agricultura camponesa apresentava uma renda mensal média de R\$ 677,00 por hectare, enquanto o agronegócio apresentava apenas R\$ 368,00 na mesma quantidade de terra. E apesar disso tudo, o agronegócio consumia 86% do crédito rural do governo federal, sobrando apenas 14% para os pequenos agricultores (IBGE, Censo Agropecuário 2006).

A reportagem da TV Brasil nesse dia cumpriu a função de difundir esses dados, trazendo inclusive personagens da agricultura familiar, explorando com esmero a questão do *rostitidade*, com sequências interessantes de imagens em primeiro plano, que valorizavam a figura do pequeno agricultor e sua família. Todavia, no mês seguinte a CNA (Confederação Nacional da Agricultura) encomendou uma pesquisa ao Ibope, na busca por construir uma outra face da

pequena agricultura, focando em projetos da reforma agrária. Destaque-se que a pesquisa do Ibope foi feita em apenas nove assentamentos da reforma agrária, enquanto o Censo do IBGE foi baseado em entrevistas feitas com todas as famílias dos mais de 8.700 assentamentos da reforma agrária em todo o Brasil.

No dia 13 de outubro de 2009, três semanas depois da divulgação do Censo Agropecuário 2006, a pesquisa encomendada ao Ibope pela CNA foi divulgada pela própria senadora Katia Abreu, agora como presidente da maior entidade do agronegócio brasileiro. A reportagem⁹⁶ do “Repórter Brasil” divulgou tais dados sem nenhuma contextualização. Deixou de retomar, o que seria o mais natural, os dados do Censo Agropecuário recém-divulgado, com informações dos assentamentos completamente opostos ao da pesquisa Ibope. Preferiu centrar o conflito da reportagem, trabalhando, portanto, sua imagem-movimento, nas discussões em torno de uma “CPI do MST” no Congresso Nacional, construindo uma heterogeneidade discursiva em que restava ao governo se justificar o tempo todo. A reportagem opera uma forma de apagamento dos dados anteriores divulgados pelo IBGE.

De forma irônica, Laurindo Leal Filho (2012) afirma que houve algo de positivo nisso tudo: “acabou aquela ideia de TV do Lula”, que a própria mídia comercial tentou impor à TV Brasil.

Eu não recebi, na minha passagem pela Ouvidoria queixas de ser uma TV estatal. Mas isso a custa de uma exacerbação para o outro lado. Não se conseguiu perceber que haveria ali a possibilidade de um meio termo. (...) Há uma dificuldade interna de se entender o papel político de uma TV pública (LEAL FILHO, 2012).

Fato é que o material do “Repórter Brasil” aqui analisado não prestou serviço algum ao interesse público: não possibilitou à sua audiência as informações necessárias e nem discussão suficiente que a permitisse formar seu próprio juízo de valor a respeito do tema. Não cumpriu sequer o que exige o Manual de Jornalismo da EBC, ao afirmar que “a busca da verdade e da precisão, o respeito aos fatos, aos direitos humanos e à diversidade de opiniões são fundamentos da credibilidade, patrimônio maior da imprensa livre e da comunicação democrática” (EBC, 2012)

⁹⁶ Disponível em: <http://tvbrasil.etc.com.br/reporterbrasil/video/31/>. Acessado em: 21/02/12.

6.2.6 O Problema da Narrativa

Há, por fim, um terceiro problema surgido, aqui, da ordem da narrativa, que está vinculada diretamente ao afastamento operado por esse jornalismo em relação à realidade sociocultural da sociedade. A sociedade civil seria, naturalmente, o lugar onde a reportagem poderia buscar exemplos, histórias de vida, isto é, humanizar o tema para que a própria sociedade o entendesse melhor e pudesse formular sua própria verdade. É a partir da extensão do tema em discussão no cotidiano, na vida das pessoas, na busca pelas histórias de vida ali contidas, que a sociedade tem condições de formular seu juízo de valor a respeito de quem estava com a razão, os que queriam o Código tal qual foi aprovado ou os que lutaram por mudanças.

Entretanto, a narrativa operada em toda essa série de reportagens baseia-se num discurso autoritário, destinado a encontrar a verdade absoluta e convencer a audiência de sua veracidade. Não houve uma única história de vida que envolvesse uma família do campo, alguém que vive o problema do desmatamento, que sofre por ter que abrir mão de sua terra para proteger o meio ambiente, que perdeu parte da sua terra, ou que se beneficiou com a preservação, etc. Isto é, o tratamento dado a esse tema não propiciou lastro humano, não esteve focado na vida das pessoas, não tem carne nem osso, tem apenas um discurso racional, abstrato, de jogo de interesses que tampouco são revelados.

A rigor não há história contada nessas reportagens. E os manuais desse jornalismo praticado não cansam de repetir o que se ensina em sala de aula: uma boa reportagem é uma história bem contada. No entanto, não vimos história, a não ser bate-boca entre parlamentares e alguns outros manifestantes. É um jornalismo que não se importa com as pessoas, que paira no nível das ideias, do racional, e assume ali uma posição clara, mas insiste em construir um enunciado que se legitima numa pretensa isenção, na neutralidade.

É um jornalismo que opera a partir dos signos difusionistas e não com os signos relacionais, para retomar a discussão de Medina (2003) referente à diferença entre fazer divulgação e fazer comunicação social. Por ser difusionista, o que importa é informar o conflito entre os parlamentares. Se fosse um jornalismo que

primasse realmente pela comunicação, investiria nas questões relacionais, obrigando a pensar um novo conflito, isto é, o conflito de fato.

Para Leal Filho (2012), o problema está num jornalismo que não assume que vivemos em uma sociedade de classes, e que a maior fatia dessa sociedade está nas classes menos favorecidas. Deveríamos pensar em como uma TV pública pode contribuir para que esses setores menos favorecidos da população possam enfrentar os seus problemas, argumenta.

De fato, ao não entender a sociedade dividida em classes só resta a compreensão de massa à sociedade ou as compreensões propostas pelo mercado, baseadas fundamentalmente em faixa etária e consumo. O problema é que ver a sociedade como massa legitima o discurso baseado no “signo de tradução das informações de um sujeito emissor ‘sábio’ para um objeto receptor massificado” (MEDINA, 2003, p. 97), o que inviabiliza, segundo a mesma autora, o surgimento das mediações sociais inter-sujeitos que demandam o signo dialógico.

Afirmando não gostar de como se trabalha hoje o conceito de jornalismo público, Leal Filho reitera que a missão da TV pública é o serviço público.

Se você vai prestar um serviço, esse serviço tem de ser de qualidade. E essa qualidade não se obtém na busca da verdade, mas ao mostrar, apresentar as possibilidades de melhorar a qualidade de vida das pessoas que recebem essa informação. (...) Nós temos que ser claros, levando ao conflito, levantando mais dúvida, deixando a resposta, a conclusão para ser do telespectador. A um jornalismo de TV pública não basta levantar e apresentar os dois lados de uma polêmica, mas produzir um texto que permita ao telespectador entender o tema e chegar a uma conclusão (LEAL FILHO, 2012).

Isso impõe a urgência de libertar o repórter do próprio discurso do jornalismo televisivo contemporâneo. Só assim ele poderá colocar sua criatividade em ação e buscar na própria sociedade os discursos que levam e que emergem de uma nova narrativa. Resende alerta que o jornalista preso às formas e fórmulas que regem o discurso jornalístico, raramente produzirá “narrativas que primem por uma idéia de interlocução” (RESENDE, 2006, p. 7).

6.3 Despejo no Pinheirinho

Depois de uma longa peleja judicial, a Polícia Militar de São Paulo iniciou a desocupação da comunidade do Pinheirinho, em São José dos Campos, São Paulo, no dia 22 de janeiro de 2012. Cerca 1700 famílias, somando em torno de 7000⁹⁷ pessoas, que viviam numa área de 100 hectares há oito anos tiveram suas casas demolidas em três dias de ação policial. Sobre o fato, o “Repórter Brasil” produziu e veiculou seis reportagens, entre os dias 23 de janeiro e 01 de fevereiro, acompanhando o desenrolar de toda a ação de despejo e suas consequências nos dias que se seguiram.

Essa cobertura jornalística foi escolhida para análise porque, diferente das outras duas, envolve um conflito declarado entre o poder econômico e a sociedade civil, exigindo do Estado - Executivo e Judiciário - uma ação de mediação e regulação social. Ao mesmo tempo, mais do que os dois temas anteriores, aqui sobejavam histórias de vida, perdas, dramas humanos, exemplos de superações e tantas outras façanhas humanas que permitiriam fazer um jornalismo completamente distinto do que fora feito antes, sem exigir uma elaboração prévia, uma pauta minuciosamente trabalhada, visto que as histórias estavam no próprio local do confronto.

Duas outras informações ajudam a ampliar o cenário de histórias impressionantes. Primeiro, o fato de a terra, sem uso até a ocupação há oito anos, pertencer à massa falida do especulador Naji Nahas, conhecido como “o homem que quebrou a Bolsa de Valores do Rio de Janeiro”; segundo, porque a ação judicial de desocupação da área dividiu a Justiça Federal e a Justiça Estadual: a primeira foi contra a ação de despejo; a segunda mandou cumprir a ordem imediatamente. Estava delineado um cenário completo, a espera da redenção de um jornalismo público. No entanto, o resultado parece uma reedição das coberturas anteriormente analisadas.

⁹⁷ Esses dados são imprecisos e constam das últimas reportagens veiculadas pela TV Brasil. As primeiras reportagens falavam em 1500 famílias e 6000 moradores.

6.3.1 Fragmentos Sem História

A primeira reportagem⁹⁸ da série, com o tempo de 3'01", seguido de um *link* com 1'28", foi veiculada na edição de 23 de janeiro (anexo I), fazendo um balanço geral da ação de despejo iniciada no domingo e que se prolongou naquela segunda-feira. Dentro do padrão jornalístico atual, a reportagem dá conta de fazer esse balanço da situação, apresentando uma polifonia aparentemente rica, por trazer vozes que marcam o ponto e o contraponto do fato, inclusive colocando quatro moradores para expor seus problemas, gerados pelo ato jurídico-policial.

Já no primeiro *OFF* o repórter dá o tom do enunciado: *"Bombas de gás lacrimogêneo. Tiros de bala de borracha. Pessoas feridas"*, Uma vítima (não identificada) confirma: *"Ó, do nada aí, ó. Ó o que eles fizeram (Repórter pergunta: bala de borracha?) Bala de borracha"*. No segundo *OFF* a história continua: *"Sem ter para onde ir, os moradores se espalharam pelos bairros vizinhos. E quando alguma aglomeração começava, a polícia agia"*. A moradora Cássia Pereira esclarece *"Ninguém tem arma aqui. A gente tá lutando por moradia, ninguém quer guerra aqui"*. Presidente do Conlutas⁹⁹, José Maria denuncia: *"Isso aqui é um escândalo. Como é que a polícia pode sair nos bairros e atirar nas pessoas que estão nas ruas"*. O sujeito da enunciação assume, então, o comando da narrativa e explica, num *OFF* de 56 segundos, o que estava acontecendo.

Era o momento de dar o contexto daquele fato social, transformado, agora, em acontecimento jornalístico. Mas aqui, na realidade, se inicia o problema. A história é interrompida e o conflito que sustenta a reportagem se resume à execução da ação de despejo. Segundo o enunciado jornalístico, a vida naquela comunidade parece ter surgido como que por encanto naquele domingo. Todo o percurso anterior deixou de existir. Não tinha validade nenhuma para um jornalismo de eventos.

Com isso, o que é exposto na reportagem são fragmentos de vida, sem história, sem começo, sem contexto, sem futuro. O enunciado pensado não comportava a história dessas pessoas, como elas chegaram ali, por que ocuparam

⁹⁸ Disponível em: <http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil/video/23790/>. Acessado em 20/02/12

⁹⁹ A Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) é uma central sindical e popular. Seu presidente é também liderança política, tendo sido candidato à Presidência da República por um partido de esquerda.

aquela terra, o que fazem, do que vivem, que outras opções tinham na vida, que opções têm agora... Isto é, elementos que permitiriam ao telespectador analisar de maneira correta a situação e formar um juízo de valor a respeito do fato. Como foram incorporadas ao enunciado, as falas se transformam em lamento, e os possíveis sujeitos presentes naquela narrativa de tão diminuídos perdem a singularidade e são reduzidos a uma estatística: *“Na área de um milhão de metros quadrados, conhecida como Pinheirinho, viviam mais de seis mil pessoas, que foram obrigadas a deixar suas casas na manhã de ontem”*, contabilizará friamente o repórter no terceiro OFF.

O verdadeiro conflito: milhares de pessoas ocupam uma terra, como única opção para ter moradia, que pertence a um especulador, que precisa pagar seus credores; o Poder Judiciário manda e desmanda desocupar a terra, o executivo cumpre e essas pessoas vão para rua. Esse conflito simplesmente inexistente. O conflito eleito pelo discurso jornalístico é a ação de despejo em si. Nada existia antes. O conflito social se reduz à ordem jurídica e fica confinado ao âmbito da legalidade.

Note-se que, novamente, vem da sociedade civil essa percepção de que há um conflito imanente, gerador do conflito aparente. Ao ser incorporado ao enunciado, o presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB afirma: *“O que se viu aqui é a violência do Estado, típica do autoritarismo brasileiro que resolve problemas sociais com a força da polícia. Ou seja, não os resolve”*. Colado a esse, entra o discurso do governador do Estado, aqui transformado em resposta ao que foi dito: *“A operação foi acompanhada por um juiz de direito, presente todo o tempo. Ele participou de toda a reintegração. Ela toda foi filmada, documentada. Então, não é uma tarefa simples, mas a polícia tem que cumprir ordem judicial”*.

É interessante observar que um advogado propõe a retirada da questão do campo jurídico, para dar a ela sua real condição de problema social, enquanto o governante o devolve ao campo jurídico, e o mediador discursivo assume um lado: o problema é de legalidade. Nesse jogo, dá a entender que o sujeito da enunciação não entendeu os dois argumentos, pois aceita o último como se fora uma resposta ao primeiro, sem explicitar a incongruência.

E assim segue a reportagem, tecida de fragmentos, que mais parecem um “diálogo de loucos” – para usar uma expressão própria entre editores de

telejornalismo quando percebem falta de coerência interna à narrativa. Isto é, quando o discurso não está “amarrado” - outra expressão interna -, até construir um novo discurso, algo como: “essas pobres pessoas são vítimas, mas da própria sorte, pois o governo não tem culpa”. Afinal, todo o cuidado foi tomado para protegê-las, como o sujeito da enunciação deixará claro no *OFF 4*: “*A polícia garante que cada morador terá seus pertences de volta*”; informação que é chancelada pelo coronel da Polícia Militar, responsável pela ação: “*Todo o patrimônio arrolado pelo oficial de justiça será também etiquetado*”.

É importante ter claro que mais do que essa reportagem o que se está questionando aqui é esse modelo de fazer jornalismo, por ser descomprometido com a própria sociedade. Ou seja, por não ter compromisso algum com nada que seja político, econômico, social e cultural, torna-se presa fácil do atual sistema. Não se trata de advogar aqui a transformação do jornalístico numa espécie de barricada desde onde se faz militância político-partidária, mas de entender que se trata de uma das mais importantes instituições sociais contemporâneas, por ser um veiculador e perpetuador de bens simbólicos numa sociedade cada vez mais midiaticizada. Logo, é uma profissão sujeita ao jogo de interesses presentes na sociedade, de sorte que toda vez que o jornalismo se transforma em mero transmissor de informação, cumprindo uma função difusionista, sem questionar as relações em jogo na sociedade, ele cumpre um importante papel político de manutenção da presente ordem estabelecida.

Portanto, por mais paradoxo que pareça, afirmar que o jornalismo tem uma função política é exatamente não permitir que ele seja utilizado como instrumento a serviço de interesses políticos. Seu compromisso político, portanto, é com a sociedade e não com partidos, facções, corporações. “Falta aquela pitadinha de *dialética* no nosso chão de fábrica”, afirma Leal Filho (2012), referindo-se à falta de formação política dos profissionais que estão nas redações.

O problema não é de direção. Ninguém proibiu nada, não fazem algo diferente porque não percebem, não tem ideia de como fazer, nunca participaram de uma discussão sobre uma TV alternativa, não participam de movimentos da sociedade... Então, não todos, mas muitos vêm com aquele modelo de quem trabalhava na Band, na Globo, no SBT... e reproduzem o que já faziam (LEAL FILHO, 2012).

No entanto, se o jornalismo da TV Brasil tivesse politizado a questão do despejo da comunidade do Pinheirinho teria cumprido uma função social importante, que é a de discutir as raízes do problema. E cabe, novamente, a ressalva: politizar, aqui, é o contrário de partidizar a discussão ou assumir um lado da contenda, como aconteceu numa outra reportagem¹⁰⁰, referente ao Fórum Social Temático, realizado na última semana de janeiro de 2012, em Porto Alegre, RS, no qual o tema *desocupação do Pinheirinho*, entre outros, foi tratado. Há uma longa sonora da Ministra da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário, dizendo que houve violação dos direitos humanos naquela desocupação. Sem o contraponto, o discurso da ministra sugere muito mais a tradicional rivalidade entre PT (Governo Federal) e PSDB (Governo de São Paulo) do que uma discussão mais relevante sobre o tema. Portanto, como não se politizou a questão do despejo, o “Repórter Brasil” prestou um serviço a discussões partidárias e ao sistema judiciário brasileiro.

Novamente o problema dessa reportagem está na ordem do conflito eleito para ser o seu fio condutor. Há um dito popular que explica bem essa situação: “Quem vê cara não vê coração”. Este é o caso: quem se deteve em discutir como foi a operação de despejo, não viu/discutiu as razões políticas, econômicas, sociais e culturais presentes nesse tema. E como fazer isso sem tomar partido? Simples: contando histórias e contextualizando o tema. Quem são essas pessoas? De onde vieram? Por que foram parar ali? O que fazem? Como vivem? Do que vivem? Quais são seus sonhos, seus desejos? Qual era a situação daquele terreno quando foi ocupado? Quem foi Naji Nahas? Que empresa é essa? O que fazem e do que vivem seus credores? O que motivou o racha entre a Justiça Federal e a Estadual? Por que Prefeitura, Estado e Governo Federal não deram as mãos para resolver o problema de 7000 pessoas? Isto é, há uma infinidade de questões em busca de respostas, que poderiam fornecer elementos para que a sociedade compreendesse o tema a partir das lógicas da cidadania e não da lógica jurídica.

¹⁰⁰ Essa reportagem, com 3’31”, foi ao ar no dia 27 de janeiro, dedicando episodicamente 45” ao tema do Pinheirinho, que teria aparecido nas discussões do Fórum Social Temático, objeto dessa matéria jornalística. Disponível em: <http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil/video/23979/>. Acessado em: 22/02/12.

Entretanto, como nas coberturas anteriores, a reportagem de novo resvala nisso, chega perto, porém sai pela tangente. Vejamos o que dizem esses falantes eleitos pelo próprio sujeito discursivo à condição de sujeito falante autorizado. O pintor Rafael Aparecido levanta na mão um pequeno saco plástico com poucos papéis e diz: *“Só isso aqui sobrou, minha carteira de trabalho. Porque eu to arriscado a perder meu emprego, porque eu não tenho como ir trabalhar. O que eu vou fazer? Não tenho onde deixar minhas filhas”*. Que drama humano guarda essa família, ignorado no discurso jornalístico! Um pouco antes, uma senhora, sem identificação (o que em si soa estranho), expõe sua angústia: *“Eu tenho estante que eu to pagando. Eu paguei a primeira prestação da minha estante. Eles tão quebrando tudo lá, moço!”* Foi um clamor ao qual o “moço” não deu ouvidos. No entanto, é isso o que deveria interessar ao jornalismo: a vida das pessoas, a vida que se vive! O resto é discurso, faz parte de um mundo racional em que essas pessoas, e a imensa maioria da sociedade, não entendem muito bem.

Lembro-me do começo dos anos 1980, quando produzíamos um boletim mensal, da Pastoral Operária do Paraná, vinculada à Igreja Católica, destinado à mobilização social dos trabalhadores urbanos. O periódico vinha sempre repleto de belos discursos e reflexões importantes, profundas – pelo menos no nosso entender - no entanto, quando nos reuníamos com os trabalhadores eles só lembravam dos personagens das histórias fictícias criadas por nós, “João da Pá e Zé Ferramenta”, e das histórias reais de famílias de operários que trazíamos em reportagens. Era a partir dali que eles extraíam reflexões para entender o mundo do trabalho, a sociedade em que viviam, e concluírem sobre a importância da organização dos trabalhadores. O discurso racional interessava apenas às poucas lideranças.

O interessante é que os trabalhadores chegavam às mesmas conclusões que nós, mas a partir dos exemplos de vida, das histórias das pessoas. Nenhuma novidade, afinal, atrás de todo discurso há sangue, há vidas. Melhor dizendo: são as vidas que mostramos que referenciam o discurso que fazemos e não o contrário.

No entanto, nessa reportagem do “Repórter Brasil” o sujeito do discurso reduz o desejo dessas pessoas que ali estavam, narrando no *OFF 5*: *“Mas o que essas pessoas querem é ter a chance de pegar elas mesmas o que levaram anos para*

conseguir". De fato, se o conflito está reduzido à ação de despejo, esse é o maior desejo delas.

Fato é que, nesse discurso jornalístico aqui empregado, operam-se alguns apagamentos importantes para a manutenção do modo de estruturação política e econômica da sociedade contemporânea. O primeiro, como acabamos de ver, é o apagamento da história de vida e de luta cotidiana dessas pessoas pela própria sobrevivência.

O segundo é o apagamento absoluto do poder judiciário (como Estado), que é apenas citado como se habitasse o *olimpo*, de onde se emanam apenas decisões sábias e inquestionáveis. As divindades são assim: não podem ser questionadas.

O terceiro é o apagamento do poder econômico. Cita-se apenas como proprietário: "*O terreno pertence à massa falida de uma empresa do especulador Naji Nahas*". E se a adjetivação *especulador* dá certo verniz de "malandro" ao proprietário, mantém o sujeito-autor como a empresa, enquanto a catalogação de quem cometeu o ato abusivo não deixa dúvida: "*O local foi invadido pelos Sem Tetos há oito anos*". Se são invasores, são "malandros".

Todo o restante da reportagem, incluindo o *link* de uma repórter, que entra na sequência, reforça a discussão em torno da ação policial, sem aprofundar e discutir a ação judicial nem a vida dessas pessoas. Contudo, a mesma reportagem não permite o apagamento dos atos de vandalismo ocorridos durante o despejo: "*A situação agora a noite está mais calma, mas durante o dia uma biblioteca, duas padarias e mais um veículo, um caminhão, foram incendiados*", dirá a repórter, ampliando o que já estava na reportagem: "*Um carro da TV Vanguarda, afiliada da Rede Globo, e outros oito veículos foram queimados pelos manifestantes. Desde o início da reintegração, 30 pessoas foram detidas*".

Claro que não se poderia mesmo esconder esses fatos, que existiram e são lamentáveis. Contudo, entre as heterogeneidades constituídas e mostradas há heterogeneidade omitida, apagada. Isso faz parte do processo necessário de seleção/exclusão próprio do acontecimento jornalístico. Contudo, nesse enunciado essas heterogeneidades, especialmente as apagadas, constroem um discurso que contribui para compor uma determinada imagem das mais de 7.000 pessoas despejadas.

6.3.2 Desprovidos e Incapazes

A reportagem¹⁰¹ do dia seguinte (24/01/12), com o tempo de 2'32" (anexo J), valoriza um pouco mais as falas dos moradores, embora tampouco entre em suas histórias de vida, permitindo que se conheça mais quem são eles. Percebe-se isso já pelo tempo destinado aos moradores durante todo o enunciado. Na reportagem do dia anterior, eles tiveram apenas 22 segundos para se expressarem numa reportagem de três minutos; nesta reportagem, meio minuto menor, eles tiveram 33 segundos. Mantém-se a estrutura narrativa, mas pelo menos eles puderam alongar um pouco mais a conversa.

A dona de casa Luciane Rebeniker conta: *“O que deu pra mim tirar foi o meu irmão, deficiente físico, meus filhos e pronto (Repórter pergunta: E mais nada?). Mais nada, mais nada. Agora a gente não sabe aonde tá, pra onde foi. Dizem que tiraram tudo, se tirassem tudo... tem cadeira de rodas, aí ó, quebrada”*. O serralheiro José Lima da Silva desabafa: *“Porque a gente vivia disso aqui, agora não sabe pra onde ir. Não temo terreno, não deu tempo para comprar um terreno, porque o que ganhava era pra sobreviver”*. A também dona de casa Maria da Conceição Silva explica: *“Fiquemos na rua, nós não temos aonde ficar. Nós não temos aonde ficar, nem debaixo da ponte a gente não pode ficar que o prefeito não deixa”*. E o desempregado Heleno da Silva lamenta: *“Nós estamos passando uma situação difícil. Eu passo direto lá na pista lá, vejo a minha casa e não posso entrar. Se eu pudesse entrar na minha casa era muito bom, viu!”*

Esta reportagem está alicerçada sobre esses depoimentos, a partir da constatação de que *“aos poucos, quase 1700 casas estão virando escombros”*, explica friamente o repórter. No entanto, novamente o enunciado em seu conjunto se aproxima das histórias de vida, mas se esquia. Começa a surgir, então, uma espécie de discurso de *terra arrasada*, onde as pessoas são tão impotentes que só podem lamentar; nada mais pode ser feito. De sujeitos, são transformadas em coitadas, desamparadas. O que, de alguma maneira, prepara o terreno para as benesses do Estado. Em *Nota Pé* haverá a informação que fecha a reportagem do

¹⁰¹ Disponível em: <http://tvbrasil.etc.com.br/reporterbrasil/video/23837/>. Acessado em: 20/02/12

dia: “O Governador Geraldo Alckmin anunciou que o Estado vai conceder um aluguel social de até 500 reais para cada família desalojada”.

É uma ótima resposta do governador à informação anterior, de que a Defensoria Pública entrou na Justiça pedindo que a Prefeitura e o Estado dessem garantias habitacionais às famílias, e ao último depoimento da reportagem, em que seu Heleno clama: “Se eu pudesse entrar na minha casa era muito bom, viu?”.

Se, de alguma maneira, a abertura desta reportagem parecia indicar uma ligeira melhora em relação à matéria do dia anterior, aqui ela começa a desenhar uma imagem de negatividade cultural dos desalojados. São transformadas agora em pessoas oprimidas, desprovidas de direitos, incapazes de construir o próprio futuro. Ao mesmo tempo, permanecem os três apagamentos da primeira reportagem: o primeiro em relação a essas 1700 famílias desalojadas que continuam sem passado, e agora sem futuro; o segundo apagamento é em relação ao poder judiciário e, o terceiro, em relação ao poder econômico. Os dois últimos absolutamente inexistentes nessa reportagem, embora sejam tão ou mais responsáveis por essa ação quanto os próprios moradores. Um apagamento que reafirma a posição ideológica do enunciado, portanto, do sujeito da enunciação.

Esse apagamento vai permanecer nas reportagens dos dias seguintes, confirmando um “jornalismo de acomodação”, como disse Leal Filho (2012). É o que demonstra a reportagem¹⁰² (anexo K) do terceiro dia de cobertura (25/01/12). Ela consolida a ideia de *terra arrasada*, nos diversos trechos do discurso próprio formado pelas heterogeneidades constituídas: “Terminou hoje a demolição”; “É nesse ritmo que as retro-escavadeiras estão derrubando as quase 1700 moradias”; “entra e sai de caminhões”; “as famílias agora já perderam as casas”. São operadores semânticos que vão construindo essa ideia de que tudo está terminado e determinado. Entram nessa mesma toada as heterogeneidades mostradas, uma vez que foram convocadas pelo próprio sujeito discursivo que, nesse caso, precisava da confirmação do que disse. A dona de cada Odeci Freitas diz: “Ruim demais. To muito numa tristeza. Agora mesmo neste momento vai derrubar a minha casa. To querendo tirar aquele Trailer ali pra mim trabalhar na rua, e ele falou que não pode, que o oficial de justiça falou que não pode tirar mais”. O ajudante de obras Diego

¹⁰² Disponível em: <http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil/video/23878/>. Acessado em: 21/02/12.

Alves confirma: *“Falaram pra mim tá retornando hoje pra tá retirando minhas coisas, mas quando eu chego aqui tá tudo demolido. Não tem nada aqui mais, tá tudo destruído, minhas coisas, geladeira que eu mal paguei, televisão novinha que eu nem paguei a prestação ainda, nem terminei de pagar”*.

Ignorar falas como essas, não levantar nenhum questionamento sobre os bens que foram destruídos juntamente com as casas, inclusive o ganha pão da senhora que queria retirar o trailer só para trabalhar, é tratar como normal uma mostra tão clara de autoritarismo. É como se o Estado, por ser Estado, tivesse total direito sobre as pessoas pobres, em todos os aspectos, sem nem correr o risco de ser questionado. No entanto, esse mesmo Estado protege a propriedade de uma massa falida, jogando na rua cerca de 7000 pessoas. Trata-se de um Estado que nega a luta de classes, mas que tem uma opção clara de classe. Mais do que isso, entre a vida e a propriedade privada, sua opção é contra a vida.

Essa foi a mesma opção do “Repórter Brasil”, ou seja, a mesma opção da TV Brasil, a TV pública brasileira. E a reportagem faz isso por meio de uma tessitura narrativa que vai revelando uma espécie de *jornalismo de contemplação*, de espectador impotente dos fatos. Até quando o advogado do movimento organizado pelos moradores diz que vai entrar na Justiça para que a terra seja desapropriada - *“o governo federal pode fazer isso, o governo estadual e o municipal. É só declarar ela uma área de bem social”* - o sujeito da enunciação se esquiva, lembrando: *“Mas as famílias agora já perderam as casas”*. Cumprindo a rigor a polifonia aplicada ao discurso jornalístico, o enunciado incorporará que *“a reintegração tem recebido críticas desde o início”*, mas irá parar aí. Não faz parte do conflito central dessa reportagem, que já tem um novo evento: uma denúncia de abuso policial. Então, esse jornalismo voraz por novidade aproveitará para mostrar as imagens que comprovam os abusos e informar que *“o governo paulista apura denúncias”*, mas a *“a PM considerou essa atitude isolada”*.

Para confirmar que está tudo consumado, a *Nota Pé* esclarecerá: *“A reintegração de posse do Pinheirinho terminou hoje e o terreno foi entregue no fim da tarde ao representante da massa falida da empresa que é dona da área”*. É fato, nada fora inventado pelo sujeito da enunciação, que apenas confirma a ideia de seleção/exclusão. Afinal, os apagamentos seguem os mesmos. A vida no

Pinheirinho, segundo as reportagens vistas até agora, começou no dia da desocupação da área; o Poder Judiciário continua intocável em seu *olimpico*; o poder econômico continua assistindo a tudo de camarote. O conflito está reduzido às intrigas entre policiais e moradores.

E assim chega a quarta reportagem¹⁰³ (anexo L) da série (26/01/12) sem nenhuma novidade, a não ser uma realinhagem do conflito. Em vez da desocupação, agora é a falta de acomodação das famílias desalojadas, ampliando ainda mais a imagem de negatividade cultural a elas imposta. Afinal, essas 1700 famílias só são vistas pelo viés dos despossuídos da terra. Nada fora buscado de positivo em suas vidas para vir a público. Suas formas de organização, suas lutas, suas conquistas, suas lutas pela sobrevivência, enfim, elas não têm nada de positivo. Está estabelecido o discurso da dissuasão.

Qual é a identidade que eles podem constituir nesse lugar? A de desprovidos, a de oprimidos, a de membros desgarrados de um corpo fragmentado pela ordem autoritária do Estado. Não há, pois, nenhuma positividade cultural nestes sujeitos. Eles são constituídos pela pura falta de direitos e portanto incapazes de transformar a desigualdade em diferenças (MONTEIRO, 1996, p. 112).

Configura-se nessa nova reportagem a ideia de que o acontecimento jornalístico se fundamenta no episódico, no evento, nunca no processo, no permanente, na continuidade. O que fora evento de domingo até quarta-feira, quando se conclui a demolição das 1700 residências, agora já é passado. Precisava-se vislumbrar a novidade, que recai então sobre os alojamentos com capacidade insuficiente para acomodar tanta gente.

Já na Cabeça de VT se faz essa passagem de um conflito a outro: “*Em São Paulo, depois de serem retiradas de um terreno que pertence à massa falida de uma empresa, milhares de pessoas da comunidade do Pinheirinho, em São José dos Campos, enfrentam agora a precariedade dos alojamentos para onde foram levadas*”. Mas já, em seguida, o enunciado traz a boa notícia: “*Hoje, o governo paulista anunciou que vai construir cinco mil moradias populares na cidade*”.

¹⁰³ Disponível em: <http://tvbrasil.abc.com.br/reporterbrasil/video/23926/>. Acessado em: 20/02/12.

Todo o enunciado dessa reportagem segue no sentido dessa passagem, de um conflito a outro, de um evento a outro, de um episódio velho a um novo episódio. No segundo *OFF* o repórter dirá: *“Mas o drama dos cerca de sete mil moradores só está começando”*. E, no *OFF* 3, enfim, parece surgir o início de uma guinada na reportagem, um raro momento em que o sujeito da enunciação se assume em cena, ao dizer: *“Assim que chegamos hoje a um dos abrigos, vimos que as torneiras estavam secas, as condições de higiene também são precárias. Dois banheiros para mais de 800 pessoas, que também têm que conviver com animais doentes e mortos”*. O sujeito do enunciado irrompe, enfim alguém que não se esconde mais, que corre o risco de dizer “essa é a minha verdade”, não é a “verdade absoluta”, muito embora esse “assumir-se” presente dê ainda maior sentido de verdade ao que é narrado.

Era, na realidade, uma pista falsa, pois tudo segue na mesma linha de narrador do caos, da terra arrasada, preparando o caminho para o anúncio da redenção. O discurso próprio dirá que *“a quadra da escola onde os colchões foram espalhados tá cheia de goteiras”*, para em seguida chamar a confirmação de uma senhora, sem identificação: *“Quando chove molha tudo, aí tem que dormir com o colchão todo alagado, olha lá”*. É terra arrasada em busca da boa notícia. E então o *OFF* 5 irrompe com a boa notícia: *“O governo do Estado já anunciou que os moradores cadastrados vão receber cerca de 500 reais de bolsa aluguel até que consiga um lugar definitivo para ficar”*.

A solução dada pelo governo enfrenta problema e o enunciado, fazendo jus à heterogeneidade exigida pelo jornalismo, trará a voz do pastor Edilson Barbosa, falando em nome dos moradores desalojados, agora novamente sem teto: *“Nós não tá conseguindo arrumar casa aí fora pra alugar, porque eles querem três meses de aluguel adiantado e tem que ter um fiador”*. Uma má notícia precisa de uma boa resposta, para manter a ordem. Então o repórter esclarece: *“Moradias definitivas devem chegar em até dois anos. Foi o que anunciou o governador Geraldo Alckmin”*. E o próprio governador de São Paulo aparece para explicar: *“Nós vamos fazer em São José dos Campos 5000 moradias. Já temos terreno pra começar as primeiras 1100 unidades habitacionais”*. O próprio governo que destruiu agora dá “presente”, mas a reportagem nada questiona, porque fazer jornalismo não é fazer política. Por

omitir-se da política, deixa-se manipular pelos políticos de plantão. Triste jornalismo é esse, uma espécie de inocente útil da engrenagem política.

Tudo é jogado como novidade do momento. Ninguém pergunta de que *colete* saíram, agora, esses terrenos e essas 5000 moradias. Claro que o embate político não é papel do jornalismo. Ainda mais um jornalismo que não tem nenhuma função social, nenhuma visão política e, portanto, se coloca como ferramenta à disposição de quem tem visão política.

A reportagem¹⁰⁴ seguinte, do dia 27 de janeiro (anexo M) , segue na mesma linha em busca de novidades episódicas e encontra um novo evento, transformado agora em conflito anunciado na Cabeça do VT: *“As famílias retiradas da comunidade Pinheirinho, em São José dos Campos, ocuparam casas abandonadas numa área de risco da cidade. Deslizamentos de terra mataram cinco pessoas no local, no ano passado. Mesmo assim, algumas famílias insistem em ficar na região”*.

Este é o tema da quinta reportagem da série (anexo N) que, depois de ouvir as famílias “insistentes”, apresenta uma solução para o conflito na *Nota Pé*: *“As famílias só terão direito ao aluguel social dado pela prefeitura de São José dos Campos se deixarem a área de risco e forem para os abrigos municipais”*. Enquanto isso, aqueles mesmos apagamentos das primeiras reportagens continuam.

Segue, assim, um jornalismo de fragmento, que não contextualiza, não investiga, não oferece informações suficientes para, passados tantos dias, entender o drama de cerca de 1700 famílias. Nenhuma possibilidade de entender as raízes do conflito principal envolvendo as famílias, a massa falida da empresa de um especulador, o Poder Judiciário, o poder executivo. E lembre-se que o judiciário esteve profundamente dividido. A Justiça Federal cancelou o despejo; mas a Justiça estadual a desautorizou e obrigou a desocupação imediata. Nem o racha entre os poderes judiciários federal e estadual foi motivo para se aprofundar o conflito. E assim foi até o fim.

Dez dias depois do início da desocupação, entra a sexta reportagem¹⁰⁵ da série, a última selecionada para este estudo. A reportagem volta ao seu “melhor” desempenho, sem, no entanto, encontrar o verdadeiro conflito. Para se sustentar,

¹⁰⁴ Disponível em: <http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil/video/23967/>. Acessada em: 20/02/12.

¹⁰⁵ Disponível em: <http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil/video/24119/>. Acessado em: 20/02/12.

retoma o mesmo conflito da quarta reportagem da série: *“Em São José dos Campos, no interior de São Paulo, as famílias retiradas de um terreno invadido enfrentam muitas dificuldades. Dez dias depois da desocupação da área, centenas de pessoas vivem em condições precárias de higiene e saúde”*.

A partir daí, o enunciado vai mostrar uma *“mulher que amamenta a filha no meio da quadra do clube que abriga famílias retiradas do Pinheirinho”*, vai revelar que *“mil pessoas dividem dois banheiros, com apenas três chuveiros e três vasos”*, vai convidar a falar um senhor que diz que falta água e uma senhora que explica: *“os banheiros vivem quebrados por conta de ser muita gente”*. Não faltará dona Francisca para desabafar: *“Eu não queria isso pra mim não. Eu to com 67 anos, meu filho, nunca passei por isso não. Hoje eu to passando”*. Mas a vida de dona Francisca, que nunca passou por isso, será um fragmento tanto quanto a goteira, os três chuveiros... Afinal, ali não importava a vida que ela tinha antes, interessa apenas a vida dela agora, de desprovida de tudo, até da vida anterior.

A reportagem não se esquecerá de citar que *“os desalojados começaram a receber nesta terça-feira o aluguel social e o auxílio mudança de 500 reais cada um”*, o que será confirmado pelo advogado dos desabrigados: *“O dinheiro começou a sair. Ontem já entregaram alguns cheques, hoje já tão entregando mais cheques. Então deve continuar aí durante a semana”*. Alguém deverá lembrar o que já fora dito na semana anterior, de que *“todo mundo aqui tem medo de pegar o aluguel e não conseguir ir pra debaixo de um teto. Nós depende muito de um teto”*. Tudo é dito episodicamente, sem comparar nada, sem questionar nada, sem contextualizar nada. Nem sequer esboçar a contradição de que o mesmo governo que tirou, agora dá.

E como esse jornalismo não se alimenta de histórias, mas de eventos, o enunciado vai trazer que *“representantes de vários conselhos nacionais de direitos humanos visitaram os quatro abrigos e constataram que as condições de higiene, saúde e alimentação são inadequadas, entre outros problemas”*. E vai garantir o contraponto: *“Em nota, a prefeitura de São José dos Campos afirma que os ginásios esportivos que abrigam as famílias têm boas instalações. O município diz ainda que 90% das exigências das entidades de direitos humanos já estavam sendo atendidas”*. E quem fala por último fica com a razão.

Como se percebe, há pouca novidade entre as reportagens aqui analisadas. Todas repetem formatos e fórmulas narrativas, inclusões, exclusões e apagamentos socioculturais, políticos e econômicos que ferem de morte sua condição de discurso isento, neutro e imparcial. Claro que os benevolentes com o jornalismo se encarregam, nesses momentos, de salvá-lo, individualizando o problema, atribuindo os equívocos a pessoas.

Contudo, apesar de serem seis reportagens meramente factuais, vazias de conteúdo, é preciso ter claro que nelas se cumpriram tão bem o “manual” do jornalismo contemporâneo que até as caixinhas que preveem os tempos de expressão de cada sujeito falante, expressas por formas de heterogeneidades constituídas e mostradas, se repete em todas elas. No total, foram produzidos e veiculados 16 minutos e 37 segundos ao longo dessa cobertura jornalística. Desse total, 12 minutos e 25 segundos (74,7%) foram dedicados ao discurso próprio do sujeito da enunciação; e 4 minutos e 12 segundos (25,3%) ao discurso de falantes autorizados.

Foram mais de 16 minutos de televisão em que o telespectador não teve a disposição informações suficientes para formar seu próprio juízo de valor a respeito do problema, a não ser elementos que o convençam de que a Justiça habita o *olimpo*, o mundo da economia está acima da vida, o governo do Estado está fazendo de tudo para solucionar o problema (apesar de dois ou três policiais que cometeram excessos) e, por fim, essas 7000 pessoas são coitadas, de má sorte na vida; são pessoas menores, mas também são “invasores” de terra e, no meio, há inclusive baderneiros que depredaram e queimaram bens.

Quase um mês depois, todas essas pessoas já viraram estatística em minha memória. Já não me lembro mais delas, nem sei mesmo se existem, o que dirá sobre as razões que as levaram para lá. Posso até tecer um comentário caso o assunto ressurja numa roda de conversa fiada, confirmando o que creio: estou informado. Mas esse tipo de informação, ou sensação de informação, tem sua forte função social, porque ele não cria empatia, não me vincula ao outro, portanto não envolve, não compromete, não transforma. É um jornalismo tipicamente de mercado, feito para se saber, não para transformar.

Foi, portanto, uma cobertura típica em que o próprio jornalismo se enrola todo e se maltrata. A pedra que estava no sapato da Justiça, da tal massa falida e o Governo estadual passou para o sapato do próprio “Repórter Brasil”. Isso porque ao invés de usar o sapato das relações sociais ali presente, as reportagens calçaram o sapato da institucionalidade, que precisa ser preservada.

6.4 O Mesmo Discurso, a Mesma Narrativa

Como se percebe, os problemas em relação à narrativa e ao discurso jornalístico perpassam, indistintamente, as três coberturas analisadas. Essa constatação foi levada em conta no momento de se observar todas as edições de uma semana do “Repórter Brasil”.

Ao final da decupagem e da observação das seis edições do “Repórter Brasil”, veiculadas na semana de 30 de maio a 04 de junho de 2011, observa-se que a mesma estrutura, a mesma narrativa e o mesmo discurso jornalístico presentes nas 19 reportagens do “Repórter Brasil” e nas duas do “Jornal Nacional” ora analisadas, se repetem, com diminutas variações, ao longo das 74 reportagens veiculadas na semana. Percebe-se que são características que atravessam praticamente todas as reportagens observadas, revelando o modelo de jornalismo implementado pelo “Repórter Brasil”.

E quando existe uma variação na estrutura é para ampliar o espaço dado a autoridades e não à sociedade civil, aliás, pouco presente ao longo de todas as reportagens analisadas e observadas. No dia 30 de maio, por exemplo, o presidente do Senado, José Sarney, dispôs de 53”, de uma reportagem de 1’49”, para explicar porque voltou atrás e decidiu colocar o *Impeachment* do ex-presidente Fernando Collor de Melo na Galeria da História do Senador Federal. E, de fato, o tema merecia que se rompesse com o modelo rígido de reportagem, em que, por exemplo, uma sonora não pode ultrapassar o tempo de 20 segundos, exceto em casos especiais. O que soa estranho é que, durante toda a semana, e também nessas 19 reportagens analisadas, nunca houve ampliação significativa do tempo das sonorais, e muito menos quando se tratava de uma história humana, de pessoas comuns, ou melhor ainda, de 7000 mil pessoas que perderam suas casas do dia

para a noite. E não faltaram “dicas” dadas pelos próprios personagens: Luciane falou que só *“deu pra mim tirar foi o meu irmão, deficiente físico, meus filhos e pronto (...), mais nada”*. Odeci só queria *“tirar aquele Trailer ali pra mim trabalhar na rua, e (...) o oficial de justiça falou que não pode tirar mais”*. Mostra que só sobrou a carteira de trabalho Rafael informou que estava *“arriscado a perder meu emprego, porque (...) não tenho onde deixar minhas filhas”*. Sobraram histórias, faltou jornalismo.

Para se ter uma ideia do rigor desse modelo, considerando todo o discurso, na sua complexidade polifônica da semana observada, os falantes autorizados e convidados a se expressarem ocuparam apenas 24,34% de todo o espaço das 74 reportagens veiculadas nos seis dias da semana. Ou seja, 75,66% do tempo foi ocupado pelo próprio sujeito discursivo. Se considerarmos o total do tempo de telejornal, incluindo entrevistas, que normalmente ocupam uma média de quatro minutos, essa proporção aumenta. O discurso próprio do telejornal, somando todas as falas dos apresentadores e repórteres, fica em 70,33%, enquanto o tempo dos convidados a falar sobre os fatos vai para 29,67%, em função especialmente de entrevistas de estúdio e comentaristas. Um tempo exíguo para um jornalismo que se pretende público, até porque ele repete o que faz o telejornalismo das TVs comerciais.

O problema, portanto, está na imposição de um formato para todo e qualquer tema ou situação. Tanto a discussão entre deputados e senadores quanto a vida de 7000 pessoas devem caber num esquema, que segue, mais ou menos, o seguinte formato: abre-se a reportagem com o conflito, que deve ocupar alguns segundos do sujeito da enunciação; outros segundos mais serão usados para que alguém, que viva o problema - um personagem, portanto - seja convidado a falar de sua relação com ele, para de fato confirmar o que foi dito pelo próprio repórter; então será necessário um tempo maior, algumas dezenas de segundos, para “aprofundar” o tema; um novo sujeito falante autorizado - agora um especialista - vai confirmar e ajudar a entender o problema e, se possível, indicar solução; e, por fim, o próprio sujeito da enunciação vai anunciar o desfecho ou encontrar alguém que, convidado por ele, o faça. Se ele tiver um personagem que confirme agora a mudança ou uma autoridade que anuncie a solução, perfeito. É a reportagem dos sonhos. Um discurso já estruturado na redação, que se processa com facilidade em campo.

Também vale destacar que, durante essa mesma semana, apenas oito reportagens tinham, de alguma maneira, a sociedade civil como protagonista dos fatos. Sete delas são pautadas em eventos, dentre as quais estão as mortes de lideranças sindicais do Pará, a marcha da maconha que terminou em protesto, o protesto dos bombeiros no Rio, a greve do transporte público em São Paulo e uma mostra sobre teatro de periferia. Uma única foge a essa regra: a história de adolescentes que chegam aos 18 anos em orfanatos sem terem conseguido a adoção. Aliás, esta traz a bela história de uma jovem que completa 18 anos e, como já tinha emprego, vai morar sozinha e “adota” a própria irmã caçula.

Há, portanto, uma enorme contiguidade entre o modelo de jornalismo do “Repórter Brasil” com o modelo seguido pelo “Jornal Nacional” e, de resto, pelas demais emissoras comerciais. É o modelo importado de um modo de entender o jornalismo a partir da escola estadunidense, em que o crivo do mercado define o eixo narrativo. Vale lembrar o que disse Tadeu Cocon (2012), ao citar que a pauta do “Repórter Brasil” era definido a partir do site da Globo (G1): o que se via no “Repórter Brasil”, “via na Globo, via nas outras emissoras, e mal feito porque os recursos são mais limitados”.

Por outro lado, ao longo da semana houve uma série sobre o meio ambiente e sobre a questão manicomial, em que a sociedade civil, vez ou outra, se fez presente. E, por fim, o registro de um quadro sempre presente no telejornal, intitulado *Outro olhar*. Trata-se de um espaço aberto pelo telejornal, com o tempo de dois minutos, destinado a vídeos enviados por telespectadores e produtores independentes. Aliás, aparecem as demandas de toda a sociedade, na maioria das vezes com temas e falas interessantes, vinculadas à sociedade civil. Não há narração da TV. Pelo formato básico, são depoimentos que somam 1’45” e que, acrescentadas as vinhetas, fecham os dois minutos de TV.

O *Outro Olhar*¹⁰⁶ que fora veiculado naquela semana - quinta-feira, 02 de junho - trata das mudanças climáticas e foi produzido por um telespectador de Goiás. O primeiro a falar é o cacique Marcos Xukuru, que traz o olhar de seu povo, Xukuru, sobre o tema. A segunda fala é de Lúcia Ortiz, da ONG Amigos da Terra, de Porto Alegre, que fala sobre as mobilizações contra o modelo atual de

¹⁰⁶ Disponível em: <http://tvbrasil.etc.com.br/reporterbrasil/video/16792/>. Acessado em 25/02/12

desenvolvimento, focando o uso de automóveis. A terceira é a professora da PUC/SP, Marijane Vieira Lisboa, que trata das inundações nas grandes cidades, fundamentalmente São Paulo, e encerra com Roberto Malvezzi, da Pastoral da Terra e dos Pescadores, tratando da convivência com o semiárido nordestino.

Trata-se de uma boa iniciativa, dando espaço a outras vozes e outros produtores de informação, muito embora siga uma narrativa própria de um modelo envelhecido de televisão: especialistas no tema dão sua opinião, olhando para a câmera, sem imagens que ajudem a entender o tema. Contudo, é um espaço permanente, que sempre traz produtos interessantes que ajudam a pensar e conhecer a sociedade a partir das demandas próprias da sociedade civil e menos da própria redação.

No entanto, por mais irônico que possa parecer, o nome do quadro, que em si traz a síntese de sua proposta, parece denunciar o próprio telejornal: confirma que o olhar do “Repórter Brasil” é outro; esse, mostrado no quadro, não tem nada a ver com o seu.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir esta pesquisa, após quatro anos de imersão em processos de diálogo acadêmico, de leituras, observações, experimentações, problematizações em torno de meu próprio percurso profissional, além de dedicação intensa à formulação e desenvolvimento do projeto de pesquisa, chego a esse texto como síntese do percurso de problematização em torno do papel e dos desafios da televisão pública na formação de uma sociedade pensada fora das lógicas do mercado capitalista e do poder do Estado liberal e alicerçada em princípios de solidariedade e cidadania.

Tomando a TV Brasil, como objeto referencial maior da pesquisa, surgia a necessidade de se indagar sobre qual deveria ser o marco institucional para que essa televisão pudesse ser, de fato, pública. E a indagação sobre qual seria a característica do seu fazer comunicacional levou à proposta de investigar a sua prática jornalística.

A construção desse projeto e sua realização são fruto, portanto, de árduo trabalho intelectual e braçal; desde a definição de um arcabouço teórico, que desse sustentação para pensar a comunicação para além das lógicas presentes na imensa maioria das redações e mesmo no âmbito da academia; até a materialização de um corpus que desse conta de revelar a essência do modelo de jornalismo praticado, no âmbito do objeto escolhido. Depois de muito estudo, de idas e vindas, o objeto selecionado foi o principal telejornal da TV Brasil – “Repórter Brasil”. A indagação era saber qual é o modelo de jornalismo público que se expressava nos seus enunciados. Percebia-se, de antemão, que deveria ser diferente do jornalismo praticado pelos demais meios de comunicação, fundamentalmente os comerciais. Do contrário, não haveria sentido de se criar uma empresa pública de televisão no país.

Uma TV que se pretenda pública precisa afastar-se do modelo comercial vigente para oferecer alternativas em comunicação e, no caso deste projeto, em jornalismo. A partir das reflexões foram se desenhando elementos que poderiam contribuir para a estruturação do novo modelo comunicativo, que contemplasse todas as forças constitutivas da sociedade.

Foram trilhados, portando, dois percursos: um no campo da *institucionalidade* do meio; e, outro, que problematiza o discurso jornalístico levado a cabo pela emissora. Enquanto institucionalidade, trabalhou-se uma combinação de métodos a partir de uma densa pesquisa teórica, na observação sistemática de campo, na reconstrução da experiência empírica do próprio pesquisador, refletida e problematizada para contribuir com informações e conhecimentos diretos à definição do objeto; como também em duas entrevistas de campo com especialistas sobre processos de produção jornalística. Em torno do discurso jornalístico, foi realizada uma intensa pesquisa teórica e uma análise em profundidade da produção do telejornal. Para isso foi definido um corpus, formado por 21 reportagens submetidas a uma análise de discurso jornalístico, juntamente com uma observação das edições de uma semana do jornal, em busca da explicitação do modelo de jornalismo seguido pelos profissionais que ali trabalham

Como síntese conclusiva, a pesquisa aponta que 1) A questão da institucionalidade, na forma como propõe a Constituição Federal - um modelo complementar entre o público, o privado e estatal - não está resolvida no âmbito da TV Brasil e nem no âmbito da sociedade civil organizada. 2) Enquanto proposta jornalística ao Brasil, a TV Pública em formação no país repete o modelo de telejornalismo hegemônico próprio da TV comercial. Um modelo com forte raiz estadunidense em que a comunicação (e, portanto, o jornalismo) é chamada a desempenhar um papel de legitimadora da ordem estabelecida, contribuindo para a continuidade de modelos arcaicos de gestão comunicativa, da estrutura sócio-política e econômica e velando pela sua funcionalidade.

Nos enunciados do “Repórter Brasil”, percebe-se a forte presença de um discurso autoritário, mais preocupado em difundir as ordens emanadas das instâncias de poder dominante do que em evidenciar as contradições próprias da vida social, política, econômica e cultural do país para, a partir dessa discussão, fomentar vida nova, um novo sistema social, em que a política, a economia e a propriedade estejam a serviço da vida, da cidadania.

Em função disso, esta pesquisa se conclui com o apontamento de alguns desafios que a TV Brasil precisa enfrentar para consolidar-se, de fato, como uma TV

pública. São desafios normais para uma emissora de curta história, mas que precisa, urgentemente, fazer uma correção de percurso. A TV Brasil tem apenas quatro anos, o que é pouco tempo se comparado à história da radiodifusão, lembra o primeiro ouvidor da emissora, Laurindo Lalo Leal Filho (2012). Para ele, o fato em si da existência da emissora é importante para a comunicação no país. “Nesses quatro anos se começou a falar mais de TV pública, começou a se discutir coisas que não se discutia antes no Brasil. Se discutia um pouco aqui na TV Cultura, mas se começou a discutir isso no Brasil todo. Esse foi o grande avanço” (LEAL FILHO, 2012).

Esse também foi o entendimento deste estudo que se propõe agora a apontar algumas considerações que conviriam ser levadas em conta pela direção da emissora, alçada a ser a principal TV Pública do país. De um modo geral, as recomendações surgidas a partir deste estudo estão sintetizadas a seguir, obedecendo a essas duas partes: a institucionalidade da emissora e o discurso jornalístico.

7.1 Quem Paga o Sanfoneiro Escolhe a Música

Este dito popular sintetiza bem a questão das discussões em torno da institucionalidade do espectro radioelétrico no país. A propriedade, em si, de uma mídia define seu olhar, seu lugar social, desde onde ela interpreta o mundo e fala para a sociedade. Este foi o entendimento das discussões em torno da comunicação no processo *constituente*, vivido pelo Brasil nos anos de 1986 a 1988, levadas a cabo pela sociedade civil organizada em todo o país e que fora incorporado à Constituição Federal ora vigente. Ao longo deste trabalho esse mesmo entendimento surge em estudos de diversos autores que indicam que os modelos: privado, público e estatal têm estruturas e finalidades distintas, capazes de possibilitar a complementaridade do modelo comunicacional brasileiro de rádio e televisão.

Leal Filho (2012) prefere não falar em propriedade, mas afirma que as duas grandes questões de uma TV pública são o financiamento e a gestão. “É aí que a coisa pega, porque o Estado quando financia quer mandar, qualquer um que financia quer mandar, seja ele o Estado ou as empresas por meio da publicidade”.

Para ele, a EBC operou nesses primeiros quatro anos um pouco na base do ensaio e erro, tentando livrar-se desse problema.

Para você garantir que a fonte de financiamento não implique nalgum tipo de controle, algum tipo de interferência, é fundamental que essa fonte não interfira na gestão, que deve ser a mais democrática possível, sem a participação das fontes de financiamentos (LEAL FILHO, 2012).

Afirmando que nesse período, a EBC operou basicamente com receitas do Tesouro Federal e com recursos oriundos de serviços feitos ao próprio Governo Federal, Leal Filho (2012) diz que isso já a diferencia das emissoras públicas e a aproxima muito das emissoras estatais. “Hoje ela tem essa dependência forte, portanto, ela se aproxima mais do Estado do que da sociedade”, (LEAL FILHO, 2012).

A forma encontrada pela EBC para atenuar a problema foi a criação de dois conselhos. O Conselho Administrativo, formado por representantes do Estado, cujo presidente é o Ministro da Secretaria de Comunicação da Presidência da República. Para a gestão de conteúdo foi criado o Conselho Curador, que “é o órgão máximo de gestão”, explica Leal Filho (2012). Esse conselho é formado por pessoas escolhidas pela Presidência da República, a partir de nomes indicados pela sociedade, o que revela certa fragilidade para o futuro da emissora.

Esse segundo passo aproxima, um pouco mais, a EBC das empresas pública, que não deixa de ser um mecanismo pouco semelhante ao que existe em algumas emissoras públicas da Europa. O que não exclui que um outro governo não venha a mudar isso. Esse governo respeitou as indicações da sociedade. Todos os que foram indicados pelo Conselho foram os indicados pelo Presidente da República. O que é uma questão conjuntural, que para uma institucionalização é problemático, porque no médio prazo você pode ter governos que não tenham a mesma política e acabem montando os conselhos alinhados com os interesses de governo. O que pode resultar numa certa fragilidade futura da própria instituição (LEAL FILHO, 2012).

Não resta dúvida, portanto, de que quando se fala da TV Brasil se está falando de uma TV Público-estatal, que guarda tanto diferenças com uma TV

governamental quanto com uma TV Pública, na forma como prevê a Constituição Federal brasileira e como vem sendo definido em legislações das telecomunicações em países como Argentina, Bolívia e Uruguai. Essas novas leis preveem a divisão de um terço do espectro destinado a rádio e televisão para cada uma das três esferas: Estado, mercado e sociedade civil. Aliás, uma legislação próxima ao que foi definido na 1ª Conferência Nacional de Comunicação, em Brasília, de divisão das concessões em 40% para a iniciativa privada, 40% para a sociedade civil organizada e 20% para o Estado.

Trata-se, portanto, de afirmar a importância desses três modelos de comunicação, em que uma TV genuinamente pública possa se constituir no âmbito da sociedade civil organizada, de forma democrática, sem que o governante de turno escolha uma personalidade ou um conselho que pretensamente a represente.

Essa é uma das condições para se ter o desejado equilíbrio comunicacional, permitindo a incorporação de outros modos de ver a sociedade, ampliando os olhares sobre os fatos, as pessoas, a sociedade, o mundo. Trata-se, então, de assumir uma mudança em relação à liberdade de imprensa, assumindo a impossibilidade de um veículo ser neutro, isento, imparcial. Logo, a luta pela liberdade de imprensa, restrita, hoje, à prática dos meios e seus respectivos profissionais, se ampliaria para a concessão e distribuição de canais. Equivale a dizer que não haverá uma comunicação realmente democrática sem um modelo democrático de comunicação, a partir de sua institucionalização.

Essa concepção exigiria que o jornalismo assumisse e explicitasse o seu lugar social de fala, e a partir dele buscasse ser o mais democrático, isento e imparcial possível. Neste caso, a isenção, a imparcialidade e a neutralidade não seriam inerentes ao fazer jornalístico, mas a sua utopia. Ou seja, o jornalismo se assumiria parcial, mas tendo na objetividade, na neutralidade e na isenção seus elementos de busca incansável, mesmo sabendo que jamais serão alcançados de forma plena.

Dessa maneira, mais do que cobrar democracia, isenção e imparcialidade de um veículo de comunicação, deveríamos cobrar esses pressupostos do modelo de comunicação adotado no país, que deveria ser plural. Aliás, é o que propõe o artigo

223 da Constituição brasileira ao optar por um modelo complementar de radiodifusão no país.

Enquanto isso não acontece, é importante afirmar que se a TV Brasil se assumisse como TV público-estatal, porém buscando definir uma programação de fato pública, ela faria um gesto ainda maior: mais importante do que querer se passar diretamente por pública. Afinal, toda televisão tem a obrigação de ser pública, uma vez que a concessão, de rádio e TV, é pública. Logo, esse esforço da TV estatal brasileira por fazer-se pública serviria de exemplo a todas as emissoras privadas. No entanto, se a TV Brasil nega seu lado estatal (que é diferente de governamental) automaticamente esvazia seu gesto, sua decisão de ser pública, pois nunca dará conta de ser realmente pública, uma vez que sua administração é estatal.

Por esse motivo e pela questão do financiamento ela dificilmente conseguirá ser sempre pública. Se ela não se libertar da dependência da União, ninguém garante que o governo que não tem interesse na manutenção de uma instituição de rádio e televisão pública no país não acabe com ela (LEAL FILHO, 2012).

Manter o quadro institucional atual é colocar em risco uma genuína TV Pública brasileira, uma vez que a TV Brasil será sempre estatal do ponto de vista institucional. Quem, em última instância, nomeia todos os membros dos dois conselhos atuais da EBC, ou qualquer outro conselho que a venha ser criado é o Estado, não pode abrir mão de gerir os recursos do próprio Estado.

A questão da *institucionalidade*, entretanto, resolve apenas em parte o problema de uma TV pública. Uma nova televisão exige uma nova programação e, portanto, um novo jornalismo. Quanto à programação, o ex-ouvidor da TV Brasil, Laurindo Lalo Leal Filho, atesta o excelente retorno do público a diversos programas. Falando dos três anos que ficou à frente dessa ouvidoria, ele menciona os programas que mais recebiam elogios dos telespectadores. Esse retorno de audiência vinha fundamentalmente de dois tipos de público: moradores dos lugares em que a TV Brasil tem acesso em sinal aberto de TV, como no Rio de Janeiro, e aqueles que a assistem por antena parabólica, cuja audiência não é mensurada. “A

programação infantil é sem dúvida alguma preponderante. Mas também os musicais, que não aparecem na TVs comerciais, recebem muitos elogios. E depois os documentários” (LEAL FILHO, 2012). Com relação ao jornalismo, ele não se lembra de bons retornos do público, mas de muitas reclamações.

Tivemos muitas críticas sobre a cobertura internacional. Grande parte do pessoal que está na redação da TV Brasil só lê o estado (O Estado de S. Paulo) e O Globo, inclusive para entender a crise no próprio governo. Eles não pautam, são pautados. Eles reproduzem os jargões da grande imprensa e o público reage (LEAL FILHO, 2012).

Essa mesma visão se confirma, pelo menos nas coberturas analisadas, que o “Repórter Brasil” não ofereceu muita coisa nova a seu público. E Leal Filho (2012) é categórico: “Ninguém proibiu (...) não fazem algo diferente porque não percebem, não tem ideia de como fazer”.

No entanto, uma nova TV exige um novo jornalismo que, por sua vez, exige no mínimo novas pautas, novos discursos e novos narrares. Esses dois últimos fenômenos formam o foco principal desta pesquisa, até por entender que muitas reflexões têm sido produzidas quanto à *institucionalidade* e muito pouco sobre a questão do *discurso* e da *narrativa* do “Repórter Brasil”. Por isso, em vez da regulação e da institucionalidade, este trabalho dedicou especial esforço ao aprofundamento dos desafios em torno do discurso jornalístico e de sua narrativa, cujas conclusões são apresentadas a seguir.

7.2 Vista a Minha Pele

“Vista a minha pele e seja eu, pelo menos por um dia, para você saber o que é ser negro”. Foi a resposta do jovem Leonardo da Cruz à pergunta que lhe fiz como parte de uma entrevista para o documentário *Kundun – Escravos da liberdade*¹⁰⁷. Essa provocação do artista negro funciona como uma analogia ao falarmos da tarefa do jornalista como mediador social, como narrador dos acontecimentos. A

¹⁰⁷ Documentário referente a uma comunidade quilombola, em Guarapuava, Paraná, produzido em 2008, para a TV Paraná Educativa, sob minha produção e direção geral.

impossibilidade de eu vestir a pele dele está na mesma proporção da impossibilidade dele desfazer-se, ao menos por um dia, de sua própria pele para o meu uso. Assim é o jornalista, tem uma pele, mas não consegue desfazer-se dela, nem tampouco vestir a de outro. Portanto, não há como ser isento, nem neutro, nem imparcial. Essas adjetivações, no entanto, cumprem uma função primordial de dar ao discurso jornalístico uma aura de verdade, de quem foi, viu, não se envolveu e extraiu do fato apenas a verdade, tal qual a abelha extrai a essência da flor. Assim é o modelo do discurso jornalístico da contemporaneidade seguido à risca pela mídia privada. Esperava-se que, com o surgimento de uma TV pública, outro modo de fazer jornalismo começasse a tomar corpo.

Tomando essas três coberturas analisadas entende-se que o lugar social de fala do “Repórter Brasil” é o do poder estabelecido e, fundamentalmente, o poder econômico, como se percebe especialmente na questão do Código Florestal, em que a visão de desenvolvimento do campo é a do agronegócio; e na cobertura do despejo no Pinheirinho, em que o poder econômico, assim como aquele que lhe dá amparo, o Estado, são protegidos de tudo o que ocorre. A empresa “dona” da referida terra e o poder judiciário passam incólumes pelas seis reportagens veiculadas.

Trata-se, pois, de uma práxis jornalística que segue, com alguma adaptação, o modelo estadunidense, o mesmo implementado pelas TVs comerciais no Brasil, pensado como um terreno de representações das diferentes forças políticas e econômicas, onde as forças sociais e culturais são quase sempre alijadas dos espaços de enunciação, enquanto sujeito do acontecimento jornalístico. Dessa maneira, o jornalismo presta um serviço de *correia de transmissão* dos valores próprios da política e da economia para toda a sociedade.

Neste sentido, nas 19 reportagens do “Repórter Brasil” analisadas fez-se presente sempre a imposição de uma verdade pré-estabelecida, definida na própria forma de narrar os fatos, segundo esse mesmo jornalismo comercial. E é sempre uma “verdade” em favor da estrutura política e econômica preponderante na sociedade, não havendo um equilíbrio entre as representações simbólicas das esferas privada, pública e estatal nesse telejornal.

Trata-se de uma forma autoritária de narrar, porque ela se baseia na certeza de uma verdade, não deixando margem para interpretações, ponderações, dúvidas, acréscimos subjetivos próprios da audiência. Tudo está concluído, fechado, encerrado pelo próprio sujeito da enunciação, que já abriu o enunciado com o propósito de encerrá-lo; afinal, seu propósito não é fomentar as relações sociais, mas definir, impor condutas. Como sujeito da enunciação, o repórter mantém-se distante, não se envolve com o fato, por meio uma tessitura narrativa que o absolve de envolvimento. Ele não vai mostrar suas impressões porque, como narrador, deve parecer isento. Dessa maneira, o sujeito do enunciado, apagado no e pelo sujeito da enunciação, será percebido como um ser superior, acima dos conflitos humanos, um “deus” capaz de tudo entender e, por isso mesmo, autorizado a criar um novo ser: a verdade. Eis a característica chave da narrativa do jornalismo contemporâneo.

O repórter, na condição de sujeito da enunciação, esteve lá e acredita fielmente que se manteve isento dos dois (ou mais) lados em contenda, por que dele foi exigido que não tenha envolvimento de nenhuma natureza. Ledo engano. Mas agora ele conta exatamente o que viu, explicitando uma heterogeneidade constituída por ele, consciente ou não, e pessoas que lá estavam serão chamadas, por ele próprio, para confirmar o que agora conta. Ora, se ele autoriza alguém a falar em seu discurso, não autorizará alguém que não fale o que ele, na condição de convidador, deseja. Está garantida a polifonia por meio da heterogeneidade mostrada. Por esse meio se garante que tudo o que for levantado no enunciado será concluído, porque assim ele aprendeu que deve ser o discurso jornalístico contemporâneo. Dúvidas, interrogações, contradições tudo deve estar devidamente explicado, concluído. Eis o discurso jornalístico hegemônico.

Ao insistir tanto na isenção, na imparcialidade e na neutralidade – como se fossem possíveis – o jornalismo contemporâneo despolitiza com tanta força o sujeito da enunciação, a ponto de tirar dele a condição de sujeito próprio de discurso, para transformar-se numa espécie de “sujeito aposto”, portanto, justaposto, subordinado aos sujeitos políticos e econômicos que lhe garantem existência. Isto é, de tão livre, isento, imparcial que busca ser, o jornalismo nem tem visão própria do mundo político, econômico, social, cultural e, para entender esses fenômenos a fim de transmiti-los, empresta esse conhecimento das instituições próprias desses

universos. Cria-se uma espiral de legitimações: o discurso jornalístico legitima essas instituições que se encarregam de legitimá-lo.

O jornalismo não paira no ar. Não podemos ficar jogando numa linha do jornalismo positivista, como fazem muitos dos que falam de TV pública hoje, que querem passar uma ideia de que o jornalismo paira no céu. Não tem isso; não existe essa possibilidade. O jornalista é um ser social. Ele fala sempre a partir de um determinado lugar (LEAL FILHO, 2012).

7.3 Coerência com a Incoerência

De um modo geral, salvo raras exceções, as 21 reportagens analisadas nesta pesquisa, ou seja, tanto as 19 do “Repórter Brasil” quanto as duas do “Jornal Nacional”, cumpriram com os pressupostos desse discurso jornalístico comercial hegemônico contemporâneo. Até mesmo no caso da denúncia dos “erros” no livro didático do MEC tanto o “Jornal Nacional” quanto o “Repórter Brasil” cumpriram os ditames desse modo de fazer jornalismo: foram ouvidos os dois lados, defendido que é preciso elevar a cultura da população, tudo dito por meio de um discurso polifônico e heterogêneo. Foram pessoas importantes de fora do jornalismo que “fizeram” a denúncia: uma pedagoga e professora universitária, um senador e ex-ministro da educação e a própria Academia Brasileira de Letras sustentaram a reportagem da TV Brasil. O jornalismo cumpriu a função de publicizá-los.

Tudo fora produzido dentro das normas, do formato, das regras da “boa comunicação”, ou melhor, da boa difusão, onde não necessariamente estejam presentes as exigências de comunicação social, segundo o que vimos no conceito usado por Medina (2003). Note-se que tudo se junta num discurso, até certo ponto bem urdido, conjuminando heterogeneidades constituídas e mostradas de forma a garantir a polifonia, embora seja sempre evocada exatamente para confirmar o discurso próprio do sujeito da enunciação.

Há, também, um conflito anunciado no início da reportagem e resolvido no seu final, como manda uma história que, se bem contada, deverá ter um começo interessante, um meio e um desfecho. E tudo se encaixa no já formatado, facilitando

o trabalho, de maneira que tem sido cada vez mais comum o jornalista sair da redação já com a estrutura da reportagem pronta, em busca apenas de sonoras que confirmem seu texto já pré-definido.

Esse modelo, que funciona como uma receita, é essencial para o jornalismo contemporâneo porque ele funciona com regras capazes de assegurar a isenção, a imparcialidade e a neutralidade. Compete, pois, ao jornalista seguir com rigor tais regras, num ritual quase religioso de cumprimento de rotinas e construções de “orações”. O formato dado, rigorosamente pré-estabelecido, assegura para o próprio meio de comunicação que o sujeito encarregado da enunciação, ao retornar do trabalho de campo, não se põe a contar o que realmente sentiu ao ver os fatos e ao dialogar com os sujeitos daquele acontecimento. Tudo o que foi visto, sentido, entendido precisa, agora, passar por um processo de decantação para perder as “impurezas” próprias da dimensão emocional. O formato se transforma, portanto, na plataforma segura da racionalidade humana, campo de ação próprio de um jornalismo nascido nas hostes do *positivismo*. É esse formato que vai estabilizar as “deturpações” próprias da proximidade do narrador com o fato, do quase compadrio entre o sujeito do fato e o sujeito do acontecimento jornalístico, encarregado apenas de tirar dali a informação, extraíndo a verdade a ser repassada à sociedade.

Então vão surgir aí as catalogações próprias das sonoras no telejornalismo. Os sujeitos falantes autorizados a se expressarem, por alguns segundos, são de duas ordens: os personagens – que irão falar de sua condição em relação ao tema, quase sempre uma vivência passiva; e os especialistas, as chamadas “fontes qualificadas”, que vão “explicar” o tema, mas vão explicar apenas o que quer o sujeito da enunciação.

Mais do que um aprisionamento, o jornalista de um modo geral entende esse modelo como a “tábua da salvação”, por dois motivos: de um lado, em função da rotina estressante de ter que produzir normalmente mais de uma reportagem em poucas horas de trabalho, ele não precisa pensar uma narrativa própria a partir do próprio fato social; leva-a pronta e encaixa, ali, o que recolheu em campo. Ou melhor, recolhe em campo o que cabe ali. De outro lado, esse modelo lhe dá a garantia de que não será responsabilizado por possíveis problemas com alguém que

tenha outra verdade a respeito do mesmo fato e que se sinta especialmente incomodado. E, neste caso, o pré-formatado interessa tanto à empresa de comunicação quanto ao seu contratado para ser o enunciador.

Isso se observa nas 19 reportagens do “Repórter Brasil”, das 21 que foram analisadas. Mesmo no caso “erro” no livro didático, o repórter e o veículo estão respaldados por um senador e ex-ministro da Educação, por uma professora universitária e pela Academia Brasileira de Letras. De maneira que não se possa dizer, objetivamente, a partir da materialidade discursiva, que o “Repórter Brasil” tomou partido, embora todo o enunciado, já a partir da pauta, conduza a isso. O mesmo vai acontecer em todas as reportagens das duas outras coberturas jornalísticas.

Em decorrência desse formato vão surgindo problemas da ordem do conflito e dos apagamentos próprios desse modelo liberal de produção jornalística. Nessas 19 reportagens analisadas, o problema de raiz do discurso está na eleição do conflito que dá a tessitura à narrativa.

Cria-se uma imagem-movimento própria, independente do movimento próprio do fato social, e é a partir dessa imagem maior que se vão construir, referencialmente, a imagem-percepção, a imagem-ação e a imagem-afecção, na ordem como for do interesse no sujeito da enunciação, em função da imagem-síntese buscada, desejada como a verdade “descoberta”, que deve permanecer após a veiculação da reportagem. A primeira (movimento) e a última (síntese) imagens são mais mentais do que referenciais, enquanto as três que constituem o enunciado em si (percepção, ação e afecção) são preponderantemente referenciais. Mas todas vão funcionar harmonicamente de acordo com o potencial próprio das visualidades como signos independentes do discurso textual, embora ambos se complementem ao longo do enunciado.

No caso do Livro Didático há um falso conflito que cria uma imagem-movimento externa ao fato social: o livro não propõe o que é dito na reportagem, como vimos antes e como se pode ver no artigo¹⁰⁸ do músico e professor de teoria

¹⁰⁸ Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16649#jose_miguel.

literária da USP, José Miguel Wisnik, publicado também no jornal O Globo, do dia 21 de maio de 2011. Mas é a partir dessa nova imagem-movimento que a reportagem leva à outra imagem-síntese possível, própria desse discurso jornalístico.

O mesmo vai acontecer na série de reportagens sobre as votações do Código Florestal, em que o conflito eleito ficou entre os deputados e senadores, contra e favor, e não no significado do código para o Brasil, para o desenvolvimento econômico e social do país, para o meio ambiente, para o ecossistema, revelando a importância de proteção das reservas florestais, da mata ciliar, o sentido pedagógico de se multar quem desmatou, etc. – portanto, duas imagens-movimento distintas, que levariam a imagens-síntese diferentes. O mesmo vai acontecer com a cobertura do despejo no Pinheirinho. O conflito ficou estritamente entre os policiais que desalojaram e os moradores desalojados. As reais causas não apareceram em nenhuma das seis reportagens.

Revelou-se, assim, a profissão de fé do “Repórter Brasil” no postulado de um jornalismo que não entra na essência dos problemas, que não vai questionar as causas, mas que se realiza na epiderme do tecido social; um jornalismo de superfície. E ao fazer isso, ao mudar a imagem-movimento, ele opera e se beneficia de apagamentos importantes sempre em benefício da atual estrutura política, econômica, social e cultural.

Na última cobertura – do Pinheirinho – como vimos, há o apagamento da própria história de vida e de luta pela sobrevivência dessas pessoas; há o apagamento do poder judiciário (como Estado), que é apenas citado, mas jamais questionado; e o terceiro é o apagamento do poder econômico. É um apagamento que se dá à sombra da polifonia e das heterogeneidades próprias do discurso jornalístico que, ao selecionar um conflito e omitir outro, deixa transparecer uma heterogeneidade ausente: as histórias de vida dessas 7000 pessoas não são reivindicadas porque, de fato, não fazem sentido ao se discutir o (falso) conflito entre policiais e moradores. Tampouco faz sentido ouvir as vozes daqueles que vivem no campo, que convivem com as questões relativas ao que regula o Código Florestal, porque o conflito é entre deputados e senadores. E nem faria sentido ouvir,

conhecer a história de vida dos milhares de jovens e adultos beneficiados com o tal livro didático, porque o conflito selecionado para as reportagens não os envolve, está restrito ao certo ou errado do livro, ou melhor, aos supostos erros do MEC. Eis a forma de substituir uma imagem-movimento por outra, segundo a imagem-síntese desejada.

7.4 Outro Jornalismo É Possível

O que se depreende, portanto, da análise feita para este trabalho é a falta de um jornalismo comprometido com a sociedade, que assuma o seu lugar de construtor de conhecimento, de estimulador de relações sociais, de facilitador do debate, de lugar de pluralização das verdades, de apontamento das dúvidas para que o próprio cidadão tenha a seu dispor elementos que lhe possibilitem formar juízo próprio de valor, encontrando sua autonomia intelectual, por mais incipiente que seja. Portanto, um jornalismo que opere com os signos relacionais da comunicação social e não com os signos difusionistas próprios do autoritarismo das instituições que determinam os rumos da vida em sociedade.

Cabe destacar, contudo, que esse jornalismo é hegemônico, mas não é absoluto. Há brechas nele que precisam ser ocupadas, como forma de incluir os desafios da cidadania ativa, das novas fontes, das novas lógicas narrativas, dos novos modelos explicativos, das mediações socioculturais, incorporando novas práticas de exercício de poder e de mercado fora dessas práticas dominantes. Isto significa constatar que o problema não se restringe a uma questão de modelo e sim de formação profissional dos que atuam no jornalismo contemporâneo. Afinal, como disse Leal Filho (2012), ninguém proibiu de se fazer um jornalismo diferente na TV Brasil. Ao contrário, ela foi criada com esse objetivo. Tadeu Cocon garante que a decisão do então presidente Luis Inácio Lula da Silva de criar a EBC deu-se quando ele não conseguiu vencer as eleições de 2006 já no primeiro turno.

Quando ele percebeu que foi para o segundo turno ele falou: culpa da televisão. Da televisão, não é da mídia não. Ele tinha certeza que foi a televisão que o impediu de vencer a reeleição já no primeiro turno. Aí ele decidiu: nós precisamos ter uma TV. Ele percebeu que havia um monopólio das ideias no Brasil, produzido pela TV

comercial. Então ele decidiu criar a TV Brasil para oferecer ao país um contraponto que não se tinha (COCON, 2012).

Leal Filho, que integrou o grupo de profissionais que ajudou o então ministro da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, Franklin Martins, a desenhar e criar a EBC, concorda com Cocon, mas enfatiza que o então presidente desejava uma TV independente do próprio governo.

A TV Brasil foi proposta pelo presidente Lula para ser uma TV pública, mas com um cuidado muito grande, porque ele queria uma TV diferente desse modelo comercial que aí está, mas que não fosse uma TV do governo. Isso o Lula sempre teve claro (LEAL FILHO, 2012).

Contudo, não é o que se vê hoje, pelo menos por essa análise feita do “Repórter Brasil”, que revela operar com as mesmas características do modelo comercial hegemônico. No entanto, entender um modelo de jornalismo como hegemônico é diferente de pensá-lo como onipotente e onipresente, completamente perverso e incapaz de mudanças. Invariavelmente, essa postura costuma ser um bom convite ao comodismo profissional e à criação de um *bode expiatório* que esconde a falta de criatividade e de compromisso com a sociedade. Todo modelo de produção comunicacional é uma construção sociopolítica que comporta em si contradições, pluralidades pontuais, diversidades e multiplicidades portadoras de flexibilidades a serem exploradas como brechas importantes no processo de construção social e cultural.

Vale dizer, pois, que se há um modelo hegemônico de fazer jornalismo não há um modo único de fazer jornalismo, basta que os próprios jornalistas se apercebam disso. Muita coisa diferente pode ser feita inclusive nos meios comerciais, como de fato já vem ocorrendo, mas que não foi trazido para esse estudo por fugir a essa finalidade.

Parafraseando o tema do Fórum Social Mundial, é preciso pensar um jornalismo fora da prática profissional viciada, capaz de desacomodar os profissionais e colocar em xeque esse modelo atual de jornalismo. E esse é um papel inerente a uma TV Pública que, para existir, precisa oferecer à própria

sociedade outras pautas, outros conhecimentos, outras elaborações, revelar outros modos de vida em sociedade baseados na cidadania e na solidariedade. Uma televisão que tenha um olhar especial para a sociedade civil, como lugar de construção de novas sociabilidades fora dos ditames da competição mercantil e por poder. Portanto, uma televisão que mantenha uma relação de proximidade com as comunidades, os grupos sociais, étnicos, de classes, as organizações populares e toda forma de vida institucional fora do Estado e do mercado. Um jornalismo que não se resuma a ver notícia em eventos, e que relega os fatos perenes da vida social; mas que busca na própria sociedade suas riquezas socioculturais e políticas, que possibilite o surgimento de uma nova forma de organização política que supere esse Estado liberal, para se chegar a um Estado ampliado, que contemple as diferentes forças constitutivas da sociedade.

Para isso, é preciso pensar o jornalismo como fenômeno construtor de conhecimento, mas a partir da própria condição plural da sociedade, como lugar de narrativas vinculadas exclusivamente a uma e outra esfera social em disputa pela hegemonia na sociedade.

Surge, pois, a urgência de um novo discurso para o jornalístico, feito por narradores livres para criar, para buscar os narrares próprios da vida social, sem as amarras dos formatos que engessam o processo de contação dos fatos sociais. Um jornalismo em que o sujeito da enunciação e o do enunciado estejam claramente explicitados para que o público reconheça quem dialoga com ele. Um jornalismo tão plural quanto plural é a sociedade; que em vez de se alicerçar em fontes qualificadas para as reportagens, se prontifique a qualificar novas fontes de informação para a sociedade.

Enfim, um jornalismo que só uma TV realmente pública tenha a coragem de desenvolvê-lo, correndo todos os riscos das experimentações próprias do processo criativo, única forma de se desenvolver algo realmente novo para uma sociedade que padece de males tão antigos que se expressam por meio das linguagens e por meio delas se eternizam. Uma TV que cumpra o que ela mesma explicita em seu portal, ao descrever o tipo de jornalismo público que se propõe a fazer, mas que está longe de alcançar:

Ousadia, criatividade, objetividade e comprometimento com os fatos são os pilares da nossa missão de bem informar. São elementos que, combinados, fortalecem a credibilidade do jornalismo da TV pública. A TV de todos os brasileiros. Queremos que o Brasil se reconheça no nosso noticiário e que o Repórter Brasil seja reflexo da diversidade social, cultural e étnica do país (EBC, 2012).

Portanto, construir no Brasil uma TV pública, que dê conta de colocar em prática esses pretéritos de complementaridade entre os modelos privado, público e estatal, exige muito mais do que operar mudanças na ordem da institucionalidade do espectro de radiodifusão, é preciso operar mudanças de mentalidade no corpo profissional. Uma TV pública exige um corpo profissional decidido a criar um novo jornalismo, a investir em muita criatividade capaz de abandonar essa narrativa autoritária, de busca da verdade a ser difundida, para buscar todas as verdades a serem explicitadas. Um corpo decidido a buscar informações no tecido social, nos modos de vida da população, nos nexos de solidariedade e cidadania. Um corpo que pise mais nas vielas da periferia do que nos tapetes dos palácios, e não faça isso como algo extemporâneo, mas como hábito cotidiano de procurar ali as informações mais importantes a serem veiculadas.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Inesita Soares de. A reconversão do olhar. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2000
- ARISTÓTELES. Da Alma (De Anima). Tradução de Carlos Humberto Gomes. Lisboa: Edições 70, 2001
- AZEVEDO, Aline Fernandes de; BACCEGA, Maria Aparecida. O discurso hegemônico de Veja e a construção da imagem do pobre. In: Comunicação & Educação • Ano XII • Número 1 • jan/abr 2007. P. 97–103
- BACCEGA, Maria Aparecida. Comunicação e linguagem: discursos e ciência. São Paulo: Moderna, 1998
- _____. Palavra e discurso – História e literatura. 2ª Ed. São Paulo: Ática, 2007
- BACHELARD, Gaston. A epistemologia, Rio de Janeiro: Zahar, 1977
- _____. A epistemologia. Lisboa: Ed. 70. 1981
- BAUMAN, Stgmunt. Tempos Líquidos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007
- BAKHTIN, Mikhail. Marxismo e Filosofia da Linguagem. 11ª ed. São Paulo: Hucitec, 2004
- _____. A cultura popular na Idade Média e no Renascimento – O contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec, Brasília: Editora UnB, 1993
- BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987
- _____. Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil. São Paulo: Paz e Terra, 1999
- BONIN, Jiani Adriana. Nos bastidores da pesquisa: a instância metodológica experienciada nos fazeres e nas processualidades de construção de um projeto. In: Metodologias de Pesquisa em Comunicação – Olhares, Trilhas e Processos. Porto Alegre: Sulina, 2006
- BOSI, Eclea. Entre a opinião e o estereótipo. In: O tempo vivo da memória. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003
- BOURDIEU, Pierre. Sobre a televisão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997
- BRAGA, Ruy. O pêndulo de Marx: Sociologias públicas e engajamento social. In: Utopía y Praxis Latinoamericana / Año 16. Nº 52 / Enero-Marzo, 2011. Pp. 55 – 80
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; GRAU, Nuria Cunill. Entre o Estado e o Mercado: O Público Não-Estatal. In Bresser-Pereira, L.C. e Nuria Cunill Grau, orgs., *O Público Não-Estatal na Reforma do Estado*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999: 15-48
- BUCCI, Eugênio. TV Brasil: pública, estatal ou governamental? São Paulo: O Estado de S.Paulo: 22 de setembro de 2011
- CAMPILONGO, Celso Fernandes. Representação Política. São Paulo: Ática, 1988

- CARVALHO, Mariana Martins de. Análise comparativa da diferenciação entre público, privado e estatal na regulamentação da comunicação, saúde e educação no Brasil. ALAIC 2010. Anais do Congresso. http://www.alaic.net/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=111:ponencias-do-congresso-alaic-2010&catid=2:boletins-fase-3&Itemid=18#gt5
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Althusser, los estudios culturales y el concepto de ideología. Revista Iberoamericana. Vol. LXVI, N. 193, Octubre-Diciembre, 2000, 737-751
- CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- CHARAUDEAU, Patrick. MAINGUENEAU, Dominique. Dicionário de Análise do Discurso. Tradução Fabiana Komesu (et al.) São Paulo: Contexto, 2004
- CHAUÍ, Marilena. Cultura e Democracia. São Paulo: Moderna, 1984
- COCON, Tadeu. Entrevista para esta pesquisa - Apêndice C. 2012
- CORTINA, Adela. Ciudadanos del Mundo – hacia una teoría de la ciudadanía. Madrid (Espanha): Alianza Editorial, 1997
- _____. Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania. São Paulo: Loyola, 2005
- CURRAN, James; SEATON, Jean; FERNANDES, Maria Lourdes. Imprensa, rádio e televisão: poder sem responsabilidades. Lisboa: Instituto Piaget, 2001
- DA-RIN, Silvio P. Espelho partido – Tradição e transformação do documentário cinematográfico. Dissertação de mestrado em Comunicação e Cultura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1995
- DAGNINO, Evelina. 1994. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: Dagnino, Evelina (org.). Anos 90 - Política e Sociedade no Brasil. São Paulo, Ed. Brasiliense
- _____. Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002
- DAVIES, Nicholas. O público, o privado e o estatal no pensamento educacional brasileiro. Rio de Janeiro: Revista *Movimento*, UFF, n. 8, 2003
- DELEUZE, Gilles. A imagem-tempo (Cinema 2). São Paulo: Brasiliense, 1990
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia, vol.2. São Paulo: Editora 34, 1997
- DESCARTES. *Discurso do método*. In: Os Pensadores. Tradução de Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova cultural, 1999
- FERNANDES, Cleudemar. Análise do Discurso: reflexões introdutórias. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005
- FERNANDES, Márcio. *Civic Journalism: há um modelo brasileiro?* Guarapuava, PR: Unicentro, 2008
- FEYERABEND, Paul. Contra o método. São Paulo: Editora UNESP, 2007

- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir / Nascimento da prisão*. 9ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991
- _____. *A arqueologia do Saber*. ed.7º. Tradução Luiz Felipe Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005
- FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*. 45ª ed. São Paulo: Cortez, 2003
- FURTADO, Celso. *Economia / Organizador Francisco de Oliveira*. São Paulo: Ática, 1983
- GARCÍA BLANCO, Ángela. *La exposición: un medio de comunicación*. Madrid: Ediciones Akal. 1999
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Consumidores e cidadãos – conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995
- _____. *Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 1998
- _____. *Noticias recientes sobre la hibridación*. Trans – Revista Transcultural de Música. Espanha, 2003. <http://www.sibetrans.com/trans/a209/noticias-recientes-sobre-la-hibridacion>
- GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais. Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997
- GOMES, Mayra Rodrigues. *Jornalismo e ciências da linguagem*. São Paulo: Edusp e Hacker, 2000
- GOMES, Pedro Gilberto. *A comunicação cristã em tempo de repressão: a história da UCBC de 1970 a 1983*. São Leopoldo: Unisinos, 1995
- _____. *Fenomenologia da midiatização*. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2009
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere – V 6*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999
- GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. Michel Pêcheux e a história epistemológica da lingüística. In: FONSECA-SILVA, M. C.; SANTOS, E. (Orgs.). *Estudos da língua(gem)*. Vitória da Conquista: Edições Uesb – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, n. 1, jun. 2005
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999
- _____. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte / Brasília: Editora UFMG/UNESCO, 2003
- HENN, Ronaldo Cesar. *Os fluxos da notícia - uma semiose sistêmica*. São Leopoldo: Unisinos, 2003
- HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995
- INTERVOZES – Coletivo Brasil de Comunicação Social. *Sistemas públicos de comunicação no mundo*. São Paulo: Paulus, 2009
- KOWARICK, Lúcio. 1988. *As lutas sociais e a cidade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra

- LAGE, Nilson. Linguagem jornalística. 5ª Ed. São Paulo: Ática, 1997
- LACLAU, E. 1990. *New Reflections on the Resolution of our Time*. Londres: Verso.
Apud: HALL, Stuart. 1999. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999
- LEAL FILHO, Laurindo Lalo. Entrevista para esta pesquisa - Apêndice B. 2012
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Introduction à M. Mauss, Sociologie ET Anthropologie*. Paris: PUF, 1966
- LIMA, Venício Artur de. *Regulação das comunicações – História, poder e direitos*. São Paulo: Paulus, 2011
- LIPOVETSKY, Gilles. *El crepúsculo del deber*. Barcelona, España: Anagrama, 1994
- MACHADO, Arlindo. *A Televisão levada a sério*. 4ª Ed. São Paulo: Editora Senac, 2005
- MACCIOCCHI, Maria-Antonietta. *A favor de Gramsci*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976
- MAFFESOLI, Michel. *No fundo das aparências*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- _____. *O tribalismo*. In: MAFFESOLI, Michel. *O Temor das Tribos. O declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p. 101-142
- MAGNANI, José Guilherme. *Quando o campo é a cidade. Fazendo antropologia na metrópole*. In: MAGNANI, José Guilherme; TORRES, Lílian de Lucca (orgs). *Na metrópole. Textos de antropologia urbana*. São Paulo: EDUSP, FAPESP, 2000, p. 12-53
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. 3ª ed. Campinas, SP: Pontes, 1997
- MALDONADO, Alberto Efendy. *Práxis teórico/metodológica na pesquisa em comunicação: fundamentos, trilhas e saberes*. In: *Metodologias de Pesquisa em Comunicação – Olhares, Trilhas e Processos*. Porto Alegre, RS: Sulina, 2006
- _____. *A perspectiva transmetodológica na conjuntura de mudança civilizadora em inícios do século XXI*. In: Alberto Efendy Maldonado, Jiani Adriana Bonin, Nísia Martins do Rosário (Orgs.). *Perspectivas metodológicas em comunicação: desafios na prática investigativa*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008
- _____. *Transmetodología de la investigación teórica en comunicación/Análisis de la vertiente Verón en América Latina*. 1. ed. Quito: Quipus CIESPAL, 2009
- MACCIOCCHI, Maria-Antonietta. *A favor de Gramsci*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976
- MARTIN-BARBERO, Jesús. *América Latina e os anos recentes: o estudo da recepção em comunicação social*. In: Sousa, Mauro Wilton (org.). *Sujeito, o lado oculto do receptor*. São Paulo: Brasiliense, 1995

- _____. Tecnicidades, identidades, alteridades: des-ubicaciones y opacidades de la comunicación en el nuevo siglo. México: Revista Diálogos de la Comunicación, 2002a, nº 64
- _____. Televisão Pública, televisão cultural: entre a renovação e a invenção. In: Televisão Pública: do consumidor ao cidadão. São Paulo: FES/ILDES, 2002b
- _____. Itinerários da investigação. In: Ofício de cartógrafo: travessias latino-americanas da comunicação na cultura. São Paulo: Loyola, 2004. p. 209-256
- MARTINO, Luiz C. As epistemologias contemporâneas e o lugar da comunicação. In: LOPES, Maria I. Vassallo de. Epistemologia da comunicação. São Paulo: Loyola, 2003
- MARX, Karl. Contribuição à crítica da Economia Política. 5ª ed. Lisboa: Estampa, 1977
- MATTELART, Armand. Comunicação-mundo. Petrópolis: Vozes, 1997
- _____. Um mundo vigiado: Paidós, 2009
- MATTELART, Armand e Michele. Pensar as mídias. São Paulo: Loyola, 2004
- MCLUHAN, Marshall. A galáxia de Gutenberg. São Paulo: Editora Nacional, 1977
- MEDINA, Cremilda. Povo e personagem. Canoas: ULBRA, 1996
- _____. A arte de tecer o presente – Narrativa e cotidiano. São Paulo: Summus, 2003
- _____. Ciência e Jornalismo – Da herança positivista ao diálogo dos afetos. São Paulo: Summus, 2008
- MELUCCI, Alberto. Movimentos sociais, inovação cultural e o papel do conhecimento”, in Novos Estudos. Cebrap, n. 40. São Paulo, 1994
- _____. Challenging Codes. Cambridge, Cambridge Un. Press, 1996. In: GOHN, Maria da Glória. Teorias dos Movimentos Sociais. São Paulo: Loyola, 1997
- MILL, John Stuart. A Liberdade / Utilitarismo. São Paulo: Martins Fontes, 2000
- MONETA, Adriano K. Segredos de Rua: a vida real do repórter de televisão. Campinas, SP/Puccamp, 1996. (Monografia de conclusão do curso de Jornalismo)
- MONTEIRO, Paula. Cultura e democracia no processo de globalização. In: Revista Novos Estudos Nº 44, Cebrap, São Paulo, 1996
- MONTERO, Teresa Otondo. Televisão Pública na América Latina: para quê e para quem? 2008. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) - Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina / USP
- MORAES, Dênis de. A batalha da mídia – Governos progressistas e políticas de comunicação na América Latina e outros ensaios. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2009

- MORIN, Edgar. O método, vol 3, O conhecimento do conhecimento. Lisboa: Europa-América, 1986
- MOSCO, Vicent. Do mito do ciberespaço à economia política da comunicação digital. In: SOUSA, Helena (Org.). Comunicação, economia e poder. Porto: Porto, 2006, p. 61-77
- NEVES, Florentina das Neves. Telejornalismo e Poder nas Eleições Presidenciais 2002 e 2006. São Paulo: Summus, 2008
- NIETZSCHE, Friedrich. *A gaia ciência*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Interpretação: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996
- PARENTE, André. O virtual e o hipertextual. Rio de Janeiro: Pazulin, 1999
- PATERNOSTRO, Vera Íris. O texto na TV. Rio de Janeiro: Campus, 1999
- PEIRCE, Charles S. A fixação da crença. Disponível em:
<http://www.lusosofia.net/textos>. 1997
- PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Comunicação nos Movimentos Populares. Petrópolis: Vozes, 1998
- POPPER, Karl R. Conhecimento objetivo. São Paulo: Edusp, 1975
- QUÉRÉ, Louis. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. Revista Trajectos Lisboa, n. 6, p. 59-76, 2005
- RESENDE, Fernando. O Jornalismo e a enunciação: perspectivas para um narrador-jornalista. In: LEMOS, André; BERGER, Christa; BARBOSA, Marialva (Orgs.) Narrativas midiáticas contemporâneas. Porto Alegre: Sulina, 2006
- _____. O discurso jornalístico contemporâneo: entre o velamento e a produção das diferenças. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 14, p. 81-93, dez. 2007
- _____. O Jornalismo e suas Narrativas: as Brechas do Discurso e as Possibilidades do Encontro. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 18, p.31-43, dez. 2009
- RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro - O Sentido e a Formação do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995
- RINCÓN, Omar (org.). Televisão pública: do consumidor ao cidadão. Quito, Equador: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2000
- _____. Televisão é para expressão e reconhecimento. Entrevista a Ana Rita Marini. *Mídia Com Democracia – Revista do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação*, nº 4, Brasília, novembro de 2006
- SADER, Eder. Quando novos personagens entram em cena. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988

- SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências. São Paulo: Cortez, 1988
- _____. El milênio Huérfano / Ensayos para una nueva cultura política. Madrid: Ed. Trotta, 2005
- SCHERER-WARREN, Ilse. Cidadania sem fronteiras. São Paulo: Hucitec, 1999
- SIMIONATTO, Ivete. Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1995
- SODRÉ, Muniz. A máquina de narciso – Televisão, indivíduo e poder no Brasil. São Paulo: Cortez, 1994
- _____. A narração do fato – Notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis: Vozes, 2009
- SOROS, George. A crise do capitalismo global: os perigos da sociedade globalizada - Uma visão crítica do mercado financeiro internacional. Rio de Janeiro: Campus, 2001
- SOUZA, Tania Clemente de. Discurso e imagem: perspectivas de análise do não verbal. In: Ciberlegenda, Número 1, 1998
<http://www.uff.br/mestcii/tania1.htm>. Acesso em 28 de julho de 2011
- TOURAINÉ, Alain. Crítica da Modernidade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995
- TOURAINÉ, Alain. Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes. Trad. Jaime A. Classen e Ephraim F. Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998
- TRAQUINA, Nelson. Teorias do Jornalismo - Porque as Notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2004
- VASCONCELLOS, Jorge. Deleuze e o Cinema. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna, 2006
- VERÓN, Eliseo. Esquema para el análisis de la mediatización. Diálogos de la comunicación. Lima, n. 48, p. 9-17, oct. 1997
- _____. Ideologia, estrutura e comunicação. 2ª ed. São Paulo: Cultrix, 1977
- _____. A produção de sentido. São Paulo: Cultrix-Edusp, 1981
- VIEIRA, Liszt. Cidadania e globalização. Rio de Janeiro: Record, 1997
- VIEIRA, Sofia Lerche. O Público, o Privado e o Comunitário na Educação. *Educação & Sociedade*, n. 27, 1987
- WOLF, Mauro. Teorias da Comunicação. Lisboa: Presença, 1995
- WOLTON, Dominique. El espacio público. In: Sobre la comunicación: una reflexión sobre sus luces y sus sombras. Madrid: Acneto, 1999, p. 164-175

APÊNDICE A – Uma semana de Repórter Brasil

Observações sobre as citações referentes ao *Lugar Social* da reportagem:

1. A citação das três esferas sociais (Estado, mercado e sociedade civil) obedece à ordem de preponderância protagônica de cada uma delas.

2. Índice valorativo: P = Positivo, N = Negativo, I = Indiferente

Emissora: TV BRASIL		Programa: REPÓRTER BRASIL - Edição da noite		DATA: 30/05/11 - segunda-feira
Nº	GÊNERO	TEMA	LUGAR SOCIAL	TEMPO
01	Reportagem	Presos suspeitos de manter trabalhadores em regime de escravidão	Estado / polícia – P Sociedade civil / indivíduos-N	2'45"
02	Reportagem	Recursos para o INCRA e combate aos crimes agrários na Amazônia	Estado / executivo – P	2'40"
03	Reportagem	Tragédia em Realengo. Pais cobram soluções do governo municipal	Estado - N Soc. Civil – P	1'56"
04	Reportagem	Polícia recebem dezenas de trotes por dia	Estado / polícia – P Soc. Civil / indivíduos – N	2'21"
05	Reportagem	Procon e associação de consumidores fazem campanha para diminuir assinatura telefone fixo	Estado / executivo – P Soc. Civil – P Mercado – N	2'21"
06	NC	Bactéria em alimentos mata pessoas na Alemanha	Internacional	1'34"
07	NC	Tromba d'água na Austrália	Internacional	37"
08	Reportagem	Ressaca nas praias do Rio de Janeiro	Meio ambiente	1'47"
09	NC	Aumentam emissões de gás carbônico no mundo	Internacional	1'15"
10	Reportagem	Controle da poluição do ar, o problema das motos	Estado / executivo - P Mercado – N Soc. civil / indivíduos - I	2'04"
11	NC	Alemanha decide investir em novas alternativas de energia, abandonando a na energia nuclear	Internacional	1'40"
12	Entrevista	Professor universitário fala da decisão da Alemanha de abandonar a energia nuclear	Soc. civil / universidade	4'00"
13	NP	Aumento de juros do Banco Central e repercussão na economia	Estado / executivo	42"
14	NC	Pesquisa sobre a percepção do brasileiro sobre a economia	Estado / executivo	26"
15	Reportagem	Banco Central estuda ampliar rede para fazer câmbio durante a copa do mundo	Estado / executivo - P Mercado – P	2'14"
16	NC	Candidatos à direção do FMI visitam o governo brasileiro	Estado / executivo	1'35"
17	NP	OAB pede afastamento de Ministro Palocci	Soc. civil	42"
18	Reportagem	Brasil e Uruguai anunciam parceria e integração	Estado / executivo – P Mercado – P	1'13"
19	NC	Brasil e Japão anunciam parceria	Estado / executivo Mercado	1'45"
20	NC	Resgate de corpos da queda do avião da Air France	Internacional	30"
21	NC	Eleições no Peru	Internacional	1'56"
22	Reportagem	Festival de Ópera no Amazonas	Cultura / arte	1'31"
23	Reportagem	Inicia obras do <i>Fielzão</i> , estádio do Corinthians	Estado / executivo – P Mercado - P	2'18"
24	NP	Fifa amplia janelas para contratar jogadores	Mercado	32"
25	NC	Crise na Fifa	Poder econômico	54"
26	Reportagem	Seminário discute como tornar o Brasil uma potência olímpica	Estado / executivo – P Mercado - P	2'03"
27	Reportagem	Dois irmãos paranaenses tornam-se vencedores do Jiu Jitsu	Esporte	2'11"
28	Reportagem	Militares brasileiros preocupados com terrorismo no Brasil	Estado / exército - P	2'14"

Emissora: TV BRASIL		Programa: REPÓRTER BRASIL - Edição da noite		DATA: 31/05/11 - terça-feira
Nº	GÊNERO	TEMA	LUGAR SOCIAL	TEMPO
01	Link / reportagem	Governo decide privatizar três aeroportos brasileiros e apresenta o PAC da Copa do Mundo	Estado - I	3'50"

02	Reportagem	Novas regras para o cartão de crédito	Estado - P Mercado - N	2'27"
03	NP	Banco do Brasil vence Bradesco para operar no âmbito dos Correios	Estado	33"
04	Reportagem	Direito de rescindir contrato da casa própria	Estado - P Mercado - N Soc. Civil / individual - N	2'12"
05	Reportagem	Salão de moda "Rio à Porter" acontece no Rio	Mercado - P	2'02"
06	NC	Surto de Ecolé na Europa	Internacional	1'39"
07	NP	Anvisa alerta para o perigo da doença (Ecolé) chegar ao Brasil	Estado	22"
08	Reportagem	Líderes internacionais discutem como mudar poluição global, efeito estufa	Estado - P	2'25"
09	Reportagem	Construção da refinaria Abreu e Lima	Estado - P	2'05"
10	Reportagem	Engenheiros inventam sensores de voo	Estado - P Soc. Civil / academia - P	2'12"
11	Reportagem	Pesquisa indica problemas em escolas de SP	Estado - N Soc. Civil / individual - N	2'17"
12	NC	Aumenta assaltos a caixas eletrônicos em SP	Estado Mercado	42"
13	Reportagem	Governo não tem condições de evitar violência no campo no Pará	Estado - N Soc. Civil - P	2'48"
14	NC	Estudo do IPEA indica descrédito da população na Justiça	Estado / Justiça	1'14"
15	NP	Senado indica relator do projeto do Código Florestal	Estado / legislativo	16"
16	Reportagem	Sarney decide colar painel sobre Impeachment de Collor na exposição no Senado	Estado / legislativo - N	2'15"
17	NP	Senado discute mudança de fuso horário no Acre	Estado / legislativo	18"
18	NP	Senado aprova plebiscito para divisão do Pará	Estado / legislativo	16"
19	Reportagem	Dia Mundial sem Tabaco	Estado - P Mercado - N	2'20"
20	Reportagem	Manifestações em torno do Dia Mundial sem Tabaco	Estado - P Soc. Civil - P	1'43"
21	Reportagem	Leis para regularizar uso do tabaco	Estado - P	2'26"
22	Entrevista	Psicóloga fala sobre dependência do tabaco	Soc. Civil / individual	4'13"
23	NC	Iêmen se aproxima de guerra civil	Internacional	1'37"
24	NC	General Bósnio no Tribunal Internacional	Internacional	1'02"
25	NC	Clima de tensão marca eleição na FIFA	Mercado Internacional	48"
26	Reportagem	Jogos mundiais militares	Estado / exército - P	1'30"
27	Reportagem	Berçário Tartarugas do Delta	Estado - P Soc. Civil - P	1'32"

Emissora: TV BRASIL		Programa: REPÓRTER BRASIL - Edição da noite	DATA: 01/06/11 - quarta-feira	
Nº	GÊNERO	TEMA	LUGAR SOCIAL	TEMPO
01	Reportagem	Dispositivo de segurança deixa manchas nas notas após roubo a caixas eletrônicas	Estado - P Mercado - I Soc. Civil / individual - N	2'02"
02	NP	Associações supermercados pede orientação à Febraban	Mercado	35"
03	Reportagem	Greve no transporte coletivo de São Paulo	Soc. Civil - I Mercado - I	2'23"
04	Reportagem	Mais um bueiro explode no Rio de Janeiro	Estado - N	2'09"
05	Reportagem	Ibama autoriza construção da hidrelétrica de Belo Monte	Estado - P Soc. Civil - I	2'44"
06	Reportagem	IBGE revela: mais de 2,6 bilhões de árvores já foram derrubadas	Estado - N	1'52"
07	Reportagem	Conferência reúne prefeitos das 40 maiores cidades do mundo	Estado / internacional - P	2'02"
08	NP	Italianos vão decidir em plebiscito o futuro da energia nuclear no país	Internacional	38"
09	Reportagem	Projeto da Defensoria Pública ajuda	Estado - P	1'37"

		mulheres em cárcere		
10	Reportagem	Operação prende policiais que recebiam propina no RJ	Estado / polícia - P	1'11"
11	Reportagem	Projetos tentam permitir biografias não-autorizadas	Mercado – P Estado - P	2'20"
12	Reportagem	Ministério da Cultura discute direito autoral	Estado – P Soc. Civil / individual - N	2'52"
13	NP	Quebrar sigilo de investigações pode virar crime / lei da mordaza	Estado / legislativo	27"
14	Reportagem	Exame antidrogas com funcionários de Cia. aéreas	Estado – P Mercado - I	1'33"
15	Reportagem	Série sobre a questão manicomial no Brasil	Estado – I Soc. Civil - P	3'10"
16	Reportagem	Manobra na Câmara convoca Palocci a depor sobre enriquecimento	Estado - N	2'30"
17	NP	Projeto no Senado revê eleição de suplente de senador	Estado / legislativo	27"
18	Reportagem	Evangélicos se manifestam contra projeto de lei de criminalização da homofobia	Soc. Civil - I	1'35"
19	Reportagem	Orientações a homossexuais no Maranhão	Estado – P Soc. Civil - I	1'38"
20	NC	FGV – IPC registra aumento	Estado	37"
21	Reportagem	Feira brasileira do aço	Mercado - P	1'45"
22	NP	STF considera inconstitucional guerra fiscal entre Estados	Estado / Executivo Estado / judiciário	29"
23	NC	Candidato do FMI visita o governo brasileiro	Estado	50"
24	NC	OEA readmite Honduras	Internacional	57"
25	NC	Centenas de novos casos de Ebole na Europa	Internacional	1'20"
26	NC	Senadores do PMDB querem prazo maior para discutir novo Código Florestal	Estado / Legislativo Estado / Executivo	50"
27	NC	Programa 3 a 1 discute mortes de lideranças rurais no Pará	Institucional Soc. Civil	55"
28	NC	Ministro deserda do governo Líbio / Primavera árabe	Internacional	2'15"
29	NC	Ônibus espacial <i>Endeavour</i> aterrissa na Flórida	Internacional	1'30"
30	NC	Blatter é eleito presidente da FIFA	Internacional	50"
31	Reportagem	Jogos militares no Rio de Janeiro	Estado / militar	2'26"

Emissora: TV BRASIL		Programa: REPÓRTER BRASIL – Edição da noite		DATA: 02/06/11 - quinta-feira
Nº	GÊNERO	TEMA	LUGAR SOCIAL	TEMPO
01	Reportagem	Greve no transporte coletivo de São Paulo	Soc. Civil – N Mercado – I	1'59"
02	Link (ao vivo)	Greve no transporte coletivo de São Paulo	Mercado Soc. Civil	1'07"
03	Reportagem	MEC cancela cursos de direito	Estado / executivo - P Mercado – N	1'59"
04	NC	OMS diz que bactéria que já matou 17 é "nova variação" do Ebola	Internacional	1'00"
05	NP	Protestos agricultores espanhol contra Alemanha	Internacional	36"
06	NP	STF decide sobre processos de exames de DNA para reconhecer paternidade	Pode Judiciário	39"
07	NC	UTI infantil é interditada após 11 mortes	Estado	44"
08	Reportagem	Governo lança Brasil Sem Miséria	Estado / executivo – P	2'30"
09	Entrevista	Marcelo Néri – Economista FGV	Estado Executivo Soc. Civil	4'04"
10	NP	Quadrilha que adultera combustível é presa	Policia	22"
11	Reportagem	Alagoas tem o pior serviço de coleta de lixo do Brasil	Estado / executivo - N	1'39"
12	Documentário	Outro Olhar - mudanças climáticas	Soc. civil	2'12"
13	Reportagem	ONG organiza exposição para construir casas	Soc. civil - P	2'19"
14	Reportagem	Falta de lar para crianças em abrigos transforma realidade / inadotáveis	Soc. civil – P	2'10"
15	Reportagem	Dilma anuncia medidas para conter violência no Norte	Estado / executivo - P	2'12"

16	NC	Naufrágio no Mediterrâneo	Internacional	55"
17	NC	Bolívia expulsa embaixador iraniano	Internacional	58"
18	NC	Peru se prepara para o 2º turno das eleições presidenciais	Internacional	1'29"
19	Enquetes	Conhecer a faculdade que vai entrar		23"
20	Reportagem	Audiência com Palocci será amanhã	Estado / legislativo – P Estado / executivo - N	2'18"
21	NP	STF nega pedido de Jader Barbalho contra ficha limpa	Poder Judiciário	22"
22	NC	Brasil e Argentina fecham acordo comercial	Estado / executivo Internacional	1'46"
23	Reportagem	Rússia suspende importação de carne bovina	Mercado - P Estado / executivo - I	2'07"
24	Reportagem	RJ decide que menores viciados serão internados	Estado / executivo - P Estado / judiciário - P	2'04"
25	Reportagem	Especial psiquiatria – Famílias (parte 2)	Estado - I Soc. Civil - P	3'19"
26	Enquete	Referência para o mercado de trabalho		
27	NP	Famílias de baixa renda podem ter fone fixo	Estado / executivo	32"
28	NP	Merval Pereira entra para a galeria dos imortais	Soc. Civil / individual	13"
29	NC	Tempestade de areia no Iraque	Internacional	43"
30	Reportagem	Brasil no centro mundial do esporte	Estado / executivo – P	2'16"
31	Reportagem	Uma promessa nos jogos mundiais militares	Esporte	1'43"
32	NC	Vasco x Coritiba	Esporte	1'07"
33	NC	Santos no final da Taça Libertadores	Esporte	43"

Emissora: TV BRASIL		Programa: REPÓRTER BRASIL - Edição da noite		DATA: 03/06/11 - sexta-feira	
Nº	GÊNERO	TEMA	LUGAR SOCIAL	TEMPO	
01	Reportagem	Candidatos se ofendem durante 2º turno no Peru	Internacional	1'45"	
02	Reportagem	Economia brasileira mostra expansão em 2011	Mercado – P Estado - I	1'30"	
03	Reportagem	Dia Mundial do Meio Ambiente movimenta São Paulo	Mercado - P Soc. Civil - P	2'14"	
04	Reportagem	Marcha da Maconha vira "ato pela liberdade" em Brasília	Estado / Polícia - I Soc. Civil - P	1'54"	
05	Ent. estúdio	Entrevista - Luiz Alberto Chaves de Oliveira – Dependência química	Estado / executivo	2'11"	
06	NC	Bactéria mortal se espalha pela Europa	Internacional	2'26"	
07	Reportagem	Sindicalistas pedem fim da violência no campo	Soc. Civil - P	2'22"	
08	Reportagem	Super Agro traz novidades da agricultura e pecuária	Mercado - P	2'08"	
09	NP	Chile investigará morte de Pablo Neruda	Internacional	41"	
		Planos de saúde podem oferecer descontos para "saudáveis"	Estado Mercado	2'23"	
10	NC	Pilotos argentinos serão julgados por "voos da morte"	Internacional	1'20"	
11	Reportagem	Ajustes no governo contribuem para aumento no PIB	Mercado – P Estado / executivo - P	1'41"	
12	Ent. estúdio	Entrevista - Luiz Alberto Chaves de Oliveira – Discriminação maconha	Soc. Civil	2'12"	
13	NC	Morre Jacob Kevorkian, o "Doutor Morte"	Internacional	1'08"	
14	NC	Protesto de bombeiros termina em confusão no RJ	Estado / executivo Soc. Civil	36"	
15	Reportagem	Dilma promete mais 2 milhões de casas	Estado / executivo - P	1'48"	
16	Reportagem	Operação recolhe viciados em crack no RJ	Estado / executivo - P	2'06"	
17	Reportagem especial	Especial psiquiatria - Tratamento com arte (parte 3)	Estado - I Soc. Civil - P	2'49"	
18	Reportagem	Cilindro de GNV explode e deixa 6 feridos	Mercado	1'58"	
19	NP	Palocci tenta justificar enriquecimento	Estado / executivo	1'09"	
20	Reportagem	Educação física evolui nas escolas	Educação	2'22"	
21	Reportagem	Exposição inspirada no mercado "Ver o Peso" do Pará	Cultura	1'52"	
22	NP	CEF prorroga validade de concursos de 2010	Estado / executivo	30"	

23	Link	IBGE divulga hoje o resultado do PIB do trimestre	Estado / executivo Mercado	54"
24	Reportagem	Governo lança programa "Brasil sem Miséria"	Estado / executivo - P	2'23"
25	Reportagem	Mais um trabalhador rural é assassinado no Pará	Estado - N	2'18"
26	Reportagem	No Rio, menores viciados em crack serão internados	Estado / executivo - P	2'00"
27	Reportagem	Reduto sambista mantém tradição no RJ	Soc. Civil - P Estado - P	2'05"
28	NP	MDA emite nota sobre presença de parasitas na carne brasileira	Mercado Estado	17"
29	NP	Telefone fixo para Família de Baixa Renda	Estado / executivo - P	26"
30	Reportagem	Fabiola Molina, craque nas piscinas jogos mundiais militares	Esporte	1'18"
31	NP	Santos disputa final da Libertadores com Peñarol	Esporte	34"
32	NC	Rússia suspende importação da Carne Brasileira	Estado Mercado	1'33"
33	NP	STF reabre caso de investigação de paternidade	Judiciário	38"

Emissora: TV BRASIL		Programa: REPÓRTER BRASIL - Edição da noite	DATA: 04/06/11 - sábado	
Nº	GÊNERO	TEMA	LUGAR SOCIAL	TEMPO
01	Reportagem	Protesto dos bombeiros termina em prisões	Estado / executivo - N Soc. Civil - P e N	3'30"
02	Reportagem	Declarações de Palocci divide opiniões	Estado / executivo - N Estado / legislativo - P	2'12"
03	NC	Expectativa no Peru para as eleições presidenciais	Internacional	1'53"
04	NC	Portugal também escolhe o comandante do país	Internacional	1'06"
05	Reportagem	Jovens lideram o ranking do desemprego no Brasil e ONG/empresa ajuda a resolver o problema	Mercado - P Soc. Civil - P	2'13"
06	Reportagem	Marcha evangélica protesta contra projeto de lei da homofobia	Soc. Civil - P e N Estado / legislativo - P	2'00"
07	NC	OTAN ataca Líbia / primavera árabe	Internacional	1'22"
08	NC	Avião mata sucessor de Bin Laden	Internacional	33"
09	Reportagem	Virada sustentável na semana do meio ambiente	Estado / executivo - P Mercado - P Soc. Civil - P	2'16"
10	Reportagem	Troféu Brasil de Ginástica Artística	Esporte	1'56"
11	NP	Brasil x Holanda	Esporte	19"
12	Reportagem	Pantanal terá o maior aquário de água doce do mundo	Estado / executivo - P	1'55"

APÊNDICE B – Entrevista com o ex-ouvidor

Laurindo Lalo Leal Filho

Primeiro Ouvidor da TV Brasil - Outubro de 2008 a outubro de 2011

Entrevista a Elson Faxina, realizada no dia 15 de fevereiro de 2012

Como nasce a TV Brasil

A TV Brasil foi proposta pelo presidente Lula para ser uma TV pública, mas com um cuidado muito grande, porque ele queria uma TV diferente desse modelo comercial que aí está, mas que não fosse uma TV do governo. Isso o Lula sempre teve claro.

Eu fiquei uns seis meses na sala do Franklin Martins para ajudar a pensar televisão. Eu to falando isso como resultado da sensibilidade daquele grupo. Portanto, não posso dizer isso literalmente porque ninguém me falou isso. É uma percepção minha do que eu via ali: vamos ter uma televisão que seja alternativa a essa hegemônica, que mostra uma outra verdade, mas que não seja uma TV do governo, nem estatal. Esse foi o desafio.

Houve algum modelo como parâmetro

Não há como fazer uma reprodução de um modelo internacional, mas acho que ela pode incorporar vários aspectos positivos que já deram certo, já se mostraram eficientes em várias TVs públicas do mundo, e a BBC é uma delas.

Dois grandes questões de uma TV pública são o financiamento e gestão, como se opera o financiamento e como se opera a gestão. Na questão do financiamento o modelo europeu, que prevê uma taxa paga pelos telespectadores, é interessante. No caso da BBC é a única forma de financiamento; as outras se compõem com outras fontes, como na França, por exemplo.

Eu acho que essa única forma de financiamento, que é ideal por garantir independência. Mas no Brasil ela tem muitas dificuldades de ser aplicada, dificuldade cultural e mesmo concreta pelo nível de renda da população. Então, é necessária a busca e outras fontes.

Qualquer fonte que você busque acaba, de alguma maneira, determinando um compromisso com essa fonte. Qualquer fonte que você escolher acaba se comprometendo com ela, seja ela o Estado, a publicidade. Então para você garantir que a fonte de financiamento não implique nalgum tipo de controle, algum tipo de interferência na gestão; é fundamental que esta fonte não interfira e que essa gestão seja a mais democrática possível, sem a participação das fontes de financiamentos. É aí que a coisa pega, porque o Estado quando financia quer mandar, qualquer um que financia quer mandar, seja ele o Estado ou as empresas por meio da publicidade.

Para você garantir que a fonte de financiamento não implique nalgum tipo de controle, algum tipo de interferência, é fundamental que essa fonte não interfira na gestão, que deve ser a mais democrática possível, sem a participação das fontes de financiamentos.

Então eu acho que no caso da EBC ela acabou operando nesses quatro anos quase que na base do ensaio e erro. Então, buscou algumas referências externas, mas manteve os pés muito firme na realidade brasileira e na perspectiva também de governo. Eu não diria que é uma participação absoluta, mas em algum momento preponderante. Não no conteúdo, mas na gestão. Acho que essa é a sua especificidade. Então acho que ela operou nesses quatro anos basicamente com receitas do Tesouro. Embora tenha entrado algum dinheiro de serviço, mas é um serviço também feito para a União, para outros ministérios, MEC, Saúde, etc. Então, o dinheiro é da União, que já diferencia das emissoras públicas e aproxima muito das emissoras estatais.

Houve uma mudança de gestão agora no final do ano. Os primeiros movimentos que eu tenho percebido é de uma tentativa de gradativamente a EBC ir se tornando menos dependente desses orçamentos. Por exemplo, com a busca de recursos do FUST, que as telefônicas depositam na Justiça. Na EBC se faz um esforço no sentido de conseguir essas verbas. Também de aumentar o financiamento através de propaganda institucional pública e privada. Como já houve com a Vale, alguns institucionais, etc. Mas são só perspectivas, não é algo que esteja na realidade de hoje. Hoje ela tem essa dependência forte, portanto, ela se aproxima mais do Estado do que da sociedade.

Conselhos

Por outro lado, do ponto de vista do controle, a ideia inicial foi de criar, e foram criados dois conselhos, com grande poder. O Conselho Administrativo que é formado por entes do Estado, é administrativo, cujo presidente é o ministro da secretaria de Comunicação. Então, a administração é praticamente total do Estado. Na gestão de conteúdo, de todos os produtos de todos os veículos da EBC, tem como órgão máximo de gestão o Conselho Curador, que na proposta inicial que foi ao Congresso era todo escolhido diretamente pelo Presidente da República. No Congresso foi adicionado aquele artigo da lei que determina que as indicações sejam feitas a partir da renovação do primeiro conselho, a partir de indicações da sociedade, que são, a partir dessas indicações, o conselho que envia ao Presidente da República, que por sua vez escolhe.

Esse segundo passo aproxima, um pouco mais, a EBC das empresas pública, que não deixa de ser um mecanismo pouco semelhante ao que existe em algumas emissoras públicas da Europa. O que não exclui que um outro governo não venha a mudar isso. Esse governo respeitou as indicações da sociedade. Todos os que foram indicados pelo Conselho foram os indicados pelo Presidente da República. O que é uma questão conjuntural, que para uma institucionalização é problemático, porque no médio prazo você pode ter governos que não tenham a mesma política e acabem montando os conselhos alinhados com os interesses de governo. O que pode resultar numa certa fragilidade futura da própria instituição.

Por esse motivo e pela questão do financiamento ela dificilmente conseguirá ser sempre pública. Se ela não se libertar da dependência da União, ninguém garante que o governo que não tem interesse na manutenção de uma instituição de rádio e televisão pública no país não acabe com ela.

É um exemplo um pouco semelhante ao que ocorre nesses 40 anos da TV Cultura, Fundação Padre Anchieta, de São Paulo. Ela tem institucionalmente uma estrutura semelhante ao da EBC, até melhor do que o da EBC, porque ela é uma fundação de direito privado. Só que ela, ao longo do tempo, por depender de recursos do Tesouro do Estado de São Paulo, ela é controlada através desse mecanismo e passa por crises sucessivas quando não interessa ao governo que ela tenha uma expansão. Há até atritos políticos entre o conselho e o governo. Quando o governo vê que não tem controle total sobre o conselho, então ele controla através do orçamento.

Então eu acho que essa questão institucional não está bem resolvida para se ter uma empresa pública de comunicação que tenha liberdade, que possa trabalhar a longo prazo, sem esse peso.

Eu acho que se o Serra tivesse ganho a eleição a EBC não sobreviveria, já neste momento. Então esse é o risco e a gente deve ficar atento para não achar que isso não possa ocorrer.

Outro problema sério é de acesso, da presença da TV em todo o Brasil. Uma TV pública bancada pelo contribuinte deve ser de acesso universal e infelizmente a TV Brasil não tem acesso universal. Ela só chega bem mesmo no Rio de Janeiro e algumas outras capitais. Aqui em São Paulo, só chega em TV a cabo digital. Ela chega bem mesmo pelas parabólicas.

A proposta com a qual eu sempre tive alguma dúvida se era exequível é a de acordos com as emissoras públicas estaduais. O Brasil é uma república federativa, então os estados têm autonomia total, por isso foi equivocada esta tentativa de tornar a TV Brasil com acesso e todo o país através do sinal dessas emissoras estaduais, que não garantem essa presença. Dizem que quando for tudo digital isso vai se resolver, mas essa é uma outra situação.

Pública ou estatal

O Artur da Távola inseriu aquele item na hora final de fechar a Constituição e criou toda essa confusão. Na verdade, tudo o que é estatal deveria ser público. Esse público colocado na Constituição tem o aspecto positivo para o caso do rádio e da TV dividir o espectro, como foi feito na Argentina. Aí sim você teria o público, o privado e o estatal.

Não há o público, nem na Inglaterra, com uma independência absoluta. A titularidade da BBC é do estado. Ela não paira no ar. Não tem como. Há um conselho superior na BBC e a ideia é de que os seus membros sejam pessoas de absoluta confiança da sociedade, de independência em relação ao governo. Mas, mesmo com tudo isso, a BBC presta contas ao ministro da comunicação, cultura e esportes. Há, portanto, uma relação com o Estado, que não paira no ar. É ilusão você achar que você vai ter uma emissora pública totalmente independente.

Agora, essa divisão que foi feita no Brasil ela cria uma série de confusões entre público e estatal, mas ela tem um aspecto positivo. Ela poderia ter a referência legal para você dividir o espectro.

O lado positivo da TV Brasil

Só o fato dela ter surgido foi altamente positivo. A história da televisão brasileira é de empreendimentos comerciais. Nós, diferentemente da Europa, surgimos com TV e rádio comercial e não temos história de televisão pública. E sem história de TV pública você nem tem o apoio da sociedade para empreendimento desse tipo. A sociedade desconhece a existência do que seria um modelo alternativo ao modelo da TV comercial.

Então o surgimento da TV Brasil, onde ela surgiu. Eu falo isso com conhecimento de causa. Eu moro em São Paulo e ela não existe aqui em São Paulo. Quando digo que trabalho na TV Brasil, as pessoas pensam que é o Canal Brasil. Portanto, não existe. Mas onde ela surgiu, levou esse debate. Um exemplo é o Rio de Janeiro que levou o debate para outros meios, para os meios impressos, que começaram a dialogar com esse fenômeno novo.

Então eu acho que esse foi o grande mérito do governo Lula: ter investido recursos e apostado na existência de uma TV pública. Esse é o grande trunfo, o grande êxito. Estamos com apenas quatro anos, o que é muito pouco para 80 de história da radiodifusão. Então, quatro anos é pouco tempo. Mas nesses quatro anos se começou a falar mais de TV pública, começou a se discutir coisas que não se discutia antes no Brasil. Se discutia um pouco aqui na TV Cultura, mas se começou a discutir isso no Brasil todo. Esse foi o grande avanço.

Ela tem um retorno muito grande das parabólicas, que não se mede audiência nem se sabe o número exato, fala-se em 20 milhões.

Conteúdo

Quanto ao conteúdo, eu noto que onde o acesso a ela é mais fácil, como no Rio de Janeiro, onde o canal é aberto, de alguma maneira o telespectador percebe que há algo novo na televisão. Eu digo com muita tranquilidade porque não é novo apenas por ser TV pública, mas por ter uma programação de uma qualidade tanto técnica quanto de conteúdo, que é diferente do que se imaginava ser uma TV Pública no Brasil.

Com raras exceções, as TVs educativas eram ruins do ponto de vista técnico, de mal acabamento técnico e de programação enfadonha. A TV pública do Rio de Janeiro, que foi herdada da TV Brasil, em alguns momentos era uma colcha de retalhos, cada um colocando um programa no ar, sem nenhuma consistência de grade, sem nenhuma ideia de programação vertical e horizontal.

A nova TV entrou no ar e a diferença foi percebida por uma boa parte dos telespectadores. São essas coisas: a discussão política institucional de uma TV pública e onde foi possível, onde ela apareceu, a possibilidade de mostrar uma alternativa concreta de uma programação diferenciada.

Como Ouvidor, recebi muitas manifestações de pessoas falando isso, especialmente em relação à programação infantil, sem dúvida alguma é preponderante. E os musicais também, que não aparecem na TVs comerciais, e um pouco os documentários, tanto os produzidos no Brasil como os da BBC.

Quadros

Temos problemas. Eu acho relevante para esse tipo de conversa esta na falta de formação de quadros. Nós não temos quadros, as escolas não formam, os profissionais acabam sendo formados pelas emissoras comerciais e quando eles chegam na TV pública, eles vêm com um modelinho da TV comercial. Não é que eles vêm com esse modelo, eles nem têm a noção de que uma outra televisão é possível. Como o público não tem, eles também não têm.

E o pouco que foi formado foi embora. Eu vi a Teresa Cruvinel em papos de aranha querendo buscar gente. Ela tinha a percepção de que precisa de quadros assim, mas ela se queixava que não encontrava. Isso só teve antes na TV Cultura. A TV Cultura foi uma escola e vários dos que trabalharam ali estão na EBC, mas são poucos. A TV do Rio Grande do Sul formou quadros. Mas essas TVs foram demitindo e jogaram fora muitos recursos humanos com essa nova formação.

Para TV Brasil faltou a discussão e a percepção da diferença que a criação ou busca de quadros para esse novo perfil. Lá dentro havia quadros bons, que acabaram não sendo aproveitados. Isto acaba refletindo nas matérias. É isso que está por trás disso que vai ao ar.

Uma nova narrativa

Vejo isso por dois caminhos: pela pauta e pelo fazer jornalístico.

Primeiro pela pauta: numa TV comercial, a referência dela é o mercado, o consumo. Antes dela dialogar com o público, ela dialoga com o mercado. Se o mercado não aceita ela não faz. Então, a referência primeira é o mercado. Na estatal, se existir, é o Estado.

Na pública, é o público. E o que é o público? É uma sociedade de classes, e a maior fatia dessa sociedade está nas classes menos favorecidas. Então o olhar básico, a linha editorial, a pauta tem que ter um olhar de como uma TV pública pode contribuir para que esses setores menos favorecidos da população possam enfrentar os seus problemas. É antagônico, por exemplo, a pauta dar num bloco do telejornal, de 10 a 15 minutos, números da indústria. Se for pegar o espelho do Repórter Brasil, principalmente lá do início, a gente vai ver isso. Um dia um telespectador reclamou perguntando porque a FIESP estava quase todo dia no jornal. Era verdade. Acho um erro. Já existe um conjunto de emissoras que dão voz à FIESP, a TV pública não tem que fazer isso de forma insistente.

Tem que ser uma pauta que tenha essa sensibilidade. Outro conceito que não se usa aqui no Brasil, que na Inglaterra é básico, é a ideia de serviço. TV pública, rádio e televisão pública é prestadora de serviço. Não gosto de falar de jornalismo público, mas é serviço público.

Se você vai prestar um serviço, esse serviço tem de ser de qualidade. E essa qualidade não se obtém na busca da verdade, mas ao mostrar, apresentar as possibilidades de melhorar a qualidade de vida das pessoas que recebem essa informação. A pauta tem que ter esse olhar, e mesmo quando for tratada nos marcos econômicos, por exemplo, tem que dar uma última informação que aproxime esses termos macroeconômicos do cotidiano das pessoas, da realidade das pessoas. Enfim, o recorte que as emissoras comerciais fazem do mundo não pode ser o mesmo recorte da TV pública.

Eu acho que há alguns momentos positivos. Por exemplo, a TV Pública, o Repórter Brasil, uma coisa que adotou como política de diferenciação bastante positiva é a cobertura policial. Eles não fazem e nunca fizeram. Acho isso extremamente positivo, uma cobertura policial sensacionalista não pode estar ali. E olha que enfrentou Isabela Nardoni, Eloá... Informou, mas nunca transformou aquilo num espetáculo. Esse exemplo positivo deveria valer para economia, para política... Ou seja, tratar esses mesmos assuntos de uma maneira diferenciada, respeitosa e vou mais além: didática. A TV pública tem um papel pedagógico. E infelizmente nossos profissionais não estão preparados para fazer jornalismo com uma pitada pedagógica. Que a matéria seja explicativa.

Podemos tratar de todos os assuntos, mas de uma maneira diferenciada, respeitosa e especialmente didática. A TV pública tem um papel pedagógico. E infelizmente nossos profissionais não estão preparados para fazer jornalismo com uma pitada pedagógica. Que a matéria seja explicativa, clara, e que não busca uma verdade, mas dê todos os elementos para que o público formule a sua própria verdade.

Anteontem eu vi no Repórter Brasil e no Jornal da Cultura esse julgamento da Eloá. Foram bem, sem espetáculo, mas o da TV Brasil foi ruim do ponto de vista técnico profissional. Entrou um sujeito falando ali que você não sabia quem era. Depois entrou o Alberto Dines como comentarista e dizia que o cara é assassino, quando na verdade ali estava querendo discutir o papel da imprensa, da mídia naquele momento, e acabou fazendo o que o Datena fez com outro verniz, dizendo que a imprensa não foi a culpada. Acho que o Dines deve ter falado mais coisas, mas no que foi editado ele diz que o cara é bandido e tal. Não era essa a discussão. Portanto, mal feita.

Nós temos que ser claros, levando ao conflito, levantando mais dúvida, deixando a resposta, a conclusão para ser do telespectador. A um jornalismo de TV pública não basta levantar e apresentar os dois lados de uma polêmica, mas produzir um texto que permita ao telespectador entender o tema e chegar a uma conclusão.

Tem, portanto, um problema de capacitação profissional. Eu vejo o meu próprio programa, o VER TV, que a gente faz um VT de abertura. Muitas vezes eu trato de certas coisas que eu pergunto: será que o telespectador entendeu o que estamos dizendo? Precisamos ser claro. Mas o Jornal

Nacional é claro, mas leva a uma única verdade final. Nós temos que ser claros, levando ao conflito, levantando mais dúvida, deixando a resposta, a conclusão para ser do telespectador.

Se você vai prestar um serviço, esse serviço tem de ser de qualidade. E essa qualidade não se obtém na busca da verdade, mas ao mostrar, apresentar as possibilidades de melhorar a qualidade de vida das pessoas que recebem essa informação.

Um jornalismo de TV pública não é levantar os dois lados, mas um texto que permita ao telespectador chegar a uma conclusão. Para isso é preciso ter pauteiro e editor que estejam atentos àquilo que não é o convencional das pautas, e profissionais que entendam disso. Falta à universidade e à TV pública formar gente para fazer isso.

Na década de 70, em plena ditadura, eu trabalhava na equipe do Vlado, fazendo o jornal. Enquanto deu, fizemos um jornalismo na TV Cultura que era exatamente isso.

Não é inventar nada de novo, é fazer algo diferente do que está aí. Havia compromisso político. O jornalismo tinha uma função política, de transformação. O jornalismo que se faz hoje é o de acomodação. É defesa do *status quo*, que “tem” de ser mantido.

O jornalismo tem uma função política de transformação da sociedade. O que se faz hoje é um jornalismo de acomodação, de defesa do *status quo*, que tem de ser mantido, e pronto.

Padrão do Repórter Brasil

O problema é quando tratamos dos movimentos sociais; fica muito no episódico. Tem o evento, mas não tem o contexto, a tradição, o acompanhamento mais regular. Pauta existe, mas tem de sair fora dos ambientes de sempre.

Programas, como o Caminhos da Reportagem, que não entram na contradição. Durante muito tempo foi turismo. É a mesma coisa, falta aquela pitadinha da dialética no nosso chão de fábrica.

O problema não é de direção. Ninguém proibiu nada, não fazem algo diferente porque não percebem, não tem ideia de como fazer, nunca participaram de uma discussão sobre uma TV alternativa, não participam de movimentos da sociedade... Então, não todos, mas muitos vêm com aquele modelo de quem trabalhava na Band, na Globo, no SBT... e reproduzem o que já faziam

Falta uma discussão teórica do que é uma TV pública. Isso deveria ser discutido de forma mais aberta entre os gestores do jornalismo e aqueles que fazem o jornalismo no dia a dia.

Nosso jornalista não pisa no barro, não vai para a periferia. Tem vínculo com a classe média de consumo, com o shopping. Não tem negro na redação. Só negro é quem sabe o problema dele.

Há uma dificuldade interna de se entender o papel político de uma TV pública

Eu não recebi, na minha passagem pela Ouvidoria queixas de ser uma TV estatal. Mas isso a custa de uma exacerbação para o outro lado. Não se conseguiu perceber que haveria ali a possibilidade de um meio termo.

Essa nova gestão da TV Brasil está preocupada com recursos, mas também está preocupada com conteúdo. Estou esperançoso. Estão apontando caminhos. A atual gestão percebe isso, mas há dificuldade de execução. E eles estão buscando isso.

Tivemos muitas críticas sobre a cobertura internacional. Grande parte do pessoal que está na redação da TV Brasil só lê o *estadão*, *O Globo*, inclusive para entender a crise no próprio governo. Eles não pautam, são pautados. Eles reproduzem os jargões da grande imprensa e o público reage.

Há algo positivo nessa forma de ser do Repórter Brasil. Acabou aquela ideia de *TV do Lula*. Isso morreu. Eu não recebi, na minha passagem pela Ouvidoria – se recebi foi insignificante – queixas de ser uma TV estatal. Mas isso à custa de uma exacerbação para o outro lado. Não se conseguiu perceber que haveria ali uma possibilidade de um meio termo. Essa é a primeira questão: a dificuldade de se entender o papel político de uma TV pública.

Uma segunda questão é entender que o jornalismo não paira no ar. Não podemos ficar jogando numa linha do jornalismo positivista, como fazem muitos dos que falam de TV pública hoje, que querem passar uma ideia de que o jornalismo paira no céu. Não tem isso; não existe essa possibilidade. O jornalista é um ser social. Ele fala sempre a partir de um determinado lugar. A BBC sempre foi uma TV mais próxima dos trabalhistas do que dos conservadores.

APÊNDICE C – Entrevista com funcionário anônimo

Tadeu Cocon

Entrevista a Elson Faxina, realizada no dia 17 de fevereiro de 2012

O entrevistado e o Repórter Brasil

Tadeu Cocon é o nome fictício - criado exclusivamente para esta entrevista - de um jornalista que atua há vários anos da TV Brasil e que, a fim de evitar dissabores, segundo ele, aceitou dar uma rápida entrevista, sob condição de anonimato. Decidi mantê-la em função de informações importantes e esclarecedoras no âmbito desta pesquisa e, também, pela falta de retorno da direção do Repórter Brasil a uma série de contatos telefônicos e por e-mails feitos a partir de dezembro de 2011. Minha última tentativa foi no dia 09 de fevereiro de 2012, justamente a que gerou o único retorno: do SAP (Serviço de Atendimento ao Público) da TV Brasil.

Após explicar - primeiro por telefone e em seguida por e-mail - a minha pesquisa e expor a dificuldade que estava tendo para fazer contato com alguém da direção do Repórter Brasil, solicitei alguma forma de contato mais direto, especialmente telefone e/ou e-mail, de uma pessoa da direção e dos três repórteres autores das reportagens analisadas na pesquisa. Cheguei a explicar que “também trabalhei, por 11 anos, na TV Educativa do Paraná, e sei que não se costuma fornecer essas informações de caráter pessoal. Contudo, comprometo-me a usá-las para fins exclusivos desse estudo”.

Em resposta veio apenas: “infelizmente não podemos fornecer os contatos diretos desses profissionais. Sugerimos que entre em contato com a produção do Repórter Brasil. Os telefones da produção são (61) 3799-5296 e (21) 2117-6589. O e-mail é reporterbrasil@tvbrasil.org.br”. A partir daí o e-mail dedicava-se a fazer divulgação do Repórter Brasil.

Eu já dispunha de tais números telefônicos e endereço eletrônico. Aos meus e-mails já enviados nunca havia recebido retorno, aos telefonemas, eu era jogado de um lado a outro até a ligação cair ou alguém anotar meus números telefônicos e dizer que passaria à pessoa responsável, sem nunca obter retorno. Decidi, então, ignorar as atenciosas sugestões do SAP.

A breve entrevista com Tadeu Cocon se deu após ouvimos juntos, a pedido dele, a entrevista dada, dois dias antes, por Laurindo Lalo Leal Filho. Tadeu preferiu pontuar algumas falas, mais do que comentar outros assuntos.

Cabe destacar ainda que, durante a entrevista, ele falou sobre parte das rotinas produtivas do jornalismo da TV Brasil, mas sempre pedindo que, certas informações não fossem levadas em consideração, pois poderiam possibilitar sua identificação. O que segue, portanto, é uma parte “autorizada” por ele, de uma conversa maior.

A TV Brasil

O fator principal que levou ao surgimento da TV Brasil é político. Essa empresa foi criada quando o presidente Luis Inácio Lula da Silva não ganhou no primeiro turno as eleições de 2006. Quando ele percebeu que foi para o segundo turno ele falou: culpa da televisão. Da televisão, não é da mídia não. Ele tinha certeza que foi a televisão que o impediu de vencer a reeleição já no primeiro turno. Aí ele decidiu: nós precisamos ter uma TV. Ele percebeu que havia um monopólio das ideias no Brasil, produzido pela TV comercial. Então ele decidiu criar a TV Brasil para oferecer ao país um contraponto que não se tinha.

O que eu sempre ouvi falar, no começo da TV Brasil, é que o Lula não queria uma TV do governo. Queria uma TV diferente da TV comercial, mas não uma “TV do Lula”, como a própria mídia privada não cansava de dizer. E na verdade ela nunca foi uma TV do Lula, foi mais contra ele do que a favor.

A ideia foi muito boa e necessária. O problema foi quando se colocou para gerir essa nova televisão pessoas que vêm da mídia comercial e que tem uma alta contaminação da política partidária, própria de quem vive em Brasília. Primeiro porque essas pessoas, do nível de direção,

desconhecem o mecanismo de produção de telejornalismo. Segundo, porque, em função disso, elas foram buscar o corpo de profissionais, já existia um corpo na TVE do Rio e na Radiobrás, mas vão buscar o corpo diretivo do jornalismo nas emissoras comerciais, gerando já um problema sério com aqueles que estavam ali e estão até hoje. Trazem o pessoal de fora e aquele pessoal que está lá trabalhando há 40 anos é ignorado.

O problema é que justamente esse pessoal das emissoras comerciais que chega para trabalhar na TV Brasil vai dar a linha do jornalismo da emissora e quer mostrar que não é uma televisão estatal. Então, eles fazem muitas vezes uma televisão de oposição, às vezes mais oposição do que a mídia comercial.

Eu não esqueço um exemplo de uma situação, já na última eleição, a da Dilma (Rousseff), quando a direita ganhou as eleições no Chile. Eles mandaram uma equipe de reportagem para o Chile e essa equipe envia uma matéria que, sem dúvida alguma, procurava interferir na sucessão brasileira. Toda a reportagem vai ao ar mostrando que é possível a oposição ganhar e aqui no Brasil ouvem parlamentares do DEM, que finalizam a matéria. É uma exacerbação da ideia da independência, que acaba empurrando para a oposição. Falta visão política para esse pessoal, fora da questão partidária.

Isso aconteceu várias vezes. A cobertura sobre o golpe de estado em Honduras foi muito sintomático. O governo brasileiro não reconhecia o governo golpista, mas a TV Brasil ia na linha da TV comercial, legitimando o novo governo. A cobertura da chamada “primavera árabe” é outro exemplo ruim desse modelo de jornalismo que se pretende isento, mas só do governo.

Infelizmente ali foram colocadas pessoas comprometidas com os tucanos em cargos importantes. A editora que saiu neste mês, mas que ficou lá nesses quatro anos, que era a editora do Repórter Brasil. Se você conversar em Brasília, tanto com jornalistas quanto com políticos, você vai ver que é uma pessoa comprometida claramente com os tucanos. E é ela que dava a linha ao Repórter Brasil.

Tem um caso, entre tantos outros, que mostra bem o compromisso dela. Lembro-me das reuniões de pauta, das três horas. Havia a reunião de pauta, para definir o que ia se fazer no dia. Era uma coisa horrorosa, se conversava mais de esmalte, de filho... e quase nada de jornalismo. Aí, depois um longo bate papo, essa senhora dizia assim: “Deixem comigo, eu vou no G1 e faço as pautas”. A pauta do Repórter Brasil até há pouco tempo era dada pelo G1, da Globo. Ela falava: “Os assuntos estão ali, é mais fácil”. Então o que você via ali (no Repórter Brasil), via na Globo, via nas outras emissoras, e mal feito porque os recursos são mais limitados.

Então, eu também acho que essa questão política não foi resolvida, não houve uma discussão teórica. Faltou isso. Falta uma discussão teórica do que é uma TV pública. Isso deveria ser discutido de forma mais aberta com os gestores do jornalismo.

Jornalismo público não é só mostrar os dois lados. Falta alteridade, e a alteridade é que dá a diferença; que dá o outro olhar que falta na informação de hoje.

O olhar da TV Pública está sendo o olhar desse pessoal branco, de classe média, do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Brasília. São essas pessoas que fazem a TV pública: classe média, branca, consumista, que só frequenta shopping... Como é que você pode ter um outro olhar? Esse olhar que aparece nas reportagens está na redação

Então, na questão do jornalismo, a TV Brasil está devendo ao país, à sociedade brasileira. No entanto, a TV Brasil é uma das melhores coisas que aconteceram no mundo da televisão brasileira nos últimos anos. Há programas diferenciados das emissoras comerciais, especialmente de música, debates e documentários. Quem assiste a TV Brasil gosta muito e vira seu público, o problema está no sinal, que ainda chega em poucas cidades brasileiras.

A TV Brasil é fundamental para o país. O que precisamos é ter ali um jornalismo diferente e fazer o seu sinal chegar no país inteiro.

ANEXO A – O ouvidor e o telespectador

Em 31/07/2009 09:36, carlos alberto almeida < betotvsul@hotmail.com > escreveu:

Prezado Ouvidor da EBC,

Laurindo Leal Filho,

Desculpe a insistência, mas, creio, a questão do noticiário da TV sobre Honduras ainda não está totalmente esclarecida. A jornalista Helena Chagas se valeu de informação de uma fonte, a France Press, para assinalar que "a informação - de que na reforma constitucional que seria submetida a plebiscito, o presidente deposto incluiria, sim, o direito à reeleição - foi um importante ingrediente a acirrar o clima de tensão que precedeu o golpe".

Por esse argumento, fica claro que diretora de jornalismo deu crédito à France Press, não se valendo de outras fontes que desmentem essa afirmação que, repito, serve aos interesses dos golpistas.

Pergunto: em que documento estava escrito a idéia da reeleição que serviu de pretexto público para o golpe, já que o verdadeiro motivo é parar a integração de Honduras com a Alba e América Latina?

O Manual de Jornalismo da Radiobras, página 59, no capítulo sobre a ética, no tópico sobre "Os limites da apuração", item "e", afirma: "A Radiobrás apura e veicula informações em primeira mão. Ela não divulga ou "repercute" manchetes publicadas em outros veículos. Porém, motivada por estas matérias, pode vir a apurar e publicar material próprio. Nestes casos, o crédito pelo material primário deve ser dado ao veículo que trouxe a notícia a público".

Tem mais, na pg. 56, no tópico "Relação com o público", item "c", falando de "Precisão", o Manual afirma: "O mais alto valor de qualquer empresa de comunicação é a credibilidade. Por isso, a precisão e a objetividade devem ser uma obsessão. A exatidão é obrigatória. Os dados devem ser atuais e checados. O repórter deve pesquisar o fato antes de sair para a cobertura. Deve ler o que de mais importante tiver sido publicado a respeito e pedir orientação aos editores e pauteiros. Quando erra, o jornalista põe em xeque não só a credibilidade da organização em que trabalha, mas também credibilidade dos colegas".

Neste caso, pergunta-se: por que a TV Brasil não informou aos telespectadores que a fonte da informação de que Zelaya pretendia uma reeleição ou perpetuar-se no poder como disseram outros veículos brasileiros, como a TV Globo, era apenas a France Press?

Insisto ainda e pergunto: Por que a TV Brasil não informou ao público que na Consulta Popular não vinculante que Zelaya pretendia fazer no dia 28 de junho ao povo hondurenho este tópico reeleição não constava do elenco de questões?

Por que a TV Brasil não informou ao público todo o teor das questões da Consulta Popular de 28 de junho interrompida bruscamente por um golpe militar com apoio do Judiciário e de parte do Parlamento?

Peço ainda que seja respondida a seguinte pergunta: por que a TV Brasil não informou ao seu público que entre as questões da Consulta Popular constava uma sobre a reforma do aeroporto de Tegucigalpa, afetando a atual disposição física da Base Militar de Soto Cano, controlada por forças militares dos EUA, ali estacionadas, ilegalmente?

Finalmente, por que a TV Brasil baseou-se apenas a informação da France Press e não divulgou também o contraditório com informações de outras agências de notícias como a Telam, a Telesur, a Prensa Latina?

Muitas outras perguntas poderiam ser acrescentadas, mas prefiro não fazê-las, por enquanto, deixando como última indagação a dúvida se a editoria internacional conhece a íntegra do texto da Consulta Popular que seria realizada em 28 de junho?

Por estas e muitas outras, repito, as dúvidas sobre a cobertura jornalística da questão hondurenha não foram devidamente respondidas pela jornalista Helena Chagas

E, como ainda está em tempo, sugiro que a TV Brasil consiga com o Embaixador de Honduras no Brasil o texto da Consulta Popular, na qual não constava nenhuma questão sobre reeleição, pretexto, vale sempre repetir, usado pelos golpistas, espalhado pela mídia e comprado inadvertidamente pela TV Brasil, contrariando ao seu próprio Manual de Jornalismo.

Se isso for feito ficará esclarecido de uma vez por todas a questão segundo a qual não constava a questão da reeleição de Zelaya no plebiscito que seria realizado a 28 de junho último.

Esperando que essa crítica construtiva ainda seja levada em conta pela digníssima diretora de jornalismo da TV Brasil, Helena Chagas,

Subscrevo-me,

Atenciosamente,

Mário Augusto Jakobskind
(telespectador que acompanhou e acompanha o noticiário da TV Brasil sobre o golpe em Honduras)

ANEXO B – MEC defende que aluno não precisa seguir regras da gramática

JORNAL NACIONAL – Rede Globo

Dia: 13/05/2011 – sexta-feira

Duração: 3'21”

<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2011/05/mec-defende-que-aluno-nao-precisa-seguir-algumas-regras-da-gramatica-para-falar-de-forma-correta.html>

ESCALADA:

FÁTIMA – Preste atenção nesta frase:

BONNER – Os livro mais interessantes estão emprestado

FÁTIMA – Para um livro de português distribuído pelo Ministério da Educação, você pode falar assim.

BONNER – Mas deve tomar cuidado para não ser vítima de preconceito linguístico.

FÁTIMA – O Jornal Nacional mostra a polêmica

BONNER – E também iniciativas de parcerias com resultados bons na educação do Brasil.

REPORTAGEM:

CAB. VT - FÁTIMA - Um livro de português distribuído pelo Ministério da Educação (MEC) para quase meio milhão de alunos defende que a maneira como as pessoas usam a língua deixe de ser classificada como certa ou errada e passe a ser considerada adequada ou inadequada, dependendo da situação.

CAB. VT - BONNER - Na semana em que o Jornal Nacional tem discutido os maiores problemas do Brasil na educação, os argumentos da autora do livro e as reações que esses argumentos provocaram estão na reportagem de Júlio Mosquéra, que abre esta edição.

OFF 1 - A defesa de que o aluno não precisa seguir algumas regras da gramática para falar de forma correta está na página 14 do livro “Por uma vida melhor”. O Ministério da Educação aprovou o livro para o ensino da língua portuguesa a jovens e adultos nas escolas públicas. Ele apresenta a frase: “Os livro ilustrado mais interessante estão emprestado”, com a explicação: “Na variedade popular, basta que a palavra ‘os’ esteja no plural”. “A língua portuguesa admite esta construção”. A orientação aos alunos continua na página 15: “Mas eu posso falar ‘os livro’?”. E a resposta dos autores: “Claro que pode. Mas com uma ressalva, ‘dependendo da situação a pessoa corre o risco de ser vítima de preconceito linguístico’”. Heloísa Ramos, uma das autoras do livro, disse que a intenção é mostrar que o conceito de correto e incorreto deve ser substituído pela ideia de uso adequado e inadequado da língua. Uso que varia conforme a situação. Ela afirma que não se aprende o português culto decorando regras ou procurando o significado de palavras no dicionário.

SONORA HELOÍSA RAMOS, AUTORA - O ensino que a gente defende e quer da língua é um ensino bastante plural, com diferentes gêneros textuais, com diferentes práticas, diferentes situações de comunicação para que essa desenvoltura linguística aconteça.

PASSAGEM - O Ministério da Educação informou em nota que o livro “Por uma vida melhor” foi aprovado porque estimula a formação de cidadãos capazes de usar a língua com flexibilidade. Segundo o MEC, é preciso se livrar do mito de que existe apenas uma forma certa de falar e que a escrita deve ser o espelho da fala.

OFF 2 - O Ministério da Educação disse que a escola deve propiciar aos alunos jovens e adultos um ambiente acolhedor no qual suas variedades linguísticas sejam valorizadas e respeitadas, para que os alunos tenham segurança para expressar a “sua voz”. A doutora em sociolinguística Raquel Dettoni concorda que é preciso respeitar o falar popular, que não pode ser discriminado. Mas ela enfatiza que a escola tem um objetivo maior, que é ensinar a língua portuguesa que está nas gramáticas.

SONORA RAQUEL DETTONI, Profa. UnB - Se a escola negligencia em relação a este conhecimento, o aluno terá eternamente uma lacuna quando ele precisar fazer uso disso no seu desempenho social. Nós não podemos desconsiderar que a função social da escola, com relação ao ensino de língua portuguesa, é - em princípio - prioritariamente ensinar os usos de uma norma mais culta.

NPé – FÁTIMA - O Ministério da Educação informou ainda que a norma culta da língua portuguesa será sempre a exigida nas provas e avaliações.

ANEXO C – Livro reacende polêmica sobre o Português

REPÓRTER BRASIL – TV Brasil**Dia: 17/05/11 – Terça-feira****Duração: 3'17**<http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil/video/16263/>

Cab. VT – Um livro didático, adotado em mais de quatro mil escolas, no programa de educação de jovens e adultos, reacende uma polêmica sobre o ensino de português. A língua falada deve sempre seguir a norma culta?

OFF 1 – A alfabetização de jovens e adultos é um desafio para educadores e escolas. Ao corrigir o dever de casa, a professora Jeane mostra a diferença entre a forma como muitos dos alunos falam e a norma culta da língua portuguesa.

ABRE ÁUDIO – A gente às vezes fala assim, ó: “Esteje aqui amanhã”, não é? “Sem falta”, na linguagem despreocupada. Mas, de acordo com a norma culta, o certo seria “Esteja”, né?

OFF 2 – A distância entre a língua falada e as regras da gramática há muito tempo é motivo de debate entre estudiosos da língua portuguesa, uma polêmica que está de volta com o livro didático *Por uma vida melhor*, da série *Viver e aprender*. Num dos capítulos está escrito que na norma popular a concordância muitas vezes acontece de maneira diferente da norma culta e dá o exemplo: “Os livro ilustrado mais interessante estão emprestado”. Em seguida, os autores reescrevem a frase no padrão da norma culta: “Os livros ilustrados mais interessantes estão emprestados”. E mais adiante destacam: “É importante que o falante de português domine as duas variedades e escolha a que julgar adequada a sua situação de fala”. Segundo a autora Heloísa Ramos, é uma forma de ensinar sem discriminar o aluno.

SONORA – HELOÍSA RAMOS, AUTORA DO LIVRO – É importante para ele compreender que a fala que ele traz para a escola é tão legítima como qualquer outra fala. Não estamos ensinando a escrever assim. Estamos admitindo que na fala existe esta possibilidade, essa variante.

OFF 3 – A Academia Brasileira de Letras defende o ensino da norma culta e critica o livro. Em nota afirma que “o manual que o Ministério da Educação levou a nossas escolas não ajudará no empenho pela melhoria na educação”.

PASSAGEM - GISLENE NOGUEIRA / BRASÍLIA – Escolas públicas de diversas regiões do país receberam a edição pelo programa nacional do livro didático. A obra é usada por quase 500 mil alunos de projetos de educação de jovens e adultos.

OFF 4 – A discussão chegou à Comissão de Educação do Senado. O Senador Cristovam Buarque, que já foi ministro da Educação, defende o uso de palavras e sotaques regionais, mas acredita que o livro didático não deve ensinar duas gramáticas diferentes.

SONORA – SEN. CRISTOVAM BUARQUE - PDT/DF – Nós temos que ensinar as pessoas a falarem o português certo. E não dizer “não temos preconceito contra quem fala errado e pode continuar falando errado”, sabe por quê? Porque quando esse que fala errado fizer o concurso não vai passar.

NPé – O Ministério da Educação informou que o material enviado às escolas é avaliado por especialistas em educação, que elaboram o guia do livro didático. O Ministro Fernando Haddad, convidado para dar explicações sobre um outro livro, enviou um representante do MEC, mas os senadores fizeram um novo convite para ouvir as explicações do próprio ministro.

ANEXO D – Livro Didático adotado pelo MEC causa polêmica

REPÓRTER BRASIL – TV Brasil

Dia: 18/05/11 – quarta-feira

Duração: 2'03"

<http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil/video/16281/>

(Volta a mesma matéria no dia seguinte - edição da manhã - com outra cabeça de VT, enfatizando o termo: “ensina errado”.)

Cb VT – O uso do livro que ensina a língua portuguesa com erros de gramática foi criticado no Congresso Nacional e reacende uma polêmica sobre o ensino da matéria. A língua falada deve sempre seguir a norma culta? O livro é adotado em mais de quatro mil escolas no programa de educação de jovens e adultos.

OFF 1 – A distância entre a língua falada e as regras da gramática há muito tempo é motivo de debate entre estudiosos da língua portuguesa, uma polêmica que está de volta com o livro didático *Por uma vida melhor*, da série *Viver e aprender*. Num dos capítulos está escrito que na norma popular a concordância muitas vezes acontece de maneira diferente da norma culta e dá o exemplo: “Os livro ilustrado mais interessante estão emprestado”. Em seguida, os autores reescrevem a frase no padrão da norma culta: “Os livros ilustrados mais interessantes estão emprestados”.

SONORA – HELOÍSA RAMOS, AUTORA DO LIVRO – Nós não estamos ensinando a escrever assim. Estamos admitindo que na fala existe esta possibilidade, essa variante.

OFF 3 – A Academia Brasileira de Letras defende o ensino da norma culta e critica o livro. Em nota afirma que “o manual que o Ministério da Educação levou a nossas escolas não ajudará no empenho pela melhoria na educação”.

PASSAGEM - GISLENE NOGUEIRA / BRASÍLIA – Escolas públicas de diversas regiões do país receberam a edição pelo programa nacional do livro didático. A obra é usada por quase 500 mil alunos de projetos de educação de jovens e adultos.

OFF 4 – A discussão chegou à Comissão de Educação do Senado. O Senador Cristovam Buarque, que já foi ministro da Educação, defende o uso de palavras e sotaques regionais, mas acredita que o livro didático não deve ensinar duas gramáticas diferentes.

SONORA – SEN. CRISTOVAM BUARQUE - PDT/DF – Nós temos que ensinar as pessoas a falarem o português certo. E não dizer “não temos preconceito contra quem fala errado e pode continuar falando errado”, sabe por que? Porque quando esse que fala errado fizer o concurso não vai passar.

NPé – O MEC informou que o material enviado às escolas é avaliado por especialistas em educação, que elaboram o guia do livro didático. O ministro Fernando Haddad, convidado para dar explicações sobre outro livro, enviou um representante do MEC, mas os senadores fizeram novo convite para ouvir as explicações do próprio ministro.

ANEXO E – Reação do mundo acadêmico ao livro didático

REPÓRTER BRASIL – TV Brasil

Dia: 18/05/11 – quarta-feira

Duração: 3’09”

<http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil/video/16283/>

Cab. LINK – Quando se aprende a conjugar os verbos também é necessário aprender a concordância desses mesmos verbos. Usar o plural ou não é parte do conhecimento do idioma. Educadores de todo o país alertam para a diferença da evolução da língua e a aceitação de construções que são consideradas erros de português ou de concordância. Do Rio de Janeiro, a repórter Ana Paula Xavier explica pra gente. Ana, bom dia.

LINK – Boa dia, Natália, nois vai falá agora com a professora e pedagoga Míriam Paura. E aí, Natália, é nós vai mesmo, porque pela língua popular isso seria aceitável, mas pela gramática seria, como todo mundo sabe, nós vamos falar, não é isso professora? O verbo concordando com o predicado. Então, esse realmente é um assunto polêmico. O que que é aceitável? Qual é a diferença aí da variação linguística pra erro de português? O que que deve ser aceitável?

MIRIAN PAURA - PROFESSORA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO / UERJ – Deve ser aceitável a norma culta. Nós podemos e devemos mostrar que há outras variações, mas ensinar isso nós pecamos contra a constituição da nossa língua. Se nós formos falar dessa maneira em algum evento, ou algum, vamos pensar assim, numa entrevista para emprego evidentemente (com ênfase) que nós não vamos ser aceito(sic). (Entra GC: “ESPECIALISTA ESCLARECE A DIFERENÇA ENTRE VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E ERRO DE PORTUGUÊS”, permanece até o fim do link). Eu acho que nós, mais adiante, podemos dizer e falá (sic) que nós temos outras variações da linguagem, mas ensinar isso como correto é extremamente difícil. Eu fico pensando, eu tava (sic) aqui pensando que há pouco tempo nós fizemos uma integração da nossa língua com a língua portuguesa. Os acentos, alguns foram abolidos, os hífen, uma série de coisa (sic). Será que nós estamos com uma terceira fala agora? Uma terceira forma de se apresentar a língua portuguesa? Eu acho muito estranho.

ANA PAULA XAVIER – E também um Defensor Público daqui do Rio de Janeiro levantou a hipótese de que os concursos públicos, os vestibulares, o Enem, né, que muitos alunos podem pedir, entrar na Justiça com uma ação de danos morais se vier a escrever da forma como ele fala, não escrever da forma culta.

MIRIAN PAURA – A história vai ser assim: será que ao fazer isso, ao escrever assim, nós estaremos de acordo com quem? Não é, ou é só a concordância que vai ser admitido? Hoje eu li num jornal uma instituição que escreveu “paralisação” com “Z”. Então, dizer assim: já está dentro. Será que isso já está dentro das normas aceitas? Então, vão começar a aparecer várias coisas. Não é o correto. Eu lamento (ênfase) que isso tenha ocorrido. Eu gostaria imensamente que nós investíssemos e muito na língua portuguesa da maneira mais certa possível.

ANA PAULA XAVIER – Vai aprender desde pequeno que aprenda a língua correta, gramática... a gramática correta?

MIRIAN PAURA – Perfeito. Vai aprender isso. Você ainda há pouco, brincando, fez um erro de concordância e aí todo mundo se assustô (sic).

ANA PAULA XAVIER – Tá ok (sic), muito obrigada. Voltamos ao estúdio. Com você, Náti.

ANEXO F – Câmara aprova projeto de novo Código Florestal

REPÓRTER BRASIL - TV Brasil

Dia: 25/05/11 – quarta-feira

Duração: 3'16"

<http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil/video/16531/>

Cab. VT - A Câmara dos deputados aprova o texto base do código florestal e, também, a emenda que dá aos estados o poder de legislar sobre áreas de preservação. Uma derrota para o governo que vai tentar mudar a proposta no Senado. A votação terminou no início da madrugada desta quarta-feira.

OFF 1 – Para o código ser votado em plenário demorou 12 anos. As últimas quatro sessões em que o projeto seria analisado foram adiadas. A aprovação levou mais de 14 horas e fez com que muitos parlamentares ficassem com os ânimos acirrados.

ABRE ÁUDIO DEP. MARCO MAIA (PT/RS) / PRESIDENTE DA CÂMARA – Vossa excelência é um deputado respeitado nesta casa, e precisa ter respeito também aos outros parlamentares que aqui estão discutir, debater de forma séria.

ABRE ÁUDIO DEP. SÍLVIO COSTA / PTB / PE - Olha a forma como vossa excelência vai falar comigo. Eu falo com vossa excelência com respeito. Primeiro baixa a voz.

OFF 2 – Apesar disso, o resultado deixou a maioria dos deputados satisfeita.

SONORA DEP. REINHOLD STEPHANES / PMDB / PR - Ele cria uma melhor estabilidade no campo. Ele acaba com esse grande problema que o campo hoje enfrenta em relação a uma legislação muito complexa, muito difícil, elaborado fora da realidade brasileira.

Off 3 – O Código aprovado prevê, por exemplo, que 80% das propriedades localizadas na Amazônia sejam destinadas para reserva ambiental, 35% para o cerrado, e 20% para os imóveis localizados em outros biomas, como caatingas ou pampas. O texto determina ainda a preservação de 30 metros das margens dos rios com mais de 10 metros de largura. Caso o desmatamento já tenha ocorrido, o proprietário tem que replantar apenas 15 metros da mata nativa (ARTE: PROPRIEDADES PARA RESERVA AMBIENTAL / AMAZÔNIA: 80%, CERRADO: 35%, OUTROS BIOMAS: 20%, PRESERVAÇÃO DE 30M: MARGENS ACIMA DE 10M, MARGEM JÁ DESMATADA: REPLANTAR 15M)

OFF4 – Esses itens não foram suficientes para deixar os ambientalistas satisfeitos.

SONORA DEP. SARNEY FILHO (PR/MA) / Líder do PV – Ao contrário do que a gente desejava. Não é uma lei do Código Florestal, é uma lei da agricultura. Portanto, ela não serve ao país, não serve aos novos tempos de baixo consumo de carbono, a nova economia que valoriza os nossos biomas, valoriza os serviços ambientais que os nossos biomas prestam.

PASSAGEM ANDRÉ CARRAVILLA / Brasília – O código florestal foi colocado em votação e aprovado sem que o governo tivesse conseguido construir um consenso sobre 100% do texto. Os parlamentares, durante as sessões, apresentaram sugestões de mudanças, as chamadas emendas. As modificações alteraram o texto e desagradaram o Palácio do Planalto. A expectativa agora é reverter a derrota quando o assunto for para o Senado. O problema tem nome e número: emenda 164.

OFF 4 – A emenda permite que os estados decidam o que pode ser plantado nas áreas de preservação permanente, as chamadas APPs. Os governistas queriam que essa fosse uma prerrogativa exclusiva de presidenta Dilma Roussef.

ABRE ÁUDIO – DEP. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT-SP) / Líder do Governo - Ela considera que essa emenda 164 é uma vergonha para o Brasil.

OFF 5 – A emenda mal saiu da Câmara dos Deputados e já levou alguns senadores a se posicionarem.

SONORA SEM. KÁTIA ABREU, DEM / TO - Quem autoriza e legaliza e dá a licença ambiental para desmatamento são os órgãos ambientais estaduais. Isso é uma demonstração de que as políticas públicas estaduais estão funcionando. Tanto que o Brasil antecipou a meta de COP 15 em 10 anos.

ANEXO G – Governo quer mudar texto do novo Código Florestal no Senado

REPÓRTER BRASIL - TV Brasil

Dia: 25/05/11 – quarta-feira

Duração: 2'49"

<http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil/video/16547/>

Cab. VT - Após perder na votação do novo código florestal na Câmara, o governo quer virar o jogo no Senado. Os líderes partidários buscam uma saída para aprovar um texto que não exija o veto da Presidência da República.

ABRE ÁUDIO – DEP. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT-SP) / Líder do Governo – Trago aqui a mensagem da presidenta. Primeiro ela considera que essa emenda 164 é uma vergonha para o Brasil. E agora eu digo para vocês, esta proposta não prosseguirá, porque ela atenta contra o meio ambiente.

ABRE ÁUDIO – DEP. ALDO REBELO PCdoB-SP / Relator do Projeto - Não pode passar despercebida a frase do líder do governo. Eu, como deputado, quero saber.

OFF 2 – O bate-boca refletiu a tensão na votação do novo código florestal. A discórdia foi provocada pela mudança no relatório que permite aos estados definir o que pode ser plantado nas áreas de proteção permanente, as APPs. O governo federal quer que isso seja decidido pela presidência. A emenda foi proposta pelo PMDB, partido aliado do Palácio do Planalto. A aprovação foi a primeira derrota do governo no Congresso.

SONORA COM GILBERTO CARVALHO, Min. Sec. Geral da Presidência – É evidente que nós não ficamos satisfeitos com a votação final do código, uma vez que nós gostaríamos que o acordo realizado anteriormente pudesse prevalecer. Mas não jogamos a toalha. As condições colocadas com clareza pela presidente permanecem e nós agora iremos para o *front* do Senado fazer esse embate.

OFF 3 – A expectativa do Palácio do Planalto é aproveitar essa nova fase para reverter o jogo. Já o líder do governo, que é do PMDB, quer encontrar uma saída para as divergências na base, sem abrir espaço para os vetos da presidenta Dilma Roussef.

SONORA SEN. ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) / Líder do Governo – Espero que consigamos construir uma alternativa que una toda a base. Essa vai ser uma tarefa que vai demandar tempo, demandar muita conversa. Mas eu diria que a maior parte do trabalho a Câmara já fez.

PASSAGEM ANDRÉ CARAVILLA, Brasília – Na Câmara, a tramitação durou 12 anos. Aqui no Senado a análise deve ser bem mais rápida. Mas dificilmente deverá ser concluída antes do dia 11 de junho, quando acaba a proteção para muitas dos produtores rurais que não estão de acordo com a lei atual. A ideia dos líderes é pedir ao governo que esse prazo seja prorrogado para três ou quatro meses.

OFF 5 – A proposta será analisada obrigatoriamente por três comissões (arte: *CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, MEIO AMBIENTE*). Mas pode passar também por outras duas (Arte: *ASSUNTOS SOCIAIS, ASSUNTOS ECONÔMICOS*). Independentemente do caminho, o presidente de uma delas diz que o projeto deve ser alterado.

SONORA SEN. RODRIGO ROLLEMBERG (PSB/DF), Pres. Comis. Meio Ambiente - O Senado tem prerrogativa para modificar, se considerar importante, qualquer ponto do projeto aprovado na Câmara.

ANEXO H – Aprovação do novo Código Florestal causa polêmica

JORNAL NACIONAL – Rede Globo

Dia: 25/05/2011 – quarta-feira

Duração: 2'19"

<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2011/05/aprovacao-do-novo-codigo-florestal-causa-polemica.html>

Cab. VT - Terminou de madrugada, na Câmara dos Deputados, a votação do projeto do novo Código Florestal brasileiro. O governo não gostou nada do resultado.

OFF 1 - A imprensa estrangeira reagiu com preocupação. A BBC, de Londres, falou em "relaxamento das regras de conservação da Amazônia" (*arte*). A manchete do espanhol El País foi mais contundente: "Parlamento do Brasil aprova a anistia para os destruidores da Floresta Amazônica" (*arte*).

OFF 2 - O texto aprovado na Câmara prevê que pequenos produtores fiquem livres de recompor áreas de reserva legal que já são exploradas (GC: *pequenos produtores livres de recompor áreas de reserva legal exploradas*); e permite que algumas plantações permaneçam nas margens de rios, topos e encostas de morros, considerados áreas de preservação permanente (GC : permite plantações em áreas de proteção ambiental).

OFF 3 - Numa sessão tensa, que terminou de madrugada, os deputados também aprovaram uma emenda considerada a primeira grande derrota do governo porque teve o apoio de boa parte da base aliada. Pela 164, produtores que desmataram até julho de 2008 podem ser liberados do pagamento de multa, ao se cadastrarem no Programa de Regularização Ambiental. A emenda também dá aos governos estaduais o poder de decidir junto com o Governo Federal quais as plantações vão permanecer em áreas de preservação permanente. O Palácio do Planalto queria que essa decisão fosse só dele.

ABRE ÁUDIO – DEP. CÂNDIDO VACCAREZZA PT-SP / LÍDER DO GOVERNO - Trago aqui a mensagem da presidente. Primeiro ela considera que essa emenda 164 é uma vergonha para o Brasil.

Off 2 - O relator reagiu e recorreu ao presidente da Casa:

ABRE ÁUDIO – DEP. ALDO REBELO PCdoB-SP / RELATOR DO PROJETO - Se a presidente da República afirmou de fato que o que essa Casa está votando é uma vergonha, não pode passar despercebida a frase do líder do governo. Eu, como deputado, quero saber eu tenho o direito de saber. Eu tenho o direito de saber.

PASSAGEM POLIANA ABRITTA / BRASÍLIA - A briga agora vai ser no Senado. O Palácio do Planalto quer mudar pontos que considera um retrocesso. Mas essa negociação ainda vai levar tempo. Os líderes decidiram pedir à presidente Dilma que adie a cobrança de multa dos fazendeiros que desmataram ilegalmente. O decreto que prevê a punição começa a valer em 11 de junho.

SONORA SEM. ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) / LÍDER DO GOVERNO - Vamos solicitar que esse decreto possa ser prorrogado por três ou quatro meses exatamente para dar tempo para o Senado modificar o projeto, o projeto retornar à Câmara e haver prazo para que os agricultores possam optar pelo sistema de reserva legal.

ANEXO I – Moradores entram em conflito com a polícia em Pinheirinho

REPÓRTER BRASIL – TV Brasil

Dia: 23/01/12

Duração: 4'28"

<http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil/video/23790/>

Cab. VT (17") - Moradores e a polícia militar voltaram a se enfrentar em São José dos Campos, no interior de São Paulo. Foi o segundo dia de confrontos motivados pela reintegração de posse de uma área ocupada há oito anos por 1,5 mil famílias.

OFF 1 – (8") Bombas de gás lacrimogêneo. Tiros de bala de borracha. Pessoas feridas

Sonora vítima – (4") Ó, do nada aí ó. Ó o que ele fizeram (Repórter: bala de borracha?) Bala de borracha.

OFF 2 – (11") Sem ter para onde ir, os moradores se espalharam pelos bairros vizinhos. E quando alguma aglomeração começava, a polícia agia.

Sonora Cássia Pereira, Autônoma (4") – Ninguém tem arma aqui. A gente tá lutando por moradia, ninguém quer guerra aqui.

Sonora José Maria, pres. Conlutas (5") – Isso aqui é um escândalo. Como é que a polícia pode sair nos bairros e atirar nas pessoas que estão nas ruas.

OFF 3 – (56") Na área de um milhão de metros quadrados, conhecida como Pinheirinho, viviam mais de seis mil pessoas, que foram obrigadas a deixar suas casas na manhã de ontem. O mandado de reintegração de posse começou a ser cumprido na semana passada, mas uma liminar da Justiça federal suspendeu por 15 dias a ordem de desocupação. Mesmo assim, a justiça estadual mandou que retirada dos moradores fosse mantida. Cerca de dois mil policiais participaram da ação. Um carro da TV Vanguarda, afiliada da Rede Globo, e outros oito veículos foram queimados pelos manifestantes. Desde o início da reintegração, 30 pessoas foram detidas. O terreno pertence à massa falida de uma empresa do especulador Naj Nahas. O local foi invadido pelos Sem Tetos há oito anos.

Passagem Gustavo Minari (12") – Os policiais já começaram a retirar os utensílios e móveis que pertencem aos moradores. Enquanto não há um local definitivo para enviar esse material tudo permanece aqui jogado na rua.

Sonora Aristeu César Pinto Neto, Pres. Com. Dir. Humanos OAB (10") – O que se viu aqui é a violência do Estado, típica do autoritarismo brasileiro que resolve problemas sociais com força da polícia, ou seja, não os resolve.

Sonora Geraldo (aparece Gerlado) Alckmin, Governador de São Paulo (21") – A operação foi acompanhada por um juiz de direito, presente todo o tempo. Ele participou de toda a reintegração. Ela toda foi filmada, documentada. Então, não é uma tarefa simples, mas a polícia tem que cumprir ordem judicial.

OFF 4 (5") – A polícia garante que cada morador terá seus pertences de volta.

Sonora Manuel Messias Melo, Coronel PM (5") - Todo o patrimônio arrolado pelo oficial de justiça será também etiquetado.

OFF 5 – (8") Mas o que essas pessoas querem é ter a chance de pegarem elas mesmas o que levaram anos para conseguir.

Sonora (mulher negra sem identificar) (5") – Eu tenho estante que eu to pagando. Eu paguei a primeira prestação da minha estante. Eles tão quebrando tudo lá, moço!

Sonora Rafael Aparecido, pintor (9") – só isso aqui ó. Só isso aqui sobrou (leva na mão um pequeno saco plástico com poucos papéis). Minha carteira de trabalho, porque eu to arriscado a perder meu

emprego, porque eu não tenho como ir trabalhar. O que eu vou fazer? Não tenho onde deixar minhas filhas.

Âncora Florestan Fernandes Jr. (13") – A repórter Andressa Rougê está em São José dos Campos e tem informações ao vivo sobre essa desocupação do terreno. Boa noite, Andressa, como está a situação neste momento aí em São José?

Vivo Andressa – (1'15") Boa noite, Florestan, boa noite a todos. A situação agora a noite está mais calma, mas durante o dia uma biblioteca, duas padarias e mais um veículo, um caminhão, foram incendiados. O policiamento por aqui continua bastante reforçado. Pelo menos mil pessoas estão abrigadas numa igreja aqui da região e quase 800 estão em abrigos da prefeitura. Hoje cerca de 100 famílias conseguiram ir até suas casas para retirar os pertences, mas muitos moradores relataram que foram impedidos. Menos da metade dos pessoas que moram aqui na favela do Pinheirinho foram fazer o cadastro na prefeitura. Hoje o secretário nacional de articulação social, Paulo Maldos, manifestou indignação com a ação da PM aqui de São Paulo. Já o presidente do Superior Tribunal de Justiça do Estado disse que a justiça federal não deve intervir nessa questão que é de responsabilidade do judiciário estadual. Mesmo assim, a associação dos moradores daqui da favela aqui do Pinheirinho entrou com uma ação no Supremo Tribunal de Justiça para pedir a anulação dessa reintegração de posse e também para que a justiça federal possa analisar o caso. Isso para acabar com esse conflito jurídico, porque como vimos na reportagem a ordem de retirada dos moradores havia sido suspensa pela justiça federal mas foi mantida pela justiça estadual.

ANEXO J – Casas em Pinheirinho serão demolidas até amanhã

REPÓRTER BRASIL – TV Brasil

Dia: 24/01/12

Duração: 2'32"

<http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil/video/23837/>

Cab. VT (16") - Pode terminar amanhã a demolição das casas onde viviam 6 mil pessoas, na área conhecida como Pinheirinho, em São José dos Campos, interior de São Paulo. As famílias estão em abrigos, igrejas e na casa de parentes.

OFF 1 – (12") Aos poucos, quase 1700 casas estão virando escombros. Luciane veio ver como estava o sobrado de três cômodos onde morava. Só encontrou um amontoado de entulho.

Sonora Luciane Rebeniker, dona de casa (13") – O que deu pra mim tirar foi o meu irmão, deficiente físico, meus filhos e pronto (Repórter: E mais nada?). Mais nada, mais nada. Agora a gente não sabe aonde tá, pra onde foi. Dizem que tiraram tudo, se tirassem tudo... tem cadeira de rodas aí ó quebrada.

OFF 2 (17") – Alguns moradores aproveitaram o dia para retirar móveis e objetos pessoais, antes que as casas sejam derrubadas. Mas muitos pertences foram deixados para trás, como máquina de lavar, carrinhos de bebê (Não fala que estavam destruídos) e até animais de estimação.

Passagem Gustavo Minari (16") – A gente percebe que aqui no bairro existiam muitos barracos, mas a maioria das casas era de alvenaria e elas foram construídas há cerca de oito anos, quando os primeiros moradores chegaram. E assim como os barracos, elas também serão demolidas.

OFF 3 (14") – Seu José mostra a serralheria de onde tirou o sustento da família nos últimos oito anos. A prefeitura deu até o fim do dia para ele retirar as máquinas. Difícil vai ser encontrar um local para recomeçar a vida.

Sonora José Lima da Silva, Serralheiro (7") – Porque a gente vivia disso aqui, agora não sabe pra onde ir. Não temo terreno, não de tempo para comprar um terreno, porque o que ganhava era pra sobreviver.

OFF 4 (6") – Quem não tem pra onde ir está em abrigo da prefeitura, na casa de parentes ou nesta igreja.

Sonora Maria da Conceição Silva, dona de casa (6") – Fiquemos na rua, nós não temos aonde ficar. Nós não temos aonde ficar, nem debaixo da ponte a gente não pode ficar que o prefeito não deixa.

OFF 5 (14") – Aqui eles tentam conseguir o mínimo de conforto. Adultos, crianças e idosos dividem um espaço de pouco mais de 700 metros quadrados. Todos estão aqui desde domingo.

Sonora Heleno da Silva, desempregado (7") – Nós estamos passando uma situação difícil. Eu passo direto lá na pista lá, vejo a minha casa e não posso entrar. Se eu pudesse entrar na minha casa era muito bom, viu?

Âncora Florestan Fernandes Jr. (20") – A Defensoria Pública de São Paulo entrou com uma ação na justiça para que a prefeitura de São José dos Campos e o Estado dêem garantias habitacionais às famílias do Pinheirinho. O Governador Geraldo Alckmin anunciou que o Estado vai conceder um aluguel social de até 500 reais para cada família desalojada.

ANEXO K – Termina a demolição das casas em Pinheirinho

REPÓRTER BRASIL – TV Brasil

Dia: 25/01/12

Duração: 2'41''

<http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil/video/23878/>

Cab. VT (13'')– E terminou hoje a demolição das casas do Pinheirinho, o terreno desocupado pela polícia em São José dos Campos. Seis mil pessoas foram despejadas. Boa parte está em abrigos da prefeitura.

OFF 1 – (11'') Uma casa a cada 10 minutos. É nesse ritmo que as retroscavadeiras estão derrubando as quase 1700 moradias.

Sonora Odeci Freitas, dona de casa (9'') – Ruim demais. To muito numa tristeza. Agora mesmo neste momento vai derrubar a minha casa. To querendo tirar aquele Trailer ali pra mim trabalhar na rua, e ele falou que não pode, que o oficial de justiça falou que não pode tirar mais.

OFF 2 (12'') – O entra e sai de caminhões foi grande hoje de manhã. Os moradores aproveitaram o dia para retirar os objetos que restavam e olhar pela última vez o lugar onde viveram nos últimos oito anos.

Passagem Gustavo Minari (9'') – A demolição começou ontem aqui no bairro e a previsão é de que até o final do dia de hoje mais nenhuma casa esteja de pé aqui no Pinheirinho.

OFF 3 (8'') – Uma televisão, um ventilador e uma sacola de roupas. Foi tudo o que Diego conseguiu pegar antes que a casa dele fosse demolida.

Sonora Diego Alves, ajudante de obras (14'') – Falaram pra mim tá retornando hoje pra tá retirando minhas coisas, mas quando eu chego aqui tá tudo demolido. Não tem nada aqui mais, tá tudo destruído minhas coisas, geladeira que eu mal paguei, televisão novinha que eu nem paguei a prestação ainda, nem terminei de pagar.

Sonora –Cap. Antero Alves Baraldo, Chefe Com. Social PM/SP (12'') – A polícia militar ela permanece no local, mobilizada ainda dentro da estrutura da operação até o momento que o oficial de justiça faz a efetiva e oficial entrega do imóvel ao seu proprietário ou seu representante legal.

OFF 4 (10'') – Lideranças do movimento disseram que vão entrar na justiça para recuperar o terreno que pertence à massa falida de uma das empresas do especulador Naji Nahas

Sonora Antonio Donizete Ferreira, advogado do movimento (15'') – Para a desapropriação existe instrumento jurídico para fazer a desapropriação. O governo federal pode fazer isso, o governo estadual e o municipal. É só declarar ela uma área de bem social. Ela precisa cumprir essa questão social.

OFF 5 (34'') – Mas as famílias agora já perderam as casas. A reintegração tem recebido críticas desde o início e o governo paulista apura denúncias de abuso policial durante a ocupação. Este vídeo feito por celular mostra a truculência de um grupo de PMs contra um homem desarmado, que não demonstra resistência. Mesmo assim ele recebe vários golpes de cassetete. A agressão foi no domingo, num dos centros de triagem para cadastrar famílias desalojadas. Em nota, a PM considerou essa atitude isolada.

NPé (10'') – A reintegração de posse do Pinheirinho terminou hoje e o terreno foi entregue no fim da tarde ao representante da massa falida da empresa que é dona da área.

ANEXO L – Desabrigados do Pinheirinho enfrentam condições precárias

REPÓRTER BRASIL – TV Brasil

Dia: 26/01/12

Duração: 2'27"

<http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil/video/23926/>

Cab VT (24") - Em São Paulo, depois de serem retiradas de um terreno que pertence à massa falida de uma empresa, milhares de pessoas da comunidade do Pinheirinho, em São José dos Campos enfrentam, agora, a precariedade dos alojamentos para onde foram levadas. Hoje, o governo paulista anunciou que vai construir cinco mil moradias populares na cidade.

OFF 1 (17") – O terreno onde estavam quase 1700 moradias parece mais um cenário de guerra. No meio dos escombros, as pessoas ainda procuram objetos pessoais. Ana Paula tenta encontrar o que não conseguiu retirar da casa demolida na última terça-feira.

Sonora Ana Paula da Conceição, dona de casa (13") – Eu morei quatro anos aqui, durante esses quatro anos tudo o que eu construí ficou aqui debaixo desses escombros. Aquilo que eles disseram que tiraram e levaram para o galpão, assim eu fui lá me informar, virou lixo.

OFF 2 (14") – A área de mais de um milhão de metros quadrados já foi entregue à massa falida Naji Nahas e será vendida para pagar os credores. Mas o drama dos cerca de sete mil moradores só está começando.

Passagem Gustavo Minari (10") – Sem ter pra onde ir, muitas pessoas estão em abrigos da prefeitura. São alojamentos improvisados, onde falta espaço e sobram reclamações.

OFF 3 (16") – Assim que chegamos hoje a um dos abrigos, vimos que as torneiras estavam secas, as condições de higiene também são precárias. Dois banheiros para mais de 800 pessoas, que também têm que conviver com animais doentes e mortos.

Sonora Jenifer dos Santos Silva, diarista (4") – Tá difícil, tá bem difícil, tá complicado mesmo.

OFF 4 (6") – A quadra da escola onde os colchões foram espalhados tá cheia de goteiras.

Sonora (sem identificação) (4") – Quando chove molha tudo, aí tem que dormir com o colchão todo alagado, olha lá.

OFF 5 (11") – O governo do Estado já anunciou que os moradores cadastrados vão receber cerca de 500 reais de bolsa aluguel até que consiga um lugar definitivo para ficar.

Sonora Edilson Barbosa, pastor (8") – Nós não tá conseguindo arrumar casa aí fora pra alugar, porque eles querem três meses de aluguel adiantado e tem que ter um fiador.

OFF 6 (7") – Moradias definitivas devem chegar em até dois anos. Foi o que anunciou o governador Geraldo Alckmin.

Sonora Geraldo Alckmin, Governador de São Paulo (13") – Nós vamos fazer em São José dos Campos cinco mil moradias. Já temos terreno pra começar as primeiras 1.100 unidades habitacionais.

Sonora Adriana Maria, dona de casa (4") – Aqui tá tudo difícil, porque a gente tá que nem mendigo. A gente não queria isso, a gente quer o nosso canto.

ANEXO M – Famílias insistem em permanecer em áreas de risco

REPÓRTER BRASIL – TV Brasil

Dia: 27/01/12

Duração: 2'15"

<http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil/video/23967/>

Cab. VT (19") - Em São Paulo, famílias retiradas da comunidade Pinheirinho, em São José dos Campos, ocuparam casas abandonadas numa área de risco da cidade. Deslizamentos de terra mataram cinco pessoas no local, no ano passado. Mesmo assim, algumas famílias insistem em ficar na região.

OFF 1 (2") – A família inteira.

Sonora Cícera dos Santos, dona de casa (7") – Olha, nove pessoas. Seis crianças, uma mocinha de 15 anos e eu e meu marido.

OFF 2 (17") – A casa onde moravam, no bairro do Pinheirinho, foi demolida e agora eles dividem esse sobrado abandonado, sem água, luz, portas e janelas. Mesmo nestas condições, esse foi o único lugar que encontraram para ficar.

Sonora José Emídio, pedreiro (3") – Porque não tem para onde ir. Não tem de jeito nenhum.

OFF 3 (16") – Desde o último domingo, quando a polícia militar cumpriu a ordem de reintegração de posse da área que pertence à massa falida do empresário Naji Nahrás, 13 famílias ocuparam essas moradias, que ficam no bairro vizinho, entre São José dos Campos e Jacareí.

Passagem Gustavo Minari (4") – Muitas casas aqui do bairro estão abandonadas assim há pouco mais de um ano.

OFF 4 (29") – Na época houve um grande um grande desmoronamento e cinco pessoas morreram. A justiça autorizou a prefeitura a retirar os moradores do local, que passou então a ser considerado área de risco. Segundo a defesa civil do município, a região de várzea sofre com os constantes alagamentos, mesmo assim algumas pessoas ainda permanecem aqui. É o caso de dona Maria de Fátima, que já recebe uma ordem da prefeitura para desocupar a casa.

Sonora Maria de Fátima dos Santos, recicladora de lixo (8") – Depende eu dependo sair daqui,mas só que eu quero sair daqui para uma coisa melhor. Se for pra ir pra outra casa, se não for não adiante que eu não vou sair.

OFF 5 (13") – Para evitar novas invasões, novas casas foram demolidas, mas as estruturas que ficaram de pé, agora servem de abrigo pra quem prefere viver com o perigo a ter que morar na rua.

Sonora Cícera (novamente) (5") – O que a gente quer é uma moradia. A gente não quer viver assim, que a gente não é cachorro.

NPé (10") – As famílias só terão direito ao aluguel social dado pela prefeitura de São José dos Campos se deixarem a área de risco e forem para os abrigos municipais.

ANEXO N – Famílias retiradas do Pinheirinho passam dificuldades

REPÓRTER BRASIL – TV Brasil

Dia: 01/02/12

Duração: 2'21"

<http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil/video/24119/>

Cab. VT (16") - Em São José dos Campos, no interior de São Paulo, as famílias retiradas de um terreno invadido enfrentam muitas dificuldades. Dez dias depois da desocupação da área, centenas de pessoas vivem em condições precárias de higiene e saúde.

OFF 1 (10") – Esta mulher amamenta a filha no meio da quadra do clube que abriga famílias retiradas do Pinheirinho. Este é um dos quatro locais para onde foram levados os desalojados.

Sonora Cisleide Gomes de Moraes, Vigilante (4") – Os banheiros vivem quebrados por conta de ser muita gente.

OFF 2 (5") – Mil pessoas dividem dois banheiros, com apenas três chuveiros e três vasos.

Sonora Jemerson Barbosa Camargo, desempregado (3") – Chega de manhã, nove horas, não tem água para escovar os dentes, lavar rosto.

Passagem Marcelo Zanini (12") – Como o ginásio não é suficiente para abrigar a todos, muitos moradores estão vivendo também de forma improvisada neste outro espaço que fica dentro do clube. E por aqui a situação não é muito diferente.

Sonora Francisca Pereira, dona de casa (8") – Eu não queria isso pra mim não. Eu to com 67 anos, meu filho, nunca passei por isso não, hoje eu to passando.

OFF 3 (26") – representantes de vários conselhos nacionais de direitos humanos visitaram os quatro abrigos e constataram que as condições de higiene, saúde e alimentação são inadequadas entre outros problemas. Hoje vimos um médico e uma assistente social atendendo as famílias no abrigo. Os desalojados começaram a receber nesta terça-feira o aluguel social e o auxílio mudança de 500 reais cada um.

Sonora Antonio Donizete Ferreira, advogados dos Desabrigados (8") – O dinheiro começou a sair. Ontem já entregaram alguns cheques, hoje já tão entregando mais cheques. Então deve continuar aí durante a semana.

OFF 4 (19") - Até o momento, segundo a prefeitura, das 1200 famílias cadastradas cerca de 130 já receberam o dinheiro, que será pago por seis meses e que poderá ser prorrogado. Mesmo assim, muitos dizem que não estão conseguindo casa para alugar.

Sonora Eny Vieira da Silva, dona de casa (7") – Todo mundo aqui tem medo de pegar o aluguel e não conseguir ir pra debaixo de um teto. Nós depende muito de um teto.

Sonora Ednaldo Gabriel, pedreiro (7") – Quero arrumar uma casa pra botar minhas coisas, pra mim conseguir trabalhar, dormir, amanhecer com meus filhos em casa, entendeu, que eu não to conseguindo isso.

NPé (16") – Em nota, a prefeitura de São José dos Campos afirma que os ginásios esportivos que abrigam as famílias têm boas instalações. O município diz ainda que 90% das exigências das entidades de direitos humanos já estavam sendo atendidas.